

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO – TRABALHO E EDUCAÇÃO

FERNANDO PEREIRA CÂNDIDO

LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO:
CONCRETUDE HISTÓRICA E PROJETO REVOLUCIONÁRIO

FLORIANÓPOLIS – SC

2008

TOMBO

**FERNANDO PEREIRA CÂNDIDO
LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO**

**UFSC
2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO – TRABALHO E EDUCAÇÃO

FERNANDO PEREIRA CÂNDIDO

LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO:
CONCRETUDE HISTÓRICA E PROJETO REVOLUCIONÁRIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, no Centro de Ciências da Educação como requisito final para a obtenção do título de mestre em educação, na linha Trabalho e Educação.

Orientadora: Nise Jinkings

Co-orientadora: Iracema Soares de Sousa

FLORIANÓPOLIS – SC
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Cândido, Fernando Pereira, 1979-

Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário / Fernando Pereira Cândido. – 2008.

223 f.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

1. Lazer. 2. Educação. 3. Capitalismo. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDO PEREIRA CÂNDIDO

LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO: CONCRETUDE HISTÓRICA E PROJETO REVOLUCIONÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na linha Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Dissertação defendida em 11 de abril de 2008

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dr.^a Nise Jinkings

Co-orientadora: Dr.^a Iracema Soares de Sousa

Examinador: Dr.^o Paulo Sérgio Tumolo – UFSC

Examinador: Dr.^o Ari Paulo Jantsch – UFSC

Examinadora: Dr.^a Elza M. M. Peixoto - UEL

Suplente: Dr.^o Lucídio Bianchetti – UFSC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais:

José Pereira Cândido, trabalhador que pôde orgulhar-se da vida levada, pelo “bom combate” que travou. Prestativo, honesto, cordial e amigo, arriscando de forma segura deixou aos seus filhos um grande legado.

Odete Pereira Cândido, trabalhadora que saltou as brincadeiras de criança trabalhando para poder trabalhar com educação. Extremamente forte e obstinada, mantendo a doçura e a amizade.

Ambos transmitiram aos seus filhos grandes lições de solidariedade, um valor fundamental para a revolução social. Aos dois devo tudo que posso ser e só posso retribuir com todo o amor que lhes tenho.

AGRADECIMENTOS

Antes de todos, devo agradecer aos trabalhadores que produzem a riqueza material dessa sociedade, junto com os demais trabalhadores (deformados pela unilateralidade do trabalho capitalista) que mantêm o funcionamento social à custa da sua plena realização e são privados do acesso ao nível de ensino que ora se conclui.

Agradeço aos meus professores, desde o ensino primário até o terceiro ano do ensino médio, que me ensinaram parte do conhecimento produzido e sistematizado pela humanidade. São os professores da Escola Santa Edwiges, do Colégio Novo Horizonte e do Colégio Estadual Guilherme de Almeida.

Aos meus professores da Graduação em Educação Física, da Universidade Estadual de Maringá, que permitiram o conhecimento da cultura corporal e da sua processualidade histórica, o caminho de entrada à consciência sintética da realidade da luta de classes. Nesse sentido, em especial à professora Rosângela Melo, que no primeiro ano do curso permitiu aos seus alunos o contato com a obra de Marx e Engels. Às professoras Alda e Telma e ao professor Rogerio, pelo comprometimento e perspectiva crítica na formação dos seus alunos. Ao professor Vanildo e ao professor Nelson, enquanto orientadores do PET de Educação Física da UEM.

Um agradecimento muito especial ao professor Pedro Jorge de Freitas, companheiro de lutas do Espaço Marx – Maringá (“alguns passos à frente” na grande caminhada que devemos enfrentar), pelas discussões no grupo, bem como por suas aulas na disciplina *Sociologia III* e orientações no projeto *Marx Contra o Estado*.

Outra figura muito importante nessa caminhada foi a professora Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen (*in memoriam*), por compartilhar seu conhecimento profundo dando um exemplo de humanidade e humildade e pelas orientações no projeto *Formação do pesquisador*. Pela energia e vigor em momentos tão de fragilidade na sua luta pela vida.

Agradeço ao Movimento de Estudantes de Educação Física e a EXNEEF, sua executiva nacional, pelos Encontros Nacionais e demais espaços de formação política e militância contra o avanço do liberalismo na Educação Física e na sociedade brasileira.

Ao Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Educação Física – MNCR, por resistir aos avanços do capital (implementado e aparelhado na forma do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF e dos Conselhos Regionais de Educação Física – CREFs) sobre a cultura corporal. Resistência que educa pela tomada

da ciência da história como princípio de ação: “a história não acabou”; desregular é possível!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da linha Trabalho e Educação, especialmente àqueles que participaram diretamente da minha formação no mestrado: Nise Jinkings, Paulo Tumolo, Ari Jantsch, Eneida Shiroma e Lucídio Bianchetti. Juntos aos professores desse programa, devo lembrar as amigas da secretaria: a Sônia, a Patrícia e a Bethânia, não só pela ajuda com as questões da secretaria, mas pela amizade durante o tempo em que as auxiliei como bolsista.

Agradeço aos funcionários que ajudam a manter a universidade funcionando, os técnicos, os seguranças e, especialmente ao pessoal da limpeza – que atuam com condições de trabalho extremamente precarizadas devido à terceirização do serviço que prestam, mais uma consequência prática da sociabilidade mediada pela mercadoria.

À Sônia da lanchonete do CED, amiga desde a seleção em 2005.

Agradeço aos amigos de Maringá com quem discuto e caminhei bom tempo da formação que precedeu ao mestrado. Aos companheiros do PET/Educação Física. Aos companheiros do Grupo de Estudos e Intervenções em Educação Física – GEIEF, a Joelma, a Nágela, o Samuel e o Emerson. Aos companheiros do Espaço Marx.

A Beatriz, a Ana Paula, a Meire, a Marli, a Ane, o Maurício, o Carlos Henrique, o Ciro, o Israel, o Eduardo Borba.

Aos amigos de Florianópolis, que também me ajudaram nesse momento da formação, seja nas discussões teóricas, no apoio emocional ou nas lidas da militância, a Caroline, a Elenira, a Alciléa, a Vilma, a Cyntia, a Thisciane, a Amália, a Tina, a Bartira, o Benedito, o Mauro, o Rafael, o David, o Bruno Emanuel. As colegas de turma do mestrado da linha TE 2006, pela companhia e discussões nas aulas. A Clarice, pela ajuda com a ficha catalográfica.

Como amigos, professores e exemplos de intelectuais com consciência de classe, agradeço a Rosângela Aparecida Melo e ao Ademir Quintilo Lazarini, pela amizade, solidariedade críticas e indicações muito valiosas. Sem vocês o trabalho teria avançado bem menos.

Agradeço aos meus irmãos: José Roberto, Edson, José Luiz, Genival, Walter, Wagner e Eliane, que vêm me auxiliando desde 1998, quando fui para Maringá cursar a faculdade, em diversas ocasiões e de maneiras diferentes, até os dias correntes.

A Sandra, parceira de estudos e companheira na vida, pelo amor, carinho, atenção e todo o apoio que tem me dado para concluir essa etapa.

Agradeço à Kátia Oliver de Sá, por enviar sua dissertação; à professora Celi Taffarel, por disponibilizar prontamente um texto seu; ao Fernando Mascarenhas, por indicar o caminho para baixar sua tese; e à amiga Elza Peixoto, pelas oportunidades de discussão em Curitiba e em Londrina, bem como por enviar seus artigos, sua tese e outros textos fundamentais para a pesquisa.

Agradeço aos professores avaliadores desta pesquisa na qualificação, Nise, Iracema, Paulo e Ari. E a esses professores, a quem se junta a Elza e Lucídio, para esse momento da defesa.

Agradeço à Iracema pela contribuição com materiais de pesquisa e por sua disposição e ajuda valiosa na co-orientação dessa pesquisa. Pela sensibilidade de dispor seu conhecimento respeitando, meus limites e minhas posições, e pelo trabalho intenso que realizou para a preparação final dessa pesquisa. Por sua amizade e incentivo para continuar a pesquisa no campo dos estudos do lazer. Muito obrigado!

O agradecimento à minha orientadora, Nise Jinkings, tem que ser muito especial. Por ser uma pessoa imensamente humana, tendo, além de outras provas que deu dessa qualidade, se preocupado em me ajudar a conseguir meios para me manter em Florianópolis. Por sua grande humildade, frente ao conhecimento que acumula nessa jornada do ‘desvendar os nexos contraditórios e complexos da sociabilidade capitalista’, conhecimento que mobilizou para o sucesso do trabalho (que não foi além por minhas limitações pessoais somadas à conjuntura sócio-educacional atual). Pela liberdade para trabalhar, propor e discordar, ao mesmo tempo que não se omitiu de seu papel de orientadora. Pela grande mobilização de energias em momentos-chave de síntese da dissertação, para a consolidação do texto de qualificação e do texto final, com suas correções, indicações e críticas. Por ter aceitado orientar alguém até então desconhecido e por ter se tornado uma grande amiga nesse curto processo de formação.

.

EPIÍGRAFE

“Quem encontrou cabra que fosse
animal de sociedade?

Tal o cão, o gato, o cavalo,
diletos do homem e da arte?

A cabra guarda todo o arisco,
rebelde, do animal selvagem,
viva demais que é para ser
animal dos de luxo ou pajem.

Viva demais para não ser,
quando colaboracionista,
o reduzido irreduzível,
o inconformado conformista.

A cabra é o melhor instrumento
de verrumar a terra magra.
Por dentro da serra e da seca
não chega onde chega a cabra.

Se a serra é terra, a cabra é pedra.
Se a serra é pedra, é pedernal.
Sua boca é sempre mais dura
que a serra, não importa qual.

A cabra tem o dente frio,
a insolência do que mastiga.
Por isso o homem vive da cabra
mas sempre a vê como inimiga.

Por isso quem vive da cabra
e não é capaz do seu braço
desconfia sempre da cabra:
diz que tem parte com o Diabo.

Não é pelo vício da pedra,
por preferir a pedra à folha.
É que a cabra é expulsa do verde,
trancada do lado de fora.

A cabra é trancada por dentro.
Condenada à caatinga seca.
Liberta, no vasto sem nada,
proibida, na verdura estreita.

Leva no pescoço uma canga
que a impede de furar as cercas.
Leva os muros do próprio cárcere:
prisoneira e carcereira.

Liberdade de fome e sede
da ambulante prisoneira.
Não é que ela busque o difícil:
é que a sabem *capaz de pedra*.

A vida da cabra não deixa
lazer para ser fina ou lírica
(tal o urubu, que em doces linhas
voa à procura da carniça).

Vive a cabra contra a pendente,
sem os êxtases das decididas.
Viver para a cabra não é
re-ruminar-se introspectiva.

É, literalmente, cavar
a vida sob a superfície,
que a cabra, proibida de folhas,
tem de desentranhar raízes.

Eis porque é a cabra grosseira,
de mãos ásperas, realista.
Eis porque, mesmo ruminando,
não é jamais contemplativa”.

(João Cabral de Melo Neto. Excertos de
Poema (s) da Cabra)

RESUMO

O trabalho é a categoria originária do ser social. Ele tem seu caráter concreto de produtor de valor de uso subsumido a seu caráter abstrato de produtor de valor, sob o capitalismo. O lazer é uma prática social específica do capitalismo, própria do tempo livre definido por oposição ao tempo ocupado do trabalho, ao mesmo tempo em que é complexo fundado com dependência ontológica deste, se desenvolve em íntima relação com a educação. Desse modo, esta pesquisa surgiu da necessidade da superação das análises idealistas do lazer, e de estabelecer nexos teóricos que permitam chegar à apreensão concreta deste fenômeno, de forma a permitir sua articulação ao projeto de superação radical do capital. A categoria contradição permitiu analisar o lazer, por um lado, na sua característica hegemônica de reprodução da sociedade capitalista e, por outro lado, com possibilidades de ser articulado a um projeto de superação radical do capitalismo. Nesse sentido, configurou-se o problema: partindo da história brasileira desde o século XX, o que é concretamente o lazer e quais suas mediações nas relações sociais capitalistas considerando a luta de classes? Para essa investigação se estabeleceu o objetivo central de analisar o lazer na sociedade brasileira a partir da crítica de autores clássicos e contemporâneos, buscando estabelecer uma base teórica para a compreensão concreta do lazer. Seguiram-se os objetivos específicos: a) Investigar a constituição histórica do lazer na sociedade capitalista, especialmente no Brasil; b) Compreender a mercadoria a partir da investigação marxiana; c) Discutir as consequências da reestruturação produtiva para a compreensão do lazer; d) Estabelecer uma crítica do lazer a partir de autores clássicos e contemporâneos; e) Indicar algumas relações entre lazer e educação no processo da luta de classes. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de caráter analítico, que se perfila na ciência histórica de Marx e Engels e nas categorias marxianas de investigação do capital. Após retomada histórica da constituição do capitalismo e análise do lazer e da educação como complexos sociais mediados pela mercadoria, empreendeu-se a crítica à alguns autores clássicos e contemporâneos do lazer. As sínteses alcançadas mostram que articular o lazer à emancipação via luta por políticas públicas e garantia de direitos não pode superar sua existência como mecanismo de recomposição/potenciação da força de trabalho no tempo livre. Ou seja, o lazer em suas mediações com a educação, só pode colaborar para a superação do capital se articulado à organizações revolucionárias de trabalhadores.

Palavras-chave: Capitalismo; Lazer; Educação; Tempo livre; Revolução.

ABSTRACT

The work is the founding category of being social. It has, under capitalism, its concrete character of producing of value of use subsumed to its abstract characteristic of producing of value. The leisure is a specific social practice of the capitalism, own of the free time defined by opposition at the occupied time of the work, at the same time in that is complex founded with ontological dependence of this, it is developed in intimate relationship with the education. It gave way, this research it appeared of the need of the overcoming of the idealistic analyses of the leisure, and of establishing theoretical connections that they allow to arrive to the concrete apprehension of this phenomenon, in way to allow its articulation to the project of radical overcoming of the capital. The category contradiction allowed to analyze the leisure, on one side, in its characteristic hegemony of reproduction of the capitalist society and, on the other hand, with possibilities to articulate to a project of radical overcoming of the capitalism. In that sense, the problem was configured: starting from the Brazilian history since the century XX, what is the leisure concretely and which are its mediations in the capitalist social relationships considering the class struggle? For this investigation, it was established the central objective to analyze leisure in the Brazilian society, based on the critique of classic and current authors in order to establish a theory base for the concrete comprehension of leisure. We followed specific objectives: A) To investigate the historic constitution of leisure in the capitalist society, more specifically in Brazil; B) To understand the concept of goods through Marxist investigation; C) To discuss the consequences of the production restructuring in order to comprehend leisure; D) To establish a critique of leisure based on classic and current authors; E) To indicate a few relationships between leisure and education in the process of class struggle. The used methodology was a research of analytic character, that is profiled in Marx's historical science and Engels and in the Marxist categories of capital investigation. Critics to some classic and current authors arose after analyzing the historical constitution of capitalism and consider leisure and education as social complexes mediated through the production of goods. The synthesis reached through this analysis showed that to articulate leisure for emancipation for the fight for public politics and the guarantee of rights should not overcome its existence as the mechanism for recomposition/potentialization of the workforce in their free time. In other words, leisure in its mediation with education can only collaborate towards the overcoming of the capital if articulated to workers revolutionary organizations.

Key words: Capitalism; Leisure; Education; Free time; Revolution.

Word-key: Capitalism; Leisure; Education; Free time; Revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. DO ÓCIO COM DIGNIDADE AO LAZER MERECIDO: tempo livre x tempo ocupado	35
1.1 Capitalismo na Alemanha e no Brasil no contexto mundial do século XIX: particularidades e continuidades históricas	35
1.2 Concepção de história e bases teórico-metodológicas na <i>Ideologia Alemã</i>	39
1.3 Generalizações da concepção de história e estudo do lazer	47
1.4 Consolidação do modo capitalista de produção	49
1.5 A reestruturação produtiva: capital e trabalho a partir de 1980	59
2. A INVESTIGAÇÃO MARXIANA SOBRE A MERCADORIA.....	68
3 GÊNESE DO LAZER E SUA MERCANTILIZAÇÃO: CONTINUIDADES E RUPTURAS	96
3.1 O lazer no Brasil em seu desenvolvimento capitalista	96
1.2 Investigação do lazer como mercadoria e as conseqüências da reestruturação produtiva	108
4. RELAÇÕES ENTRE LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO	96
4.1 O lúdico e a seriedade como as formas de expressão do espírito: o jogo como protoforma da cultura	142
4.2 Lazer e mudanças sociais: projeto de hegemonia sem classes	170
4.3 Apontamentos para a crítica da educação no capitalismo	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	215

INTRODUÇÃO

A crítica é entendida aqui como o processo de confrontar a teoria com a prática social e a prática social com a teoria, analisando o que se confirma e o que não se confirma, bem como o por quê dos acertos e dos erros. Foi partindo dos autores do campo crítico do lazer que serão criticados nessa pesquisa que pude formar as idéias que defendo. Muitos desses tiveram ou têm envolvimento prático, teórico-político com o problema do tempo livre dos trabalhadores e se colocam ao lado da classe trabalhadora, portanto, as críticas não têm o sentido de ataque pessoal ou moral porquanto objetivam tão somente conhecer a realidade para nela intervir no sentido da sua transformação radical. Por mais que esta explicação possa parecer desnecessária e até pueril, considero importante esclarecer isso posto que se busca uma discussão franca com todos que se colocam na mesma perspectiva da classe revolucionária, entendendo que é possível uma unidade para a luta, respeitadas as discordâncias, tendo uma militância cientificamente orientada contra aquilo para o qual a classe burguesa é mera personificação: o capital. Além disso, a condição de iniciante no trabalho de pesquisa impõe assumir que as formulações aqui defendidas correm todos os riscos de serem equivocadas em maior ou menor grau. Essa comprovação deve ser feita pelo mesmo processo aqui buscado, pela crítica.

Um segundo esclarecimento necessário é sobre a ordem capitalista dada. Aqui ela não é tomada no sentido positivista, de uma ordem harmônica, mas entendendo que essa ordem se constitui a partir de uma produção caótica, portanto, é uma ordem contraditória e não fundada em um consenso entre os homens, o povo ou os cidadãos. Sabe-se que a ordem burguesa é fundada sobre duas classes fundamentais antagônicas e tem a violência como sua bandeirante. Uma ordem que nada tem de harmônica, pois fundada na desordem planejada que dá a unidade característica de uma sociedade contraditória.

O objetivo inicial desta pesquisa visava às mediações dialéticas entre lazer e educação na sociedade capitalista. Essa preocupação persiste e deverá ser investigada com o devido rigor posteriormente. Todavia, as limitações de tempo impuseram que a pesquisa fosse delimitada a uma análise crítica de alguns autores do campo do lazer visando a compreensão desse fenômeno na sua concretude. Mesmo assim, percebe-se

que este trabalho abrirá um caminho para o avanço da investigação no sentido pretendido inicialmente.

Um último esclarecimento diz respeito às exigências metodológicas concernentes ao método materialista histórico dialético e ao trabalho que se conseguiu cumprir nessa fase do mestrado. Estas exigências metodológicas foram apontadas no esforço de colaborar para a consolidação de bases marxistas para a pesquisa do lazer no Brasil. Todavia, desde já devo indicar meus limites pessoais, por ser produto do momento de intensa desqualificação do ensino público no Brasil e no mundo, haja vista a ofensiva do neoliberalismo e as consequências do ideário pós-modernista, que atingem desde a educação infantil até os estudos de pós-graduação. Mesmo sendo um resultado positivo da “produtividade” de uma escola deliberadamente “improdutiva”, conforme demonstrou Frigotto (2001) em sua tese de 1984, não me eximo da obrigação de buscar efetivar tal análise, todavia, com consciência de que não fazemos a história conforme queremos, a fazemos sob determinadas condições, com o peso dos antepassados sobre nossas cabeças. Essa explicação tem a intenção de situar-me como um sujeito que obtém o grau de licenciado em um tempo em que pessoas formadas em nível superior já podem ser semi-analfabetas; período em que um curso de mestrado, aligeirado para dois anos, **flexibilizado**, perdeu 50% do tempo que outrora contava para a formação de um mestre. Assim, percebo que o momento em que começo a ter condições de manusear o referencial eleito é acompanhado pela exigência institucional de concluir o estudo que apenas se inicia.

Feitos os esclarecimentos, na introdução que segue será apresentado o percurso feito desde o projeto inicial até a configuração final da dissertação aqui exposta, portanto expressa dois tempos com distintas pretensões de pesquisa que confluem, se relacionam, no resultado alcançado. Passemos ao contexto que permitiu o recorte do objeto aqui estudado.

Parte-se da consideração do trabalho sob duas formas distintas: como processo de satisfação das necessidades humanas onde o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, produzindo sua própria humanidade. Ou, de outra forma, como atividade de produção de mercadorias tendo em vista o lucro e o acúmulo do capital. A segunda forma está indissolúvelmente dentro da primeira, sendo que o inverso se dá no presente momento histórico, mas não inexoravelmente. Nesta discussão, o trabalho

também é visto como o momento da obrigação do homem a alguma coisa, e o lazer como o momento de liberdade¹, da desobrigação.

Liberdade no capitalismo é sempre limitada uma vez que está condicionada e determinada pelas relações mercantis. Liberdade no sentido liberal, adotado na consolidação do capitalismo, significa o trabalhador liberar-se dos meios de produção e das suas obrigações de servidão, pois ele deve ser livre para vender sua força de trabalho e para comprar onde quiser. Logo, a liberdade, no sentido que os autores do lazer e da educação geralmente defendem, pretende ir além dessa liberdade no seu sentido liberal. Todavia, a liberdade para a qual se caminha, geralmente, não consegue ir além dos limites desta sociedade de classes, pois não trata da superação das suas bases. De outra forma, no caminho da teorização aqui adotada, a associação da liberdade com a emancipação humana pressupõe uma sociedade que supere a subsunção do trabalho ao capital, vale dizer, uma sociedade que faça desaparecer a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência e as relações sociais que dela emergem.

O lazer, a prática socialmente estabelecida nesse tempo livre é, na sua essência, entendido como espaço de recomposição da força de trabalho despendida na atividade laboral. Porém, o lazer, como toda prática social, é movido pela contradição. O lazer entendido dialeticamente, assim como todo novo fenômeno social, traz em si o germe de sua superação. Por isso, ele apresenta, contraditoriamente a sua função hegemônica, possibilidades de potencializar a formação de sujeitos revolucionários. Essa forma contra-hegemônica do lazer é identificada quando ele acontece em um projeto de organização revolucionária dos trabalhadores - para além do simples descanso e gozo de práticas culturais empobrecidas - como espaço de apreensão crítica da cultura historicamente produzida pela humanidade, mediado e mediando o entendimento da necessidade da superação do sistema sociometabólico do capital.

O lazer só se realiza no tempo livre, e só há tempo livre, na perspectiva aqui assumida, dada a existência do trabalho. Só é possível definir o tempo livre a partir do

¹ Mészáros realiza uma discussão desse conceito historicizando como a concepção aristotélica do homem como um animal político, ou seja, social, predominante até fins da Idade Média, foi substituída pela discussão filosófica da liberdade individual. “No momento em que alcançamos o século XX, o que adquire a “santidade de um dogma” [remissão à discussão anterior de Mészáros a respeito do status da doutrina aristotélica de que o homem é um animal político] é a crença de que a ‘liberdade’ é inerente – como se fosse um ‘direito natural’ - ao indivíduo isolado. As referências políticas e sociais tendem a desaparecer e as circunstâncias condicionadas sócio-historicamente, da vida atomizada e privatizada do indivíduo são caracterizadas, de maneira a-histórica, como ‘condição humana’ ” (MÉSZÁROS, 2006, p.234-35). Considerando estes pressupostos, além de outros que serão expostos posteriormente, se pode balizar o conceito de liberdade aqui problematizado. Deverá se distinguir a aparência da liberdade de sua essência, seus limites concretos e as possibilidades postas pela luta de classes.

tempo não-livre, do tempo ocupado, onde se tem uma obrigação para com alguém e algo. Segundo Waichman (1997, p. 112), "podemos definir descritivamente o tempo livre como aquele modo de manifestar-se o tempo pessoal, que é sentido como livre quando dedicado a atividades autocondicionadas de descanso, recreação e criação para compensar-se e, por último, afirmar-se a pessoa individual e socialmente". A contradição do emprego, essa atividade remunerada, ao trabalho, segundo Marx (2004), leva o homem a se sentir homem nas suas atividades animais, comer, dormir, reproduzir-se, e não se reconhecer como homem na atividade que o define como homem, o trabalho. Isto se deve necessariamente ao trabalho voltado a produção do valor, por via da mercadoria, do capitalismo, que causa a alienação do trabalhador.

Junto ao tempo livre e ao tempo ocupado, considera-se também o tempo desocupado², o tempo que tem o desempregado. Nesse tempo ele tem disponibilidade para fazer ao mesmo tempo: 1 - qualquer coisa, desde que alguém lhe permita ter acesso aos objetos e aos meios de trabalho e; 2 - nada, na medida em que para ter acesso aos bens produzidos social e historicamente, entre eles as práticas de lazer, os homens têm que ir ao mercado consumir mercadorias, precisando para isso do valor de troca universal, o dinheiro.

Quando se analisa o tempo este não pode ser tomado como um dado a-histórico ou entendido sem a mediação da contradição. Também, o tempo não pode ser determinado simplesmente por um fundamento subjetivo tal qual a "atitude" dos sujeitos, conforme ocorre no campo do lazer. Este deve ser analisado no contexto das relações sociais e em sua historicidade. Assim, se entende os diferentes tempos como decorrentes das condições objetivas de vida dos sujeitos históricos. O tempo não é um dado natural que os homens se limitam a constatar. Ele também é uma construção histórico-social com determinações da forma social de produção da existência (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2001; PADILHA, 2000). Essa realidade histórico-social do tempo dos indivíduos é o ponto de referência à compreensão do tempo livre na sociedade capitalista - chamada por Marx de "pré-história" da humanidade³ -, uma categoria sem a qual não é possível a investigação do lazer.

² Marcellino (1995), para essa categoria utiliza a denominação tempo desocupado e Sader (1998) utiliza tempo livre para o tempo de lazer, no caso dos "ricos", e como situação de desemprego, no caso dos trabalhadores desempregados. Porém, este dá uma interessante idéia para conceituar esta categoria com a denominação de "tempo morto".

³ Esta expressão utilizada por Marx não deve passar despercebida ou ser tomada como periférica. Ela tem um peso gigante quando se teoriza a produção e fruição de riquezas - notadamente as riquezas

Paoletti (1998⁴, p.34 apud ANTUNES, 2005, p.174) traz uma indicação precisa sobre o tempo nessa acepção, dizendo que ele “implica uma possibilidade de domínio sobre a vida dos indivíduos e sobre a organização social, do tempo de trabalho e da produção capitalista ao tempo da vida urbana”. E é nas relações sociais de planejamento e execução desse domínio que surge a prática social conhecida como lazer.

A qualidade da utilização desses tempos é determinada também pela educação, que por sua vez é determinada pela forma de organização social do trabalho, pela estrutura econômica da sociedade. Por isso, o lazer e a própria sociabilidade têm como um de seus determinantes a educação, que pode assumir o caráter de inculcação ideológica dos valores da classe dominante e de preparação das qualidades necessárias ao modo de produção socialmente estabelecido, ou, um sentido contrário a este, onde o foco não está na produção de mercadorias e acúmulo do capital, mas na satisfação das necessidades humanas, sendo a educação uma prática que visa permitir a efetivação das várias potencialidades dos homens.

O lazer tem um duplo aspecto contraditório. Por um lado, recomposição/potenciação da força de trabalho e, por outro lado, prática social de desenvolvimento humano, sendo que, nessa segunda acepção, pode ser articulado com uma prática de formação revolucionária. Só é possível falar em desenvolvimento humano, tomando o conceito positivamente, se se fala em superação das barreiras impostas pelo capital à realização das potencialidades humanas, processo em que a tarefa da educação é entendida como essencial. Desconsiderando isso, falando em desenvolvimento humano dentro da lógica anárquica do capitalismo, dada pelo capital, o desenvolvimento do homem significa necessariamente sua desefetivação como ser humano, uma vez que quem se apropria das características humanas é a mercadoria, são as coisas em razão das quais as energias intelectuais e musculares são despendidas. Desses pressupostos contraditórios e excludentes que envolvem o lazer é que parte o problema a ser investigado neste trabalho: partindo da história brasileira desde o século XX, o que é concretamente o lazer e quais suas mediações nas relações sociais capitalistas considerando a luta de classes?

Para viabilizar a investigação dessa prática social foi estabelecido como objetivo central analisar o lazer na sociedade brasileira a partir da sua história e de uma crítica de

culturais – no presente momento histórico que contrapõe uma virtualidade de capacidade produtiva à miséria humana crescente em escala planetária.

⁴ PAOLETTI, Grazia. Dossier sobre “Riduzione dell’orario e Disoccupazione”. In: **Marxismo Oggi**, 2. Teti Editore: Milão, 1998.

autores clássicos e contemporâneos, buscando estabelecer uma base teórica para a compreensão deste complexo como síntese de muitas determinações. A partir deste objetivo foram estabelecidos os seguintes pontos: a) Investigar a constituição histórica do lazer na sociedade capitalista, especialmente no Brasil; b) Conhecer a mercadoria a partir da investigação marxiana; c) Discutir as conseqüências da reestruturação produtiva em relação ao lazer; d) Elaborar uma crítica ao lazer considerando a formulação de autores clássicos e contemporâneos que influenciam a produção teórica sobre o lazer; e) Indicar algumas relações entre lazer e educação no processo da luta de classes.

Delimitados estes objetivos, estabeleceu-se uma investigação realizada a partir de fontes bibliográficas e guiada pela concepção histórica marxista⁵, que buscou uma compreensão analítica e dialética do objeto estudado. Partiu-se do modo de organização dos homens para produzirem e reproduzirem suas existências, pois é a partir da forma de produzir materialmente sua vida que o homem se humaniza. É da prática social que nascem os diferentes tipos de intercâmbio que os homens travam entre si (MARX; ENGELS, s/d). Buscou-se a leitura dialética do lazer, em primeira instância, sem perder a preocupação com suas relações com a educação que media a gênese e desenvolvimento do próprio lazer na superestrutura erigida da produção material da existência. Nesse sentido, o foco de atenção deve estar sobre a forma como se divide o trabalho porque à medida que se desenvolvem as forças produtivas e conseqüentemente o comércio, mais se intensifica a divisão do trabalho. Por que cada força produtiva nova leva a uma nova especialização da divisão do trabalho. E cada novo estágio da divisão do trabalho determina uma nova relação entre os indivíduos (Idem, Ibidem).

“Na investigação concreta [...] cabe ao sujeito reproduzir racionalmente o objeto restituindo-lhe todas as suas (dele, o objeto) múltiplas determinações” (NETTO, 1998, p. 58). Uma pesquisa desse tipo deve partir do empírico, distanciar-se dele por abstrações e tornar a ele novamente, sucessivamente até atingir essas múltiplas determinações, o real pensado. Para isso, recorre-se à produção bibliográfica específica do lazer, da educação e da crítica da economia-política, por meio de livros, periódicos

⁵Trein e Ciavatta (2003, p.143) mostram qual é esse entendimento da história, em oposição as visões relativistas, assumindo que: “[...] a história é a produção da existência humana. Ao produzi-la, tanto considerando a história como processo quanto considerando-a como método, colocamos nossos valores e ideologias. Assim, a história construída é sempre fruto de opções conceituais e metodológicas, imbuídas de uma determinada visão de mundo, certo referencial analítico, que conduzem à afirmação de uma verdade aproximada. O que lhe retira um possível relativismo subjetivista, na medida em que está subjacente à história escrita a produção material e seus aspectos sociais e culturais”.

impressos e arquivos buscados na internet. Procurou-se compreender a necessidade histórica do lazer no capitalismo e, em oposição, para a teoria/práxis da transição socialista, bem como os fatos que constituem seu ponto de partida. Para a análise dialética dos fatos constatados empiricamente, as relações destes com os demais fatos relativos aos fenômenos, as negações que eles trazem em si mesmos e as suas evoluções causadas pelas contradições, tentou-se considerar as determinações mútuas entre: lazer – trabalho – educação (sempre preocupados em apreender o lazer em sua concretude histórica), e seus possíveis movimentos rumo à sociedade comunista.

Por tratar-se de uma pesquisa em que as fontes principais são bibliográficas os livros que tratam do tema dessa pesquisa foram selecionados considerando obras clássicas e obras escritas a partir de 1980. Isso porque, de acordo com a produção acessada, as décadas de 1970 e 1980 são marcantes na forma de reorganização da produção capitalista que precisava responder as crises características do fim do chamado período do milagre, em fins de 1970. De 1979 a 1989 localiza-se, no Brasil, de acordo com a pesquisa de Peixoto (2007), um ciclo de produção do conhecimento sobre o lazer caracterizado pela preocupação com os interesses e conteúdos culturais, a relação entre trabalho e lazer e início de uma crítica da produção anterior, sendo destacado a utilização recorrente das obras de Marx e Engels.

Ainda na fase do projeto desta pesquisa, após um período de levantamento das possíveis fontes a serem pesquisadas, foram delimitados os seguintes livros⁶ para a pesquisa:

- Paul Lafargue – O direito a preguiça, de 1880.
- Bertand Russel – O Elogio do Lazer, de 1932.
- Johan Huizinga – Homo ludens: o jogo como elemento da cultura, de 1938.
- Arnaldo Sussekind – A Recreação operária, de 1948.
- Arnaldo Sussekind – A Recreação operária no Brasil, de 1949.
- Acácio Ferreira – O Lazer Operário, de 1959.
- Jofre Dumazedier – Lazer e cultura popular, de 1973.
- Jofre Dumazedier – Questionamento teórico do lazer, de 1975.

⁶ As possibilidades de fontes primárias para a pesquisa eram alguns periódicos e Anais de eventos científicos com publicações no campo de estudos específico, entre os quais as publicações do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE (Revista Brasileira de Ciências do Esporte e/ou Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - CONBRACE) e os Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL. Todavia, a opção foi feita por livros devido aos motivos expostos abaixo.

- Jofre Dumazedier – Sociologia empírica do lazer, de 1979.
- Nelson Carvalho Marcelino – Lazer e humanização, de 1983.
- Nelson Carvalho Marcelino – Lazer e educação, de 1987.
- Nelson Carvalho Marcelino – Pedagogia da animação, de 1990.
- Domenico de Masi – O ócio criativo, de 2000.

Tais obras foram selecionadas na versão do projeto pelos motivos seguintes.

As construções de Lafargue, Russel, Huizinga e Dumazedier representam as fontes clássicas das discussões atuais no campo do lazer (Pode-se observar a recurso a essas fontes nas obras de MARCELLINO, 1995; GOMES, 2003; WERNECK, 2000-a e 2000-b;). Lafargue e Russel realizam enfática crítica à ideologia do trabalho como virtude, sob posições políticas diferentes, sendo o primeiro um socialista e o segundo um liberal. Já Huizinga efetiva uma análise histórico-linguística-filosófica que coloca a centralidade do lúdico/jogo na constituição do gênero humano. Dumazedier, sendo ponto de partida para produções nas diferentes temáticas desse campo, é um dos maiores estudiosos no campo da sociologia sobre o problema do lazer, tendo aprofundado suas pesquisas nesse campo. O conceito de lazer é revisto em 1970, quando os estudos desse autor são divulgados no Brasil (GOMES, 2003).

Desse primeiro bloco de referências primárias, dado o limite de tempo, apenas uma foi analisada, o livro de Huizinga. A escolha desse autor foi feita porque seu tema é mais abrangente que o próprio lazer e, sua abordagem do lúdico é apropriada não só no lazer, mas em várias áreas que discutem o jogo em suas relações com a educação. A obra de Dumazedier, mais importante e mais rica para a compreensão direta da concretude do lazer, é mais extensa e, em grande medida, aparece diluída nas produções do campo no Brasil. Dessa forma, a opção foi por sua análise mais cuidadosa em fase posterior da investigação.

Sussekind, por sua vez, aparece como referência teórico/histórica indispensável para a reflexão do lazer a partir do trabalho no Brasil, conforme as indicações de Peixoto (2006; 2008). Este pensador e sua produção orgânica para as ações do Estado direcionadas às políticas de lazer, traz, segundo Gomes (2003, p.12), análises profundas sobre o trabalho, o lazer e a recreação, “tendo em vista compreendê-los em seus desdobramentos mais complexos”, abordando as “conseqüências sociais da fadiga”, o “funcionamento, processos instituídos e possibilidades de intervenção” do lazer.

Arnaldo Sussekind participou da Comissão de Consolidação das Leis do

Trabalho, constituída em 1942 sob presidência do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no Governo de Castelo Branco, de 1964 a 1967, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e atuou de forma importante nas Reformulações da CLT de 1967 e 1974 (PEIXOTO, 2008). Além disso, esse autor representa o Brasil nas Conferências Gerais da Organização Internacional do Trabalho - OIT em “1951, 1952, 1953 e 1954; e nas 9 conferências seguintes” (Idem, Ibidem, p. 6). Esse autor foi incorporado na pesquisa para a compreensão da constituição histórica do lazer no Brasil, todavia, sua análise como fonte primária também foi relegada ao próximo passo da investigação. Em seguida, encontrou-se que o livro de Acácio Ferreira foi o primeiro no Brasil a utilizar o termo lazer (MARINHO, 2005⁷), sendo considerado por muitos autores a primeira publicação específica sobre lazer no Brasil, segundo Gomes (2003). Após uma leitura inicial dessa obra, também foi decidido relegá-la à um próximo momento da análise.

O pensamento de Marcelino expresso em suas obras é a maior referência teórica nos estudos do lazer no Brasil, sendo reconhecido como um paradigma para os pesquisadores desse campo, conforme Werneck (2000-a). Entre os três livros deste autor decidiu-se pela análise detida do livro que resultou de sua dissertação de mestrado, isso porque, o primeiro (*Lazer e Humanização*) é de caráter mais geral, e mais distante da educação, do que o segundo (*Lazer e Educação*). O terceiro livro (*Pedagogia da animação*) avança mais nas proposições para esta relação entre lazer e educação, todavia, como no segundo livro é preparado o terreno para o desenvolvimento deste terceiro, é naquele que o autor estabelece as relações entre “lazer, escola e o processo educativo” para, em seguida, avançar na teorização da própria “pedagogia da animação” a partir do “componente lúdico da cultura da criança” (MARCELLINO, 1990, p.19).

Por fim, de Masi, um destacado pensador italiano que discute o tempo livre, também representa um paradigma das discussões atuais sobre o lazer, com uma leitura no campo das teorias que defendem a sociedade pós-industrial e a diminuição da importância do trabalho. Segundo Mascarenhas (2006, p.81-82), de Masi, o “apologeta” mais famoso dessa corrente no campo do lazer, indica uma formação humana voltada ao “ócio criativo”, a categoria que substitui o trabalho na “organização e explicação da vida”. Também a análise deste autor foi protelada para um momento posterior de investigações devido aos limites de tempo.

⁷ Texto de Inezil Pena Marinho do ano de 1984, contido na Coletânea publicada pelo CBCE (de 2005), com textos da autoria de Marinho.

Os autores acima foram apresentados todos, inclusive aqueles que não foram analisados detidamente, porque considerou-se importante expor os motivos contextuais que levaram as suas escolhas, enquanto fontes primárias de investigação, dada a necessidade de indicar caminhos para futuras pesquisas. Ou seja, ainda que o tempo não tenha permitido a incursão nas obras de todos os autores, chamar a atenção para a importância de investigar os mesmos representa parte da contribuição pretendida nessa pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa impôs a necessidade de novos autores passarem a compor o quadro de fontes de investigação. Para uma exposição sistemática, considerando os limites de tempo do mestrado, foram selecionados dois autores de grande importância para a crítica ao lazer com o enfoque dado, ou seja, buscando conhecer a concretude do lazer na particularidade brasileira. Nesse percurso, tomando a questão específica do lazer, julgou-se necessário a compreensão das categorias iniciais expostas por Marx para desvendar o capital. No processo de busca da consolidação dessas categorias para a compreensão do lazer, outros autores foram selecionados para uma análise de suas formulações, em especial sobre o lazer e a mercadoria. Por isso, foram analisados dois autores contemporâneos de grande importância no campo dos estudos do lazer:

- Valquíria Padilha. Consumo e lazer reificado no universo onírico do *shopping center*. In: PADILHA, Valquíria. **Dialética do lazer (org.)**. 2006.
- Fernando Mascarenhas. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005.

Estes dois autores são doutores com pesquisas de mestrado e doutorado no campo de estudos do lazer e estão produzindo teoria sobre o assunto com apropriação da obra de Marx. Por isso optou-se em uma análise dos dois autores, que trazem elementos para se conhecer o lazer na particularidade brasileira e, da discussão pontual sobre a relação lazer-mercadoria e suas conseqüências sociais.

A partir do debate com estes dois autores, além de outros, um dos objetivos específicos da presente pesquisa foi alterado. No projeto inicial a intenção era perceber o que muda no lazer a partir da reestruturação produtiva chamada de “acumulação flexível” por autores que estudam o trabalho e os processos produtivos no capitalismo. Porém, como os trabalhos analisados apontavam para modificações formais como sendo essenciais, o foco da investigação, nesse particular, inverteu-se para demonstrar não mais o que mudou, e sim o que permanece no lazer como forma de ocupação do tempo

livre no capitalismo – ou seja, os aspectos de continuidade - e suas mediações para a reprodução da sociabilidade mediada pelas mercadorias. Isso se deu a partir da base teórico-metodológica que se conseguiu estabelecer com os estudos da obra de Marx, principalmente do *O Capital*.

A primeira indicação metodológica específica para se seguir nas investigações sobre o lazer é dada por Taffarel (2005, p. 20), conforme expressa o texto a seguir:

O lazer é aquilo que se manifesta imediatamente enquanto possibilidade de utilização do tempo livre do trabalhador, primeiro e com maior frequência. Partindo dessa consideração devemos nos perguntar por que a “coisa em si”, a estrutura da coisa, não se manifesta imediata e diretamente? Por que é necessário um percurso para compreendê-la? Por que a “coisa em si” se oculta e foge à percepção imediata? Ao fazer estes questionamentos nos esforçamos para fazer um percurso de descoberta da verdade. Buscar a compreensão da essência historicamente construída do lazer, das possibilidades de utilização do tempo do trabalhador. Essa é uma atitude científica da qual depende nossa emancipação enquanto classe social. [...] acessar o método do pensamento para compreender o real acerca do lazer.

Essa precisa indicação teórico-metodológica e política, bem como seus fundamentos, não é tomada como instrumento para as pesquisas correntes no campo do lazer. A análise da produção teórica nesse campo, realizada por Sá (2003, p.19), comprova que nela não se revelam “as contradições em que se inserem as categorias trabalho, lazer e educação na sociedade capitalista”. Portanto, se as produções no campo do lazer, em sua maior expressão e nas suas principais referências, não têm conseguido atingir a apreensão concreta do lazer, será necessário realizar uma revisão crítica dos principais autores desse campo de estudos para possibilitar um salto qualitativo em relação ao entendimento dessa prática social conhecida como lazer. Além disso, uma leitura da produção em trabalho e educação deverá ser empreendida buscando as mediações presentes nos nexos causais existentes na totalidade social entre lazer e educação. A importância da mediação, uma das categorias centrais desta pesquisa, é percebida a medida que “O exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade, é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real nas suas múltiplas determinações” (CIAVATTA, 2001, p.129). Segundo Mello (apud CIAVATTA, *Ibidem*), a mediação é referente a processos reais dinâmicos, reciprocidade entre “fenômenos de uma totalidade” que não constitui um momento, mas um movimento.

O pensamento de Kosik (1963, p.41) aprofunda essa indicação ao expor que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio”. O mesmo autor mostra que o “pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual todo início é abstrato e relativo”. O “conhecimento concreto da realidade” é “um processo de concretização que parte do todo para as partes e da parte para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (Idem, Ibidem).

Ciavatta diferencia a mediação da variável, pois esta diz respeito ao comportamento de um fenômeno na busca de relações de causas e efeitos. A mediação, diferentemente, é a própria “especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações de tempo e espaço, sob ação de sujeitos sociais” (CIAVATTA, 2001, p.132). Como o objetivo central desta pesquisa pretende apreender a concretude do lazer, para indicar possibilidades de articulação do lazer e da educação com um projeto histórico de construção do socialismo, a mediação será uma categoria chave para estabelecer a inter-relação dialética lazer/educação na especificidade do capitalismo e para além dele. Para tanto, o entendimento concreto de lazer foi buscado durante esta pesquisa.

A própria revolução é mais uma categoria constituída em instrumento de trabalho. É importante destacar que a revolução “é um processo histórico, resultado da luta de classes, que conduz à superação de um modo de produção, no caso, o capitalista, alterando substancialmente as relações sociais, principalmente as relações de propriedade dos meios de produção; processo que demanda a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária” (TUMOLO, 2005, p. 18-19). Para obter condições do manejo analítico dessa categoria entende-se que a principal necessidade é o estudo ampliado da obra marxiana, especialmente do *O Capital*. Este já é um limite fundamental que a pesquisa encontrou na sua limitação temporal, pois, o possível de ser alcançado foi apenas o estudo sistemático inicial de elementos desta obra. Para além do estudo detido dos primeiros capítulos do capital, foi-se buscar em outros capítulos subsídios para a compreensão de questões importantes ao objeto de pesquisa.

Para refletir sobre o processo revolucionário adotando o referencial teórico-metodológico e político que parte das determinações materiais da produção existência,

coloca-se a necessidade de tomar a categoria contradição, também, como fundamento para o conhecimento da realidade. Desde a contradição ontológica entre homem e barreiras naturais - no processo de trabalho - até as contradições inerentes à forma capitalista de sociabilidade – entre produção social e apropriação privada do resultado da produção -, chega-se às contradições mediatas e imediatas da educação, como também, do lazer. Além dos pressupostos marxianos e engelsianos de entendimento da contradição como o motor da história (MARX; ENGELS, s/d), tem-se a obra de Cury que traz essa categoria como ponto de partida e de chegada para análise da educação, uma vez que ela tem existência real, deve-se encontrar também no método de análise. Ele identifica a contradição na/da educação em seu papel de reprodução social, ao mesmo tempo em que “é portadora de fermentos de transformação irreduzíveis que podem acelerar a crítica da situação na qual ela aparece” (CURY, 1995, p.79). Essa afirmação que serve de pressuposto metodológico, inicialmente tomada sem reservas – no projeto de pesquisa-, ao final da pesquisa, com o aprofundamento do entendimento da concreticidade da educação na particularidade brasileira, tenciona a necessidade de expor que esse caráter revolucionário está condicionado a determinadas mediações, pois a educação como sistema, como instituição, vem colaborando para a reprodução das relações sociais capitalista, no plano econômico, ligada à formação de qualidades necessárias ao mundo produtivo, e no plano ideológico, inculcando valores, ensinando o respeito à hierarquia e afirmando a moral burguesa.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2006, p.35).

Considerando o aspecto contraditório da realidade social e dos seus produtos, especialmente o lazer e a educação, práticas sociais que decorrem da forma de ser ontológica do homem, o trabalho, tem-se que admitir que o velho é portador do novo. As formas conservadoras da educação e do lazer carregam em si os germes da mudança, suas próprias e, potencialmente, do contexto de onde emergem. Por isso será importante entender como se dão suas funções de reprodução do estabelecido, para modificá-las de

forma a articulá-las ao projeto histórico de superação do capitalismo. Sendo assim, a reprodução é outra categoria que segue ao longo das análises aqui propostas. Cury (1995) mostra duas características fundamentais dessa categoria em relação à educação. A primeira, as barreiras impostas pela burguesia para a conjugação entre teoria e prática e democratização do ensino para impor sua própria ideologia. A segunda, o trabalho dos representantes do capital, com as funções técnica e política da educação, para reproduzi-lo. No campo do lazer, conforme esboçado anteriormente, a reprodução está na essência desse fenômeno.

Partindo destas indicações teórico-metodológicas pretende-se realizar um exame crítico da produção teórica de alguns dos principais autores no campo do lazer, no Brasil, por entender-se que as formulações encontradas nesse campo não atingem a concreticidade do fenômeno, nas palavras de Kosik (1963), não mostram “a coisa em si”, ou seja, não superam a aparência fenomênica do lazer. Para isso será necessário, conforme indica Taffarel (2005), partir do método da economia política. É partindo desse método que será possível atingir um conceito de lazer que expresse as categorias das quais ele emerge, ou seja, trabalho, sociedade, cultura, capital, relações de produção, política e etc. É o caminho com tal concepção dialética da história que permitirá o trato com o presente objeto de estudo, a saber, a constituição e as relações do lazer no capitalismo brasileiro, especialmente sua inter-relação com a educação na forma social do capital, seus limites e suas possibilidades no projeto histórico de construção do socialismo.

Adotando essa perspectiva analítica a partir de uma interpretação do autor matricial para analisar o lazer como mercadoria, Karl Marx, entrei em desacordo com as análises dominantes no campo dos estudos do lazer - de fundamentação liberal - e mesmo com posições dentro do campo que se fundamenta no marxismo. Tendo em vista a sociedade comunista como ponto de chegada, a crítica dentro do campo marxista não é considerada menos importante que a crítica às literaturas conservadoras, uma vez que as suas produções poderão ser requeridas para embasar as estratégias de ação de organizações revolucionárias dos trabalhadores. Tal discordância aconteceu porque é necessário partir de uma concepção de lazer clara. A clareza ou obscuridade dessa concepção depende do ponto de partida da investigação ser um ponto correto ou um ponto equivocado. “O objeto verdadeiro da crítica é sempre o determinante fundamental” (MÉSZÁROS, 1993, p.145), de forma que, o ponto de partida “deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico” (LUKÁCS, 1979, p.46).

Nesse sentido, é preciso diferenciar o que o lazer é na sua essência, na sua gênese histórica - ou seja, prática social de recomposição/potenciação da força de trabalho - daquilo que se deseja ou se busca que o lazer seja, a saber, espaço/tempo ou prática de fruição da cultura, de vivência de novos valores e de transformação social – conforme o assumido pelos autores analisados.

No processo dessa investigação, compreende-se que a expansão do capital leva a criação de novos mercados. Esferas da atividade humana, como a educação, são transformadas em mercadoria (TONET, 2003), processo que também atinge o lazer. A respeito desse fato, os autores com quem se discutiu concordam com a realidade desse processo de mercantilização do lazer, apesar de pressupostos e análises diversas. Portanto, esses complexos, o lazer e a educação, precisam ser analisados sob a lei do valor formulada por Marx. Como a preocupação central nesse momento é o lazer, um dos problemas que guiaram a pesquisa, o terceiro capítulo mais especificamente, foi: como investigar o lazer como uma mercadoria? Para isso, foi necessário um estudo sumário da sistematização de Marx sobre a mercadoria – assunto do segundo capítulo, para desvendar o lazer como mercadoria. Essa análise, que aqui não foi concluída, pode estabelecer (dentro das limitações do pesquisador) uma base que deve colaborar para o conhecimento mais amplo que se busca acerca da concretude do lazer. Nesse sentido, o pressuposto que acabou de ser apresentado, para o entendimento do lazer, deve ser confrontado com as análises dos autores que investigam esse fenômeno, entre outros aspectos, na sua forma mercadoria, a partir de diferentes objetos de estudo - o corpo, o shopping, a reestruturação produtiva – que, todavia, caminham na mesma esfera de análise, o consumo.

Discutir o lazer como mercadoria, a partir do entendimento da própria mercadoria, se deve a necessidade de entender as categorias valor e mais-valia, conforme as formulações de Marx. Entender esse aspecto específico, o lazer como mercadoria, numa perspectiva de totalidade, a sociedade mediada pela mercadoria, deve colaborar para o conhecimento das relações sociais do tipo capitalista. Esta compreensão, por sua vez, é buscada na perspectiva de potencializar a possibilidade de superação da subsunção do trabalho ao capital.

Para quem se ocupa com a investigação do lazer, entender tal problema para poder agir sobre a realidade deve ser uma prioridade. Todavia, apresenta-se a seguinte contradição para os pesquisadores nesse campo: o lazer é a forma como se vivencia o tempo livre na sociedade capitalista para a recomposição da força de trabalho, ainda que

e independente do entendimento predominante no campo de investigação não ser esse; tencionando um lugar diferente para o lazer nas relações sociais, os pesquisadores com posicionamento crítico discutem formas de tornar o lazer mais humano, mais acessível, pela via das políticas públicas e da mudança dos indivíduos. Essa é a posição defendida desde estudiosos ecléticos, como Pelegrin (2006)⁸, até aqueles que se utilizam da tradição teórica marxista, como Mascarenhas (2005)⁹. Este caminho é diferente dos pressupostos que norteiam a presente pesquisa. Aqui se acredita que a busca da democracia é uma perspectiva limitada quando se pensa na emancipação humana, pois está fundada no complexo da política que, para Marx, é o terreno da alienação humana¹⁰. Ele mostra isso, por exemplo, nas passagens:

Quanto mais evoluído e geral é o intelecto político de um povo tanto mais o proletariado – pelo menos no início do movimento – gasta suas forças em insensatas e inúteis revoltas sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma da política, vê o fundamento de todos os males na vontade e todos os meios para remediá-los na violência e na derrocada de uma determinada forma de Estado (MARX, 1995, p.14).

Contudo, se é parafrásico ou absurdo uma revolução social com uma alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (MARX, 1995, p.16).

Nessa perspectiva de revolução e de dissolução das bases que sustentam o capital é que se coloca a única opção para a elaboração de uma teoria coerente com a história em processo, sobre a possibilidade de fruição das produções culturais da humanidade em um tempo radicalmente livre. Sem o entendimento das categorias valor

⁸ “A chamada indústria do entretenimento investe pesadamente na veiculação dessa concepção de lazer baseada no consumo. Esta tendência é reforçada pela falta de políticas públicas para o setor ou pela baixa qualidade das políticas existentes, favorecendo o modelo capitalista que se apropria refinadamente cada vez mais do “tempo livre”, contribuindo para que ele se torne um tempo de consumo para a indústria do entretenimento em suas diversas formas (do turismo, do esporte, da arte, do espetáculo etc.) (PELEGRIN p.108).

⁹ “Articulada à luta mais ampla por uma parametrização socialmente referenciada para o conjunto das políticas públicas, a disputa hegemônica em torno das políticas de lazer revela-se, deste modo, como a estratégia mais apropriada – e, vale dizer também, necessária – para pôr em marcha a construção de alternativas ao processo de mercantilização que apanha o lazer” (MASCARENHAS, 2005, p. 255)

¹⁰ Se forem lembradas as observações de Lênin (2007) em 1902, na sua *Carta a um camarada*, também se verá que defender **igualdade** de direitos, **na perspectiva de uma organização revolucionária**, não tem **nada a ver com a Democracia**.

e mais-valia, não é possível entender o capital e, portanto, toda elaboração sobre as possibilidades do lazer para a transformação da sociedade atual vai esbarrar em limites intransponíveis, teórica e praticamente. Os limites da produção e acumulação do capital.

Pretendendo contribuir nesse sentido, o segundo capítulo discutiu o lazer enquanto mercadoria fundamentando-se na pesquisa de Marx sobre a constituição histórica do capital, notadamente nos cinco primeiros capítulos do livro primeiro, volume 1 do *O Capital*. A opção de concentrar esforços nesses capítulos se deu seguindo as indicações de Marx (1985, p.11) nos textos explicativos da sua obra. No *Prefácio à primeira edição* ele afirma que: “O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior”. Em seguida, ele adianta que na “análise da substância do valor e da grandeza do valor” ele tentou ser o mais didático possível, porém, é bom lembrar que deve haver uma certa atenção com estas categorias, pois: “A forma do valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2 000 anos” (Idem, *Ibidem*).

A complexidade desta obra, que se buscou conhecer e expor com algumas análises possíveis de forma aplicada ao lazer, é um tanto complexa porque, “nesta obra” – nas palavras de seu autor – “me proponho a pesquisar o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (MARX, 1985, p.12). A complexidade desse modo de produção historicamente específico, que se funda sobre o capital, cuja “célula” é a mercadoria, não vem da elucubração teórica do autor. Todavia, a dificuldade de apreensão dessa teoria¹¹ reside em que ela demonstra a gênese e desenvolvimento do capital, o que só foi possível utilizando a lógica dialética, que opera por contradição, se contrapondo a tradição milenar da lógica formal carregada pela civilização ocidental desde a Antiguidade. Isso significa que a teoria social de Marx consegue captar o movimento do capital, a relação social cujas células possuem como mitocôndrias as contradições. A natureza profundamente contraditória dessa relação social chamada capital vem da sua célula, composta de contradições imanentes, contradições internas (valor de uso e valor; trabalho privado e trabalho social, trabalho

¹¹ As idéias são para Marx “nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1985, p. 20) [discutindo a diferença de sua dialética para a de Hegel. A referência direta de Marx é ao “ideal”, e não as idéias, como foi tomado aqui].

concreto e trabalho abstrato) que se movimentam em contradições externas (D – M – D’).

Assim, um breve esclarecimento a respeito da obra de Marx, que representa uma síntese e um avanço em relação à grande produção anterior sobre o tema, é necessário. Primeiramente é Mészáros quem auxilia nesse esclarecimento, informando que o:

projeto de Marx se ocupa das condições de produção e reprodução do capital em si – sua gênese e expansão, assim como das contradições inerentes que prenunciam a sua supressão através de um “longo e doloroso processo de desenvolvimento” – , enquanto que a mal traduzida versão¹² fala apenas de uma dada fase da produção do capital, confundindo problematicamente os conceitos de “produção capitalista” e de “produção do capital” (MÉSZÁROS, 1985, p.44).

Inicia-se a pesquisa, por isso, com uma breve análise dos fundamentos teórico-metodológicos das análises de Marx, desenvolvida por ele e seu companheiro intelectual, Friedrich Engels, em *A Ideologia Alemã*, apontando algumas generalizações para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo particular do Brasil. Em seguida foi abordado o problema da reestruturação produtiva, de forma geral e na particularidade brasileira. Estas discussões, apenas sumariamente empreendidas, representam outra séria limitação deste estudo, pois a compreensão dos nexos históricos do desenvolvimento capitalista brasileiro para a reconstrução da gênese do lazer no Brasil, possibilitando seu conhecimento concreto, é condição indispensável. Todavia, o que foi possível nesse momento foi a preparação para a elucidação posterior das categorias utilizadas por Marx para explicar a mercadoria, o valor e a mais-valia, fundamentos para a compreensão do capital.

Vale reforçar, a análise do lazer como mercadoria encontra uma série de discussões sobre a complexidade do capitalismo recente, seja considerado desde o pós-guerra, seja desde as mudanças na base técnica da produção da fase da acumulação flexível. No entanto, o que mobilizou a análise feita aqui é o que permanece constante, o que tem continuidade nesse processo de tantas rupturas que é o desenvolvimento capitalista. Isso impõe, antes de cunhar novos conceitos para as transformações formais que não significam revoluções, alcançar a elaboração do que já foi descoberto por categorias precisas da obra marxiana, garantindo e demonstrando os caminhos de investigação já abertos.

¹² Mészáros se refere à primeira tradução do *O Capital* para o inglês, supervisionada por Engels, que teve como subtítulo “Uma análise crítica da produção capitalista” (Idem, Ibidem, p.44).

O capital é um fenômeno que existe antes da sociedade capitalista e que é a origem desta. Existe, de início, marginalmente para em seguida tornar-se predominante na organização social da produção, uma vez que as relações sociais se direcionam para sua produção constante, em detrimento da própria integridade dos indivíduos que compõem esta sociedade.

Quando se fala em capital são diversos os entendimentos possíveis dele. Por isso, a importância de compreender a mercadoria e as categorias que ela carrega. Para a contribuição a que se pretende a presente pesquisa de mestrado, é necessário ir além da afirmação, ainda que correta, insuficiente, de que o lazer e a educação, transformaram-se em mercadorias.

Buscando ajuda em Tonet (2003) e seu conciso resumo do capital, pode-se entendê-lo como:

uma relação social e não uma coisa. Esta relação, por sua vez, tem origem na compra e venda da força de trabalho do produtor pelo capitalista. Vale enfatizar que esta compra-e-venda pode assumir as mais variadas formas, implicando sempre a dominação do capital sobre o trabalho e a apropriação privada (ainda que de forma indireta) da maior parte da riqueza produzida. Nesta relação, o capitalista paga ao trabalhador um salário, que representa o custo – socialmente estabelecido – da reprodução da força de trabalho. Como o custo dessa reprodução é menor do que aquilo que o trabalhador produz durante o tempo de trabalho contratado, a parte que sobra – em geral a parte maior – vai para as mãos do capitalista, transformando-se nas várias formas da propriedade privada (TONET, 2003, p.35).

A exploração é a base dessa relação social, ainda segundo Tonet, de forma que a desigualdade é da natureza do capitalismo. Isso fundamenta sua afirmação sobre **a impossibilidade de humanizar o capital**. Por sua vez, Mészáros (1985, p.44) diferencia capital e capitalismo, dizendo que o capital é anterior ao capitalismo e mais fundamental que este, delimitado, por sua vez, a dado período histórico.

Capitalismo é aquela particular fase da produção de capital na qual: 1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante; 2. a força de trabalho em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria; 3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção; 4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica; 5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e 6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do

mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 1985, p.44).

Apresentadas a síntese de Tonet sobre o capital e a delimitação de Mézáros sobre os fundamentos do capitalismo, no caminho para compreender o significado da produção da sociabilidade sob o domínio do capital, cabe retomar a visão de Marx nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos sobre o trabalho subsumido à mercadoria*. O trabalho sob esta determinação empobrece e desumaniza o homem quanto mais riquezas ele produz; no processo social de produção de valores de uso, o valor estabelece a mediação de um processo de atribuição das características humanas às mercadorias (MARX, 2004).

Esse mesmo capitalismo, no seu desenvolvimento recente, apresenta o aprofundamento das tendências de crises já captadas por Marx. Concluindo que há uma diferença nas derrotas da classe trabalhadora no final dos anos 1980 e 1990, porque dessa vez observa-se a “crise de projeto estratégico” e o enfraquecimento da luta contra o capital com o “abandono dos últimos resquícios de um projeto revolucionário”, Tumolo defende que discutir a revolução é premente dado que:

1. vitorioso, o capital “foi jogado a sua própria sorte”, ou seja, a suas próprias contradições, que se acirraram a cada dia; 2. por causa de sua própria lógica, de seu movimento contraditório, o capital nunca mostrou de uma forma tão enfática, como nos tempos atuais, sua capacidade destrutiva, do homem e da natureza, no plano global; 3. daí, a crise estrutural do capital, conforme denomina Mézáros (2002), ou, como prefiro entender, crise estrutural de produção da sociabilidade na forma capital; 4. nunca a contradição antagônica entre capital e humanidade ficou tão evidente e constatável empiricamente como no período contemporâneo, ou seja, nunca a continuidade da existência humana esteve tão ameaçada por um modo de produção gestado pela própria humanidade (TUMOLO, 2005, p.18-19).

Ele apresenta, em decorrência desta avaliação, como necessidade de pesquisa para quem busca compreender a educação a partir do trabalho, articulando-a à superação do capital, entre outros, os temas que devem ser investigados: “crítica radical do capital e de sua atual conformação sócio-histórica; crítica do Estado capitalista e de sua configuração contemporânea” (TUMOLO, 2005, p.19). Compreende-se que no campo do lazer, tais críticas são ainda mais urgentes, dado que: a constituição de uma teoria do lazer em bases marxistas é muito mais incipiente que na educação; em regra, identifica-se a vinculação do lazer à luta dos trabalhadores (quando a perspectiva dessa

luta é reconhecida) pela via das políticas públicas de lazer, não entendendo o lazer apenas financiado pelo Estado, mas, organizado por ele¹³; o entendimento do lazer como uma mercadoria pressupõe uma discussão rigorosa sobre a própria mercadoria; e, finalmente, conhecer o lazer concretamente passa pela compreensão da totalidade do capital e do capitalismo, e é condição do entendimento das mediações entre lazer e educação e da correta articulação entre estes dois complexos com a organização dos trabalhadores com o objetivo da superação do capital.

Esta pesquisa não poderá dar conta de todas estas questões apenas indicadas. Antes, tenciona colaborar para a construção de instrumentos de análise do lazer na sociabilidade mediada pelas mercadorias. Longe de querer formular categorias analíticas, pretende-se colaborar para a discussão que as permita encontrar, pois, conforme Marx mostra no prefácio da primeira edição do *O Capital*, “na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem, reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos”. E, especificamente para o propósito da discussão aqui desenvolvida - encontrar a concretude histórica do lazer – o conhecimento da mercadoria, conforme Marx, “a forma celular da economia” que é “produto do trabalho”, é um momento indispensável.

Essa é uma exigência colocada pela realidade para quem pretende lutar para alcançar os interesses imediatos e de médio prazo da classe trabalhadora - a dissolução da propriedade privada dos meios de produção e de subsistência - e históricos de toda a humanidade – a associação livre dos trabalhadores e a produção regulada pelas necessidades sociais. A análise do lazer como mercadoria tem o propósito de criticar as relações sociais baseadas e voltadas à produção de mercadorias, a curto prazo, e a longo prazo, colaborar de alguma forma para a superação do capital, entende-se que a apreensão dessas categorias é um ponto de partida indispensável.

Huizinga (2001, p.50) explica que um procedimento para analisar uma palavra é a procura por seu oposto. “Para nós, a antítese do jogo é a *seriedade*, e também num sentido muito especial, o de *trabalho*, ao passo que à seriedade podem também opor-se a piada e a brincadeira”. Esta é a via da lógica formal. A mesma que num primeiro momento, no começo desta pesquisa sobre o lazer, permitiu concluir que o lazer ocorre no tempo livre, que só se define pelo tempo não livre, pelo tempo ocupado do trabalho.

¹³ Remete-se aqui à discussão de Marx (s/d) sobre a educação, na sua *Crítica ao programa de Gotha*, onde ele afirma que a educação deve ser tomada das mãos do Estado, organizada pelos trabalhadores, e apenas financiada e fiscalizada pelo Estado.

Para superar a lógica formal é necessária a compreensão dialética de que essa tese tem sua antítese, ou seja, que apesar de ser definido em oposição ao tempo de trabalho, o tempo livre tem nesse seu ponto de partida, sua base ontológica. Assim, na seqüência do trabalho investigativo, no quarto capítulo foram analisados dois autores fundamentais no lazer, um clássico e outro contemporâneo. Huizinga (2001), tratando sobre o lúdico e o jogo, a partir de suas bases idealistas e sua tendência irracionalista, e Marcellino (1995) com sua análise do lazer como via de participação cultural para a formação de novos valores e sua utilização do conceito de hegemonia esvaziado do conteúdo radical que Gramsci lhe imprimiu, foram criticados em relação a sua perspectiva de classe, a partir do referencial teórico-metodológico central da pesquisa.

Como considerações finais desse trabalho, tratou-se de forma introdutória da relação entre o trabalho auto-determinado e o lazer, relação que poderá ser expressa, com a superação da propriedade privada e da produção voltada ao mais-valor e seu acúmulo, como relação entre trabalho auto-determinado e pleno desenvolvimento do tempo livre. Para essa discussão recorreu-se as leituras possíveis até esse momento de Marx e outros marxistas clássicos e contemporâneos. Os estudos feitos já de algum tempo sobre a educação na perspectiva marxista significaram a base para as críticas dos autores do lazer, motivo pelo qual busquei o aprofundamento do estudo na educação. Essa base, confrontada com os autores matriciais, Marx, Lukács, Gramsci, mostrou-se problemática em alguns aspectos. Dessa forma, a análise que até agora foi possível precisa ser superada, tendo em vista a crítica da realidade e a organização dos trabalhadores para o avanço da luta pela construção do socialismo. Conforme poderá ser visto nas partes finais da pesquisa, a classe trabalhadora encontra-se em um momento especialmente complicado, com sua organização profundamente fragilizada pelas estratégias encontradas pelo capital para superar momentaneamente suas crises.

Na pesquisa que ora se conclui buscou-se bases para a investigação dos problemas relacionados ao lazer e, ao lazer e suas mediações com a educação, de forma mais profunda. Essa foi uma opção teórica e política que limitou, nesse primeiro momento, a análise específica do lazer, mas necessária para uma crítica mais fundamentada em relação ao que se elegeu como objeto desse trabalho, que demandará muito tempo ainda para chegar ao seu objetivo de forma satisfatória.

Para além dos motivos já apresentados que justificam uma pesquisa sobre a análise do lazer como síntese de muitas determinações desenvolvida em uma instituição pública, reafirma-se que a justificativa mais importante que faz dessa pesquisa uma

atividade e não uma ação – na acepção de Leontiev (1988) para esses dois conceitos -, é a tentativa de contribuir para alcançar elementos que possam ser apropriados pela classe trabalhadora como ferramentas de trabalho na construção de uma teoria revolucionária. Para isso, dada nossa desvantagem numérica e de recursos para produzir teoria desse tipo, frente à avalanche da produção conservadora, reacionária, metafísica, a-histórica e, portanto anti-revolucionária, temos que buscar cada vez mais a radicalidade de nossas contribuições. Se ser radical é “ir às raízes” e “para o homem a raiz é o próprio homem”, como afirmou Marx (2005), o homem deve estar no centro dessa produção. Todavia, não se pode tomar o homem abstratamente, só se compreende o homem como ser social enquanto se tome como pressuposto o homem de uma classe social dada. Da mesma forma, compreender o lazer, voltando do momento da abstração para a prática social, só é possível tomando um homem da classe trabalhadora ou da classe burguesa, seu tempo livre determinado pelo seu trabalho super explorado ou pelo trabalho expropriado do outro. Só se entende o lazer da forma mais avançada tendo a luta de classes como pressuposto. Esse ponto de partida não garante por si o conhecimento do lazer. Também não estou dizendo que foi possível para esta pesquisa se aproximar desse ponto. No entanto, o compromisso foi colaborar na demonstração de que sem essa base não se pode ir além da erudição vazia, ou do esvaziamento comprometido.

1. DO ÓCIO COM DIGNIDADE AO LAZER MERECIDO: tempo livre x tempo ocupado

1.1 Capitalismo na Alemanha e no Brasil no contexto mundial do século XIX: particularidades e continuidades históricas

Os pressupostos histórico-filosóficos, ou teórico-metodológicos que serão requeridos para as análises do lazer na sua concretude foram buscados inicialmente em *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels. Neste texto, os dois pensadores fazem um acerto de contas com os pressupostos filosóficos dos quais partiam anteriormente, quando compunham a ala crítica da intelectualidade alemã junto com os jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda, estes, alvo da crítica dos autores na primeira parte desta obra escrita entre 1845 e 1846.

Para nós também é necessário fazer um acerto de contas. No nosso caso, não só com nossos pressupostos filosóficos idealistas que muitas vezes não conhecemos, mas, com a produção idealista e materialista do lazer. Fazer a crítica às teorias liberais do lazer, bem como, às elaborações que se propõem transformadoras do lazer e pelo lazer. Nossa proposta deve ser por uma teoria revolucionária do lazer. Mas o que é isso? Qual o caminho teórico que pode orientar uma prática coerente com tal proposta?

A primeira pista para tal teoria é o pressuposto segundo o qual **é o modo de produzir materialmente a existência que determina a consciência, a cultura, portanto, o lazer e a educação.**

Pensar no lazer, seus aspectos educativos (educação pelo, para e do lazer) e suas relações com a revolução das relações sociais implica pensar no que são o lazer e a educação. Esse breve apontamento de estudo de *A Ideologia Alemã* desenvolve-se a partir dos complexos lazer e educação, partindo do trabalho e da sociedade do capital, conforme o eixo da presente pesquisa. Esta pesquisa tem justificativa histórico-social por se constatar que há interesse da burguesia na ocupação do tempo livre e na formação do trabalhador para que este não se degenere física, moral e psicologicamente. Essa preocupação decorre da indissociabilidade entre trabalhador e força de trabalho, a única mercadoria, segundo Marx (1985) capaz de produzir a mais-valia. O lazer, dessa forma, torna-se fundamental para a constituição de uma sociedade de produção

capitalista por ser a prática social de recomposição da força de trabalho que ocorre no tempo de não trabalho, no tempo livre do trabalhador. E, por sua vez, o aspecto da formação inclui a preocupação com a educação nos espaços formais e informais, visando, de acordo com os interesses da burguesia, a reprodução da sociedade capitalista.

Acredita-se que estão corretas as formulações de Marx e Engels, bem como de representantes clássicos dessa tradição teórico-metodológica e político-militante, tais como Lênin, Lukács, Gramsci, Mészáros e outros, que investigam a sociedade capitalista como a sociabilidade regida e mediada pela mercadoria, por ser esta portadora material do valor e condição para a extração da mais-valia. Nessa tradição, seguindo a análise histórico-social que parte da base ontológica do trabalho e de seus complexos fundados, tais como direito, política, cultura e ética (LUKÁCS, 1979), junto dos quais estão a educação e o lazer, entende-se que estes dois complexos do ser social, ontologicamente dependentes e relativamente autônomos do complexo fundante, o trabalho, são, de forma hegemônica, instrumentos que fornecem a formação para o trabalho capitalista, além de “gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”, seguindo a crítica de Mészáros (2006-a) à educação formal.

Desta forma, nesse primeiro momento, muito mais do que mergulhar na discussão destes eixos em sua concretude, pretende-se discutir as bases da construção teórica de Marx e Engels a partir de *A Ideologia Alemã*, para estabelecer pressupostos de investigação científica dos mesmos e, conseqüentemente, possibilitar o alcance do conhecimento concreto do lazer. Parte-se desta concepção de conhecimento, de movimento social e de história estabelecidos em linhas gerais já nessa obra de 1845/46, porque na afirmação de Marx e Engels sobre a existência de uma única ciência, a história, reside o problema central da produção e reprodução da vida humana, surgindo a “dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base” (LUKÁCS, 1979, p.15-6). Tal concepção é um pressuposto sem o qual não seria possível expor e defender uma determinada concepção de homem, de ser genérico que deve ser tomado na investigação da sociedade capitalista tendo em vista sua superação, conforme será visto no segundo capítulo dessa pesquisa.

Para entender a produção teórica de Marx e Engels até os anos de 1845 e 1846 é importante conhecer alguns elementos contextuais da Alemanha nesse período, como sua situação de relativo atraso em relação à Inglaterra e à França. Marx e Engels afirmam no início de *A Ideologia Alemã*:

De acordo com certos ideólogos alemães, a Alemanha teria sido nestes últimos anos o teatro de uma revolução sem precedentes. O processo de decomposição do sistema hegeliano, iniciado com Strauss, teria dado origem a uma fermentação universal para a qual teriam sido arrastadas todas as potências do passado. Nesse caso universal, formaram-se impérios poderosos que depois sofreram uma derrocada importante, surgiram heróis efêmeros, mais tarde derrubados por rivais audazes e mais poderosos. Perante uma tal revolução, a Revolução Francesa não foi mais do que uma brincadeira de crianças e os combates dos diádocos parecem-nos mesquinhos. Os princípios foram substituídos, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros: de 1842 a 1845, o solo alemão foi mais revolvido do que nos três séculos anteriores.

E tudo isso se teria passado nos domínios do pensamento puro (MARX; ENGELS, s/d, p.11-12).

Nesta passagem do início do texto os autores mostram, com tom satírico, como os pensadores alemães acreditam que suas idéias revolucionam o mundo. No entanto, as mudanças no pensamento alemão de cunho idealista refletem as grandes mudanças econômicas e políticas que revolucionam as bases sociais na Inglaterra e na França.

Na Inglaterra, a burguesia já detinha o poder econômico, fruto da industrialização que alcançava grandes proporções, desde o século XVII (ANDERY, 1998). Na França, as forças dominantes do velho regime haviam sido vencidas por burgueses e operários desde a revolução burguesa no século XVIII. Dessa forma, no século XIX a burguesia já se constituía em classe dominante, superando sua fase revolucionária, apresentando-se enquanto opositora histórica da classe trabalhadora. A contradição basilar do capitalismo, uma produção definida por seu caráter social que é oposto à apropriação privada do resultado dessa produção, com a criação de uma miséria (generalizada) tão mais intensa quanto mais riqueza (localizada) se cria, também é evidenciada desde então.

Na Alemanha, no entanto, o poder ainda se encontra nas mãos da nobreza, do clero e dos senhores feudais (FERNANDES, 1984). O território alemão ainda não logrou sua unificação e o desenvolvimento econômico ainda carece de condições já dadas nos outros dois países (ANDERY, 1998). Essa situação de atraso econômico, somada as revoluções do pensamento instituídas pelos filósofos alemães, junto com a necessidade da correta interpretação do mundo para transformá-lo, impulsionam Marx e Engels a revisar criticamente e superar o pensamento idealista da Alemanha nos seus principais representantes: Feuerbach, Bauer, Stiner e socialistas alemães. A crítica ao

atraso econômico e político alemão, bem como à covardia e à baixa capacidade intelectual da sua burguesia vai ser recorrente nos escritos de Marx, como fica evidente na Introdução a crítica da filosofia do direito de Hegel, de fins de 1843 e início de 1844¹⁴, e no Posfácio da segunda edição do O Capital, de 1873¹⁵.

Essa crítica de Marx e Engels, retomada e intensificada por Marx nos seus escritos posteriores a respeito da burguesia alemã, mesquinha, covarde e submissa, conforme entende Marx (2005), deixa antever o tipo de desenvolvimento do capitalismo que se daria na Alemanha desde o século XIX: a chamada via prussiana. A observação do desenvolvimento subordinado do capitalismo alemão, capitaneado por esta burguesia débil e reacionária, é importante para a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil¹⁶ que se dá sem a ruptura da burguesia com as classes senhoriais, com a nobreza e o clero, mas, com uma associação esquizofrênica com estas. Tal processo se desenvolve no Brasil desde o fim da monarquia, com a derrocada do Segundo Império e início da República, em 1889. A monarquia não é vencida em luta: ela vai se enfraquecendo e desmontando, se encolhendo de tal forma que fica representada na figura de um indivíduo, sendo substituída “naturalmente” pelos republicanos. A república aceitou em seus quadros, igualmente, liberais e conservadores, republicanos e figuras públicas do Império (SODRÉ, 1998).

Dessa forma, têm-se a constituição do capitalismo brasileiro, analisado por Netto (2004-a), apresentando três traços fundamentais, sendo o primeiro deles:

um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as

¹⁴ “E um belo dia, o alemão encontrar-se-á ao nível da decadência européia, antes de alguma vez ter atingido o nível da emancipação européia [...]”

Se examinarmos agora os governos alemães, veremos que devido às condições da época, a situação da Alemanha, o ponto de vista da cultura alemã e, por último, o seu próprio destino afortunado, tudo os impele a combinar as deficiências civilizadas do mundo político moderno (de cujas vantagens não desfrutamos) com as deficiências bárbaras do *ancien régime* (de que fruimos na quantidade devida)” (MARX, 2005, p. 153).

¹⁵ “[...] o Sr. Mayer, industrial vienense, afirmou com acerto, numa brochura publicada durante a guerra franco-alemã, que o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora” (MARX, 1985, p. 16).

Na Alemanha, o modo de produção capitalista atingiu a maturidade depois que o seu caráter antagonico já tinha se revelado ruidosamente na França e na Inglaterra por meio de lutas históricas, enquanto o proletariado alemão já possuía uma consciência de classe muito mais decidida do que a burguesia alemã [...]” (Idem, p.17).

¹⁶ Não sob a forma transposição direta de uma experiência específica para outra, mas sob o princípio da continuidade do decorrer histórico junto à consideração das rupturas que o mesmo apresenta, partindo da consideração da especificidade de cada experiência.

liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados (NETTO, 2004-a, p.18).

Sodré (Ibidem) afirma que entre os representantes do novo regime e do velho não havia diferenças marcantes, de forma que a república não significou a ascensão de nenhuma classe nova ao poder. O Brasil apresenta uma via de desenvolvimento capitalista chamada por Chasin (1978, apud NETTO, 2004-a, p.20) de “via colonial-prussiana”.

Essas referências da particularidade histórica brasileira são condição *sine qua non* para a compreensão do lazer e da educação de forma radical, e só são possíveis a partir da concepção de história inaugurada por Marx e Engels.

1.2 Concepção de história e bases teórico-metodológicas em *A Ideologia Alemã*

A concepção da história de Marx e Engels é materialista e dialética, tendo o homem como sujeito da história e a produção dos meios para satisfazer as necessidades de subsistência como o primeiro ato histórico. Essa concepção é fundamental para apreender concretamente o lazer, uma necessidade surgida das relações sociais próprias do modo de produzir a vida do atual momento histórico. Assim, sobre as bases de Marx e Engels na Ideologia Alemã pode-se demarcar sua lógica dialética, seu pressuposto materialista e sua original concepção de história.

1. A lógica é a dialética. Esta lógica opõe-se historicamente à lógica formal, que é a lógica dominante na produção hegemônica do conhecimento e na forma mais comum de entender e julgar o mundo. A formulação mais conhecida sobre a dialética pode ser assim apresentada: a uma tese original, ou primeira formulação sobre um fenômeno, se opõe uma antítese, que é a negação da primeira tese. Isso decorre de um dos pressupostos da dialética - a contradição -, que aparece nessa lógica como o motor, o impulso da mudança. Após a antítese, que se opôs à tese inicial, o pesquisador pode atingir uma síntese, que é a negação da negação inicial (antítese), por isso, pressupõe-se

a dialética como uma negação da negação. A lógica dialética capta os fenômenos em movimento, na sua totalidade e a partir de seu movimento. Dentro dessa lógica,

Quando nos detemos a pensar sobre a natureza, ou sobre a história humana, ou sobre a nossa própria atividade espiritual, deparamo-nos, em primeiro plano, com a imagem de uma trama infinita de concatenações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era, nem como e onde era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre. Vemos, pois, antes de tudo, a imagem de conjunto, na qual os detalhes passam ainda mais ou menos para segundo plano; fixamo-nos mais no movimento, nas transições, na concatenação, do que no que se move, se transforma e se concatena. Essa concepção do mundo, primitiva, ingênua, mas essencialmente exata, é a dos filósofos gregos antigos, e aparece claramente expressa pela primeira vez em Heráclito: tudo é e não é, pois tudo flui, tudo se acha sujeito a um processo constante de transformação, de incessante nascimento e caducidade [...]” (ENGELS, s/d, p.45)¹⁷.

Esse movimento constante é desencadeado pela contradição, considerando-se que dado acúmulo quantitativo, a partir de certo ponto, causa uma transformação qualitativa. O elemento novo traz em si o germe de sua negação, logo, a unidade dos contrários e a superação por incorporação são expressões dessa lógica dialética, da qual Hegel foi o pensador moderno que mais longe chegou em sua elaboração.

Os pressupostos da dialética opõem-se aos pressupostos contidos na lógica formal. Enquanto a lógica dialética faz um caminho do abstrato para o concreto, tendo o concreto como ponto de partida¹⁸, a lógica formal caminha do concreto para o abstrato sem retornar ao concreto. Partindo de uma abstração inicial sobre o fenômeno, quem se utiliza da lógica formal deve proceder a sucessivas abstrações sobre a base empírica, tentando atingir um conceito mais universal possível sobre tal base até que, finalmente, ocorre um desprendimento da base empírica da qual se parte (VIEIRA PINTO, 2005). Portanto, opera-se no plano abstrato sem atingir o concreto como síntese de múltiplas

¹⁷Texto escrito por Engels em 1877 (Anti Dühring) e reorganizado para publicação na Revue Socialiste em 1880 (Do Socialismo utópico ao socialismo científico).

¹⁸ É importante distinguir, nesse sentido, a ontologia do conhecimento, que na construção marxiana e engelsiana tem a materialidade como fundamento, da gnosiologia, processo de conhecer a realidade a partir da abstração, da empiria apanhada de forma caótica pela transposição da realidade para a mente, caminhando para o concreto, ou seja, a realidade compreendida como síntese de muitas determinações no movimento do pensamento de apreensão da realidade. Germer (2003) explica essa relação a partir dos conceitos de “concreto sensorial” e “concreto pensado”, dividindo esquematicamente a **produção do conhecimento** – “etapa material” – em “concreto real” mais “concreto sensorial” e a **elaboração do conhecimento** – “etapa mental” – em “concreto sensorial”, mais as “abstrações simples” mais o “concreto pensado”.

determinações, ou, “concentração de muitas determinações” (MARX, 1983, p.410), como ocorre na lógica dialética.

2. Além da lógica dialética, Marx e Engels utilizam-se do pressuposto materialista¹⁹ em oposição ao idealista. Esse é o aspecto de sua teoria que lhes coloca no campo oposto a Hegel, que parte da idéia de um espírito universal, absoluto, como a origem da sociedade civil e do Estado, bem como das leis e da própria natureza.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas são portanto verificáveis por vias puramente empíricas (MARX, ENGELS, s/d, p.18).

Assim, o ponto de partida para pensar a realidade é a prática social, não a idéia sobre tal prática. Da mesma forma, pensar em modificar essa realidade é pensar em modificar a prática social, não, como fazem os idealistas, buscar a revolução das idéias para alterar essa realidade. Engels (s/d) discute com críticos do materialismo, os agnósticos ingleses do século XIX, que têm o pensamento originário em Kant e Hume, no século XVII, e suas dúvidas sobre a possibilidade de conhecer as coisas, afirmando que delas só se podem obter impressões, uma vez que os sentidos podem não percebê-las corretamente. Engels (s/d, p.12) afirma que os homens “antes de argumentar, haviam atuado”, sintetizando a relação da teoria com a prática, de forma a dissolver tal dúvida, da seguinte forma:

desde o momento em que aplicamos estas coisas, de acordo com as qualidades que percebemos nelas, ao nosso próprio uso, submetemos as percepções de nossos sentidos a uma prova infalível no que se refere à sua exatidão ou a sua falsidade. Se estas percepções fossem falsas, falso seria também o nosso juízo acerca da possibilidade de empregar a coisa de que se trata, e a nossa tentativa de empregá-la teria forçosamente de fracassar. Mas se conseguimos o fim desejado, se achamos que a coisa corresponde à idéia que dela fazemos, que nos dá o que dela esperávamos ao usá-la, teremos a prova positiva de que, dentro desses limites, as nossas percepções acerca da coisa e das suas propriedades coincidem com a realidade existente fora de nós (ENGELS, s/d, p.12).

Engels lembra que Hegel fornece o argumento para negar a afirmação agnóstica da impossibilidade de conhecer a coisa em si, apreender o objeto concretamente, ao

¹⁹ Engels (s/d, p.10) entende que Bacon, Hobbes e Locke são os precursores ingleses do materialismo moderno tomado pelos franceses.

dizer que “desde o momento em que conhecemos todas as propriedades de uma coisa, conhecemos a própria coisa” (Idem, *Ibidem*). Essa posição tem importância fundamental na construção teórica marxista, uma vez que o trabalho humano é sempre pré-ideado, implica em conhecer as leis naturais que podem ser apropriadas e utilizadas para atingir um fim, “no entanto, a posição do fim e a busca dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma” (LUKÁCS, s/d, p.8).

3. Finalmente, cabe ressaltar que a concepção de história que estes dois pensadores apresentam é original, pois supera a tradição historiográfica de descrição de eventos históricos de caráter fatural e de entendimento linear dos acontecimentos. Também, jamais atribuíram à história nenhum dado de teleologia, de lógica própria. Marx e Engels tratam a história de forma processual, considerando a contradição como impulso desse processo que é, em suma, todo resultado da produção da vida pelos homens através de seu trabalho. Conforme a explicação de Florestan Fernandes (1983), pode-se compreender que a investigação de Marx sobre um acontecimento histórico partia do levantamento fiel da empiria, porém, sua exposição só acontecia com a conclusão de um segundo levantamento, “das várias séries ou cadeias de fatos essenciais, relacionados entre si por conexões causais conhecidas e comprovadas”. O método de Marx de pesquisa histórica, seu “estilo científico de descrição histórica opunha-se revolucionariamente às tendências dominantes da ‘história convencional’ e do ‘culto à erudição’” (FERNANDES, 1983, p.58-9).

Fernandes afirma, ainda, que “sob o aspecto crucial de converter a pesquisa histórica em pesquisa científica e de introduzir na observação histórica critérios de reconstrução, de análise e de interpretação de fundamentos científicos, Marx foi um pioneiro que se antecipou à sua época” (Idem, *Ibidem*, p.59).

Marx e Engels tratam a história a partir da perspectiva da totalidade, categoria conferida pela forma de organização da produção (MARX; ENGELS, s/d, p.48-49) e não pela soma das partes, ou pelo alcance de tudo o que existe, como o entendimento equivocado trata essa categoria. Partindo desta categoria fundamental, eles explicam que a distinção entre o homem e o animal começa quando os homens iniciam a produção de seus meios de vida, análise que se constitui na base de sua concepção ontológica. Essa concepção de história diz que aquilo que os indivíduos são coincide com sua produção, com o que produzem e como produzem. Sob este pressuposto erige a exigência de pensar o lazer, uma forma de manifestação da existência humana, como

reflexo das condições materiais da produção da existência, enquanto uma categoria da sociedade capitalista²⁰, dada a compreensão de categoria como expressão de “formas de vida, determinações de existência”, segundo Marx (1983, p.415).

Portanto, para entender essa manifestação, assim como a educação, para além das suas expressões sensíveis, é necessário entender o grau de desenvolvimento das forças produtivas dadas em uma sociedade. E é possível reconhecer o grau de desenvolvimento das forças produtivas a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Marx e Engels mostram no desenvolvimento histórico a oposição entre trabalho comercial e industrial agrícola, com a oposição entre cidade e campo. Nesse processo, um novo estágio da divisão do trabalho leva a uma nova forma de propriedade, sucedendo-se as formas de propriedade tribal, comunitária e estatal, feudal e capitalista (MARX; ENGELS, s/d, p.20-24).

Por isso, compreende-se que a estrutura social resulta do processo vital dos indivíduos, não daquilo que pensam de si, mas daquilo que são na realidade, da forma como trabalham e produzem materialmente (Idem, Ibidem, p.24). “A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar directamente ligada à atividade material dos homens” (Idem, Ibidem, p.25). “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Idem, Ibidem, p.26).

Ao considerar essas indicações, caminhando pelo método materialista histórico dialético, pode-se intentar a investigação do lazer e de suas relações com a educação de forma a aprendê-los a partir dos fatos e de suas leis gerais, superando, tal qual Marx e Engels fazem nesta obra, a fase idealista de sua discussão. O objetivo desta busca é a possibilidade de articular ambos, lazer e educação, com a luta dos trabalhadores pela superação histórica da forma capitalista, individual e mesquinha de propriedade. Para tanto, cabe notar que a liberdade, também tratada como emancipação na tradição marxista, é um fato histórico e não individual, como defendido na obra em questão (Idem, Ibidem, p.28). Essas considerações levam os autores afirmar que importa revolucionar o mundo existente (p.29), conforme está expresso também nas *Teses sobre Feuerbach*, de Marx (s/d).

É fundamental notar acerca de tal concepção de história, formulada originalmente por Marx e Engels, que a oposição entre homem e natureza decorre da

²⁰ Marx, ao tratar das “categorias mais abstratas” indica o que é importante para tratar o lazer dessa forma, a saber, que ele e as demais categorias explicativas da sociedade capitalista, constituem “o produto de relações históricas, e não possuem plena validade senão para estas relações e dentro dos limites destas mesmas relações” (MARX, 1983, p.414).

desconsideração da base efetiva da história, de forma que **os homens compartilham com cada época as ilusões que ela traz sobre si própria**, sendo eleita a imaginação como motor da práxis (MARX; ENGELS, s/d, p.31). O exemplo dessa constatação é encontrado no texto, quando Marx e Engels contrapõem ingleses e franceses com suas ilusões políticas aos alemães, com suas ilusões religiosas. Tendo essas ilusões como ponto de partida, a transformação da realidade é buscada de forma unilateral, atacando os ideais sem tocar nos pressupostos materiais, ou seja, econômicos. Essa solução aparece freqüentemente no campo do lazer e da educação²¹, buscando transformar condições sociais por via de campanhas culturais e das transformações individuais.

No desenvolvimento do seu pensamento sobre os pressupostos da história e da demonstração histórica dos diferentes estágios da divisão do trabalho e das organizações econômicas, Marx e Engels mostram como a partir do estabelecimento de um comércio mundial a história se eleva a história universal. Deixam claro o poder alienante e subsumidor que o mercado exerce sobre os homens e suas necessidades (Idem, Ibidem, p.29-43). Discutem as “condições práticas” da superação dessa alienação e a importância do pleno desenvolvimento das forças produtivas para o estágio da história humana chamado de comunismo. Entendendo comunismo não como “um estado que deva ser implantado, nem com um ideal a que a realidade deva obedecer”, mas como “o movimento real que acaba com o actual estado de coisas” (p.42).

As bases gerais das formulações historiográficas idealistas clássicas são demonstradas e criticadas na Ideologia Alemã, evidenciando a cisão entre pensamento, indivíduos e modos de produção, dando autonomia às determinações do conceito. Essa inversão do princípio determinante é elaborada da seguinte forma pelos filósofos idealistas:

- Primeiro, há uma separação entre dominantes e seus pensamentos, logo, há uma dominação de pensamentos.
- Segundo, os pensamentos se transformam em entes autônomos que determinam a si próprios, formulação que depende, todavia, de sua conexão com a base empírica.
- Terceiro, a auto-consciência, ou, pensamento autônomo, para ganhar legitimidade, para ser identificável na prática, é representada em uma pessoa ou em uma série de pessoas, como os pensadores, os filósofos, os ideólogos.

²¹ Especificamente para uma análise crítica da produção em Trabalho e Educação, que tende a dar acento ao momento político, conforme Tonet (2005), vale a pena consultar as análises de Marx no artigo “Glosas críticas” de 1844 em que ele esclarece que a emancipação política não coincide com a emancipação humana.

Em seguida, Marx e Engels mostram os estágios da divisão do trabalho e as condições históricas para o aparecimento do capital. Para isso as grandes navegações, as expedições e a colonização, o tráfego de produtos das Índias, a extração e circulação do ouro e da prata foram fundamentais. Com tais mudanças econômicas são necessárias mudanças políticas para atender as novas condições, como demonstram ao discutir as leis alfandegárias ou proteção ao mercado nacional (Idem, *Ibidem*, p. 69-73). Vale lembrar que esta lição deve ser aprendida quando se investiga a última resposta do capital a sua crise de acumulação, a partir da década de 1970, em que se observou a radicalização do capital no plano político com o neoliberalismo.

As condições da grande indústria são as seguintes (p.73):

- Concentração do comércio e da indústria em um único país (maior potência marítima);
- Criação do mercado mundial que determinou a procura dos produtos ingleses;
- Procura por mercadorias que ultrapassava a capacidades das forças produtivas;
- Liberdade de concorrência dentro da nação (séc. XVIII – unidade nacional na Inglaterra).
- O aperfeiçoamento da mecânica teórica (p.73).

Com o estabelecimento da maturidade capitalista, a grande burguesia torna insuportável para o trabalhador as relações com o capitalismo e até com o próprio trabalho. Neste sentido é que Mészáros (1993, p.198) pode assumir que “a concepção marxiana de história aponta” “um movimento em direção à substituição não só das determinações econômicas capitalistas, mas do papel preponderante da base material como tal”. Se os complexos educação e lazer são fundados pelo trabalho e dele dependem ontologicamente, pensar neles como processos de generalização e de fruição da cultura socialmente produzida põe em pauta a perspectiva dos limites do capital e sua “tendência universalizante” expostos por Mészáros (*Ibidem*, p.200) como as “próprias limitações estruturais” deste. Limites naturais, condições objetivas da vida humana, são desrespeitados, ignorados e transpostos frente às necessidades de “expansão contínua do capital” (Idem, *Ibidem*, p.200). Por isso, a perspectiva da “da necessidade histórica em desaparecimento progressivo, transfere a potencialidade positiva da tendência universalizante do capital para fora dele, para um modo radicalmente novo de produção e relações sociais”, de modo que:

O desenvolvimento “livre, desobstruído, progressivo e universal” da vida social, sob as condições do novo modo de produção, implica o fim do determinismo material unilateral²² e, a partir daí, também uma relação radicalmente nova entre a base anterior e a superestrutura – sua “fusão” efetiva – no novo “reino da liberdade” (MÉSZÁROS, 1993, p.201).

Esta concepção de história radicalmente nova, que toma a perspectiva de Hegel de que tudo que vive merece morrer, colocada na perspectiva materialista e sob o projeto histórico da classe trabalhadora, permite a elaboração teórica que intenta a superação radical dos limites do capital, intrínsecos à produção de mais-valia, à valorização do valor. Estes limites são mostrados por Marx quando expõe o processo de circulação simples de mercadorias na fórmula $M - D - M$, onde o objetivo da circulação, mediado pelo dinheiro, é extrínseco a ela. O objetivo desta circulação é a satisfação de necessidades humanas, pois nos extremos da equação estão mercadorias que efetivam seu valor de troca ao sair da circulação para a esfera do consumo. Diferente da circulação do dinheiro como capital, expresso na fórmula $D - M - D'$, em que o objetivo das trocas, mediadas pelas mercadorias que representam a riqueza material de uma sociedade, é intrínseco à própria circulação. Seu objetivo é a obtenção de um valor a mais, um ΔD .

As necessidades humanas são relegadas ao plano de mediação da produção e da valorização do valor, sendo que o valor de uso da mercadoria dinheiro só pode se realizar na esfera da circulação, morrendo quando vai para a esfera do consumo (MARX, 1985, p.125-145). Compreender a historicidade do capital e do capitalismo no interior desta concepção fundada por Marx e Engels permite aos pesquisadores do lazer e da educação, ou, das relações entre lazer e educação, compreender a necessidade de superação da estrutura econômica que sustenta o capital, considerando a forma orgânica das determinações ideais como força material, dos campos superestruturais, para a plena realização humana que se articula a estes complexos de fruição da cultura no tempo livre e de generalização do conhecimento. Esta discussão sobre o capital será aprofundada mais a frente nesse capítulo.

²² Esta questão será retomada a partir de outro texto de Mézáros (2004) no terceiro capítulo, com sua discussão sobre uma contabilidade socialista e a superação do determinismo econômico que dissocia economia e política.

1.3 Generalizações da concepção de história e estudo do lazer

Após os apontamentos feitos acima, pode-se afirmar que a apropriação da obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, tem a seguinte importância, para a investigação a ser desenvolvida:

- Compreender os fundamentos teórico-metodológicos, em sua primeira formulação, de toda a produção posterior de Marx e Engels.
- Aprender elementos para efetuar estudos críticos sobre o capitalismo, o lazer, a educação superando as formulações idealistas, que não são poucas, e avançando para a pesquisa científica histórica materialmente referendada e dialeticamente interpretada.
- Diretamente em relação à educação, tomar o primado materialista de que a consciência é formada no processo de produzir materialmente a existência, de forma dialética, é ponto inextrincável de uma ciência pedagógica que não seja desencaminhada pelo relativismo histórico, pelo irracionalismo filosófico ou pelo ecletismo teórico-metodológico e niilismo político. Como se sabe, tais concepções fundamentam os vários modismos assentados na ideologia dominante que, dada a economia voltada à valorização do valor e suas mediações, constrói diuturnamente a “produtividade da escola improdutiva”.
- As investigações ulteriores desta dissertação têm o precípua objetivo de revolucionar praticamente a realidade dada. Para tanto, o estudo da *Ideologia Alemã* deve representar uma introdução ao pensamento de Marx e Engels, que deve ser estudado na sua obra principal, *O Capital: crítica da economia política*. Só com a compreensão dessa obra pode-se atingir o entendimento radical das relações sociais capitalistas e suas bases econômicas, condição para construir uma teoria que ataque com a força requerida o sustentáculo da fortaleza em que se constitui historicamente o capital.

Com esse trabalho teórico/prático é possível compreender a historicidade do estágio de coisas que a sociedade atual atinge, demonstrá-lo didaticamente à classe trabalhadora, retomar a compreensão da história como processo, e fazer avançar a roda da história. Sobre esse aspecto, cabe recordar o importante conselho deixado por

Gramsci (2004-a, p.95-6): é mais importante repetir para as massas verdades já descobertas do que realizar individualmente descobertas originais²³.

Retomar os estudos da *Ideologia Alemã* permite caminhar pela concepção de história que parte das bases materiais, enfrentar mudanças no plano do pensamento que se pretendem maiores ou diferentes das que ocorrem no plano econômico. Se na época de Marx e Engels os “heróis do pensamento” alemão atribuíam às elucubrações filosóficas o que era produto do desenvolvimento das forças materiais, atualmente é necessário combater a anunciada superação das classes sociais, do capitalismo, do trabalho, da própria história e da modernidade, conforme as fábulas dos teóricos pós-modernistas que, ao gosto da tradição filosófica que Marx e Engels contestam, conseguem tais superações no plano do puro pensamento.

Nesse sentido, Le Goff citado por Dosse (1992, p.21), afirma que “Não é por acaso que os *Annales* nascem em 1929, o ano da grande crise. Esse contexto permite entender o surgimento da agenda ou paradigma pós-moderno, dado o caráter de descrença na idéia de progresso, o contexto de desemprego e recessão decorrentes da crise econômica que “atingiu a economia capitalista em escala mundial” (DOSSE, 1992, p.22) e sua conseqüente influência na formação das consciências dos homens daquele período, que caracterizou “uma grande crise do espírito humano” (FEBVRE, apud DOSSE, 1992, p. 24). As contradições estruturais do capitalismo, nesse momento histórico de síntese, geraram uma crise nas condições materiais de produção da vida, com uma conseqüente “crise de civilização, [que] não afetou somente os historiadores; perturbou as certezas de todos os meios intelectuais” (DOSSE, 1992, p.24).

Todavia, cabe retomar a elucidação das revoluções econômicas que levam a novas medidas políticas, conforme o exemplo inglês tem demonstrado. As reverberações teóricas pós-modernistas do presente não são enganos inocentes, pelo contrário, devem ser entendidas à luz da fase extremamente hostil do capital contra condições mínimas de vida digna dos trabalhadores, resultante de sua última crise cíclica. A reestruturação do capital, desde fins de 1960, pressupõe mudanças no cenário político e ideológico, tais como o neoliberalismo e a “ambiência cultura pós-

²³ A afirmação de Gramsci é tão poderosa que considero válida sua reprodução literal: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2004, p.95-6).

modernista” (NETTO, 2004-b). Assim, cabe e urge os estudos de *A Ideologia Alemã* e da precedente produção de Marx e Engels, para entender e superar tais construções do estágio atual do modo de produção capitalista.

Investigar o lazer e a educação a partir da categoria trabalho, evidenciando as suas determinações na divisão social do trabalho, e descobrindo as mediações estabelecidas entre estas práticas sociais, permite discutir suas inserções no sentido de reproduzir ou de transformar a sociedade de classes que limita a plena fruição do tempo livre. Esta proposição estabelece-se ao se identificar a preocupação de uma educação do lazer, para o lazer e pelo lazer, que pode assumir rumos distintos, conforme o ponto de partida e o objetivo pretendido. Esta compreensão será aprofundada no terceiro capítulo da presente pesquisa. Agora, antes de analisar a particularidade do caso brasileiro, será retomada a constituição das relações capitalistas de produção, tendo o lazer e, algumas de suas relações com a educação, como eixo condutor.

1.4 Consolidação do modo capitalista de produção

A Propriedade Tribal demonstra um estágio não desenvolvido da produção (MARX; ENGELS, s/d). Os homens se alimentam da caça, da pesca, da criação do gado ou da agricultura. A divisão do trabalho é pouco desenvolvida, se limitando a uma extensão da divisão natural da própria família. A estrutura social é uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo os membros da tribo. As práticas do tempo livre na forma de sociedade decorrente dão-se por meio de atividades ritualísticas, como, por exemplo, as danças em agradecimento aos deuses por uma boa colheita²⁴. Os jogos já existiam nas culturas primitivas, conforme atesta Filho (1973, p.14), se apropriando de Huizinga²⁵, para mostrar que " as consagrações, os sacrifícios,

²⁴ Se a análise aqui empreendida é correta, se o lazer é uma prática social própria do capitalismo que se inicia a partir de sua estrutura e relações decorrentes, é mais correto não utilizar o termo lazer para outras formas de sociedade. Nas sociedades primitivas as atividades ritualísticas poderiam ser **consideradas** parte do trabalho – de acordo com a forma de pensar do homem dessa organização social -, uma vez que alguns rituais eram uma das etapas da caça e da guerra. A construção social do tempo nesse período é em diversa daquelas vigentes nos períodos posteriores, de forma que as atividades culturais que hoje compõem o lazer não podem ser tomadas com o mesmo significado em outro contexto histórico com suas relações sociais determinadas.

²⁵ Com uma dose de exagero Filho situa os jogos como anteriores a primitividade, justamente porque toma o pensamento de Huizinga no seu livro *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. O exemplo serve para constatar que os jogos já existiam nas sociedades primitivas. Todavia, a concepção de

as danças e as competições sagradas constituíam parte integrante de uma festa". A educação, nessa sociedade primitiva dava-se na prática social geral dos homens, "Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações" (SAVIANI, 2003, p. 152). A escravidão latente na família se desenvolve com o crescimento da população e das necessidades, com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como do comércio (MARX; ENGELS, s/d).

A Propriedade Comunal e Estatal da Antiguidade resulta "da reunião de várias tribos em uma única cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsiste a escravatura" (MARX; ENGELS, s/d, p. 21). Desenvolve-se a propriedade privada mobiliária e imobiliária, que está subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos possuem o poder sobre seus escravos apenas coletivamente, ligados à forma de propriedade comunal. A forma de propriedade privada é a coletiva dos cidadãos ativos. O trabalho já está mais desenvolvido em sua divisão e encontrando a oposição entre cidade e campo. As classes constituídas são os cidadãos e os escravos. O centro da produção está nas cidades. A partir do estabelecimento de uma classe determinada que realiza o trabalho braçal, a outra classe irá viver desse trabalho. Essa mesma classe que não precisa trabalhar, os cidadãos, é aquela que terá acesso ao ócio, a prática que acontece no tempo livre que, equivocadamente, é identificada com a atual categoria lazer. Segundo o explicado por Vega (1979, p.32): "Para Platão, e ele com isso mais não faz do que recolher o pensamento dos seus contemporâneos, o homem livre tinha a obrigação de se dedicar exclusivamente aos jogos corporais e ao exercício de sua inteligência". O ócio continha as práticas de canto, pintura, escultura, estudos filosóficos, políticos e exercícios ginásticos. Esse era o rico entendimento do conceito ócio, que ganha nova e perniciososa dimensão no decorrer histórico. Imensamente rico o tempo do ócio na antiguidade, todavia, é impossível de ser tomado como exemplo positivo, uma vez que é condicionado pelo trabalho tomado do escravo, baseado já na exploração dessa classe que não tem ócio.

De Grazia (1966) diz que Aristóteles foi quem mais usou o conceito ócio, chamando sua definição em *Política* que corresponderia o ócio à "libertarse de la necesidad de trabajar". Em seguida, De Grazia diz que para este filósofo o ócio diz

Huizinga é equivocada ao entender que os jogos precedem a cultura, o que é uma impossibilidade partindo da base ontológica do trabalho aqui adota para considerar as manifestações da cultura corporal como complexos fundados. Visão que contraria as proposições de Huizinga que coloca os jogos, dada sua essência lúdica, como elemento fundante da cultura.

respeito não ao “tiempo”, mas à “una condición o un estado – el estado de estar libre de la necesidad de trabajar” (DE GRAZIA, 1966, p.3). Uma ocupação, segundo sua leitura de Aristóteles, “excluye la idéia de ‘hacer lo que apetezca’”, pois ela se direciona a um fim, em oposição ao ócio, que não tem um fim fora de si mesmo, que é um estado (Idem, Ibidem, p.4).

Essa visão de De Gazia em relação ao ócio apresenta um purismo, um estado ideal de plena realização humana que não corresponde, segundo o ponto de vista aqui defendido, à forma como é tomado o tempo de não trabalho nas sociedades de base escravista na Antiguidade. Este idealismo fica claro quando o autor anuncia, na discussão sobre o enfoque cristão que “No parece demasiado poco probable el decir que sin el ideal la práctica no puede nascer” (Idem, Ibidem, p.13); ainda, para explicar a passagem do ideal altivo da contemplação, próprio do estado denominado ócio, para o trabalho, sua compreensão é de que “La ruptura decisiva aparece en un lugar inesperado: e las utopias” (DE GRAZIA, 1966, p.18). Uma apreciação idealista, alinhada a uma postura liberal, desenvolvida no corpo do texto, com ignorância auto-afirmada de partida, quando diz que “economistas clásicos”, “democratas”, “anarquistas”, “socialistas de todas as classes: comunistas, cristianos, utópicos e científicos” tiveram a mesma percepção sobre o trabalho [!!!], como algo bom ou que seria bom, a que todos tinham o direito e o dever de fazê-lo. Para demonstrar sua ignorância ao sustentar tal afirmação, não é preciso muito esforço, basta situar duas obras, de pensadores em campos opostos da luta de classes, que desmentem essa perspectiva: o escrito de Paul Lafargue, *O Direito à preguiça*, datado de 1880, e o *Elogio do Ócio*, de Bertrand Russel, datado de 1932. Aí já se demonstra um socialista e um liberal que criticam duramente o desmedido clima de enaltecimento do trabalho como fonte de todas as virtudes humanas.

De Grazia aponta a diferenciação que é muito significativa para uma pesquisa sobre o lazer e sua compreensão histórica que o distingüa, enquanto categoria, do ócio. Ele aponta a diferenciação feita por Aristóteles entre ócio, que diz respeito aos que não trabalham, da recreação e do divertimento, que são formas de recompor as energias daqueles que trabalham. Indo ao pensamento do próprio Aristóteles vê-se sua formulação sobre o que é necessário ensinar. Ele pergunta: “Devem, portanto, ser ministrados aos jovens somente os conhecimentos úteis que lhes tragam um tipo de existência sórdida e mecânica?” O que ele entende por arte mecânica é a arte ou ciência que “impossibilita para os exercícios e para a prática da virtude o corpo dos homens

livres, ou a sua alma, ou a sua integridade” (ARISTÓTELES, 2005, p.156). Sua condenação as “artes liberais” não é total, o que ele adverte é que não se busque a “perfeição” sob pena dessa desvirtuação. A educação é compreendida, nesse tempo, pela gramática, ginástica, música e, às vezes, pelo desenho. A gramática, a ginástica e o desenho têm a característica comum de serem úteis, o que as diferencia da música. A relação entre a educação e o que seria feito no tempo livre, com a fruição da cultura, é mostrada no pensamento de Aristóteles na seguinte passagem:

§ 5. Parece existir no repouso mesmo uma espécie de prazer, ventura e encanto ligados à existência, porém que se acham apenas nos homens libertos de todo trabalho, e não naqueles que se encontram ocupados. Pois estar ocupado em alguma coisa é trabalhar para algo que ainda não se alcançou; [...]. Do que se conclui com clareza que, para saber entender os ócios da existência liberal, é necessário aprenderem-se algumas coisas, desenvolverem-nas, e que tais estudos tenham por finalidade o próprio indivíduo que desfruta desse descanso, enquanto o trabalho aplicado às coisas necessárias diz respeito, mais especificamente, aos outros do que a nós mesmos.

§ 6. Por essa razão é que os antigos não classificaram a música entre os temas de educação como coisa imprescindível, pois ela não é uma necessidade. Nem como coisa útil – como a literatura o é para o comércio, para a economia, para o Estado e para a maioria dos atos da vida civil, como o desenho que parece de utilidade para um melhor julgamento dos artistas, e por fim como a ginástica para a saúde e para a força -, pois não nos parece que qualquer desses benefícios advinha da música. Resta, portanto, que ela seja de utilidade para as horas de repouso, o que a torna admitida como parte da educação. Entendeu-se sob esse nome o que se julga uma distração dos homens livres (ARISTÓTELES, 2005, p. 157-8).

Fica latente o reconhecimento de Aristóteles em que a escola deva ensinar aos jovens o que necessitarão para o seu repouso, para o tempo do “ócio da existência liberal”. Dessa forma, mesmo os conhecimentos úteis, ligados ao comércio, têm suas características de não utilidade, como a literatura, que representa um meio para adquirir novos conhecimentos, e o desenho, que não limita-se à sua funcionalidade para as compras de obras de arte, mas permite “atingir uma concepção mais fina da beleza dos corpos”, bem como a ginástica para conferir “graça e vigor ao corpo”, enquanto a pedotribica para “educá-los nos exercícios” (Idem, *Ibidem*, p.159). As considerações de Aristóteles dizem respeito ao homem livre, ao cidadão que não tinha que produzir a existência na forma dos trabalhos braçais que eram delegados aos escravos. Mas é importante distinguir que as “artes liberais”, dos homens livres - não pertencentes ao centro decisório da classe dominante – constituíam uma necessidade para a reprodução social desse período e, por isso, não satisfaziam plenamente o conceito de ócio, por um

lado, e eram conhecimentos necessários de serem generalizados, por outro lado. Como aqui interessa justamente saber da classe trabalhadora, tem-se que perguntar como se dava a educação dos escravos. Saviani explica que com:

o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho²⁶. [...]
A forma como a classe proprietária ocupava o seu ócio é que constituía seu tipo específico de educação. Não só a palavra escola tem essa origem mas também a palavra ginásio, que era o local dos jogos que eram praticados pelos que dispunham de ócio. A palavra ginásio mantém esta duplicidade de significado ainda hoje. A origem da palavra ginástica é a mesma da palavra ginásio: exercícios físicos como lazer. A ginástica²⁷ dos que tinham que trabalhar era o próprio trabalho, era o trabalho manual, era o manuseio físico da matéria, dos objetos, da realidade, da natureza (SAVIANI, 2003, p. 152-153).

Esta concepção de educações diferentes, uma para a classe que tem ócio e outra para a classe que trabalha, é nuclear na discussão proposta nesta pesquisa e será discutida mais a frente. Na estrutura apresentada acima deve-se considerar, com a conquista do Império Grego pelo Império Romano, modificações na organização da sociedade e a diminuição da capacidade produtiva. No campo do ócio há uma degeneração dada a utilização dos espetáculos sangrentos, proporcionados como forma de atração ao público. A invasão dos povos bárbaros, que têm na guerra uma forma de intercâmbio, praticada mais ou menos à medida que cresce a população e surge a necessidade de novos meios de produção, também colabora para o declínio da cultura clássica, dando abertura para a nova sociedade, segundo os apontamentos de Marx e Engels (s/d).

²⁶ Dizer que os escravos e cidadãos não constituintes do centro dominante se educavam no trabalho e pelo trabalho pode ser entendido como uma redução/confusão do significado da própria educação. Se é correto afirmar que a educação é a atividade de generalização do conhecimento social e historicamente produzido, a educação, inclusive a informal, não pode ser delimitada aos processos de trabalho, pois o conhecimento humano, ainda que tenha a atividade de transformação da natureza pelo homem como ponto de partida, vai além desses processos ao ser sistematizado pelo pensamento nos complexos sociais que surgem para satisfazer as necessidades impossíveis se serem sanadas pela atividade do trabalho. A construção de Saviani, todavia, é exata na apreensão de formas diferenciadas de educação para as diferentes classes que se estabelecem a partir da estruturação da forma de produção escravista.

²⁷ É importante diferenciar atividade física, que é um conceito muito genérico, referindo-se, por exemplo, ao ato de caminhar de casa para o trabalho, do conceito de exercício físico, que é bem específico e envolve uma sistematização. Por isso, o sentido de ginástica, que é uma forma específica de educação corporal, ou do movimentar-se humano que constitui a “cultura corporal”, não deve ser confundido com atividade física, dispêndio de energia muscular nervosa para a realização do trabalho. O objetivo, o significado e a forma da ginástica e da atividade manual do trabalho são diferentes.

A Propriedade Feudal ou Estamental, em oposição à propriedade comunal antiga, parte do campo, em que a terra é força produtiva maior, e desenvolve-se sob disciplina militar. Os pequenos camponeses constituem a classe diretamente produtora. A nobreza tinha poder total sobre os servos. A mesma estrutura do campo se reproduzia nas cidades, com a propriedade corporativa e a organização feudal dos ofícios artesanais. “Contrariamente ao que acontecera na Grécia e em Roma, o desenvolvimento feudal inicia-se portanto numa extensão territorial muito maior, preparada pelas conquistas romanas e pelo desenvolvimento do cultivo da terra a que aquelas inicialmente deram origem” (MARX; ENGELS, s/d, p. 22). Inicia-se o declínio do império romano e, com as conquistas bárbaras, há a destruição de muitas forças produtivas. Coloca-se a oposição entre campo e cidade. No campo há o domínio do senhor sobre o servo, na cidade, do oficial sobre o aprendiz. A propriedade principal nesse período é, por um lado, a propriedade da terra, com o trabalho servil, e, por outro lado, “o trabalho pessoal apoiado num pequeno capital e regendo o trabalho dos oficiais” (Idem, *Ibidem*, p. 23), com o trabalho de oficiais e aprendizes. As condições de produção são limitadas pelas próprias “relações de produção, a agricultura rudimentar e restrita e a indústria artesanal” (Idem, *Ibidem*). Os estamentos são compostos por:

príncipes, nobreza, clero e camponeses no campo, e mestre, companheiros e aprendizes, e posteriormente uma plebe de jornaleiros, nas cidades. Na agricultura, essa divisão tornava-se mais difícil pela existência da exploração parcelar, paralelamente se desenvolveu a indústria doméstica dos próprios camponeses; na indústria, não existia divisão do trabalho dentro de cada ofício, e muito pouca entre os diferentes ofícios. A divisão entre comércio e indústria existia já nas cidades antigas, mas só mais tarde se desenvolveu nas novas cidades, quando estas iniciaram contactos mútuos (MARX; ENGELS, s/d, p. 24).

A prática do ócio na Idade Média muda radicalmente em relação ao seu enaltecimento na Antiguidade Clássica, onde há um pensamento livre de preconceitos em relação às diversas práticas corporais, artísticas e intelectuais. As práticas ligadas à corporalidade são condenadas. As artes sofrem um período de marginalização imposto pelos dogmas religiosos. A produção intelectual foi limitada pela teologia do clero, que dominou a transmissão do conhecimento nesse período. Com isso, o ócio é limitado por diversos dogmas que impõem os "prazeres da carne" como objeto maligno a ser expurgado, fazendo com que as práticas corporais se limitem a preparação militar dos cavaleiros. A nobreza tem seus bailes e jantares, como forma de ócio. E, ainda que defendam os preceitos religiosos, não os assumem para si, já que se entregam aos

prazeres sensíveis nas suas cortes. As classes que produzem a vida materialmente não têm acesso a tais formas de ócio, limitando-se a descansar para repor suas energias ou a freqüentar tavernas. Em relação à educação, na Idade Média tem-se:

as escolas paroquiais, as escolas catedralícias e as escolas monacais que eram as escolas que se destinavam à educação da classe dominante. As atividades que constituíam a educação dessas classes se traduziam em formas de ocupação do ócio, como na Antiguidade [...] A classe dos proprietários se dedicava aos exercícios físicos que estavam ligados às atividades guerreiras, o que é expresso através da noção de Cavalaria, cuja ocupação era a guerra. Daí a relação cavaleiro e cavaleiro como sujeito de boas maneiras – a formação dos nobres incluía as atitudes cortesias. Cortês deriva de corte, formação destinada à aristocracia – a formação para a cavalaria envolve então esses dois aspectos, o da arte militar e o da vida aristocrática. Em contrapartida, a grande maioria continuava se educando pelo trabalho²⁸, no próprio processo de produzir a própria existência e de seus senhores. Nesse contexto, a forma escolar de educação é ainda uma forma secundária que se contrapõe como não-trabalho à forma de educação dominante determinada pelo trabalho (SAVIANI, 2003, p. 153-154).

A cultura sofreu grande retrocesso, conhecendo uma volta à barbárie, uma vez que os bispos foram impedidos pelo Concílio de Catargo (400 d.C.), de fazerem leituras dos textos clássicos (MANACORDA, 2002). Nesse contexto de pobreza intelectual, onde mesmo os eclesiásticos muitas vezes eram analfabetos, e com todos os preconceitos em relação às manifestações da cultura corporal - que mais constituirão o que se conhece atualmente como educação física-, que é associada à degradação do espírito, a prática do ócio também é negativamente influenciada, limitando-se para ambas as classes, mas com especial degradação para a classe produtora dos meios de subsistência. O movimento de recuperação da cultura clássica é observado, após o ápice do feudalismo, com o movimento renascentista no chamado “século das luzes”.

O modo de produção feudal, baseado na terra, vê o desenvolvimento de suas forças produtivas, com a implementação de novas técnicas, como o sistema de rodízio das terras (alternância de cultivos em uma área, impedindo o seu esgotamento), e a criação de novos instrumentos, como a charrua (tipo de arado) e seu preparo mais eficiente da terra (FRANCO, 1996). A produtividade aumenta, de forma que começam a ser produzidos excedentes, trocados no mercado que se constitui, formando novas cidades. O comércio se expande, as trocas aumentam, mudam as relações que caracterizavam o modo feudal de produção, com a produção das cidades ganhando

²⁸ Cf. acima nota 26.

importância e com o aumento e maior importância da monetarização (MARX; ENGELS, s/d). A produção industrial se inicia nas cidades com as manufaturas e a cooperação simples, dominando, em seguida, as relações de produção no campo, que adotam o modelo industrial.

Se configuram duas classes estruturais, os capitalistas, donos dos meios de produção e o proletariado, classe que tem que vender sua força de trabalho, a produtora dos meios de subsistência nesta sociedade. O modo capitalista de produção se afirma com a maquinaria e a grande indústria, instituído o mercado mundial, e com a burguesia tomando também o poder político da velha classe feudal. O modo de organização para a produção se dá sob esta base capitalista, orientada pela produção de mercadorias com vistas ao lucro, ao acúmulo de capital. A classe capitalista se enriquece e tem acesso aos resultados da produção humana, em oposição à classe proletária, que quanto mais produz menos tem para si e de si, empobrecendo quanto mais faz crescer as riquezas sociais. “A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia” (ENGELS, s/d, p. 60). Configurada esta que é a contradição básica do capitalismo, aparece o conceito de lazer, substituindo o antigo ócio com dignidade. Se a ideologia antiga pregava que era indigno ao homem livre ocupar-se de trabalhos que gastam as energias joviais, o novo emblema ideológico traduz-se no pensamento “o trabalho dignifica o homem”²⁹. O trabalho torna-se a fonte de todas as virtudes. Todavia, a virtude buscada é, na verdade, a necessária ocupação em um emprego, a utilização da força de trabalho na produção do lucro para o comprador da força de trabalho. Na relação com esta virtuosidade é que se determina o tempo livre, estabelecido como ato **lícito** à todos aqueles que trabalham, de

²⁹ Tão fortemente que Max Weber (1996) vai realizar amplo estudo sobre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nesse texto o sociólogo mostra como os diferentes ramos do protestantismo relacionam a graça divina com a disposição para o trabalho, de modo que preparam seus fiéis para o trabalho específico do capitalismo. Gramsci (2001), dentro do referencial teórico-metodológico e político da presente pesquisa, discute como o fordismo se preocupa com a formação do novo homem preocupado em conformá-lo em todos os sentidos. Gramsci vê a “composição demográfica racional”, ou seja, a não existências de classes numerosas sem função no mundo produtivo, da América como elemento fundamental para seu modo de produzir altamente desenvolvido. Situação que se contrapõe ao contexto da Europa, em geral, e da Itália, em específico. Gramsci denomina a nobreza e sua corte, o clero, os pequenos burgueses pensionistas e rentistas, e os administradores do Estado de “sedimentações viscosamente parasitárias” (Ibidem, p.241-7). Ao tom de Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, ele critica a resistência dos intelectuais tradicionais ao novo modo de vida, tratando o americanismo como “‘mecanicista’, grosseiro, brutal”, se contrapondo a ele com sua “tradição” – “ridículo espírito de gladiador que se auto-proclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas” -, enquanto o americanismo mostrava a “ação real, que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultura real)” (Idem, Ibidem, p.254).

forma que a liberdade é estabelecida a partir de constrangimentos históricos da desigualdade essencial entre possuidores e não possuidores dos meios de produção.

Nesta organização social da produção, a energia vital do homem, após ser utilizada em uma excessiva jornada de trabalho, precisa ser recomposta, reproduzida. Para esse fim o lazer é meio de compensar o desgaste do trabalho sem significado para o trabalhador, de forma que uma atividade de compensação também sem significado é um meio adequado de reproduzir uma força de trabalho alienada. Se o conceito de ócio devia desvincular-se das atividades produtivas, agora o lazer se casa, com testemunhas e sob a graça da “santa” Igreja, com a atividade produtiva. Surgem duas linhas teóricas para o Lazer: a primeira, que percebe essa afinidade entre o desgaste laborativo e o descanso necessário por meio das atividades de lazer; a segunda que, negando essa "contra-função" do lazer ao trabalho alienante, enxerga-o como prática de potencial para o crescimento e a emancipação do homem.

A educação na sociedade capitalista ganha outra dimensão, ao menos para a classe trabalhadora, pelos motivos bem explicados por Saviani (2003, p. 156-157):

a indústria não é outra coisa senão o processo pelo qual se incorpora a ciência, como potência material, no processo produtivo. Se se trata de uma sociedade baseada na cidade e na indústria, se a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada à base do direito positivo também vai trazer consigo necessidade de generalização da escrita. Até a Idade Média, a escrita era algo secundário e subordinado a formas de produção que não implicavam o domínio da escrita. Na época moderna, a incorporação da ciência ao processo produtivo envolve a exigência da disseminação dos códigos formais, do código da escrita.

Com a organização social do trabalho pautada na maquinaria, o domínio do mínimo de conhecimento sistematizado é necessário para o trabalhador desse novo estágio da divisão do trabalho. Além disso, o conhecimento secular próprio da escola moderna – laica, universal e gratuita - se alinha com o projeto histórico da burguesia – fato que não pode ser desconsiderado se pretende-se situar a escola concretamente na sua constituição histórica e nas suas determinações sociais –, constituindo-se em importante instrumento conformador do sujeito histórico da nova sociedade. Todavia, essa exigência gera mais uma contradição dessa contradição em processo que é o capital: a instrução é, ao mesmo tempo, necessidade para a inserção do trabalhador no processo produtivo, para ser explorado e, por outro lado, condição necessária e possibilitante da sua emancipação. Dessa forma que, após os ideólogos da classe

capitalista discutirem sobre a educação escolar do proletariado ser uma necessidade ou um gasto desnecessário, chegou-se a fórmula postulada por Adam Smith: "o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas" (apud MARX, 2003, p. 418).

Um dos motivos da discussão era: se o trabalho intelectual seria realizado por um pequeno grupo, enquanto a massa do proletariado executaria apenas o trabalho braçal, por que educar essas pessoas que deveriam apenas por em movimento suas forças físicas?

Desde a manufatura o conhecimento que o homem detém do processo produtivo é materializado nas máquinas, deixando aos operários a tarefa de supervisioná-las, tornando-os uma extensão delas. Com o avanço das forças produtivas, que leva a novas formas de divisão do trabalho, o homem começa a realizar tarefas repetitivas de forma mecânica. A consequência disso para o trabalhador já era alertada por Adam Smith:

A compreensão da maior parte das pessoas" diz Adam Smith, "se forma necessariamente através de suas ocupações ordinárias. Um homem que despende toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Geralmente ele se torna tão estúpido e ignorante quanto pode se tomar uma criatura humana (SMITH apud MARX 2003, p. 417).

Smith se preocupa com o embotamento do trabalhador das fábricas porque "a uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu ânimo. (...) Destrói mesmo a energia de seu corpo e torna-o incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado (Idem, Ibidem). Frente a isto, Marx conclui que:

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão social do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial (MARX, 2003, p. 418).

Essa patologia industrial é citada por Marx a partir de estudos realizados por médicos sobre doenças com etiologia na rotina de trabalho. Partindo da constatação dessas doenças e de fatos conforme o alertado por Smith, sobre o esgotamento do trabalhador e deterioração de suas capacidades nas atividades braçais do trabalho fabril,

surge a necessidade de um mecanismo de conservação da produtividade da força de trabalho do proletariado. Eis o surgimento do lazer como mecanismo de reprodução da sociedade capitalista.

Na sociedade capitalista a ocupação do tempo livre, outrora configurada na prática do ócio, então substituída pela existência hegemônica do lazer, ganha outro significado. Se antes, o ócio era a prática dos homens livres, nobres ou senhores, que estavam liberados do trabalho braçal, agora o lazer é prerrogativa de todos que trabalham. Todavia, assim como a educação existe em condições diferentes para o proletariado e para os capitalistas, também o lazer existe em condições muito diferentes para estas duas classes, determinado centralmente pelo fator econômico. “É preciso levar em consideração” nesse sentido, “a heterogeneidade do nível de participação dos indivíduos nas atividades de lazer, advinda, principalmente da diferença de classes” (PADILHA, 2000, p.61).

1.5 A reestruturação produtiva: capital e trabalho a partir de 1980

Como o capital responde a sua crise na década de 1970? O que é a reestruturação produtiva (toyotismo/honismo) e quais as consequências desse processo para o entendimento/prática do lazer e da educação?

Conforme será visto na discussão seguinte, a década de 70 é um marco da configuração de novas formas de organização da produção no mundo capitalista, de acordo com Harvey (2001). Também nesta década, no Brasil, identifica-se a intensificação dos estudos do lazer, de acordo com Gomes (2003). Esse é um indicativo importante para as pesquisas que devem ser desenvolvidas buscando saber quais as relações entre as transformações do modo de organização da produção a partir de 1970, de forma geral, e de 1980, no Brasil, e o lazer existente nessa sociedade. Acreditando que a teoria existe como expressão abstrata das relações sociais existentes, será feito o esforço de identificar na produção teórica do campo do lazer e da educação o entendimento do objeto de pesquisa proposto, bem como das relações entre essas duas categorias na sociabilidade do capital.

Mascarenhas (2005) afirma que no fordismo o lazer é um direito social, uma “antimercadoria”, condição que muda com o toyotismo, quando ele se converte em

“mercolazer”, função de venda e ele próprio mercadoria que atua na valorização do capital. O ponto de discordância identificado e posteriormente desenvolvido é em relação à sua tese central, de que o lazer perde sua função social anterior, alterando-se fundamentalmente seu valor de uso vigente no modelo de produção rígida, caracterizado pela formação moral, recreação e contenção de conflitos, passando a ter a função social de produzir mais-valia no regime de acumulação flexível.

Inicialmente é necessário esclarecer o que é o fordismo, uma forma específica de organização social do trabalho, haja vista que é a partir da forma como os homens se organizam para produzir coletivamente que são formadas as suas consciências, que se dão as suas relações determinadas de humanização.

Uma das condições fundamentais para a criação do fordismo se dá na década de 1910, com a generalização do movimento chamado “gerência científica”, especialmente após a publicação de *Princípios de administração científica*, de Frederick Taylor (JINKINGS, 2005, p.82). Neste livro ele separa “drasticamente a concepção do trabalho de sua execução. Transferindo o controle do processo de trabalho do operário para os membros da administração das fábricas”. Em relação ao próprio processo de trabalho, Taylor concebe a sua divisão “em unidades fragmentadas e rigidamente cronometradas” de forma que permite “um aumento sem precedentes da produtividade do trabalho e aprofunda a [sua] subordinação ao capital” (Idem, Ibidem).

Antunes (2003, p. 25), entende “o fordismo como o processo de trabalho que, juntamente com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século [XX]”. Gounet (2002, p.19), explica que se dá, nessa organização, a “Produção em massa através da racionalização das operações efetuadas pelos operários e do combate aos ‘desperdícios, principalmente de tempo’”. Com a racionalização, segundo ele, acontece a maior divisão do trabalho (parcelamento), de forma que um operário executa sempre os mesmos movimentos, “repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho. [...] Acontece a desqualificação dos operários” (Idem, Ibidem, p.19). É criada a linha de montagem para regular e ligar as diferentes funções, onde os trabalhadores realizam seus trabalhos uns ao lado dos outros em um ritmo controlado. A verticalização, o controle da produção desde a produção das peças até o momento do acabamento do produto, de cima abaixo, acontece devido a necessidade de padronizar as peças para combater desperdícios. Por último, a automação das fábricas. Com essas alterações, um carro que antes demandava 12:30 h para ser montado, em 1914 necessitava apenas de 1:30 h (GOUNET, 2002).

A causa central da crise do modelo fordista de produção está na superprodução e na incapacidade do mercado consumidor para absorver toda a produção possibilitada por essa organização. Harvey (2001) afirma que o fordismo predominou até 1973, quando um complexo contexto econômico mundial leva o capital a buscar um novo regime de acumulação. Ele dá a seguinte explicação sobre a crise do fordismo:

Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez [...]. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital (HARVEY, 2001, p. 135-136).

Considera-se, então, o fordismo como o sistema de organização da produção que predominou a partir do início do século XX até a década de 1970, aproximadamente. A partir de então, iniciam-se as transformações tão importantes de serem entendidas no mundo do trabalho. Vai se identificar, a partir desta década, segundo Sabel e Piori³⁰ em sua tese da "especialização flexível",

o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, "artesanais". Esta simbiose, na medida em que se expande e generaliza, supera o padrão fordista até então dominante. Esse novo paradigma produtivo expressaria também, sempre segundo os autores citados, um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo "artesanal", mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série (SABEL; PRIORI, 1984, apud ANTUNES, 2003, p. 25).

Essa tese foi criticada por vários autores, devido: a impossibilidade da generalização de um tal modelo (CORIATI³¹, 1992, apud ANTUNES, 2003); a não superação do mercado de massa junto com a intensificação e desqualificação do

³⁰ SABEL, C. ; PRIORI, M. **The Second industrial divide**. Noa Iorque: Basic Books, 1984.

³¹ CORIAT, Benjamin. **El Taller y el robot**: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica. México/Espanha: Siglo XXI, 1992.

trabalho (CLARKE³², 1991, apud ANTUNES, 2003); a não comprovação da característica artesanal da produção, uma vez que o fordismo continua seu domínio na economia estadunidense (ANUNZIATO³³, 1989, apud ANTUNES, 2003).

Antunes (2003), afirma que essas experiências de acumulação flexível têm conseqüências consideráveis sobre o capitalismo. Entretanto, é o toyotismo/ohnismo³⁴ ou o modelo japonês que tem causado o maior impacto no mundo produtivo. Coriat³⁵ explica a gênese dessa forma de organização produtiva, que vai substituir a supremacia do fordismo, em quatro fases:

Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao Kanban. Segundo os termos atribuídos a Toyoda, presidente fundador da Toyota, ‘o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo’, baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda. [...] Quarta fase: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras (CORIAT, 1992, apud ANTUNES, 2003, p.31),.

O toyotismo se inicia também pela necessidade de enfraquecer a organização dos trabalhadores. Para esse fim a organização dos empregados é feita de forma a não manter grandes contingentes de trabalhadores em uma mesma fábrica. “10 mil operários podem participar na execução de um veículo, mas somente 2 mil são empregados em uma montadora. Os outros 8 mil não têm relação direta com ela” (GOUNET, 2002, p. 9). Outros dados são oferecidos por Antunes (2005), quando mostra a horizontalização da produção na organização flexível, passando de um percentual de concentração interna da produção de 75% no fordismo, para apenas 25% no toyotismo.

Harvey, dando seqüência ao raciocínio anterior, confronta a “acumulação flexível” com a “rigidez do fordismo”, dizendo que ela:

³² CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? . **Lua Nova**, nº 21. São Paulo: CEDEC, 1991.

³³ ANNUNZIATO, Frank. Il Fordismo nella crítica di Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea. **Crítica Marxista**, nº 6. Itália, 1989.

³⁴ Ohno foi o engenheiro que preconizou o modelo da Toyota.

³⁵ CORIAT, Benjamin. **Pensar al revés: trabajo y organización em la empresa japonesa**. México/Espanha: Siglo XXI, 1992.

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões subdesenvolvidas (HARVEY, 2001, p. 140),

Harvey afirma dois aspectos fundamentais que não se devem perder de vista: primeiro, que este impulso do capital para a flexibilização é identificável já nos escritos de Marx; e, segundo, que não se perca de vista que o sistema fordista ainda tem uma força que não pode ser desconsiderada. Ao desenvolver a questão dessas mudanças enquanto movimento próprio do capitalismo, Harvey lembra que:

o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração da mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados [...] O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do "teletransporte", bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho no setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da "Terceira Itália", por explorados em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong (HARVEY, 2001, p. 175).

O resultado desse processo é, segundo Harvey, o desemprego estrutural, com mais um agravante, o fato do toyotismo possibilitar o aprofundamento da exploração por meio da: intensificação do ritmo do trabalho, com a redução dos tempos em que o operário não está produzindo; redução dos salários e degradação dos direitos trabalhistas, com base na terceirização e; fragmentação dos funcionários em locais diversos, tendo ainda, os funcionários de uma mesma unidade produtiva situações diferenciadas por diferentes contratos de trabalho (GOUNET, 2002).

A relação de alienação e individualismo do trabalho capitalista aumenta com a organização de grupos de trabalho. "No interior desse time, de novo há divisão, pois os

trabalhadores não querem ser acusados de responsáveis pela má performance do grupo. Daí que todo mundo fiscaliza todo mundo” (GOUNET, p. 9). A competição característica do capitalismo é exacerbada uma vez que, agora, além de ocorrer entre as diferentes empresas, ocorre também entre os diferentes grupos de trabalho no interior de uma mesma empresa. O capital afirma essa competitividade ao “individualizar os rendimentos, promovendo diferenças salariais em função do cumprimento de metas por trabalhador, por unidades ou equipes de trabalho”, resultando que “esse sistema maximiza a exploração do trabalho e conduz a atitudes pouco solidárias nos ambientes laborais (JINKINGS, 2004, p. 229).

Essas considerações acerca no novo modelo de organização da produção, o toyotismo/ohnismo, no contexto do que é chamado de acumulação flexível, precisam considerar o caso específico do Brasil.

Segundo Gitahy³⁶ (1994, p.123, apud TUMOLO, 2002, p. 37), as modificações na indústria brasileira se iniciam, tecnológica e organizacionalmente, em meados da década de 70, "concomitantemente com o início da recessão, da abertura política, da emergência do chamado 'novo sindicalismo' e da crise do modelo de relações industriais vigente durante o período do 'milagre' ". Antunes (2004), comentando estas transformações, diz que um novo desenho do capitalismo se apresenta no Brasil, particularmente na década de 1990, que certamente se identificam elementos de continuidade e de descontinuidade.

Antunes (2004, p. 17-18), situa a segunda metade da década 1980 como um período em que houve uma recuperação parcial da economia brasileira, observando-se inovações tecnológicas e a “introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico”. Reis³⁷ (1994, apud TUMOLLO, 2002), estudou programas de modernização da produção em empresas brasileiras, implantados a partir dos anos 90, classificando estas empresas, como fábricas do passado, antes dos programas, e fábricas do presente, após os programas, constatando grande diminuição de desperdícios e aumento da eficiência das mesmas.

As alterações na organização produtiva no Brasil são confirmadas por Gounet (2002, p. 9), quando fala sobre o modelo de produção da fábrica da Volkswagen de

³⁶ GITAHY, L. Inovação tecnológica, relações interfirmas e mercado de trabalho. In: _____ (org.) **Reestructuración productiva, traje y educación en América Latina**: lecturas de educación y traje, nº 3. Campinas: IG-UNICAMP; Buenos Aires: RED CID-CENEP, 1994.

³⁷ REIS, H. L. . **Implantação de programas de redução de desperdícios na indústria brasileira**: um estudo de caso. COPPEAD, UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (Dissertação de mestrado)

Resende - RJ, onde “dos cerca de 2 mil operários do local, somente 300 estão sob ordens da montadora”.

Os motivos que explicam a necessidade desses programas são dados pela pesquisa de Abranches³⁸ et. al. (1994, apud TUMOLO, 2002). Dizem que o processo de ajuste foi devido a mudanças na economia, maior concorrência interna, recessão econômica e maior competição dos importados (Idem, Ibidem). Algumas empresas, frente a este contexto se encolheram, demitindo trabalhadores e fechando instalações; por outro lado, nas empresas que se ajustaram às novas exigências, também houve a diminuição significativa de empregados, devido à terceirização de serviços e à eliminação de postos de trabalho (Idem, Ibidem).

Carvalho e Schmitz³⁹ (1990, p.150, apud TUMOLO, 2002, p.49), estudaram a indústria automobilística Brasileira, concluindo sobre a “adoção da automação programável seletiva” que esta “está associada ao reforço da organização de trabalho fordista”. Essa posição realmente contraditória é explicada por Tumolo ao esclarecer que:

- Tendo como base as pesquisas realizadas, é possível afirmar que a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil *é a heterogeneidade generalizada*, que ocorre não só entre as empresas, mas também no interior delas.
- praticamente todas as pesquisas que as tinham [as relações de trabalho] como objeto de investigação apontam a ocorrência da intensificação do ritmo de trabalho e, ao mesmo tempo, um empenho no sentido de afastar e neutralizar a ação sindical, valendo-se de diversos mecanismos [...].
- Dessa forma, tendo uma postura crítica, boa parte dos autores deste último grupo considera que, no Brasil, se configura um processo de modernização conservadora (TUMOLO, 2002, p. 64-5).

Catani⁴⁰ (1995, apud TUMOLO, 2002), expõe uma posição que serve aqui de síntese ao caso da reestruturação produtiva no Brasil, afirmando a heterogeneidade como característica marcante desse processo. Para ele, além das tecnologias físicas, o forte dessa reestruturação evidencia-se nas **tecnologias de gestão** que, implantadas pelo empresariado nos mais diferentes contextos, **compõem realmente o paradigma de**

³⁸ ABRANCHES, S. Et. ali. Caminhos da modernização empresarial no Brasil. Projeto modernização empresarial e emprego no Brasil. Documento de trabalho nº 2. **FINEP**, out. , 1994.

³⁹ SCHMITZ, H. Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional. In: _____; CARVALHO, R. Q. . **Automação, competitividade e trabalho**: a experiência internacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁴⁰ CATANI, A. D. . **O processo de trabalho e novas tecnologias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

flexibilização no caso brasileiro. Nesse processo de expressões contraditórias, acontece ao mesmo tempo, o reforço do fordismo e a implantação do toyotismo.

Essa heterogeneidade específica do caso brasileiro, combinante da mais-valia absoluta e relativa, tem bons resultados para o capital e sérias conseqüências para os trabalhadores, que devem ser entendidas para compreender como o lazer e a educação se fazem necessários na mediação, construção e reprodução das relações sociais capitalistas.

O sofrimento psíquico de muitos desses trabalhadores, derivado do controle, da pressão, da **intensidade do trabalho**, do medo do erro e da demissão, das **relações tensas e competitivas nos ambientes laborais, desgasta a saúde mental, “contaminando” o tempo livre de trabalho.** As Lesões por Esforços Repetitivos (LERs) – essa síndrome do mundo produtivo na era da eletrônica – atingem grande número de bancários, degradando suas condições físicas e repercutindo sobre a vida psíquica e social.

Para a ampla maioria dos bancários brasileiros e grandes parcelas da classe trabalhadora em todo o mundo, a reestruturação capitalista contemporânea destina formas modernas de exploração – apoiadas na tecnologia microeletrônica e na teleinformática – convivem com formas antigas e limitadas, baseadas no prolongamento da jornada laboral (JINKINGS, 2004, p.239-40) [sem grifos no original].

Há duas perspectivas principais de Lazer nesta forma de sociabilidade direcionada pela acumulação do capital que se apresentam como opostas. Todavia, são oposições mais aparentes do que substanciais, haja vista as limitações práticas impostas às teorizações que assumem um posicionamento crítico sem, todavia, passar pelas questões fundamentais do sistema “sóciometabólico” do capital. Teorias que propoem atividades de lazer sem nenhuma proposição de crítica às desigualdades sociais, e aquelas que fazem essa crítica, reclamando os “valores” de justiça e igualdade, visando alcançar a cidadania por uma via democrática, não se diferenciam em nada em relação aos abalos que podem causar ao capital. Essa afirmação precisa, para ser justificada, que se exponham as categorias que permitem conhecer a mercadoria, a unidade básica do capital, para que se possa iluminar as relações sociais e suas mediações próprias do capitalismo. Conhecendo tais categorias inicia-se um processo de desvendamento das relações fetichizadas entre os homens, de seus intercâmbios guiados pela lógica do lucro, de forma a compreender porque o caminho das reformas democráticas não podem mudar a natureza incontrolável e insaciável do capital, de forma que não se poderá

alcançar o lazer e suas potencialidades humanizadoras como pretendem as teorias críticas do lazer.

Assim, será exposto no próximo capítulo o percurso analítico de Marx para demonstrar a concreticidade da mercadoria e do movimento contraditório do capital, estabelecendo, com isso, fundamentos para a crítica da produção no campo de estudos do lazer.

2. A INVESTIGAÇÃO MARXIANA SOBRE A MERCADORIA

A discussão um pouco alongada acerca da referida investigação não tem o objetivo de aprofundar uma compreensão, ou, demonstrar alguma originalidade concernente ao escrito de Marx a respeito da mercadoria. Todavia, se fez necessária na medida em que aqui, especialmente, buscou-se a base para a compreensão do lazer em seu enraizamento histórico-social. Portanto, foram da leitura e dos estudos do livro 1 de *O Capital* que se obteve os fundamentos centrais para as críticas aos autores do lazer, notadamente, para a discussão com os autores que assumem um posicionamento crítico.

Optou-se por expor minuciosamente o resultado desses estudos porque de outra forma não ficariam claras as categorias utilizadas para discutir com os autores do campo do lazer, bem como, para buscar ampliar a compreensão deste fenômeno moderno em suas relações com a educação, esta também submetida aos imperativos do capital.

Marx (1985, p.45) define a mercadoria, inicialmente, como “um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa”. Toda mercadoria deve possuir um valor de uso, uma utilidade dada pelo seu “corpo” que se “realiza no consumo” e “constitui o conteúdo material da riqueza” em qualquer sociedade. No capitalismo os valores de uso são, também, os “portadores materiais do – valor de troca”. Desta forma, a mercadoria contém, além do valor de uso, o valor de troca, que “aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. “Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser a forma de expressão, a “forma de manifestação” do conteúdo dele distinguível” (Idem, Ibidem, p.46). O valor de troca permite igualar um valor de uso ao outro, indicando que há algo em comum em ambos, que se encontra na mesma proporção, significando, pois, que é feita uma abstração dos valores de uso. Marx explica o porquê dessa abstração:

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso.

Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p.47).

Retirando as características concretas dos diferentes trabalhos o que resta deles é uma “mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina do trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano” (Idem, Ibidem). Portanto, o que a relação de troca expressa é o valor das mercadorias, de forma que o valor de troca é a forma de expressão do valor. Foi possível diferenciar, até agora, valor de uso, valor de troca – que aparece primeiro – e valor – como o resultado do trabalho humano igual ou abstrato. Demonstrando melhor o que é o valor, nas palavras de Marx, vê-se que:

um valor de uso ou bem possui valor apenas porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade do trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc (MARX, 1985, p.47).

Esse tempo, segundo Marx, não é o tempo individual, mas o tempo social, tempo socialmente necessário para produzir determinado valor de uso, em “condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (Idem, Ibidem, p. 48). Somente este é o tempo que confere valor às mercadorias. Marx explica que um valor de uso para ser mercadoria tem que ser produzido por alguém para outra pessoa, e tem que ser produzido para o outro que o adquire por meio da troca. Marx explica isso para demarcar a diferença entre o valor de uso que se transforma em mercadoria, do valor de uso entregue a outro por meio de relações de servidão, como os tributos na Idade Média (Idem, Ibidem, p.49).

Sem ser valor de uso, sem ser útil, uma coisa não pode ser mercadoria, não pode ter valor de troca. E esses dois valores da mercadoria, valor de uso e valor, expressam duas características do trabalho, a sua utilidade, por ser formador de valor de uso, e a sua generalidade, por ser, como “dispêndio de força humana de trabalho”, formador de valor (Idem, Ibidem, p. 50-1).

O trabalho útil é criador de valor de uso. Os valores de uso constituem a riqueza de uma sociedade, e

cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985, p.50).

O trabalho em geral cria o valor. Esta categoria, trabalho em geral, é resultado da abstração das qualidades úteis do trabalho, conforme Marx:

Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido, são ambas trabalho humano. São apenas formas diferentes de despender força humana de trabalho. [...] o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Embora o próprio trabalho médio simples mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples⁴¹ (Idem, Ibidem, p.51).

Este duplo aspecto do trabalho demonstrado por Marx, ser útil e ser abstrato, quando confrontado, mediante as leis econômicas, com a questão da produtividade da força de trabalho, dá um importante indicativo do que significa, primeiro, a mercadoria como elemento mediador das relações sociais e, segundo, a fruição do tempo livre na forma lazer e o lazer como mercadoria.

Marx (Ibidem, p.53) define a **força produtiva** como “o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim. Num espaço de tempo dado”. Esta força produtiva diz respeito somente ao trabalho útil, de forma que, o aumento da

⁴¹ É importante investigar a questão dos diferentes tipos de lazer para os trabalhadores dos diferentes postos da produção: segundo essa indicação de Marx, sobre o trabalho complexo ser reduzido à trabalho simples para a determinação do valor, será que também não muda a relação em nada o tipo de lazer, se é um lazer menos elaborado ou mais elaborado? Há uma diferença entre estes complexos, trabalho e lazer, de forma que a diferença da elaboração do tipo de lazer tem importância? Essa diferença diz respeito, segundo posso inferir agora, aos planos da estrutura, no qual está o trabalho, e da superestrutura, no qual está o lazer. Assim, tem-se que considerar, ainda, dois aspectos: o lazer como mercadoria e o lazer como mediação para a recomposição da força de trabalho.

produtividade não influencia nos valores das mercadorias. Marx explica que a riqueza aumenta com tal incremento, mas não o quanto de valor produzido: dois casacos vestem duas pessoas, um casaco apenas uma. Todavia, se 2 casacos são produzidos no tempo em que se produzia, anteriormente, 1 casaco, agora, como antes, uma hora de trabalho humano socialmente necessário foi objetivada em mercadorias. Portanto, o aumento da riqueza, 2 casacos ao invés de 1, determinou a diminuição de valor de cada mercadoria individual. Conforme será visto a frente, o que importa ao capitalista é a produção de valor e de mais-valor, não a produção de valores de usos. “A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa” (Idem, Ibidem, p.53).

Após discutir os dois fatores da mercadoria, o valor de uso e o valor (que inicialmente apareceu como valor de troca), Marx retoma a atenção ao valor de troca, que foi ‘deixado para traz’ para a demonstração do valor (trabalho socialmente necessário objetivado em uma mercadoria). Então, Marx retoma a discussão do valor de troca, a **forma de expressão do valor**, para compreender como circulam as mercadorias e **o que é e como aparece o dinheiro**.

Marx (1985, p. 53-4) explica que um valor de uso, ou “corpo da mercadoria” só é mercadoria porque é, ao mesmo tempo, um objeto para o uso e um portador de valor (sua alma). O valor, segundo ele, tem uma objetividade que não é matéria natural. “Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor”. A **objetividade do valor é social**, dada por ser expressão do trabalho humano, e aparece na relação de troca entre mercadorias diferentes, conforme suas diferentes expressões.

A equação que Marx utiliza para exemplificar a *forma simples, singular ou acidental do valor* é: *20 varas de linho = 1 casaco*, onde o linho é a forma relativa e o casaco a forma equivalente da equação, o primeiro o elemento ativo, expressa seu valor, o segundo, o elemento passivo, serve de material de expressão. “Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor” (MARX, 1985, p.54).

Essa equação, na qual duas grandezas de espécies diferentes só podem ser comparadas depois de reduzidas a mesma unidade, tem como fundamento “linho = casaco”. A relação de equiparação de uma mercadoria à outra só é possível pela abstração dos trabalhos específicos que as produziram, para encontrar o que elas possuem em comum. A relação de equivalência revela o trabalho contido em todas as mercadorias, o trabalho humano em geral (MARX, 1985, p. 55-56). Nessa equação, o linho tem a forma relativa, enquanto o casaco a forma equivalente. O linho tem que expressar seu valor no corpo, no valor de uso de outra mercadoria. Ao expressar assim seu valor o linho revela que contém algo semelhante a qualquer outra mercadoria, ou seja, o tempo social de trabalho despendido para sua produção. “O Valor da mercadoria A, assim expresso no valor de uso da mercadoria B, possui a forma do valor relativo” (Idem, *Ibidem*, p.57).

Sobre a diferença entre o trabalho como fonte de valor e o valor mesmo, Marx explica que o segundo só existe em forma concreta, objetivada. “A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor” (Idem, *Ibidem*, p.56). Esta diferenciação é importante para entender a discussão do conhecimento como “um meio de produção”, feita por Saviani (2000)⁴². Pode o conhecimento ser um meio de produção, algo colocado entre o homem e o objeto de sua atividade, sem se concretizar em algo com propriedades físicas ou químicas? Acredito que não⁴³. Esta discussão deve ser feita e é da maior importância, pois, conforme analise

⁴² No livro *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*, na sua sétima edição (2000), que tem a primeira edição datada de 1991, Saviani explica o caráter de classe da proposição da pedagogia histórico-crítica, durante um debate, da seguinte forma: “a proposta de socialização do saber elaborado é a tradução pedagógica do princípio mais geral da socialização dos meios de produção. Ou seja, do ponto de vista pedagógico também se trata de socializar o saber elaborado, pois este é um meio de produção” (SAVIANI, 2000, p.98).

⁴³ Esta posição é tomada tendo como base, inicialmente, a definição exposta por Marx: “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor e sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1985, p. 150). O trabalho humano é sempre pré-ideado, implica em conhecer as leis naturais que podem ser apropriadas e utilizadas para atingir um fim, “no entanto, a posição do fim e a busca dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma” (LUKÁCS, s/d, p.8). Afirmar que o conhecimento é meio de produção, é diferente de saber que a ciência é transformada em força produtiva na grande indústria. O conhecimento científico é atributo indissociável do trabalhador, ou seja, da força de trabalho, conforme o exemplo sobre a diferença entre a “apropriação capitalista e a apropriação pessoal, seja da ciência, seja da riqueza material”, dado por Marx (2003, p.443). Quando fala que a máquina, um meio de produção que transfere valor às mercadorias de forma parcelada, afirma que elas são utilizadas sob “leis rigorosamente científicas” (p.444). O trabalhador detém o conhecimento de tais leis, bem como, em outro estágio, necessitou conhecer as leis da mecânica e outras para construir as máquinas. Mas, é importante retomar a definição que Marx (1985, p. 53) da de força produtiva como “o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim. Num espaço de tempo dado”, bem como, a consequência prática dessa definição, que é a constatação de que a variação na força de trabalho não influencia no valor da mercadoria. Uma vez que na explicação de Marx o meio de produção sempre que

de Lazarini (2007, p.22) ao texto de Saviani (2006), *Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os Desafios da Sociedade de Classes*⁴⁴:

Saviani no sentido de defender a tese segundo a qual o “saber é um meio de produção”, e tendo ele se tornado o elemento decisivo da produção na sociedade capitalista contemporânea devido a automação dos processos fundamentais de trabalho, a socialização desse saber, principalmente através das escolas públicas unitárias, implicaria na superação dessa forma social.

Se esta concepção fosse levada adiante, a revolução passaria a ser uma questão de conhecimento, de racionalidade, e não mais de mudança estrutural na base material da produção da existência.

Marx explica que a mudança na capacidade da força produtiva altera a relação quantitativa na qual as mercadorias se trocam, dependendo do tempo, maior ou menor, despendido na produção de cada mercadoria que entra em relação. Então, ele define a forma equivalente como “a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria”. O casaco, ao aparecer como forma equivalente de expressão do valor representa “determinado quantum de uma coisa” (p.59).

Sobre a forma equivalente, Marx destaca três pontos: 1º) que “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor” (p.59). Ele ressalta que “O casaco representa na expressão do valor do linho uma propriedade sobrenatural a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social” (p.60). 2º) “trabalho concreto” se converte “na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (p. 61). 3º) “trabalho privado” toma a “forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (p.61). Esses pontos destacados por Marx ajudam a entender a sua conclusão, fundamental para compreender as relações mercantis, qual seja, que o valor das mercadorias não surge durante sua relação com outra mercadoria, mas, é intrínseco à

utilizado transfere valor à mercadoria, reafirma-se a observação de que força produtiva não é o mesmo que meio de produção, sendo o conhecimento científico uma qualidade que define a habilidade da força de trabalho. A “força de trabalho”, é classificada como “capital variável”, seja enquanto “valor” ou “materialmente”, que existe em cada “grande seção” do capital social, junto com o “capital constante” – dividido em “capital fixo: máquinas, instrumentos de trabalho, construções, animais de trabalho etc.; e em capital constante circulante: materiais de produção, tais como matérias-primas e matérias auxiliares, produtos semi-acabados etc.” (MARX, 2000, p. 448). Após essa explicação, é necessário lembrar, também, os três “elementos simples do processo de trabalho: o objeto de trabalho, os meios de trabalho e o trabalho mesmo. Entendo que o conhecimento está relacionado diretamente ao trabalho mesmo, a “própria atividade orientada à um fim”, e apenas imediatamente aos meios de trabalho, não sendo possível, portanto, uma relação de identidade entre ambos – conhecimento e meios de produção.

⁴⁴ SAVIANI, Dermeval. *Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os Desafios da Sociedade de Classes*. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: Debates Contemporâneos**. Campinas-SP: Editores Associados, 2006, (p. 223-273).

própria mercadoria. Não é a troca que determina o valor de uma mercadoria, ao contrário, é seu valor que determina suas trocas.

Nessa forma de expressão do valor, “simples, singular ou acidental”, é possível compreender que:

A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida (MARX, 1985, p.63).

A segunda forma em que o valor pode se expressar é a forma total ou desdobrada. A equação que representa esta forma é: “z mercadoria A = u mercadoria B ou = v mercadoria C ou = w mercadoria D ou = x mercadoria E ou = etc”, ou, “20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 quarter de trigo ou = 2 onças de ouro ou = ½ tonelada de ferro ou = etc” (Idem, Ibidem, p.63). Essa forma de expressão do valor permite a observação do valor como “gelatina de trabalho humano indiferenciado”, pois, o linho entra em contato não com uma mercadoria individualmente, mas, com todo o tipo de mercadoria existente. “Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo” (Idem, Ibidem, p.64). Estando o linho na forma relativa de valor, todas as demais mercadorias – casaco, chá, café, trigo, ouro, ferro, etc. -, assumem a forma de equivalente.

Na forma geral de valor todas as mercadorias representam seus valores em uma única mercadoria, de forma que a equação é assim expressa:

1 casaco	=	}	20 varas de linho
10 libras de chá	=		
40 libras de café	=		
1 quarter de trigo	=		
2 onças de ouro	=		
½ tonelada de ferro	=		
x mercadoria A	=		
etc. mercadoria	=		

Essa igualação das mercadorias ao linho tem como resultado que “o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem de comum com todas as mercadorias”. Conseqüentemente, a forma geral de valor “é a primeira a relacionar realmente as mercadorias entre si como valores, ou as deixa aparecer

reciprocamente como valores de troca” (MARX, 1985, p. 66). O linho, excluído da forma equivalente, não podendo ser uma sua parte, ganha a forma de equivalente geral do mundo das mercadorias. O caráter social que esta forma representa deve ser entendido para compreender-se, desvelado de todo mistério, o mundo das mercadorias. As suas conseqüências para o trabalho são que, por exemplo:

A tecelagem, o trabalho privado que produz linho, encontra-se, ao mesmo tempo, em forma social geral, na forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As inumeráveis equações em que consiste a forma valor geral equiparam, sucessivamente, o trabalho realizado no linho a cada trabalho contido em outra mercadoria e tornam, com isso, a tecelagem a forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal (MARX, 1985, p. 67).

Por fim, percebe-se que

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social (MARX, 1985, p. 67).

A forma de equivalente geral pode ser assumida por qualquer mercadoria, dado que esta é “uma forma do valor em si”. Uma vez assumida tal forma, a mercadoria passa a desempenhar a “função social” de funcionar como a mercadoria na qual todas as demais podem expressar seu valor. Ao conquistar essa posição a mercadoria ouro encontra-se a **forma dinheiro**. Esta forma de expressão do valor não difere da forma anterior, senão pela substituição do linho pelo ouro na forma de equivalente geral. Quando uma mercadoria expressa seu valor na mercadoria dinheiro, “20 varas de linho = 2 onças de ouro”, por exemplo, tem-se a “forma preço” (Idem, Ibidem, p. 69).

Para a compreensão dessa forma acabada de expressão do valor, a forma dinheiro, é necessária a compreensão da forma simples de expressão do valor, local onde se encontra a maior dificuldade. E isso é muito importante, dado o caráter misterioso que a mercadoria assume. Conforme a explicação anteriormente dada sobre a relação de igualação dos trabalhos humanos a partir da abstração das características concretas, tanto das mercadorias quanto dos trabalhos que as produziram, pode-se compreender sua explicação procedente acerca do ar de mistério que envolve a mercadoria vir de sua própria forma.

A relação entre os produtores assume a forma de relação entre seus produtos, entre coisas⁴⁵.

Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se apresenta, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relação entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1985, p.71).

Tal caráter fetichista das mercadorias provém do trabalho abstrato que as produz. Nesta sociedade produtora de mercadorias, “o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho”. Assim, a forma acabada do valor, a forma dinheiro, “vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sócias entre os produtores privados” (Idem, *Ibidem*, p.72-3).

Uma mercadoria só pode ser valor de troca não sendo valor de uso para quem a produz, ou seja, com a produção de excedentes. Os homens têm que entrar em contato para comerciar suas mercadorias como homens livres, comprando e vendendo seus produtos no contexto de uma sociedade organizada pelos contratos sociais – quer dizer, a forma jurídica da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e de subsistência, homens formalmente iguais. O dinheiro tem seu valor dado pelo mesmo elemento que confere valor a qualquer mercadoria, o trabalho humano em geral, medido pelo seu tempo de duração. Porém, o processo de troca faz parecer que as mercadorias expressam seu valor em uma dada mercadoria porque ela é dinheiro, e não o contrário, que uma mercadoria é dinheiro porque todas as demais expressam nela seu valor, a excluíram da forma relativa para representar nela seus valores. O processo de como isso vai se dando na história começa a ser ignorado, de forma que o fetiche da

⁴⁵ “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las. [...] A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material” (MARX, 1985, p.72-3).

mercadoria é expresso no fetiche do dinheiro. Essa discussão é feita por Marx no segundo capítulo do *O Capital* para que seja possível a compreensão da circulação das mercadorias e da produção do capital. Portanto, para compreender o que significa a educação e o lazer como mercadorias, é necessário a compreensão das categorias utilizadas por Marx e do processo histórico de conformação da produção de mercadorias especificamente capitalista, que difere da produção de mercadorias nas sociedades escravistas e servis.

Marx explica que o ouro tem uma função de ser medida de valor, representando o valor das mercadorias. Já o preço depende do valor do material monetário, o ouro, já que este e a mercadoria cujo valor é medido devem representar o mesmo quanto de trabalho humano. “Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal” (MARX, 1985, p.89). “O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (Idem, *Ibidem*, p. 92). É importante entender a diferença entre valor e a forma preço, ao mesmo tempo, sua necessária relação na sociedade capitalista. Por isso, Marx explica que:

A grandeza de valor da mercadoria expressa, assim, uma relação necessária imanente a seu processo de formação como o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria pela mercadoria monetária, que existe fora dela. [...] A possibilidade de uma incongruência entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra.

A forma preço [...] pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. (MARX, 1985, p. 92).

Esta diferenciação entre o valor e a forma preço, observadas na função do dinheiro como medida de valor é importante para compreender um outro aspecto do dinheiro, ser meio de circulação. Neste particular pode-se observar o dinheiro atuando na troca, o “metabolismo social”, onde mercadoria e dinheiro expressam uma antítese externa, junto à antítese imanente da mercadoria, sua unidade de valor de uso e valor, uma unidade de diferenças, conforme Marx (1985, p.94) demonstra.

Outra observação importante de Marx sobre as mercadorias, que ele retoma na discussão dos capítulos IV e V, é sobre o valor de uma mercadoria. O valor total de um tipo de mercadoria é avaliado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e pelo quantum dessa mercadoria que o mercado pode consumir. Produzida acima desse quantum, mais trabalho do que o necessário foi despendido na sua produção, fazendo com que o valor total das mercadorias seja diminuído ou equiparado ao valor socialmente requisitado desta (Idem, *Ibidem*, p.95-96). Também explica que o valor de uso, “somente ideal”, do dinheiro é realizar a forma valor “meramente ideal” da mercadoria, de forma que “a transformação da mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria” (Idem, *Ibidem*, p. 96). Ou seja, diferente das demais mercadorias que devem cair na esfera do consumo para realizar seu valor de uso, a mercadoria dinheiro só efetiva seu valor de uso na esfera da circulação, “mora” eternamente nela.

Entender a função do dinheiro como meio de circulação das mercadorias é necessário quando se busca compreender o lazer e a educação na sociedade capitalista porque esta sociedade tem como fundamento a propriedade privada e como eixo a mercadoria, suas precondições e suas decorrências. Marx (Idem, *Ibidem*, p. 97) afirma que as relações econômicas entre os homens são de “possuidores de mercadorias⁴⁶, uma relação em que eles somente se apropriam do trabalho alheio alienando o próprio”. Essa circulação de mercadorias é formada por quatro extremos, com as mercadorias realizando duas metamorfoses sob a relação de três pessoas. Resumidamente, assim expressa-se: M – D, ou venda (p.95); D – M, ou compra (p.97). Nessa relação à venda corresponde seu oposto, uma compra e, na segunda mudança de forma, à compra corresponde uma venda. A mercadoria muda de valor de troca para valor de uso, de mercadoria para dinheiro, suas formas contrárias e inextrincáveis no processo de circulação. Esse processo mostra o que ora se discute, a sociedade mediada por mercadorias, da seguinte forma:

A circulação de mercadorias distingue-se não só formalmente, mas também essencialmente, do intercâmbio direto de produtos. [...] A

⁴⁶ Isso explica aquilo que Marx diz, no prefácio da primeira edição do *O Capital*, em 1867, sobre a forma de tratar as pessoas na sua pesquisa: “Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se como subjetivamente acima delas” (MARX, 1985, p.13).

mercadoria de *B* substitui a mercadoria de *A*, mas *A* e *B* não trocam duas mercadorias reciprocamente. Pode, de fato, ocorrer que *A* e *B* comprem reciprocamente um do outro, mas tal relação particular não é condicionada, de modo algum, pelas relações gerais da circulação de mercadorias. Por um lado, vê-se aqui como o intercâmbio de mercadorias rompe as limitações individuais e locais do intercâmbio direto de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, incontrolláveis pelas pessoas atuantes (MARX, 1985, p. 99) [sem grifos no original].

Assim visto, esse processo também mostra que:

A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises (Idem, Ibidem, p.100).

Não é a toa que Marx define a mercadoria ou a “forma valor da mercadoria” como a “forma celular da economia” (MARX, 1985, p.12). A mercadoria, conforme se verá mais a frente, produzida sob a forma capitalista, difere da mercadoria produzida sob relações servis ou escravistas. Produzida sob o capitalismo, a mercadoria tem como condição que os meios de produção sejam de posse apenas do capitalista, ou seja, realiza-se trabalho privado sobre meios privados de produção. Ao mesmo tempo, se o produto do trabalho humano, o valor de uso, não realiza seu valor na relação de troca, na circulação, demonstrando seu caráter social, tal produção não tem sentido para o ser movente do processo, o processo de valorização do valor.

Marx demonstra como na circulação das mercadorias, na sua primeira metamorfose, $M - D$, é visível que a mercadoria se movimenta, pois ela troca de lugar com o dinheiro. No entanto, na sua segunda troca de forma, $D - M$, não é mais visível o movimento dela, aparecendo só o movimento do dinheiro. Apesar dessa aparência falseada, o movimento do dinheiro é “apenas expressão da circulação das mercadorias” (Idem, Ibidem, p. 101). É importante deixar claro que o dinheiro é eleito meio circulante porque é o “valor autonomizado das mercadorias” (Idem, Ibidem, p.102).

A partir da função do dinheiro como meio circulante surge a moeda. Cunhada inicialmente com o material nobre que assume a função de equivalente geral ou dinheiro, e com correspondência do nome da moeda com seu peso. Com a circulação as moedas

se desgastam e valor e preço da moeda deixam de ter correspondência, de forma que começam a ser utilizadas as moedas divisionárias para as trocas mais rápidas, cunhadas em prata e cobre. Desse processo é possível surgir a moeda papel, “signo do ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel”. Esta moeda só tem sentido na circulação atuando como “meio circulante”. O movimento do dinheiro representa “os processos antagônicos da metamorfose das mercadorias”, sua existência é simbólica, uma vez que sua “existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material” (Idem, Ibidem, p.109). Ou seja, sua função como meio de circulação, representante autônomo do valor das mercadorias, substitui sua existência material, o ouro que contém efetivamente valor, “trabalho social objetivado”.

Marx explica, em seguida, o entesouramento, a produção de mercadorias para vender, não para comprar outras mercadorias, mas para acumular, fixar o produto da primeira metamorfose da mercadoria, o dinheiro. Isso é feito mediante o sacrifício dos “prazeres da carne”, mediante a avareza. “Laboriosidade, poupança e avareza são, portanto, suas virtudes cardeais, vender muito e comprar pouco são o resumo de sua economia política”. Este processo de entesouramento tem a função social de controlar o volume de dinheiro necessário à circulação das mercadorias (MARX, 1985, p. 113). Além de conhecer essa função importante do tesouro, é importante tal observação para ser possível diferenciar um entesourador, um acumulador de dinheiro que vende para não comprar, sacrificando inclusive suas necessidades para tal, do capitalista, personificação do capital que determina a volta do resultado da venda para a produção de novas mercadorias, ou seja, completar a circulação da mercadoria com sua segunda metamorfose.

Com o desenvolvimento da circulação das mercadorias o dinheiro assume mais uma função, a de meio de pagamento. Nesse estágio, a mudança de lugar da mercadoria e a utilização do dinheiro como meio de circulação já não coincidem, o vendedor torna-se credor, como aquele que receberá o dinheiro futuramente, e o comprador tornar-se devedor, o representante do dinheiro futuro. O dinheiro funciona como “medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida” e como “meio ideal de compra”, entrando na circulação, como meio de pagamento, somente “depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral” (Idem, Ibidem,

p.114-5). É importante investigar esse processo de desenvolvimento da circulação, em que o dinheiro funciona como meio de pagamento, devido à transferência das relações humanas para a mercadoria e, num nível mais grave dessa transferência, para a mercadoria dinheiro. Marx demonstra o desfecho dessa função da seguinte forma:

A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária⁴⁷. Ela ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para sua compensação estão plenamente desenvolvidos. Havendo perturbações as mais gerias desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria torna-se sem valor e seu valor desaparece diante de sua própria forma de valor. [...] Na crise a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta (p.116).

Compreender essa contradição entre mercadoria e dinheiro e seus efeitos nas crises é muito importante para compreender a relação social chamada capital e, portanto, a produção de lazer e educação como mercadorias. Assim, compreender-se também a negação da função humanizante desses complexos do ser social em função da afirmação do valor que eles podem produzir e reproduzir na forma de mercadorias. Todavia, não é fácil essa compreensão pelo grau de abstração necessário e pelo mergulho na lógica dialética e no raciocínio por contradição que tal abstração exige.

O dinheiro assume a forma autônoma de valor das mercadorias, pode expressar o quanto vale qualquer mercadoria mesmo na sua ausência, diferente do que ocorre na circulação de troca direta de mercadoria por mercadoria. Com o desenvolvimento da circulação a experiência mostra a necessidade da utilização do dinheiro como moeda divisionária e posteriormente da moeda de papel, um passo a frente na fixação do dinheiro como signo do valor. Valor que só existe como objetivação do trabalho

⁴⁷ Marx faz a seguinte observação na nota de número 99: “Deve-se distinguir bem a crise monetária, definida no texto como fase particular de cada crise geral de produção e comércio, do tipo especial de crise que se chama também de crise monetária, mas que pode aparecer independentemente, de modo que ela só afeta a indústria e comércio por repercussão. Estas são crises cujo movimento se centra no capital monetário e, por isso, bancos, bolsas de valores e finanças são sua esfera imediata” (p.116).

humano contido em mercadorias com valor de uso, sem o qual não há valor de troca. Alçado o dinheiro como meio de pagamento, ele torna-se o fim do processo do metabolismo social, se autonomiza em relação à mercadoria a qual representa o valor e torna-se o fim da circulação de mercadorias. Existindo como meio de pagamento não precisa comparecer na mesma quantidade dos valores que circulam, uma vez que depende, o volume do dinheiro necessário, da velocidade das trocas e do número de trocas que uma cadeia de mercadorias relacionadas representa. No momento da crise o dinheiro é despido de sua “função ideal”, como expressão da obrigação de pagar, e chamado à terra, tem que apresentar-se corporalmente. Se mais obrigações foram contraídas que mercadorias que lhe correspondiam, haverá menos dinheiro que o necessário para concluir as trocas, uma vez que o dinheiro fecha as metamorfoses ao invés de media-las. Assim, aquilo que ele realmente expressa, o quanto de valor que existe no corpo das mercadorias, passa a não fazer sentido, uma vez que o dinheiro passa a ter a importância central no processo de circulação. Todavia, só tem essa importância por ser expressão do valor. Daí que a crise traz à tona a contradição entre mercadoria e dinheiro da forma mais visível. A antítese interna imanente da mercadoria, entre valor de uso e valor, dá lugar a antítese externa entre mercadoria e dinheiro. Da mesma forma que o valor de uso para se afirmar deve negar o valor de troca, e vice-versa, a mercadoria para assumir a posição de dinheiro tem que trocar de lugar com o próprio dinheiro, e, por sua vez, o dinheiro, para fazer valer seu valor de uso, tem que substituir a mercadoria no local por ela deixado, na unidade dos contrários compra e venda.

Finalmente, quando o comércio atinge proporções mundiais, “as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Sua figura autônoma de valor se defronta, portanto, aqui também com elas sob a forma de dinheiro mundial”. A partir desse ponto o dinheiro pode mostrar completamente sua função “como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito”. Em consequência, o “dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral (*universal wealth*)” (MARX, 1985, p.119), sendo possível ver o processo de subjetivação das coisas, que toma as características do processo social, do qual é produto, no ápice do processo que Marx chama de fetiche da mercadoria.

Esta análise da mercadoria e as formas de expressão do seu valor, sua circulação e a autonomização assumida pelo dinheiro no seu percurso de medida de valor, meio de pagamento e dinheiro mundial, é necessária para a análise da origem da mais-valia que Marx realiza em seguida em *O Capital*. Valor e mais-valia, duas categorias centrais e de grande dificuldade de entendimento, sem as quais não é possível entender a relação social, a contradição em processo chamada capital. Compreender o capital é condição *sine qua non* da compreensão do lazer e da educação como mercadorias porque, como Marx mostrará no final do capítulo V, a produção de mercadorias e a produção de mercadorias na forma capitalista são unidades de diferentes processos. Portanto, compreender um momento histórico em que a forma social impõe que novas fronteiras caíam para a expansão do capital, produzindo e comercializando a mercadoria em áreas como a educação e o lazer, impõe a necessidade de compreender o fundamento de tudo isso, compreender o capital.

Nesse intento, Marx analisa o seguinte problema no quarto capítulo do *O Capital*: pode a circulação simples, $M - D - M$, com sua forma invertida, $D - M - D$, causar a valorização do valor? A fórmula geral do capital, $D - M - D'$, a forma como a mais-valia aparece, diz que sim, que é dessa inversão que surge o mais-valor. No entanto, essa aparência contradiz a lei da circulação de mercadorias, via troca de valores em quantidades iguais, desenvolvida até esse momento. Vejamos, então, qual a solução desse problema.

Segundo Marx, o início do capital está na “circulação de mercadorias”. “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital”. O dinheiro, o “produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital”. Porém, o dinheiro como “dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação” (MARX, 1985, p.125).

Essas formas se apresentam assim:

$M - D - M$ vender para comprar, é a “forma direta de transformação de mercadorias”.

$D - M - D$ comprar para vender, “Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com a sua determinação, já é capital” (Idem, Ibidem, p.125-6).

Esta segunda forma de circulação contém as mesmas fases antitéticas da primeira, a circulação simples: $D - M$, compra; e $M - D$, venda. Porém, aqui, o processo se inicia e acaba com o dinheiro (D). Na primeira forma de circulação, a M vendida no início tem o mesmo valor da mercadoria comprada no final. Na circulação iniciada e finaliza por dinheiro, na venda há um valor maior do que o utilizado para a compra. “Se com 100 libras esterlinas compro 2.000 libras de algodão e revendo as 2.000 libras de algodão por 110 libras esterlinas, então troquei afinal 100 libras esterlinas por 110 libras esterlinas, dinheiro por dinheiro” (Idem, Ibidem, p.126). Na circulação $M - D - M$, o dinheiro media a circulação, enquanto na forma $D - M - D$, é a mercadoria que faz a mediação do dinheiro. O objetivo da primeira forma de circulação é a satisfação de necessidades, valor de uso, portanto, é externo a ela. Na segunda forma de circulação, o objetivo é o próprio valor de troca, interno a ela. Ao final da primeira forma de circulação, um valor de uso diferente do que nela entrou é obtido. A segunda forma de circulação termina com um valor de troca maior do que aquele que nela entrou.

O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a $100 + 10$ libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, em que $D' = \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de - mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1985, p.128).

No primeiro movimento, vender para comprar, o processo se extingue ao obter o valor de uso necessário, valor de uso de qualidade diferente. Já no segundo processo, dinheiro não se diferencia qualitativamente de dinheiro, apenas quantitativamente. Porém, se 100 libras é um valor limitado que precisava se valorizar, Marx explica que 110 libras é um valor tão limitado quanto 100 libras, precisando valorizar-se da mesma forma. Isso caracteriza o capital por um movimento incessante de valorização do valor⁴⁸. O possuidor de dinheiro, com consciência desse processo, ao buscar como “meta subjetiva” o “conteúdo objetivo” da segunda forma de circulação, a “valorização do

⁴⁸ Neste ponto da análise Marx, baseado em Aristóteles, mostra a diferença entre **Economia**, a arte da aquisição, limitada porque se preocupa com algo diferente do dinheiro, voltada aos valores de uso; e **Cremaística**, a arte de fazer dinheiro, ilimitada porque tenciona a multiplicação de dinheiro, de valores de troca (MARX, 1985, p.127).

valor” torna-se a “personificação do capital”, o capital “dotado de vontade e consciência” (MARX, 1985, p.130).

Marx relembra, agora com os elementos novos da diferenciação das duas formas de circulação, a autonomização do valor, que discutiu anteriormente em relação à antítese entre dinheiro e mercadoria. Explica que nessa segunda forma de circulação, dinheiro e mercadoria tornam-se meras formas de manifestação do valor, sendo o dinheiro a forma geral e a mercadoria a forma específica, disfarçada. O valor entra no processo de circulação, repele a si mesmo e sai dela como mais-valor. “Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto, autovalorização”. O valor apresentado na circulação $D - M - D'$ como “uma substância em processo semovente”, entrando em relação consigo mesmo:

O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo. $D - D'$, dinheiro que gera dinheiro – *money which begets money* – diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas (MARX, 1985, p.131).

No capital a juros, a circulação $D - M - D'$ apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como $D - D'$, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior que ele mesmo (Idem, Ibidem, p.131).

A fórmula $D - M - D'$ mostra a mais-valia, mas não explica sua origem. De onde ela provém então?

Para responder isso Marx retoma o que já foi demonstrado sobre a forma de expressão do valor, como valores mercantis se trocam na mesma proporção por serem expressão de igual trabalho humano. As trocas impulsionadas pela necessidade de adquirir valores de uso não produzidos pelo produtor que vende para comprar, ou de gerar mais dinheiro, pelo capitalista que compra para vender, não podem basear-se na esperteza de um agente da circulação sobre o outro. Isto porque, como as leis de mercado ditam que um valor se troque pelo seu equivalente, se o comprador quiser levar vantagem na compra, pagar menos, encontrará, na sua forma de vendedor, outro comprador que desejará pagar menos. Se vender acima do preço, deverá comprar acima do preço. E, mesmo que um personagem da circulação consiga enganar os seus pares e comprar por menos e vender por mais, isso não explicaria a origem da mais-valia, uma vez que na soma geral de valores, um preço de 10 a menos, pago na compra, elimina um

preço de 10 a mais, obtido na venda. Porém, a fórmula geral mostra um acréscimo de valor (ΔD) que aparece na venda final da fórmula $D - M - D'$.

Marx explica que “por meio da inversão da seqüência, nós não transcendemos a esfera da circulação simples de mercadorias, e devemos muito mais verificar se ela permite, de acordo com sua natureza, valorização do valor que nela penetra e, daí, geração de mais-valia” (MARX, 1985. p. 132). Ele lembra que:

O valor das mercadorias está representado em seus preços, antes que entre, na circulação, sendo, portanto, pressuposto e não resultado da mesma.

Considerado abstratamente, isto é, deixando de considerar as circunstâncias que não decorrem das leis imanentes da circulação simples de mercadorias, o que ocorre nela, fora a substituição de um valor de uso por outro, nada mais é que uma metamorfose, mera mudança de forma da mercadoria. O mesmo **valor, isto é**, o mesmo quantum de **trabalho social objetivado**, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na da mercadoria na qual esse dinheiro se retransforma. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança na grandeza do valor (MARX, 1985. p. 132-3).

Ele lembra que a explicação da mais-valia pela circulação de mercadorias carrega a confusão entre valor de uso e valor de troca. Marx faz uma afirmação imediatamente importante para compreender que um capitalista não pode aproveitar-se do outro por sua esperteza, e, mediatamente para compreender as relações entre os homens na forma social do capital. Ele diz que “no mercado de mercadorias, só possuidor de mercadorias se confronta com possuidor de mercadorias e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras é somente o poder de suas mercadorias” (Idem, Ibidem, p.134). Marx explica que da circulação de equivalentes e da circulação de não equivalente não pode surgir a mais-valia. No primeiro caso, comprando por 50 e vendendo por 50, tem-se no final o mesmo que no início. No segundo caso, comprando por 40, abaixo do valor real, e vendendo por 50, no final o valor total é de 90, não houve acréscimo.

Assim, Marx afirma que a mais-valia não pode vir da circulação, tem que ter origem em outro local. Todavia, sendo a circulação a “soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias”, fora dela o produtor só tem contato com ele próprio, de forma que pode até acrescentar valor a uma mercadoria. No exemplo de Marx, transformando couro em bota. Todavia, não poderá valorizar o valor, ele aumenta o valor, mas não há produção de mais-valia. Contradizendo o que afirmou pouco antes,

ele diz que é “impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital” (Idem, *Ibidem*, p. 137-8). Sua conclusão, de forma dialética, abre ao caminho para a explicação real da origem da mais-valia:

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não originar-se dela.

Um resultado duplo foi, portanto, alcançado.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema” (MARX, 1985, p.138).

Uma vez que o dinheiro é figura monetária, expressão do valor da mercadoria, não pode ser dele que se origina a mais-valia. Esta tem que se originar da mercadoria comprada no primeiro ato da circulação $D - M - D'$, mas, essa modificação de valor não se dá no valor de troca dessa mercadoria, se dá no seu valor de uso. Para que tal modificação seja possível, o possuidor de dinheiro precisa comprar uma mercadoria que tenha a faculdade de produzir mais valor do que ela própria possui. Essa mercadoria é a força de trabalho, entendida por Marx como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. Para que o possuidor de dinheiro possa comprar força de trabalho como mercadoria, o seu possuidor, o trabalhador, precisa ser um homem livre. Dessa forma, comprador e vendedor da força de trabalho se encontram como iguais possuidores de mercadorias, travando uma relação jurídica. Além de ser um homem livre, dono de sua força de trabalho, o trabalhador tem que ser desprovido dos meios de produção, de forma que não possa vender outra mercadoria que não seja a sua força de trabalho. Todavia, é da maior importância notar que essa relação, historicamente estabelecida, não é natural, tampouco presente em todas as formações sociais. Antes, pressupõe uma série de “revoluções econômicas” e a “decadência de toda uma série de formações mais antigas de produção social” (Idem, *Ibidem*, p. 139-140).

Tratando das condições de surgimento do capital Marx diz que a produção de mercadorias, que pressupõe a divisão do trabalho dentro da sociedade, e a presença do dinheiro nas suas diferentes formas, como “equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial”, que indicam diferentes estágios do “processo de produção social”, existem nas mais variadas formações econômicas. Em relação ao capital a situação é diferente. Sua condição de surgimento é que “o possuidor de meios de produção e de subsistência” encontre “o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado”. A partir desse momento a história inicia sua fase de “história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social” (Idem, Ibidem, p.140-1). Após esse esclarecimento, Marx mostra mais um elemento para o entendimento da origem da mais-valia: o valor da força de trabalho. Elemento que também será essencial para a discussão posterior do valor como, no próximo ponto desse escrito.

O valor da força de trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção e reprodução do trabalhador e de sua família. Portanto, seu valor corresponde ao tempo socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família. Por isso, pode-se ver que a variação na força produtiva, aumentando ou diminuindo o tempo social necessário para produzir esses meios, determina a elevação ou diminuição do valor da força de trabalho. Sobre essa mercadoria específica é necessário esclarecer que:

As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo como o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constitui a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (MARX, 1985, p.141) [sem grifos no original].

Além disso, a transformação da natureza humana em força de trabalho específica para determinada atividade exige determinada formação ou educação, mais ou menos de acordo com o grau de mediaticidade da atividade. Essa formação ou educação é um

elemento que entra no tempo social gasto na produção da força de trabalho (Idem, Ibidem, p. 142).

Se o preço pago pela força de trabalho se limita ao mínimo necessário à sua existência fisiológica, isso significa que o seu preço caiu abaixo do seu valor. Significa que essa força de trabalho vai ser reproduzida de forma atrofiada (Idem, Ibidem, p.143). Se só o necessário para a existência fisiológica é garantido, a educação e o lazer são custos que não são possíveis de serem realizados para a produção dessa mercadoria. Isso também significa que o capitalista vai consumir uma mercadoria sem os requisitos que ele necessita para utilizar seu valor de uso.

O trabalhador aliena o valor de uso de sua força de trabalho que só se realiza ao final do período contratado, momento em que a sua mercadoria é paga. No caso de mercadorias em que a “alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento”. Por isso, são os trabalhadores quem fornecem crédito ao capitalista, entregando-lhes a mercadoria antes do seu pagamento. Tendo feito essa observação, Marx mostra que o consumo do valor de uso da força de trabalho é o “processo de produção de mercadoria e de mais-valia” (Idem, Ibidem, p.143-5). Porém, o consumo não ocorre na esfera da circulação, mas fora dela. Por isso, a investigação tem que se direcionar para a esfera da produção, que Marx chamou no início dessa discussão sobre a mais-valia de as costas do processo de circulação.

Este direcionamento se dá pela análise do processo de trabalho em sua forma abstrata, existente em todas as sociedades e em sua forma concreta, na sociedade capitalista. O “processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada”. Assim, o trabalho aparece primeiramente como um processo de mediação entre o homem e a natureza, onde o homem “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”. O trabalho tratado aqui é especificamente relativo ao gênero humano porque ele é feito de forma pré-ideada. O homem atua sobre a natureza de forma que atinge, no final do processo, um resultado que já existia idealmente, que já havia sido projetado, modifica a natureza e, ao mesmo tempo, a si próprio (Idem, Ibidem, p.149-50).

Este processo apresenta três “elementos simples”: **a) “atividade orientada a um fim** ou trabalho mesmo”; **b) objeto de trabalho ou matéria prima:** as coisas que o homem tira diretamente da terra ou da água são os objetos de trabalho, enquanto estes

objetos já trabalhados, já “filtrados” pelo trabalho humano, são matéria prima. “O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho”. **c) meio de trabalho:** é aquilo que o homem coloca entre si e a natureza para agir sobre ela, utilizando “as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo”. Este elemento é definidor deste processo porque, o “uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano” (MARX, 1985, p.150).

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio.

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo (MARX, 1985, p.151).

Marx mostra que é o “trabalho vivo” que dá forma aos objetos de trabalho, que os transforma de “valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos”. Em seguida, diferencia o consumo produtivo e o consumo individual. O primeiro é consumo de objetos e meios de trabalho com um produto diferente do consumidor, que é o processo de trabalho. O segundo, o consumo individual, é o gasto de meios de subsistência onde o resultado é o próprio consumidor, a força de trabalho. Esta primeira parte da análise do processo de trabalho é concluída por Marx assim:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoite do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista (Idem, Ibidem, p.153-4).

Marx anuncia que retoma a discussão do processo de valorização, após discutir o trabalho em sentido genérico, independente das relações sociais que o cercam. Diz que a natureza do processo de trabalho não se altera de imediato por ser executado para o capitalista, ocorrendo tal alteração só posteriormente. Quando isso ocorre se observam dois fenômenos distintos: 1º o trabalhador se põe em atividade sob vigilância do capitalista, para evitar desperdícios de matéria-prima e meios de trabalho; 2º a força de trabalho paga pelo capitalista, e tudo o que ela produz durante sua jornada, pertence ao capitalista. O processo de trabalho é, do ponto de vista do capitalista, consumo de força de trabalho e dos meios e objetos necessários para sua ativação (MARX, 1985, p.154). A partir destas observações Marx confronta o processo de trabalho em geral com o processo de valorização, o processo de trabalho sob a propriedade privada dos meios de produção, compra e venda da força de trabalho, onde esse processo aparece como uma relação entre “coisas que o capitalista comprou”.

O produto desse processo é um valor de uso, o conteúdo da riqueza. Produzido sob a propriedade privada dos meios de produção, esse valor de uso é propriedade do capitalista, para o qual não importa em nada o valor de uso, a não ser na sua função de portador do valor de troca. Além de produzir uma mercadoria para a troca, o capitalista quer “produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-las, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado”. Portanto, ele quer “produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (Idem, Ibidem, p.155).

O “processo de trabalho”, anteriormente exposto, tem que ser tratado agora como “processo de formação de valor” porque a unidade de valor de uso e valor da mercadoria expressa a unidade desses dois processos. Para discutir esse processo Marx utiliza uma equação com os seguintes elementos: produto = fio; matéria-prima = 10 libras de algodão = 10 xelins; meios de trabalho = fusos = 2 xelins; 12 xelins = 24 horas ou 2 dias de trabalho; fio = 2 e ½ dias de trabalho. Marx previne que o valor aparecer em qualquer desses elementos não muda em nada a coisa.

O valor do produto final do processo (fiação) analisado por Marx, o fio, é estabelecido levando em conta o tempo de trabalho necessário para produzir o algodão (matéria-prima) e os fusos (meio de trabalho). Para que o produto final, o fio, possa expressar esses elementos em seu preço, 12 xelins, existem duas condições: o algodão e o fuso devem ter se tornado um valor de uso, portador do valor; “que somente o tempo

de trabalho necessário, sob dadas condições sociais de produção” tenha sido utilizado (Idem, *Ibidem*, p.156).

Na análise do processo de trabalho deveria ser levada em conta a atividade específica desenvolvida, que resultaria em diferentes valores de uso. Na análise do processo de formação de valor não importa a especificidade do trabalho, sua concretude, pois é a partir da indiferenciação ou da igualação dos diferentes trabalhos que é possível considerar esses diversos trabalhos como “partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio” (Idem, *Ibidem*, p.156-7). Pode-se entender bem o que significa o valor como objetivação de trabalho socialmente necessário sabendo que “Durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado quantum de fio, portanto determinado quantum de trabalho, 1 hora de trabalho está objetivado no algodão” (Idem, *Ibidem*, p. 157).

Em seguida, Marx mostra que além da atividade do trabalhador ser vista diferentemente, também os outros elementos o são. Matéria-prima se limita a “algo que absorve determinado quantum de trabalho”, transformada pela força de trabalho que lhe é acrescida como fiação, resulta em fio, que “é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão” (Idem, *Ibidem*, p.157).

O processo analisado mostra uma força de trabalho hipoteticamente avaliada em 3 xelins, correspondendo a 6 horas de trabalho. Durante um hora essa força de trabalho transforma 1 e 2/3 libras de algodão em fio, ou 10 libras em 6 horas. Portanto, nestas 10 libras de fio se objetivaram 2 e 1/2 dias de trabalho, sendo: algodão + fusos = a 2 dias, ou 24 horas, ou 12 xelins, e força de trabalho = 1/2 dia, ou 6 horas, ou 3 xelins. “O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio 1 xelim e 6 pence” (MARX, 1985, p.158). Como pode, então, surgir a mais-valia, se o valor ao final do processo é igual ao valor adiantado pelo capitalista no início da produção? Os 15 xelins que representam os custos de todos os fatores da produção são os mesmos 15 xelins que são o valor do produto final, as 10 libras de fio.

Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de

manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede que o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria. Ser fonte de valor e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. [...] O valor de uso da força de trabalho pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1985, p. 159-60).

Como o trabalhador deve trabalhar, para efetivar o valor de uso da mercadoria que vendeu, sua força de trabalho, durante uma jornada inteira de trabalho ou 12 horas, uma nova situação se apresenta. Seu trabalho vai consumir 20 libras de algodão, transformando-as em 20 libras de fio com o valor de 30 xelins, dos quais: 20 xelins = 20 libras de algodão; 4 xelins = fusos; força de trabalho = 3 xelins. O valor de produção das 20 libras de algodão é de 27 xelins, enquanto o seu preço é de 30 xelins. Ai está a origem da mais-valia que aparece na fórmula $D - M - D'$. Sua origem está na produção, portanto, não pode estar na circulação. Porém, é na esfera da circulação que o capitalista compra a força de trabalho, por isso, também não pode estar na esfera da circulação a origem da mais-valia (Idem, Ibidem, p.160).

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo (MARX, 1985, p.160-161).

Essa figura de monstro animado não parece ser demasiada para definir a relação social chamada capital. Mas, ainda, outro elemento importante na definição do capital, conforme a investigação de Marx, é a diferenciação entre o processo simples de

formação de valor e o processo de valorização, entre processo de produção de mercadorias e processo de produção capitalista.

Marx explica que o processo de valorização é o processo de formação de valor que se estende até certo ponto. Comparando o processo de formação de valor com o processo de trabalho, a diferença reside em que este está voltado à produção de valores de uso, sendo considerado qualitativamente. Aquele diz respeito à produção de valor e, portanto, é observado apenas quantitativamente, apenas em relação ao tempo despendido. Sendo diferenciado o trabalho enquanto “criador de valor de uso” e “criador de valor”, é possível a distinção fundamental para compreender o fundamento do capital: “Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 1985, p.161-62).

Outra definição de Marx deve ser conhecida, por dois motivos, por quem se preocupa com a educação e a formação humana: o trabalho complexo ou de “peso específico superior”. Este trabalho “mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho”, tendo, por isso, “valor mais elevado que a força de trabalho simples”. No mesmo tempo de trabalho a força de trabalho de peso específico superior objetiva maior valor que a força de trabalho simples. No entanto, o trabalho necessário para sua reprodução é o mesmo, não difere em qualidade, do trabalho que produz mais-valia, tal qual no trabalho de valor social médio. (Idem, Ibidem, p.162).

Após essa demonstração dos pressupostos centrais do *O Capital*, que expressam as descobertas mais originais do autor, considerando a sua indicação sobre a ordem de exposição não ser necessariamente a mesma da investigação, é possível compreender o que são relações mercantis e relações sociais alienadas, fetichizadas pela mercadoria e a autonomia que ela adquire em relação ao seu produtor. É possível compreender como a relação entre homens aparece como uma relação entre coisas, o processo que Marx chama de reificação do sujeito e subjetivação do objeto. Tal demonstração visa conferir o entendimento concreto à afirmação de que é necessário superar as relações mercantis para a plena apropriação e fruição da produção cultural da humanidade no tempo livre.

Marx mostrou que o trabalho é atividade ineliminável do ser social em qualquer formação social, portanto, o tempo ocupado e o tempo livre continuarão a existir

enquanto houver o ser social. Ao mesmo tempo, discutindo o trabalho na sua concretude na forma social do capital, que assume a predominância de processo de valorização, processo de formação do valor continuado além do ponto necessário para a reprodução da força de trabalho, mostra como o homem tornado uma coisa, um elemento da produção, tem seu tempo livre comprometido sob os imperativos do ser semovente em que se constitui o capital, que necessita extrair mais-valia para reproduzir-se continuamente. O tempo livre pode ser efetivado em sua máxima potencialidade, uma vez que o avanço das forças produtivas tem para o capital uma repercussão bem diferente do que a repercussão que tem para a humanidade. Produzir 50 ou 100 kg de alimentos não altera o valor produzido no mesmo tempo dado, pode alterar apenas um dos elementos que constituem o capital, o valor da força de trabalho. Porém, produzir o alimento necessário para a humanidade na metade do tempo antes necessário, apresenta a possibilidade de liberar o homem do tempo ocupado com o trabalho em 50 %, sem falar na possibilidade de produzir tudo o que a humanidade necessita para satisfazer suas necessidades⁴⁹.

Os produtos do processo de trabalho, incluindo as produções culturais nos mais diversos campos, não podem ser acessados por todos os seres humanos a quem pertence essa riqueza, pois a produção desses produtos sob a propriedade privada e mediante a venda da força de trabalho, determina que eles só sejam apropriados por quem pode consumir mercadorias. Esse problema será retomado no terceiro ponto do próximo capítulo.

Em seguida, serão apresentados alguns aspectos do desenvolvimento do lazer no Brasil, no contexto da industrialização do país, desde inícios do século XX. Em seguida, poderão ser aplicadas as categorias marxianas da análise da mercadoria, acima expostas, para a investigação do lazer como mercadoria e das mediações das mercadorias nas práticas de lazer.

⁴⁹ Um exemplo disso está nas formas de gestão do trabalho que o capitalismo desenvolve para superar suas crises. Conforme Harvey (2001, p. 175): “o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. [...] O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho no setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles”.

3. GÊNESE DO LAZER E SUA MERCANTILIZAÇÃO: CONTINUIDADES E RUPTURAS

3.1 O lazer no Brasil em seu desenvolvimento capitalista

Entender a história do lazer em si mesma não oferece os elementos para sua crítica e compreensão no plano necessário. Portanto, a intenção é de apreender o movimento de constituição econômica e política da sociedade brasileira, observando as repercussões desses momentos na dinâmica cultural e educacional. Esse caminho, porém, não pretende mais do que aduzir elementos para a compreensão do lazer no Brasil, desde a consolidação histórica deste país no modo de produção capitalista e, especialmente, atentando para as décadas de 1980 e 1990, momento em que a produção alça novas formas organizativas sobre o padrão de acumulação flexível, mediante processo desencadeado na década de 1970 – discussão esta, particularmente abordada no próximo capítulo.

Para a análise do lazer e a crítica da produção dos clássicos desse campo, faz-se necessário apanhar o seu movimento de constituição e modificação na especificidade brasileira⁵⁰. Fazer isso nos marcos de uma teorização marxista, sem reducionismo de nenhuma espécie, impõe ao pesquisador uma análise que conjugue as continuidades desse movimento sem ser linear. Que mostre como o Brasil se desenvolve, como nação capitalista periférica, de forma combinada e desigual em relação ao centro do capitalismo. Essa análise tem que ser, portanto, ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica. Tal perspectiva é possibilitada pela retomada dos estudos dos clássicos da interpretação da singularidade do caso brasileiro⁵¹.

A constituição do Brasil moderno configurou uma particularidade histórica evidenciada a partir de três ordens de fenômenos distintos e relacionados, conforme Netto (2004-a, p.18-19), a saber:

⁵⁰ Exigências metodológicas que não foram levadas a cabo neste trabalho pelas limitações de tempo, mas que serão trabalhadas na próxima fase da investigação no curso de doutorado, a concluir-se em 2012.

⁵¹ Florestan Fernandes (1965; 1966; 1973; 1975; 1980); Caio Prado Junior (1963; 1966); Nelson Werneck Sodré (1961; 1962; 1964-a; 1964-b; 1966; 1970; 1987; 1988; 1990-a; 1990-b), entre outros. Esta retomada será feita nos estudos de doutorado a se iniciarem em 2008.

Primeiro: “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Segundo: Os setores mais lúcidos das classes dominantes sempre barraram a participação das “forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso. [...] Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social”.

Terceiro: O Estado na sociedade brasileira, desde 1930, como “expressão potenciada” da sociedade civil, consegue “atuar com sucesso como vetor de desestruturação” – lançando mão de estratégias como “incorporação desfiguradora” e diretamente pela “repressão” – “das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas”. Dessa forma, o autor entende que se constituiu “um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, das agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos”.

Tal Estado configurou-se em um contexto próprio, em que o Brasil já se encontrava inserido nas relações do mercado mundial capitalista, baseado em estrutura econômica escravocrata, que começa a utilizar a maquinaria emergente mesclada ao trabalho escravo. Aqui é bom lembrar Marx (2003, p.451), que mostra os resultados da fase procedente da cooperação de trabalho assalariado, nas manufaturas, com as máquinas ferramentas⁵² sendo substituídas pelo sistema de máquinas⁵³. Ele demonstra

⁵² “A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta” (MARX, 2003, p.430).

⁵³ “Temos, então, de distinguir duas coisas, a cooperação de muitas máquinas da mesma espécie e o sistema de máquinas.

No primeiro caso, o produto por inteiro é feito por uma máquina. Ela executa as diversas operações que eram realizadas por um artesão com sua ferramenta, por exemplo, um tecelão com seu tear, ou que eram executadas em série por artesãos com diferentes ferramentas, independentes uns dos outros ou como membros de uma manufatura” (Idem, Ibidem, p.434). Enquanto, no segundo caso:

“Um verdadeiro sistema de máquinas só toma lugar das máquinas independentes quando o objeto de trabalho percorre diversos processos parciais conexos, levados a cabo por um conjunto de máquinas-ferramenta de diferentes espécies, mas que se complementam reciprocamente. Reaparece então a cooperação peculiar à manufatura baseada na divisão do trabalho, mas agora sob a forma de combinação de máquinas-ferramenta parciais, complementares” (Idem, Ibidem, p.435-6). O último limite derrubado pela indústria moderna é a construção de máquinas por outras máquinas, a partir da qual ela pode alcançar a “sua base técnica adequada” para sustentar-se sobre “seus próprios pés”.

que com a utilização da maquinaria, a força muscular se tornou “supérflua”, de modo que a força de trabalho de mulheres e crianças passou a ser requisitada.

Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes (MARX, 2003, p.451).

A máquina, ao tempo que aumenta o “campo específico de exploração do capital, o material humano” amplia, também, o “grau de exploração”, revolucionando o contrato entre o dono dos meios de produção e do detentor da força de trabalho, uma vez que a partir dessa fase o capital começa a comprar “incapazes ou parcialmente capazes, do ponto de vista jurídico”. Marx cita um anúncio de jornal, apontado por um inspetor de fábrica, em que o capitalista procura “jovens com a aparência de 13 anos, pelo menos” (MARX, 2003, p. 452-3). Dado esse quadro, em que o tempo livre, agora de toda a família, é comprometido pela produção e reprodução do capital, coloca-se o problema da educação. Não podia ser outro o resultado da produção sob estas condições e com os objetivos precípuos que a “obliteração intelectual dos adolescentes” a partir das suas transformações em “máquinas de fabricar mais-valia”, de forma que o Parlamento Inglês tornou obrigatória a “instrução elementar” para que fossem empregados menores de 14 anos. Porém, as leis fabris, em relação à educação, eram confusas, não passando de ilusões, muitas vezes, em relação à “obrigatoriedade do ensino”, frente à capacidade dos fabricantes de burlar tais leis, conforme atesta o inspetor de fábrica Leonard Horner: “Essa lei estabelece apenas que as crianças sejam encerradas ‘por determinado número de horas’ [3 horas] por dia entre quatro paredes de um local chamado escola, e que o empregador receba por isso, semanalmente, certificado subscrito por **uma pessoa que se qualifique de professor ou professora**” (apud MARX, 2003, p.457) [sem grifos no original]. Alguns desses professores não sabiam sequer escrever, assinando certificados “com uma cruz”.

Outro inspetor de fábrica, John Kincaid, verificando as condições de ensino na Escócia, traça um quadro que pode ser facilmente reproduzido nas condições da escola contemporânea. “Numa segunda escola, a sala tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças que grunhiam algo ininteligível”.

Mas não é apenas nesses lugares miseráveis que as crianças recebem atestados de frequência escolar e nenhum ensino⁵⁴; existem muitas escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante de perturbador amontoado de meninos de todas as idades, a partir de 3 anos. Sua subsistência, miserável, depende totalmente do número dos *pence* recebidos do maior número possível de crianças que se consegue empilhar num quarto⁵⁵. Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças. Estive em muitas dessas escolas e nelas vi filas inteiras de crianças que não faziam absolutamente nada, e a isto se dá o atestado de frequência escolar; e esses meninos figuram na categoria de instruídos de nossas estatísticas oficiais (HORNER, 1857, apud MARX, 2003, p.458).

A realidade retratada por estes inspetores de fábrica não destoa da atual. Nisso se confirma que o capitalismo é realmente totalizante e profundamente eficiente em transformar o que seria o local de educação da classe trabalhadora em, conforme mostram as condições contemporâneas, imensos depósitos de gente, sem condições para a relação ensino/aprendizagem obstinadamente buscada por um sem número de educadores. Marx cita, ainda, outro relatório de Kincaid, de 1856, em que ele apresenta a legislação específica das estamparias, que exige a frequência à escola de 150 horas em períodos de seis meses. Sob esta condição, os capitalistas mandam seus jovens trabalhadores nos mais diferentes horários para a escola, cumprindo esta determinação, às vezes, em 30 dias, de forma que ao retornarem à escola, a descontinuidade dos estudos determina que eles voltem a rever tudo, pois não se recordam do que foi estudado seis meses antes (Idem, Ibidem, p.459-60).

Mas, será justo reivindicar as análises de Marx, sobre a Europa e mais especificamente a Inglaterra do século XIX, para compreender a particularidade do capitalismo no Brasil? Não se estará incorrendo em uma análise eurocêntrica invalidada para o caso brasileiro? Parece que não, conforme se demonstra a seguir.

Um quadro geral do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, é traçado por Tumolo (1991), justamente para discutir o capitalismo no Brasil:

⁵⁴ Situação acertadamente definida por Kuenzer (2005) como “certificação vazia”, dada em um processo de inclusão dos trabalhadores no ensino formal sem a correspondente apreensão do conhecimento.

⁵⁵ Mais uma vez é notável a atualidade dessa afirmação, dada pela totalidade conferida pelo modo de produção capitalista, ao observar-se as estratégias de desqualificação da qualidade do ensino oferecido na educação formal. Apesar do mecanismo não ser voltado ao indivíduo diretamente, as relações mercantis que direcionam as políticas de cunho neoliberal para a educação vêm determinando, atualmente, a distribuição de recursos entre as escolas pelo número de alunos matriculados. Esse procedimento de gestão nos diversos planos da União tem as mais sérias conseqüências pedagógicas.

Sabemos que o final do século passado e início do presente, época da II Internacional, foi um período de intensas transformações. É o momento da consolidação da burguesia, na medida em que consegue derrotar as duas grandes classes que lhe são antagônicas: aquela que está às suas costas, resquício do feudalismo, através das revoluções burguesas e das unificações da Alemanha e Itália, e aquela que está à sua frente, o proletariado, através do massacre à Comuna de Paris em 1871. É o período do advento do Capitalismo financeiro e monopolista, ou seja, do Imperialismo, quando a burguesia estende seus tentáculos por todos os cantos do mundo, universalizando o poder do Capital (TUMOLO, 1991, p.39-40).

Mostrando a validade do início da discussão partindo da exposição anterior de Marx, tem-se a investigação de Requixa (1977) tratando do início da industrialização no Brasil para compreender a urbanização do país e a organização do lazer. Ele conta que a primeira indústria instalada em São Paulo data de 1811, empregando “energia hidráulica e braço escravo”. Porém, este Estado só assumiu a liderança da industrialização em 1920. Os trabalhadores exerciam jornadas de trabalho de 10 horas ou até mais, durante seis dias na semana (Idem, *Ibidem*, p.26).

O autor cita um relatório do “Departamento Estadual do Trabalho”, do Estado de São Paulo, datado de 1912 informando sobre as condições de trabalho na indústria têxtil, setor que inaugura a industrialização no Brasil repetindo “as condições que prevaleceram na Europa”. Este relatório faz referência às jornadas de trabalho de 12 e 13 horas, com “condições desumanas de trabalho”, “acidentes freqüentes” e “salários insuficientes”, levando os trabalhadores a se manifestarem em situações como a greve de 1917, em São Paulo (REQUIXA, 1977, p.26). Assim, pode-se identificar que é a partir da constituição do proletariado no Brasil, com o desenvolvimento industrial, que a ocupação do tempo livre dos trabalhadores surge como problema importante na reprodução do sistema.

Tomando como base Leôncio Martins Rodrigues (1966) Requixa assinala que em finais do século XIX e nas duas primeiras décadas no início do século XX existiram “Clubes, Ligas, Centros, Círculos” do proletariado, que exerciam as funções políticas, atuando também como centros recreativos para os “trabalhadores imigrantes, que não tinham acesso aos poucos locais e instrumentos de diversão que a sociedade punha à disposição apenas das camadas superiores” (ANDRADE, 1966, apud REQUIXA, 1977, p.27-8). Requixa demonstra sua posição de defesa dos interesses do empresariado ao avaliar, simplesmente que, “Neste caso, o lazer esteve vinculado a um movimento de doutrinação política das massas” (Idem, *Ibidem*, p. 28). Em seguida cita Leôncio Martins Rodrigues, que:

transcreve relato de Everaldo Dias, que fala sobre a tendência dos militantes em organizarem “Centro de Cultura, que formariam a base para promover a difusão e o desenvolvimento de núcleos de doutrina socialista (...) Também se realizavam festivais no centro da cidade (...), iniciados por palestras doutrinárias e de crítica social, terminados por um baile, que servia de chamatriz à juventude, mas mesmo assim não deixavam de ser cantados hinos de caráter socialista, entoados por grupos corais (...) Quando havia companheiros que tocavam algum instrumento, improvisava-se um baile para a juventude, em que aliás todos tomavam parte”. Tais exemplos ampliam as dimensões do lazer e o colocam em conexão com os movimentos sociais de natureza política, no Brasil (apud REQUIXA, 1977, p.28).

É notável a semelhança com a proposição de Gramsci, nos seus escritos anteriores à prisão, de enfrentamento à burguesia italiana em sua organização pelo PSI⁵⁶. Conforme os artigos “*Para uma associação de cultura*” (p.122-125) e a carta à Giuseppe Lombardo Radice, “*Clube de Vida Moral*” (p. 145-146)⁵⁷, pode-se ler:

Surgiu assim, há pouco tempo, um *Clube de vida moral*. Com ele, propomo-nos habituar os jovens que aderem ao movimento político e econômico socialista à discussão desinteressada dos problemas éticos e sociais. Queremos fazer com que se habituem à pesquisa, à leitura feita com disciplina e método, à exposição simples e serena de suas convicções (GRAMSCI, 2004-c, p. 146).

Discutindo o desenvolvimento do trabalho no Brasil, um intelectual orgânico da burguesia – que poderia ser chamado de “Adam Smith brasileiro” –, o jurista Arnaldo Sussekind, dá os seguintes esclarecimentos:

O advento da máquina, como já vimos, reformou o mundo contemporâneo; criou novas riquezas; aproximou materialmente os povos e, pelos novos inventos e aprimoramento da técnica industrial, tornou-se indispensável à vida moderna. Entretanto, ela foi também a causa do excesso de braços, das longas jornadas de trabalho e dos baixos salários; possibilitou a exploração do trabalho da mulher e do menor impúbere; deslocou os trabalhadores para ambientes sem higiene, insalubres e perigosos, tornando-se, enfim, responsável pela fadiga profissional e por todos os males que dela resultam (SUSSEKIND, 1950, p.86).

Sussekind relata com fidelidade os resultados para os trabalhadores do estágio mais avançado da produção capitalista. Porém, diferente da análise de Marx, que situa a

⁵⁶ É necessário um estudo histórico que demonstre de onde surge a necessidade e os germes de organização de tais grupos no movimento operário, para fazer análises comparadas e projetar possibilidades e tendências para novas organizações com esse sentido na atualidade, potencializando o enfrentamento do capital.

⁵⁷ Em Gramsci (2004-c) *Escritos Políticos, volume 1: 1910-1920*.

maquinaria nas relações sociais de produção especificamente capitalista, Sussekind, dado seu comprometimento de classe, não pode demonstrar a origem da exploração na luta de classes como resultado das relações sociais de produção, autonomizando a máquina e tornando imanente à ela a exploração do homem.

Observando o processo de concentração de contingentes humanos nas grandes cidades, como produto da industrialização, “Vão, assim, tornando-se claros, no país, os sintomas típicos de uma sociedade que deixa de ser tradicional e que vai adotando novos padrões de conduta social, mais próprios de uma civilização urbano-industrial” (REQUIXA, 1977, p.28). Dai a necessidade do lazer como nova forma de se ocupar o tempo livre visando a conformar o trabalhador, encaminhando-o à recomposição saudável e moralmente aceita de sua força de trabalho. Fernandes (1977) explica que as ciências sociais aparecem quando, para a conformação da população de uma sociedade que se civiliza, os costumes e as tradições já não são suficientes. Empréstado a expressão de Mannheim⁵⁸, citado por Fernandes (1977, p.106), poderia ser dito que há um movimento “do costume às ciências sociais”, ou, no caso aqui investigado, parafrazeando este autor, “do ócio ao lazer”. E, o papel do lazer como instrumento desse tipo é bem compreendido ao se descobrir o sentido educacional identificado ao mesmo:

Ademais, a recreação do trabalhador desempenha ainda relevante papel na sua educação social, ensejando a criação de hábitos culturais, artísticos e desportivos necessários à boa formação moral, espiritual e física do homem, concorrendo, decisivamente, pela força educativa desses bons hábitos e costumes, para que, nas comunidades de trabalho e nos lares operários, saiba e possa o trabalhador viver com dignidade (SUSSEKIND, 1950, p.94-5)⁵⁹.

Este aspecto da formação moral do trabalhador, junto às preocupações com a saúde e a assistência social, é criticado por Marcassa (2002). Esta autora entende que o lazer é o tempo livre institucionalizado que teve na função de formação da classe trabalhadora, por meio de “assistência”, “recreação” e “educação”, sua participação na formação do perfil social e da subjetividade necessárias ao capitalismo em consolidação, desde 1888 até as primeiras décadas do século seguinte.

⁵⁸ MANNHEIM, Karl. **Freedom, Power and Democratic Planning**. New York: Oxford University Press, 1950.

⁵⁹ Em seguida Sussekind compartilha o pensamento do Ex-ministro do Trabalho, Marcondes Filho: não “basta, para tornar-se destacada a sua atuação [do operário], que cumpra os deveres que lhe cabem e, na oficina, encontre rigorosos métodos de higiene e segurança. É necessário que se sinta feliz no ambiente em que vive” (apud SUSSEKIND, 1950, p. 95).

Pensando no aspecto sincrônico da análise histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando os aspectos de continuidade que guarda com o desenvolvimento antecedente no centro do capital, é interessante observar o quadro exposto por Requiça (1977, p. 29-30) a respeito das leis trabalhistas e da atividade dos trabalhadores na conformação da indústria no Brasil:

- Decreto 1313, de 1891, legislava sobre o trabalho de menores na capital federal.
- Decreto 5/1/1907 criou os Sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas.
- Em 1923 é criada a “Caixa de Aposentadorias e Pensões” pela lei “Eloy Chaves”.
- Lei 4982, de 24/12/1925, trata das férias “sem prejuízo dos vencimentos”.
- 1943 são consolidadas as leis do trabalho com o Decreto-Lei 5.452 de 1º de Maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho.
- As reivindicações dos trabalhadores, nesse período, têm como motivo o cumprimento da legislação. Organizam-se a União dos Trabalhadores Gráficos e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo para pressionarem pelo cumprimento da legislação relativa às férias.
- Em 1933 acontece “A Marcha Proletária Sobre o Catete”, puxada por representantes sindicais, buscando o efetivo cumprimento da lei de férias e das oito horas, entre outras.
- Lei da sindicalização de 19/3/1931 tem inspiração na lei fascista da “Carta Del Lavoro”, sendo contestada pelo capital e pelo trabalho.

Esta análise, em relação à luta dos trabalhadores pelo cumprimento das leis, é confirmada por Sussekind (1950, p.32), que consulta Evaristo de Moraes (1905)⁶⁰ para asseverar que “não havia quem fiscalizasse sua execução”, referindo-se à lei 1313, “motivo por que [*sic.*] não era cumprida pelas empresas, que continuavam a admitir crianças de 7 e 8 anos de idade”.

É importante ver que ainda no século XIX, mesmo que nos seus fins, os trabalhadores no Brasil já se deparam com o enfrentamento da exploração do trabalho infantil e feminino, repondo o desenvolvimento acima exposto por Marx. Essa luta pelas leis se dá pouco tempo após aquela que é considerada a primeira revolução social brasileira, o fim do trabalho escravo em 1888. Ainda, outra característica semelhante é encontrada no descumprimento das leis pelos donos das fábricas, que no caso brasileiro resultou na Marcha de 1933. Cientes dos riscos que corriam, dado o caráter de totalidade e a característica de totalização desse modo de produção, haja vista as insurgências dos trabalhadores de 1848 e mesmo a experiência da Comuna de Paris de 1871, a burguesia não poderia ver a situação fugir-lhe ao controle de forma prejudicial

⁶⁰ MORAIS, Evaristo. Apontamentos do direito operário. 1905.

ao seu desenvolvimento. Assim, as ciências e as técnicas de conformação do trabalhador deveriam ser requisitadas em todas suas possibilidades.

Nesse cenário de movimento contraditório do capital, tentando livrar-se dos impedimentos legais por várias estratégias, enfrentando a resistência da classe trabalhadora, pode notar-se que, em 1920, “realizou-se em Hamburgo um congresso mundial para aproveitamento das horas livres, no qual a recreação foi considerada tão importante quanto o trabalho e a educação” (MARINHO, 1987, p.97). Desde o início das preocupações com a ocupação do tempo livre, estas se deram considerando uma relação existente entre o lazer e a educação. Tendo em vista tal preocupação, Marcassa (2002, p.11-2) mostra que nas “décadas de 1920 e 1930” identificou-se “um conjunto de iniciativas públicas relativas à recreação e à diversão da população antes não existente, especialmente em Porto Alegre, com os *Jardins de Praça* ou *Jardins de Recreio* e, em São Paulo, com os *Parques de Jogos*”.

Conforme pesquisa de Gomes (2003, p. 8-10), foram implementadas três experiências voltadas ao lazer operário, no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1950. Em Porto Alegre, de 1926 a 1955, o **Serviço de Recreação Pública** implementou atividades de recreação massificadas com foco nas atividades físicas e culturais, orientadas pela teoria veiculada na Educação Física, se direcionavam aos cuidados com a “sadia” formação física, social e moral dos gaúchos. Em São Paulo, de 1935 a 1947, a **Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Educação e Recreação** parte de base mais ampla que em Porto Alegre, vendo a recreação como atividade-meio e se baseando nas idéias dos intelectuais modernistas, no bojo de uma política cultural. A concepção teórica vem da educação de inspiração escolanovista. Ambas as propostas preocupavam-se com a correta utilização do tempo de lazer, entendido como a ampliação do tempo livre (Idem, Ibidem). A proposta desenvolvida no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, pelo **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, no governo de Getúlio Vargas, se preocupou com a recreação a partir da ampliação dos momentos de folga dos trabalhadores, segundo a autora. Os estudos internacionais sobre o lazer do operariado mostravam a importância da recreação como “meio de educação” do trabalhador no seu tempo de lazer. O governo busca um programa de recreação para os “trabalhadores sindicalizados e suas famílias” caracterizado pela saúde, educação e comprometimento social. Assim, a autora entende que é em ligação com o trabalho produtivo que se define a proposta de recreação e lazer do Serviço de Recreação Operária (Idem, Ibidem).

Em 1947, Arnaldo Sussekind⁶¹, o então presidente do Serviço de Recreação Operária, demonstra claramente a importância do lazer para o desenvolvimento industrial no Brasil:

Ao Estado interessa que sua população não degenera, e para isso, há de evitar o desgaste que no organismo físico produz um regime de trabalho sem repouso. [...] Interessa-lhe também o nível de cultura não decresça, procurando que um sistema de descanso proporcione ao espírito ocasião de ilustrar-se. [...] as experiências de ordem psicofisiológica procedidas por técnicos em assuntos de organização de trabalho têm demonstrado que o organismo humano resiste a um limite máximo de desgaste de energia além do qual o trabalho se apresenta improdutivo e prejudicial ao indivíduo e à coletividade (SUSSEKIND, 1947, p.5)

Nas análises, ainda que problemáticas, de Gomes e de Sussekind, ficam explícitos seus entendimentos da necessidade de ocupação do tempo livre relacionado com uma perspectiva de formação mais ampla, ou, do “novo homem” necessário aos novos métodos de produção. No decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira sob o modo de produção capitalista, as classes fundamentais se consolidam e se opõem antagonicamente durante o processo de urbanização. Este processo traz inúmeros problemas de ordem higiênica que atingem, principalmente, a classe trabalhadora. Conforme Reiquia, (1977, p.32):

Problemas decorrentes da falta de aparelhamento das cidades para atender os novos contingentes humanos, imediatamente se fizeram sentir em todos os setores: transporte, habitação, assistência, recreação e outros serviços. Ademais, os hábitos, costumes e formas de vida, que se exprimem através de maneiras de pensar, sentir, agir, diferindo no homem do campo e no homem da cidade, permitiam o surgimento de conflitos entre as novas exigências e os padrões tradicionais de comportamento.

Sobre estes conflitos, que não são mostrados em sua historicidade pelo autor que tem comprometimento com a forma corrente de sociedade e esmaece a luta de classes, pode-se pedir a palavra de Gramsci em sua investigação sobre o modo de vida nos países que alçam da velha sociedade para o capitalismo. Ele diz:

⁶¹ Arnaldo Sussekind Participou da Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho, constituída em 1942 sob presidência do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no Governo de Castelo Branco, de 1964 a 1967, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e atuou de forma importante nas Reformulações da CLT de 1967 e 1974 (PEIXOTO, 2008). Além disso, esse autor representa o Brasil nas Conferências Gerais da OIT em “1951, 1952, 1953 e 1954; e nas 9 conferências seguintes” (Idem, Ibidem, p. 6).

Até agora, todas as mudanças no modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente (GRAMSCI, 2001, p. 262-3).

Frente a esta violência que, se mantida somente pela força não pode obter o sucesso necessário, tem auto custo e baixos resultados para a produtividade, tendo que ser internalizada pela própria classe trabalhadora, a burguesia tem que criar as instituições, aparelhos, mecanismos e processos que definirão quais práticas de conformação podem ser eficazes para a construção e reprodução do quadro de valores, conduta moral e respeito hierárquico por parte dos trabalhadores ao ideário burguês. Foi por isso que,

Sensíveis à situação que se delineava, as classes empresariais propõem ao Governo Federal o custeio de instituições que trouxessem ativa contribuição para o equacionamento e solução dos problemas emergentes. O Governo federal aceita a proposição e, em 1946, autoriza a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio a criarem, respectivamente, o SESI e o SESC, a serem mantidos, exclusivamente, através de contribuição compulsória do empresariado industrial e comercial brasileiro (REQUIXA, 1977, p.32).

Estas instituições se preocupam com o lazer voltado à promoção do mesmo tipo de formação acima destacada, frisando, ainda, a “justiça social, visando melhor relacionamento entre empregados e empregadores” (Idem, Ibidem). Pensando o Brasil e sua inserção no capitalismo de desenvolvimento “desigual e combinado”, pode-se analisar as experiências dos EUA e da Itália para compreender na perspectiva de totalidade esse desenvolvimento.

A preocupação com as atividades realizadas no tempo livre, nos EUA do início do século XX, foi demonstrada por Gramsci (2001, p. 267), nos seus estudos sobre o americanismo e o fordismo. Ele fala sobre os industriais do “tipo Ford”, deixando “claro que eles não se preocupam com a ‘humanidade’, com a ‘espiritualidade’ do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagados”. Para eles “esta ‘humanidade e espiritualidade’ só pode se realizar no mundo da produção do trabalho, na criação produtiva”. As iniciativas “‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo

equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção”⁶² (Idem, *Ibidem*).

Os puritanos defendiam, nos EUA do início do século XX, o lazer associado à saúde, assim como os programas de esportes de massa, como o Esporte Para Todos (EPT), surgido em 1967, na Noruega, que veio ao Brasil na década de 70 do século passado, conforme Cavalcanti (1984). O trabalhador deveria, segundo os puritanos, gastar seu salário para "conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não destruí-la ou danificá-la", colocando a luta contra o álcool como função do Estado (GRAMSCI, 2001, p. 267). Na Itália, na década de 1920, foi constituído o *dopolavoro*, uma rede de “atividades recreativas e culturais para os operários, de modo a mantê-los integrados ao mundo da produção” que cobria todo o país e era organizada pelo partido fascista (PADILHA, 2000, p. 64).

No final da década de 1950 é utilizado pela primeira vez o conceito Lazer no Brasil (MARINHO, 1987; REQUIXA, 1977; MARCASSA, 2002), no livro de Acácio Ferreira (1959), *O lazer operário*, tese de 1958 que situa a importância do lazer para a integridade das sociedades industrializadas. O autor afirma que “todo o progresso cultural da humanidade tem se realizado com base no lazer” que, se “usado por todo o povo e num sentido construtivo, o país progride” (FERREIRA, 1959, p.27). Desde a década de 1980, no Brasil, testemunha-se o desenvolvimento de uma produção teórica crítica, impulsionada pela vinda do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1973; 1975; 1979⁶³) para trabalhos no SESC, na década de 1970. Marcellino (1983; 1987; 1990 e etc.) dá continuidade a muitos elementos do pensamento desse autor, assumindo, porém, originalidade na sua produção sobre o lazer no Brasil, preocupando-se com a análise sociológica desse problema. Este autor é uma referência aos pesquisadores de esquerda do lazer no Brasil, seja nas produções que seguem suas proposições, seja nas que o criticam parcialmente ou mesmo rompem com sua linha central de análise do lazer. O contexto da produção material e do lazer desde finais de 1960, o que inclui os autores acima citados, foi analisado brevemente no primeiro capítulo, onde foi discutida em linhas gerais a reestruturação produtiva. Feitas estas considerações específicas, e

⁶² Uma vez que o modelo toyotista/ohnista intensifica a exploração do trabalhador em relação ao taylorismo/fordismo – lembre-se do Karoshi do toyotismo, morte repentina por esforço extremo -, aumenta a importância que este tenha hábitos no seu tempo livre que garantam sua recuperação para a jornada de trabalho seguinte.

⁶³ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*, 1973. _____. *Questionamento teórico do lazer*, 1975. _____. *Sociologia empírica do lazer*, 1979.

tomando aquelas do primeiro capítulo sobre o capitalismo e a reestruturação produtiva, bem como, os pressupostos de Marx para a análise da mercadoria - expostos no capítulo anterior – será discutido, no ponto seguinte, as relações do lazer com a mercadoria no contexto do capitalismo brasileiro que se inicia com a década de 1980.

3.2 Investigação do lazer como mercadoria e as conseqüências da reestruturação produtiva

Aqui importa discutir o lazer como uma mercadoria, qual é o seu valor de uso e seu valor. Superar a análise do lazer como mercadoria com predominância no plano da circulação, indo para a análise do lazer como mercadoria no momento da sua produção e da sua produção como mercadoria no processo especificamente capitalista.

Inicialmente é pertinente expor o que se entende por lazer, uma vez que a sua compreensão é buscada a partir de vários aspectos e a ele são atribuídos vários significados. Aqui o lazer é definido a partir do seu lugar, do seu papel nas relações sociais, por isso, entende-se que ele é hegemonicamente o momento de recomposição/potenciação⁶⁴ da força de trabalho despendida na atividade laboral. Sua existência se dá no tempo livre, definido por oposição ao tempo ocupado do trabalho. Analisando historicamente a forma de ser do tempo livre nas diferentes formações sociais, observa-se que na Antiguidade e na Medievalidade o ócio era a forma de ocupação do tempo livre. Por sua vez, o lazer é uma categoria que se constitui na sociedade do capital, regulada pelo contrato social, onde possuidores dos meios de produção e de subsistência se relacionam juridicamente com os possuidores da força de trabalho como iguais, homens igualmente livres. Sendo o tempo livre definido por oposição ao tempo ocupado, do trabalho, dois encaminhamentos são possíveis: primeiro, o tempo livre do capitalista, que não é trabalhador, é ocupado com outra categoria que

⁶⁴ Entende-se como recomposição/potenciação, e não apenas como recomposição, devido a ligação indissolúvel entre lazer e educação, entre descanso/fruição da produção cultural da humanidade e generalização do conhecimento, atitudes e valores já produzidos. Ao mesmo tempo em que a força de trabalho é recomposta, pelo descanso, ela é potenciada, pelo aspecto de formação que a fruição da cultura apresenta. Remete-se aqui à indicação de Marx da força de trabalho de maior peso social, que tem mais tempo socialmente necessário utilizado na sua formação, para fazer o paralelo com um lazer mais complexo se comparado ao lazer médio, um lazer com maior tempo socialmente necessário para a sua elaboração.

não o lazer, que pode ser o ócio, por exemplo; segundo, que o tempo livre do capitalista e o lazer que ele frui nesse tempo é determinado socialmente, mediante o mais-trabalho tomado do trabalhador.

Essas reflexões partem do entendimento de que o conteúdo do lazer e do ócio não difere. A música, o teatro, os esportes, a ginástica, as lutas, as festas, as viagens e etc. compõem um e outro, porém, o que os distingue são suas funções nas relações sociais.

Na sociedade mediada pelas mercadorias, onde se gera o lazer, a alienação do trabalhador, dos produtos e dos meios da sua atividade chega ao ponto “que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (MARX, 2004, p. 82). Pensando na função do lazer, restauração de força de trabalho no tempo livre, vê-se a sua determinação fundamental pela forma de produção social da vida nesse fato, do trabalhador ter que vender sua força de trabalho para se reproduzir como homem, e ter que existir como homem para vender sua força de trabalho. Na relação imediata do trabalhador com sua produção o resultado é que: “O trabalho produz maravilha para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador”⁶⁵ (Idem, *Ibidem*). Dada tal determinação do trabalhador pelo trabalho do tipo capitalista, retoma-se a questão inicial posta em relação ao lazer: o trabalho é a categoria fundante do lazer, uma vez que é a categoria fundante da sociabilidade humana. Ao definir-se o lazer pelo trabalho, após ter visto na exposição de Marx que o processo de trabalho é subsumido pelo processo de valorização, no capitalismo, é impossível compreender o lazer - se ele é determinado pelo trabalho - sem compreender o objetivo e o resultado do trabalho na sociedade do capital, a mercadoria e a valorização do valor.

Em tal sociedade, assim como a educação existe em condições⁶⁶ diferentes para o proletariado e para os capitalistas, também o lazer existe em condições muito diferentes para estas duas classes, determinado centralmente pelo fator econômico. “É

⁶⁵ “Notou que a sua marmita, Era o prato do patrão, Que a sua cerveja preta, Era o uísque do patrão, Que o seu macacão de zuarte, Era o terno do patrão, Que o casebre onde morava, Era a mansão do patrão, Que seus dois pés andarilhos, Eram as rodas do patrão, Que a dureza do seu dia, Era a noite do patrão, Que a sua imensa fadiga, Era amiga do patrão” (MORAES, Vinícius de. **Operário em construção**. s/d.)

⁶⁶ Ao falar em condições não está se tratando apenas da escola que será freqüentada, mas de todo o conjunto de determinações como estrutura econômica, tempo, ambiente cultural, familiar e etc. que o trabalhador terá, em níveis e qualidades diferentes daquelas que o detentor dos meios de produção ou mesmo os membros de alguns estratos de classe gozam.

preciso levar em consideração a heterogeneidade do nível de participação dos indivíduos nas atividades de lazer, advinda, principalmente da diferença de classes” (PADILHA, 2000, p.61). E essa dualidade na existência do lazer, bem como da educação, para ser entendida, depende da compreensão da mercadoria como força central de mediação entre os indivíduos, bem como, do poder de determinação dessa forma social, interna e externamente contraditória, na qualidade dos bens culturais consumidos, em média, pelas classes fundamentais.

Se ao lazer for dada a tônica positiva em sua possibilidade de humanização, conforme o fazem muitos autores, são exemplos do anti-lazer o consumo da informação e do entretenimento via meios de comunicação de massa – consumo de fantasias fetichizadas, de diversas formas de espetáculos alienados e alienantes – , consumo de mercadorias em shoppings, consumo de turismo em empresas deste setor com seus pacotes de viagem padrões e etc., que negam a "recriação" e a "criação" (WAICHMAN, 1997). Ao mesmo tempo que o trabalhador recompõe a sua força de trabalho, compra mercadorias, colabora para garantir o movimento do capital. Nesse sentido, procurando analisar o lazer a partir das leis da produção e reprodução do capital, será importante pensar se é possível, analogamente à mercadoria, falar em valor de uso, como recomposição da força de trabalho (funcionalismo), e valor de troca, como potenciação (utilitarismo) da força de trabalho, do lazer. A partir da consideração do lazer como mercadoria, esta questão deve ser desenvolvida.

Marcellino entende o lazer como a cultura vivenciada no tempo onde se pode optar pela atividade, com acento no caráter desinteressado dessa atividade, ou seja, onde o objetivo do agente dessa atividade é somente a “satisfação provocada pela situação” (MARCELLINO, 1996, p. 3). Desinteressado para quem? Para quem media a atividade – professor de educação física, recreólogo, animador sócio cultural, empresário, etc – , não é, pois este sujeito tem seus objetivos, que vão da imediata reprodução da sua vida pela venda da sua força de trabalho, obtenção de lucro vendendo o acesso à prática, no caso do dono de uma empresa de recreação ou eventos, até a educação do outro que está vivenciando a prática. A indicação de Taffarel (2005) é ilustrativa do caráter interessado que existe no lazer:

O lazer é um dos fenômenos socioculturais contemporâneos de alta relevância para a classe trabalhadora e está situado dentro da divisão internacional do trabalho. Neste momento histórico sofre, também, o processo de degeneração, decomposição e destruição dos impactos do

projeto de mundialização do capital ao qual corresponde um projeto de mundialização da educação de perfil neoliberal⁶⁷. Isso é visível quando observamos o empresariamento do lazer internacionalmente – no sistema de franquias, a mercadorização do lazer nas inúmeras ofertas do mercado, vista nos empórios e centros turísticos, a espetacularização do lazer vista na mídia e nos fantasiosos espetáculos, na esportivização vista nas inúmeras competições oferecidas como opção de lazer (TAFFAREL, 2005, p.5).

O que define o lazer é o caráter social da ação, o papel que a atividade ocupa na organização dessa sociedade. Por exemplo, o esporte⁶⁸. Se a pessoa envolvida com ele é um atleta profissional, um técnico, um jornalista esportivo, um médico do esporte, o esporte é, para eles, um trabalho. Sua função na organização social é produzir o lazer para os outros. Está vendendo uma mercadoria (com valor de uso: a catarse, o descanso, a apreciação estética; e valor: o tempo socialmente necessário para produzir um atleta profissional, um time profissional, a estrutura material e física que possibilita o esporte), configurando um trabalho produtivo desde que se configurem as relações de exploração da força de trabalho e produção de mais-valia nesse processo.

Por outro lado, se o indivíduo que com o esporte se envolve não tem neste o local onde vende sua força de trabalho para obter seus meios de subsistência, este indivíduo tem o esporte como uma alternativa de lazer.

No caso do trabalhador em esporte, para definir se este produz ou não uma mercadoria, tem que se considerar se ele vende sua força de trabalho produzindo capital

⁶⁷ Frigotto (1985), mostrando as mediações entre a escola e a produção capitalista, destaca como uma das mediações a criação de uma indústria do ensino, particularmente a privada, que representa a utilização produtiva da riqueza social produzida em outras esferas produtivas.

⁶⁸ Entende-se o esporte segundo a formulação do Coletivo de Autores (1992, p.70): “prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, [que] se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica”; conforme este Coletivo de Autores, o esporte é determinado pela lógica capitalista e não pode ser separada das suas condições determinantes. Também é interessante notar que o esporte tem início na Inglaterra, no século XIX, configurando-se como uma das correntes pedagógicas que influenciam a organização da educação física escolar no Brasil. Contemporâneo do Método Ginástico Francês (precursor na educação física escolar brasileira), fortemente ligado ao exército, e ao Método Ginástico Alemão, peculiarmente preocupado com o aspecto educacional. Tubino (2001, p.133) cita a “*Carta Internacional de Educação Física e Esportes*”, documento da UNESCO de 1978/9, que defende o esporte como “direito de todos”. A partir dessa compreensão do esporte o autor indica três formas de sua manifestação: “esporte-performance”, ligado ao rendimento e a institucionalidade; “esporte participação”, ligado ao bem-estar, educação permanente e saúde; “esporte-educação”, voltado à formação, cidadania e lazer. Além de reconhecer sua ligação com o lazer, o autor aponta que o esporte de rendimento assumiu “uma perspectiva de negócio” e indica, entre suas 8 projeções para o esporte no século XXI, duas especialmente importantes: 1ª – o surgimento de modalidades esportivas ligadas à natureza e ligadas à “aparelhos indústrias como suporte econômico”, projeção que já aponta a exaustão dos ambientes explorados; 4ª reorganização internacional devido a expansão de modalidades e aos interesses econômicos; 6ª – “influência decisiva da mídia” em busca do espetáculo e de “retorno financeiro”, promovendo esportes de massa, enaltecendo esportes perigosos e de forte mobilização econômica (Idem, p. 133-7).

ou apenas reproduzindo as condições para a produção do capital⁶⁹. O primeiro caso se dá com os envolvidos com o esporte profissional ou esporte amador em instituições privadas. O segundo caso, com os envolvidos com o esporte amador em escolas ou instituições mantidas pelo Estado ou por instituições sem fins lucrativos, onde o aprendizado e a prática do esporte não são comprados, mas acessados pelos trabalhadores como ‘condição básica de existência’.

Do ponto de vista de quem pratica a atividade, por mais que este não esteja em um momento de obrigação, a satisfação da atividade é condição indispensável a sua “qualidade de vida”, sem a qual ele não pode reproduzir e vender sua força de trabalho. Logo, o caráter desinteressado não é possível de ser evidenciado como aspecto definidor, senão, como entendimento distorcido da relação do lazer na estrutura atual. Conforme Antunes (2005) lembra de forma muito precisa, se a luta pelo tempo livre é dissociada da luta pela superação das relações produtivas próprias do capitalismo, as ações se limitam ao possível dentro da ordem e buscam avanços por meio do consenso.

Frente a isso, será visto como alguns pensadores contemporâneos discutem a relação lazer/mercadoria e as vias de análise para essa relação, com suas conseqüências para a compreensão do lazer. Pellegrin (2006, p.121) diz que na modernidade o “corpo” assume dois ideais. Primeiro, de “corpo produtor” e, segundo, de “corpo consumidor”: “O símbolo da modernidade é o corpo que consome e as práticas corporais procuradas pelas pessoas como forma de lazer não estão acima desses determinantes”. Essa análise parece não considerar a indissociabilidade entre produção e consumo para a realização da mercadoria. E, o que é mais equivocadamente, indica que a tônica da preocupação com o lazer como mercadoria é o consumo, e não a produção. Pelo princípio anteriormente exposto, da impossibilidade de separar produção e consumo como se fossem duas fases do capitalismo, a fase em que se produziu muito e a fase em que se consome muito (para onde iria a produção da primeira fase e de onde viriam os produtos consumidos dessa segunda?), não pode ser feita tal divisão. Porém, considerando toda a formulação de Marx sobre a mercadoria e sua centralidade por ser portadora do valor e condição ineliminável da produção de mais-valia, não é possível tratar o lazer como mercadoria

⁶⁹ A indústria do esporte apresentou movimentação de 24 bilhões a cada ano no Brasil entre 1996 e 2000. Desse valor, 50% corresponde “à indústria de artigos esportivos, como roupas, calçados e equipamentos. Outra parte advém dos serviços mais ligados ao esporte propriamente dito, como sua prática em clubes e academias, arrecadação em estádios e outros espaços, marcas e direitos de imagem, *marketing* e comunicação esportiva. O restante diz respeito ao valor gerado pelo setor através de gastos com atletas e manutenção de infraestrutura (MASCARENHAS, 2005, p.92-3, citando KASZNAR & GRAÇA FILHO, 2002) [sem grifos no original].

dando centralidade ao consumo, esfera da circulação, sem perder o caminho correto da análise do problema, o momento da produção do lazer como mercadoria, local de onde se origina a valorização do valor ou, o D', conforme a explicação precedente de Marx.

Padilha (2006) faz uma análise do *shopping center* buscando compreender a sua relação com o consumo e o lazer. As categorias mais gerais utilizadas são capitalismo, consumo e espaço urbano. Ela mostra a origem históricas dos centros comerciais nas lojas de departamento de Paris, nos séculos XVIII e XIX, chegando a uma nova definição desses centros, na sua atual configuração, "*shopping center híbrido*" porque congregam consumo de bens de consumo, de serviços e de lazer (Idem, Ibidem, p.150). Sua análise do lazer como mercadoria é guiada pela demonstração de como são criados desejos de consumo e a identificação desse ato à felicidade. Na sua dimensão conservadora, o lazer "é um tempo" para o "consumo manipulado pela publicidade que prioriza o lucro para os capitalistas". À publicidade a autora reserva grande parte da discussão para evidenciar seu caráter de ferramenta de produção de necessidades artificiais no capitalismo. Um dos pressupostos dessa análise do "*shopping center híbrido*" como "símbolo" da sociedade de consumo capitalista é a consideração de que o interior do shopping é o "mundo de dentro", apropriação do pensamento de Benjamin (1991)⁷⁰ e Freitas (1999)⁷¹. Padilha resume sua tese acerca da relação entre "*shopping center*, consumo e lazer" da seguinte forma:

Os *shopping centers* são símbolos de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria e que, além disso, oferecem a uma parcela da população o direito a esse consumo e a este lazer, enquanto exclui a maioria dessa mesma população. Assim, estes centros comerciais configuram-se como espaços de lazer alienado, influenciando de forma decisiva a construção da identidade social de cada um, tanto dos que freqüentam estes espaços como dos que não os freqüentam mas, enfeitados pela publicidade e pela "cultura de consumo", desejam fazê-lo (PADILHA, 2006, p.147).

O ponto alto da formulação da autora em relação a sua análise crítica dos centros comerciais, que expressam o estilo de vida americano, e sua influência na determinação das relações sociais capitalistas é mostrado em uma passagem conclusiva de seu texto.

⁷⁰ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F.R. (org.) **Walter Benjamin**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

⁷¹ FREITAS, Ricardo F. Nas alamedas do consumo: os shopping centers como solução de lazer nas cidades globalizadas, contato. In: **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**. Brasília, ano 1, n.2, jan.-mar, 1999.

Esta instituição que mascara as contradições da vida social e da vida psíquica, assim como todos os produtos da “indústria cultural”, leva a crer que a vida desumana pode e deve ser tolerada. Isso porque faz um serviço de depuração e assepsia, mantendo apenas o “lado positivo” do mundo. [...] O *shopping center* alimenta a ilusão de que nossas insatisfações psíquicas podem ser resolvidas por aquisições materiais e por divertimentos reificados (PADILHA, 2006, p. 154-5).

Mostrar esse caráter de instrumento de reprodução dos centros comerciais, indicando sua característica, é a maior contribuição do texto que perseguiu o objetivo de mostrar a relação deste local com o consumo e o lazer, refletindo sobre a “formação das necessidades e dos mecanismos da publicidade como sustentação de uma ‘cultura de consumo’” (Idem, *Ibidem*, p.137). O texto é denso, discutindo a relação produção/consumo a partir de Marx, nos *Grundrisse*, o problema da produção destrutiva e da obsolescência planejada, em Mészáros (1989)⁷² e a questão da alienação e do fetichismo da mercadoria. Todavia, em relação ao problema do lazer como mercadoria, a autora sublinha o caráter de mercadoria fetichizada e reificante, de mercadoria que representa a privatização do público, e, demonstra quais são as mercadorias lazer presentes nos *shoppings*, a saber: “as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos, dentre outros” (Idem, *Ibidem*, p.148). E, de forma geral, ela afirma o “lazer-mercadoria” estando no “consumo de **bens materiais e simbólicos**, como os produtos da indústria cultural, pacotes de viagem, brinquedos em parques de diversão” (p.130) [sem grifos no original]. Todavia, não demonstra como é produzida a mercadoria lazer. A sua análise se preocupa fundamentalmente com o consumo, suas causas e seus efeitos na sociabilidade e no projeto de emancipação.

O primeiro e grave problema na sua análise, que significa um entrave para a correta compreensão do lazer como mercadoria, é seu pressuposto do *shopping center* como um “mundo de dentro” e o restante da cidade como um “mundo de fora”. Isso não explica nada do capitalismo para além da aparência. É tão abstrato quanto “o corpo”. O ambiente para o consumo é diferenciado e isto mesmo constitui um processo de agregar valor às mercadorias. Porém, a forma como a coisa satisfaz a necessidade, e mesmo o local, se no *shopping center* ou na rua de comércio popular, não altera a relação capitalista fundamental, a valorização do valor, o que não foi mostrado a partir do foco estabelecido.

⁷² MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989. (Série Pequeno Formato).

Outra questão basilar da discussão de Padilha refere-se a um aspecto indicado no início desse texto. Ela toma a visão ideal do lazer, como um espaço e tempo que era voltado ao ser humano e foi submetido ao capital. Ela diz que a “subordinação do lazer à lógica do capital dá-se basicamente pelas várias maneiras de mercantilização da diversão” (p.130) e, posteriormente, após sua correta compreensão sobre a incompatibilidade entre tempo livre e capitalismo, recorre à visão idealizada do lazer, sustentando que em uma “abordagem marxista” o “lazer e o tempo livre” são “vistos como algo manipulado e **pervertido** pela lógica do capital” (p.146-7). Apesar de se expressar sobre “lazer e tempo livre” acertadamente como singularidades, os iguala dizendo que são “uma coisa”. O principal não está na letra do texto, mas na concepção histórico-social que ele demonstra. Se a perspectiva que adoto está correta, de que o lazer é essencialmente recomposição/potenciação da força de trabalho, ele se inicia assim por ser a forma como se toma o tempo livre na sociedade capitalista, nas suas relações sociais, então a avaliação de que o lazer foi “pervertido” não condiz com sua formação histórico-social.

Este ponto de partida equivocado dificilmente possibilitaria a correta análise do lazer como mercadoria. Todavia, uma análise que assumisse uma ortodoxia marxista colaboraria para chegar mais longe com dados levantados pela autora. Vale ressaltar que, entre ortodoxia e dogmatismo não há relação alguma, pois:

A relação de ortodoxia com dogmatismo é a mesma relação que existe entre totalitarismo e categoria heurística da realidade, ou seja, nenhuma. A ortodoxia metodológica é a clareza acerca da direção da pesquisa, sobretudo da relação constituinte no processo da pesquisa, da relação de unidade entre pesquisador e seu objeto. Não uma relação de unidade como o objeto, mas uma relação de unidade e unidade implica diferenciação e relação de unidade que põe só sujeito como alto implicado no objeto de pesquisa (NETTO, 2002, p.26).

Esta observação é complementar à crítica do mesmo autor aos teóricos de esquerda que ele chama de marxistas penitentes, que pretendem “superar a ‘ortodoxia metodológica’ pela via do pluralismo (NETTO, 2004-b). Gramsci (2004-a, p.152) já havia feito uma discussão acerca desse conceito, afirmando que a ortodoxia se refere a buscar os elementos do marxismo nos seus próprios fundadores, entendendo que a “filosofia da práxis não necessita de sustentáculos heterogêneos”. Esta lembrança da necessidade de uma ortodoxia teórico-metodológica é pertinente, uma vez que no texto de Padilha há uma forte apropriação de um teórico anti-marxista e contra-revolucionário da

escola de Frankfurt, Adorno (1996)⁷³ para tratar de tema nada periférico como a cultura⁷⁴. Mesmo que se considerasse, segundo a tradição de algo oposto ao construto marxiano, o chamado marxismo mecanicista, a cultura como epifenômeno, a autora se apropria de dois conceitos que interditam a investigação concreta do lazer como mercadoria, os “bens” “simbólicos” (p.130) e o “valor simbólico” (p.134). Além deste estão o “território das marcas”, o “corpo e a alma”, a “sociedade do consumo” (p.143), a super ideológica noção de um “indivíduo livre e radicado em sua própria consciência” (p.150) e do *shopping center* como uma “unidade simbólica de reprodução da ideologia dominante” (p.153).

Tal apropriação é sintomática. No capítulo anterior do livro encontra-se a afirmação de que Adorno é um filósofo marxista (!) (PELLEGRIN, 2006, p. 122). O capítulo que precedeu aquele escrito por Pellegrin, trouxe outro pesquisador marxista do lazer que informa opor ao “lazer-mercadoria” as “contra-racionalidades” que combatem a “razão instrumental” (MASCARENHAS, 2006, p.76).

Tomando as análises de Mészáros (2004) sobre Adorno (que não economiza citações do próprio autor em várias de suas obras, bem como se valendo de estudiosos desse filósofo) para – que não esteve sozinho no seu empreendimento, contando com seus colaboradores da escola de Frankfurt⁷⁵ –, no segundo capítulo de *O Poder da Ideologia*, é possível identificar o caráter reacionário deste pensador que se esforçou teoricamente para se livrar de suas ligações com o marxismo. No entanto, foi politicamente, somando forças ao imperialismo estadunidense que Adorno foi desgraçadamente radical. Adorno escreveu contra Lukács em jornal criado pela CIA, na Alemanha Ocidental, o *Der Monat* e em outros fundados pela mesma agência, como o *Ecounter*. Isso ocorreu no ano de 1958, quando foi lançado *Realismo crítico hoje*, de Lukács. Neste ano Lukács encontrava-se em prisão domiciliar, na Hungria, e Adorno assumia a direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Conforme Mészáros, ele “sentia-se livre também para condenar algumas das mais corajosas manifestações da luta por uma transformação socialista genuína, colaborando alegremente, em nome da

⁷³ ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano XVII, n.56, dez, São Paulo, 1996.

⁷⁴ “Este conceito de ortodoxia, assim renovado, serve para precisar melhor o atributo ‘revolucionário’ que se costuma com tanta facilidade aplicar a diversas concepções do mundo, teorias, filosofias” (GRAMSCI, 2004-a, p.152)..

⁷⁵ Mészáros ressalta algumas diferenças entre os membros individuais da Escola de Frankfurt, apontando, no entanto, o “alinhamento da ‘teoria crítica’ com a perspectiva weberiana” (p.152).

‘mente autônoma’, até com os inimigos profissionais do socialismo” (Idem, *Ibidem*, p.181).

É impossível identificar em toda a obra de Adorno, ainda de acordo com Mészáros, o sujeito revolucionário, nessa obra de conseqüências profundamente imobilistas, haja vista que se negava a relacionar a produção teórica com a intervenção política⁷⁶. Não poderia ser diferente, sendo a “teoria crítica” de natureza elitista, com profundo desprezo pelas massas (a quem Adorno culpa por sua própria miséria, em confronto com o enaltecimento do seu sujeito - escolhido para afastar o sujeito revolucionário da teoria marxista -, o “intelectual solitário e exposto”⁷⁷), coletividades e sociedade (todas obscurecidas pela fundamentação negativa da confusa obra de Adorno⁷⁸). Em Adorno o conceito de capitalismo foi substituído por “mundo moderno” e “modernidade” e a categoria marxiana de “classes” pela de “massas” (p.168).

Mészáros explica que na caracterização da obra de arte, feita por Adorno, fica expressa “sua avaliação categoricamente negativa e irreal de algumas relações humanas

⁷⁶ “O que o paralisava em sentido teórico era o desejo de alcançar o impossível; isto é, de apresentar uma avaliação crítica das questões fundamentais da ordem socioeconômica e política capitalista, projetando uma saída para suas contradições destrutivas, e proclamar ao mesmo tempo o caráter totalmente fútil e até mesmo perigosamente contraproducente (em sua opinião, tendente ao fascismo) de toda negação política prática daquela ordem.

Além disso, até no núcleo de seu empreendimento teórico se podia encontrar uma contradição fundamental que tendia a paralisá-lo, não apenas política e ideologicamente, mas também do ponto de vista intelectual. Pois, embora aceitasse o quadro teórico marxiano (sob a forma em que o herdou, acima de tudo, da *História e consciência de classe* de Lukács, em vez de se apropriar dela a partir de um estudo sólido de primeira mão) como um instrumento de *diagnóstico* para compreender as linhas gerais da era capitalista e sua ‘reifificação’, teve de rejeitá-la, em sua especificidade histórica, como o necessário *quadro estratégico da ação* aplicável a suas próprias circunstâncias. Teve de rejeitá-la porque a aceitação da perspectiva marxiana, no segundo sentido, era radicalmente incompatível com sua rejeição, “por princípio”, tanto do envolvimento político-organizacional ativo quanto do *compromisso* ideológico, em favor de uma forma genérica de ‘crítica’ ” (MÉSZÁROS, 2004, p.165-6).

⁷⁷ Citação de Adorno em *Dialética Negativa*, transcrita de Martin Jay: “Se um golpe de sorte imerecido tornou a *composição mental* de alguns incompatível com as normas prevalecentes – um *golpe de sorte* pelo qual freqüentemente têm de pagar em suas relações com o ambiente – , cabe a esses indivíduos o esforço moral e, por assim dizer, representativo, de dizer o que a maioria daqueles para quem falam não podem ver ou, fazendo justiça à realidade, *não se permitem ver*” (MÉSZÁROS, 2004, p.168) [Sem grifos no original].

⁷⁸ Ele próprio admite em seu último trabalho, o *Aesthetic Tehory* (p.496, apud MÉSZÁROS, 2004, p. 177), que não consegue uma unidade entre suas formulações, adotando uma composição com “partes paratáticas” que tentam orbitar ao redor de um “centro de gravidade”. Adorno utiliza um recurso lingüístico próprio do gênero literário lírico. Segundo Cunha (1979), este tipo de construção, a paratática (orações coordenadas), predomina sobre a hipotática (orações subordinadas), no gênero lírico. Note bem a explicação da autora: “Uma vez que o período composto por subordinação requer maior elaboração mental, as relações causais, condicionais, finais, concessivas pressupõem o raciocínio lógico e conectante. Justamente onde aparecem tais conjunções, o clima lírico se desmancha. Na hipotáxe, a subordinação a uma oração principal estabelece um nexos lógico de dependência, em oposição à liberdade da expansão das emoções” (CUNHA, 1979, p.6). Esta nota é importante para confirmar a análise de Mészáros, sobre o caráter fragmentário da obra de Adorno. Este declara que o “verdadeiro conteúdo das teorias sistemáticas só pode ser revelado pela sua desintegração” (MÉSZÁROS, 2004, p. 178).

fundamentais. Havia algo de profundamente errado no diagnóstico que Adorno fez do mundo”. Prossegue com citação textual de Adorno em *Aesthetic Theory*: “As obras de arte são uma *acusação constante* do sistema de *atividades práticas* e de *seres humanos práticos*, que, por sua vez, são meras fachadas para o *apetite selvagem da espécie humana*. Enquanto eles forem governados por este apetite, não haverá gênero humano, apenas dominação” (citado em MÉSZÁROS, 2004, p.173). É, para Adorno, a “espécie humana” e não uma classe particular que personifica a relação social portadora deste “apetite”, tornando todos igualmente culpados pela situação atual. Posição que confirma a avaliação de Mézáros sobre Adorno manter uma conveniente posição “em cima do muro”.

Desconsiderando as “atividades práticas”, com uma ignorância “auto-imposta” sobre os aspectos conjunturais e os estruturais da sociedade em dado tempo histórico, Adorno faz uma apreciação sobre a sociedade do pós-guerra, “castigando” a própria sociedade por sua característica conjuntural. Adorno afirmou que “a sociedade intencionalmente colocou o ideal de *pleno emprego* no lugar da abolição do trabalho [...] a pernicioso tendência social para *glorificar os meios – a produção pela produção, o pleno emprego*” (MÉSZÁROS, *Ibidem*, p.173) [citação de Adorno em *Aesthetic Theory*]. Sobre essa apreciação, Mézáros avalia que:

Assim como rejeitou as atividades práticas dos seres humanos práticos, Adorno também denunciou a idéia de *planejamento*, em termos mais mordazes. Ele não deu a menor atenção ao fato de que um modo *racionalmente planejado* de produção social é o *pré-requisito absoluto* para se fazer qualquer progresso no sentido da libertação dos seres humanos da carga das formas mais desumanas de trabalho, sem falar da completa ‘abolição do trabalho’ (p.174).

Adorno não percebe que o ‘*pleno emprego*’ era uma fase estritamente conjuntural na ordem socioeconômica da ‘sociedade industrial avançada’ (que, parece, ‘curou-se’ deste ‘mal’ particular com efeitos devastadores e duradouros). Ainda mais surpreendente é que também permaneceu cego ao fato de o modo de produção em questão não ter como objetivo a ‘glorificação dos meios’ (uma grotesca mistificação) ou a ‘*produção pela produção*’ (idéia mais grotesca ainda, dada a força motriz real do sistema produtivo estabelecido), mas o objetivo muito mais prosaico (e absolutamente tangível do ponto de vista socioeconômico, ainda que caracteristicamente não mencionado pela ‘teoria crítica’ de Adorno) do *lucro capitalista*. Ele só mencionaria o ‘capital’ se pudesse ao mesmo tempo cegar o gume da crítica necessária, diluindo seus termos de referência no espírito da absurda teoria da ‘utilidade marginal e de seu ‘*consumidor*’, de modo a fazer o trabalho desaparecer de cena (p.174).

Para concluir essa breve apreciação sobre as análises de Mészáros sobre o caráter da “teoria crítica” de Adorno, é bom esclarecer que Adorno toma categorias da sociologia norte-americana para substituir as categorias marxianas que caducaram na “sociedade industrial avançada”, a “sociedade do consumo”. Adorno não enfrentou a “difícil questão do *agente social coletivo historicamente específico*” e, por outro lado, ainda substituiu “a especificidade sócio-histórica das múltiplas interdeterminações dialéticas entre a base material e a superestrutura cultural-ideológica-política” pela “questão da *técnica*” (p.187). Assim, para este para quem “o mundo” se converte em uma “prisão a céu aberto”, não sendo “*mais importante saber o que depende de quê*, tal a extensão em que *tudo é único*” (ADORNO, apud MÉSZÁROS, 2004, p. 167), a categoria central de classes é tornada em simples palavra esvaziada de conteúdo crítico, oportunamente, já que Adorno tem que afirmar - para negar o posicionamento e ação política, motivadores de cegueira ao artista – a continuidade das classes, embora sem existência da luta entre elas. “Entretanto, **uma vez negada a realidade da luta de classes, todas as pretensões de radicalismo acabam junto com esta negação**” (MÉSZÁROS, 2004, p.163).

Após esta breve situação histórico-política de Adorno, necessária haja vista a sua apropriação para a discussão da cultura e mesmo da economia nos estudos do lazer, bem como da educação, voltemos ao que interessa de imediato. A construção de Padilha – que se repete em Mascarenhas – de suas críticas ao lazer-mercadoria pela via do consumo, autorizando uma tal concepção de “valor simbólico”. O valor é o trabalho social objetivado, medido pelas unidades de tempo e expresso no valor de troca na forma simples, desdobrada, geral e dinheiro, conforme Marx (1985). A única fonte do valor é o trabalho humano abstraído de suas qualidades úteis, o trabalho em geral ou abstrato. Portanto, valor simbólico, valor que vem do símbolo, que emana do símbolo, pode ser teorizado, mas não conforme a investigação marxiana mostrada no item anterior. Também, a existência de “bens materiais” e “bens simbólicos” encaminham a pesquisa para um terreno onde não o trabalho, mas a cultura ou a linguagem é a categoria central de análise. Um valor e sua expressão, o valor de troca, não podem existir sem seu portador, o valor de uso. A publicidade produz desejos associados a coisas, intensifica o consumo pela identificação da felicidade com o consumo, o espaço é reorganizado para a conjunção de consumo de bens, uso de serviços e compra de lazer, todavia, a necessidade da existência do corpo da mercadoria não é excluída. Sem o seu corpo, as propriedades físicas do objeto, não há sua alma, seu valor. No caso do lazer, se

ele é mediado pela mercadoria preteritamente produzida, como um CD para jogo eletrônico, ou se ele é atividade que será executada no shopping, os meios para produzir essa atividade, como o próprio local onde elas acontecem, são também sua condição. Por mais coberta de fetiche que esteja a mercadoria, por mais relações sociais, trabalho socialmente necessário para produzi-la, e desejos encarnados que ela traga consigo e apresente como seus próprios atributos, existe um objeto, o trabalho vivo que se objetivou em “forma de ser”, “propriedade imóvel” (p.151), como a própria mercadoria ou como condição de sua produção. Ou esses pressupostos são aceitos e, nesse caso, não se aceita nenhum tipo de valor ou bem simbólico, ou a teoria do valor que deve guiar a análise da mercadoria não é a marxiana. Mesmo no caso da produção do lazer como mercadoria, onde a análise pode ter que seguir desvendando novas categorias, haja vista que não há transformação da natureza pelo processo de trabalho em seus aspectos simples, mas trata-se de matéria social, a existência do valor de uso, portador material do valor de troca, não pode ser dispensado, bem como, não pode ser admitido um valor vindo da subjetividade e sem objetivação.

A explicação da produção do lazer como mercadoria, no caso em que a atividade não tem como resultado um objeto, será discutida adiante. Por ora se adianta que da atividade não resulta um objeto, mas o dispêndio da força de trabalho do trabalhador é materializada, não se tratando de um símbolo em si.

Outro influxo da falta de ortodoxia metodológica na investigação do lazer como mercadoria, se a teoria assumida é o marxismo, é o entendimento dualista do ser humano. Claro que nos referimos ao marxismo naquilo que sua teoria social tem de central, de “visceral e medular: seu caráter unitário e totalizante/totalizador, embasado numa ontologia do ser social” (NETTO, 2004-b, p.239). Entender o homem como um ser indivisível é fundamental para uma compreensão social ontológica, para que não haja equívocos nas discussões sobre o fetiche, a alienação e o valor das mercadorias, entre as quais o lazer.

Tratar objetivação da subjetividade, materialização do espírito, valor do trabalho, ou se faz em perspectiva dialética ou se faz equivocadamente. Como compreender o ser social, natureza animal tornada ser genérico pelo domínio social da matéria natural, em que o natural é corpo orgânico do social? É possível investigar a natureza humana, de ser natural convertido em social, que tem como natureza a história, com uma lógica formal? Lógica formal porque trata como dois entes uma unidade de diversos, ou seja, o corpo e a alma, o físico e o espírito. No seu texto Pellegrin (2006, p.124) conseguiu

levar, graças à sua equivocada compreensão da tecnologia, o “*Spirit* a Marte”, deixando o “corpo” (“consumidor”) na terra. Padilha, por sua vez, encontrou que a publicidade visa, para além do corpo, a “alma humana”, concordando com Barber (1996), ela afirma que “o corpo tem limites físicos de satisfação que a alma não tem”, de forma que **“a alma – o espírito humano – é o verdadeiro motor da ‘sociedade de consumo’ [e, parece que para ser mais enfática], mais que o corpo”** (PADILHA, 2006, p.143) [sem grifos no original]. Para uma teorização hegeliana do valor, talvez o espírito absoluto respondesse a esse primado da alma. Porém, o pressuposto de Marx é o materialismo, de forma que essa formulação não pode ser enquadrada em uma análise marxista do lazer.

Segundo esse primado, da matéria, ou a coisa é material ou ela é um não ser. O ser é, o não ser não é, conforme Mészáros (1993). Por isso, mesmo as idéias são materiais, assim como tudo que possa existir ‘do’ ou ‘no’ ser humano e na natureza. O desejo é material, o espírito só se conhece se é materialmente dado a reconhecer. Quando Gramsci (2004-b, p.18) diz que não há uma só atividade de trabalho humano da qual se possa excluir toda reflexão, ele demonstra esse entendimento e facilita a compreensão de que não há uma só atividade intelectual sem materialização. Desde o nível biológico, o pensamento é troca de correntes elétricas positivas e negativas em um conjunto de células específicas, ativadas por transmissores químicos e dependentes de estruturas gordurosas para cumprirem eficientemente sua função⁷⁹. Não é preciso lembrar que sem digestão não há metabolismo de proteínas e gorduras, além de carboidratos; sem o estômago não existe a “infinita” e “perfeita” alma, ela morre, ou, pode até mesmo não nascer⁸⁰. Sem os aminoácidos (moléculas que formam as proteínas) glutamato, o espírito não aprende, e noradrenalina, a alma não se satisfaz – com o prazer do “corpo”. Se um corpo sem alma é possível, no caso da morte ou morte cerebral, um espírito sem corpo é um não ser. Para não caminhar para o outro lado do

⁷⁹ “Como uma função do cérebro humano, o pensamento representa um processo natural, mas o pensamento não existe fora da sociedade, fora do conhecimento humano acumulado e métodos de pensamento desenvolvidos pela raça humana. [...] Em outras palavras, o pensamento humano como a percepção humana tem uma natureza sócio-histórica” (LEONT’EV, 2008, p.11) [Tradução livre, capítulo 1].

⁸⁰ Para não haver mal entendidos é bom lembrar Gramsci (2004-a, p. 243-4) ao discutir “a afirmação de Feuerbach: “ ‘O homem é aquilo que ele come’ ”. Ele alerta que essa consideração é correta entendida mediatamente, e não imediatamente, pois se assim o fosse, como ele bem lembra, “a história teria sua matriz determinante na cozinha e as revoluções coincidiram com as modificações radicais na alimentação da massa”. A intenção aqui não é dizer que o pensamento é um ato puramente biológico, mas, lembrar que sem o biológico não há pensamento e, portanto, não há espírito sem matéria.

pensamento formal, toma-se a psicologia sócio-histórica⁸¹ que, por sua vez, superou a apreensão biologicista do homem, que considerava o aprendizado fruto da maturação biológica, mostrando que o aprendizado determina o desenvolvimento, sendo, ao mesmo tempo, dele dependente. Lukács (s/d), desenvolvendo a concepção ontológica do ser social de Marx, mostra que toda a potencialidade biológica do homem, se não fosse pelo trabalho, ainda estaria em seu estágio animal, e que as determinações sociais, a partir de certo ponto, prevalecem sobre a base natural, da qual não há possibilidade de desligar-se. Frente a tudo isso, não há motivos para um pesquisador que se proponha a uma perspectiva ontológica continuar com essa mentalidade dualista, e, por isso, formal, do ser humano. Vale lembrar, ainda, Kosik (1963) quando afirma que quanto mais se avança nas descobertas da natureza mais é possível entender o ser social.

Essa digressão foi necessária para chegar à discussão do trabalho de concepção e de execução, da atividade eminentemente intelectual e da prioritariamente braçal. O trabalho intelectual ou se materializa, e se objetiva, ou não é parte do trabalho social que é dividido entre as classes no capitalismo. O pensamento que foi dito, anotado, registrado, materializou-se. A linguagem é a expressão material do pensamento, é a matéria da idéia. O projeto e o planejamento são também formas de materialização da idéia. Essa idéia materializada tem que ser objetivada, ou não atinge seu objetivo, considerando a produção de mercadorias ou a produção da satisfação das necessidades humanas.

O pintor que objetivou sua subjetividade em uma tela tem um produto que, de acordo com o quanto de trabalho socialmente necessário para produzi-la, expressa um valor. Considerando o momento da pintura, o tempo da formação do pintor e, o tempo que a humanidade despendeu para produzir certo número de pintores (simples) para chegar a determinado tipo de pintor (uma força de trabalho potenciada, “complexa”), vêm-se valores que se vão agregando ao valor do produto final, o quadro. Conforme Marx explica, naquilo que foi exposto anteriormente, esse acúmulo de valores só é possível porque os diversos trabalhos – por exemplo, em relação ao pintor: dos professores que o ensinaram, dos motoristas, dos pilotos ou dos arrais que o transportaram, das pessoas que organizaram os eventos que ele freqüentou, daqueles

⁸¹ A consciência humana, desta maneira, cessa de ser **uma ‘qualidade intrínseca do espírito humano’** sem história ou intratabilidade para análises causais” [tradução livre]. “Human consciousness thus ceases to be **an ‘intrinsic quality of the human spirit’** with no history or intractability to causal analysis. We begin to understand it as the highest form of relection of reality that sociohistorical development creates: a system of objectively existing agents gives birth to it and causal historical analysis makes it accessible to us” (LEONT'EV. 2007) [sem grifos no original, excerto de Marxism and Psychological Science].

que lhe fizeram a comida, cuidaram de sua segurança e etc. – necessários para produzir esse artista são reduzidos a igual trabalho humano, trabalho abstrato, gelatina de trabalho social. No caso de uma calça de grife famosa, por mais que ela seja produzida em um fundo de quintal para, só em seguida, receber a etiqueta, há uma série de trabalho necessário para produzir a marca, por exemplo, estilistas, pesquisadores de campo, transportadores de materiais, dos próprios trabalhadores especializados dessa marca, dos publicitários, jornalistas, fotógrafos, modelos, dos trabalhadores que produziram o aparato tecnológico necessário, entre outros. No caso das empresas capitalistas que trabalham com a mídia, seja televisiva, radiofônica, cinematográfica ou escrita, que produzem mercadorias planejadas para não proporcionar a fruição da produção cultural de melhor qualidade, de forma a não proporcionar o desenvolvimento de força de trabalho para além daquilo que lhe cabe e a que ela pode ter expectativas no processo e hierarquia produtiva, igualmente há de ser considerado a série de trabalhos sociais necessários para produzir, sejam os programas ou as publicações de péssima qualidade.

Em todos esses exemplos, em nenhum momento se tratou da produção de símbolos, de desejos, de ilusões, em sua pureza, sem um portador material do valor. Mesmo nas atividades onde a mercadoria foi a mediação, como no filme assistido, no jogo eletrônico onde se divertiu, no museu que se visitou, ou nas atividades produzidas como mercadorias de lazer, no esporte, dança ou luta que se praticou ou assistiu, houve a venda de força de trabalho pelo trabalhador, utilizando meios para efetivar o seu trabalho, pertencentes a outro que não ele, na atividade presente ou no processo de trabalho passado que se objetivou na mercadoria adquirida. Em ambos os casos, têm-se um produto que não é simplesmente simbólico, é material, tem força de determinação na realidade. Esse aspecto, especificamente em relação ao lazer, será melhor examinado mais a frente. A explicação de Harvey na sua discussão sobre o capital financeiro nos Estados Unidos da América, que ele chama de “economia com espelhos”, confirma essa argumentação:

quando a máquina de produção de imagens de Los Angeles sofreu um grande choque durante a greve dos Sindicato dos Escritores, as pessoas perceberam de súbito “o quanto sua estrutura econômica se baseia no fato de um escritor contar uma história a um produtor e que afinal é a tecedura dessa história (em imagens) que paga o salário do homem que dirige o caminhão que entrega comida que é consumida no restaurante que alimenta a família que toma as decisões que

mantém a economia funcionando” (reportagem de Scott Meek no *The Independent*, 14 de julho de 1988) (HARVEY, 2001, p.299).

O exemplo retirado por Harvey do *Independent* não está no plano da transformação direta da natureza para a produção de meios de subsistência. O que ele indica, segundo o argumento acima exposto, é que a “indústria da imagem” tem um processo de trabalho que resulta em objetivação de mercadoria com valor de uso. Dessa forma, em qualquer dos exemplos, o valor de todas as mercadorias, seja obra de arte, roupa de grife, programa de televisão ou publicação escrita, veio da mesma e única fonte, do trabalho humano; o trabalho socialmente necessário que determinou seus respectivos valores.

Por último, falar em “sociedade do consumo” tanto é uma redundância quanto uma imprecisão, muito funcional ao capital, assim como o grosso das formulações da “teoria crítica” da Escola de Frankfurt. É uma redundância, pois qual sociedade não é uma sociedade que consome, portanto, “do consumo”. Segundo, por mais que se produza, e por mais voltado ao luxo que se apresente um ramo da produção, o grosso da população, da classe trabalhadora e do contingente de desempregados, não consome o mínimo necessário para uma vida digna, frente aos avanços reais das forças produtivas. Pior ainda do que isso, não consome sequer para se reproduzir como uma força de trabalho em condições ideais de ser explorada. Conforme se sabe, a partir dos estudos da reorganização do capital para responder à sua crise, desde a década de 1970, as formas de organização da produção, investindo contra as organizações sindicais e pulverizando as conquistas do Estado de Bem Estar-social – isso nos países que se chegaram a constituir –, implementaram mais profundos níveis de exploração dos trabalhadores, fizeram crescer assustadoramente as taxas de desemprego e pioraram as condições de vida dos trabalhadores com o arrocho salarial.

Para se entender a gravidade da situação da classe trabalhadora, do contingente de desempregados e sub-empregados, entre 1979 e 1986 constatou-se o aumento em 35% das famílias pobres com crianças nos Estados Unidos da América, sendo que em cidades como Nova Iorque, Chicago, Baltimore e Nova Orleans, mais de 50% das crianças eram de “famílias com renda **abaixo da linha de pobreza**” (HARVEY, 2001, p. 296). O número de pessoas sem moradia aumentou causando confrontos que pareciam ter origem racial ou étnica⁸² e 40 milhões de pessoas ficaram sem cobertura

⁸² O filme *American History X*, traduzido como *A Outra história americana*, de 1998, dirigido por Tony Kaye, ilustra essa situação.

médica (Idem, Ibidem). Isso se tratando da maior potência capitalista mundial. Segundo as Nações Unidas, em “1999-2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de 2 dólares por dia” (MÉSZÁROS, 2006-b, p.73), o que corresponderia hoje (e, basicamente ao mesmo valor de janeiro de 2000, quando a cotação do dólar estava em 1,80 real) a menos de 3,60 reais por dia, ou seja, menos de 108,00 reais mês. Considerando que a população mundial no ano 2000 contava com 6,07 bilhões de pessoas, 41,79 % da população mundial vivia com menos de 108,00 reais por mês. Dessa forma, usar um conceito tal como “sociedade do consumo” leva a um distanciamento irrecuperável da realidade. Frente a esta breve retrospectiva, lembrando que a situação da classe trabalhadora e do contingente de desempregados e subempregados vem se agravando, é necessário perguntar: consumo de quem? Padilha diz que o consumo não toca a todos da mesma forma. Se ela mesma tem a noção dessa situação, porque insistir nesse conceito? O mesmo ocorre com Mascarenhas (2005), porém, no caso deste, é mais incompreensível o por quê da utilização desse conceito, considerando os dados que ele próprio apresenta, confirmando a posição aqui defendida da inadequação de pensar o capitalismo como uma “sociedade de consumo”:

É claro que para os deserdados da economia, para aqueles que vivem em condições de miserabilidade, com renda diária inferior a 1 dólar, falta dinheiro inclusive para o básico que é o consumo de alimentos. Esse contingente soma 14,6% dos brasileiros, 24,7 milhões de pessoas que, juntas com a outra parcela de 33,94% da população que possui rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos – ou seja, mais 56,6 milhões que sofrem restrições quanto ao atendimento de suas necessidades de habitação, saúde, transporte, educação, vestuário, lazer etc. –, 138 dão forma à base da pirâmide da desigualdade social. São as vítimas da exclusão, aqueles que anteriormente classificamos como *sem lazer*, os que se encontram à margem do mercado de consumo dos bens e serviços de lazer – isto é, sem condições de acesso ao *mercolazer* –, quando muito, tendo suas necessidades de lazer atendidas pelas políticas assistencialistas de cunho filantrópico (MASCARENHAS, 2005, p. 134).

Por conta dessas novas adjetivações, que buscam dar conta de mudanças aparentes no capitalismo, e que, ao contrário de auxiliar na compreensão do movimento incessante de valorização do valor, da contradição em processo que é o capital, obscurecem seu entendimento, acaba-se jogando a favor dessa relação social relativamente criticada porquanto tão pouco entendida. Antes de lançar-se a novas denominações, conceitos que, como no caso, dão a idéia de que a sociedade já está em uma nova fase, para além da modernidade e seu “projeto vencido”, entende-se ser

necessário um esforço para compreender as categorias já descobertas e que seja feito uso delas para compreender o capital e o capitalismo.

Outro exemplo de apropriação de conceitos, ou, categorias ideais, que dificultam a compreensão da realidade, é vista na análise de Mascarenhas (2005) sobre a mercadoria. O objeto de sua tese diz respeito especificamente ao problema do lazer como mercadoria. Ele trabalha com a categoria “mercolazer”, que expressa a manifestação tendencial do lazer na fase de sua subsunção real ao capital. O mercolazer é produto da passagem do lazer da era fordista, que tinha a função social, ou valor de uso, caracterizados pelo descanso, divertimento e o desenvolvimento, seja com o objetivo de controle social ou de recomposição da força de trabalho, para o lazer da era da acumulação flexível e da cultura globalizada, que assume função direta na produção e reprodução do capital. Se na produção rígida o lazer era uma “anti-mercadoria” (p.139) por ser um direito social e parte de um política pública com fins educativos e conformativos dos trabalhadores, desde 1970, no centro do capital, e de 1990, no Brasil, é observável essa nova fase do lazer que se converte em mercadoria.

Mesmo que manifestações do lazer sob a forma mercadoria possam ser localizadas bem antes do início dos anos 1970, a afirmação das relações mercantis como padrão dominante, dando o contorno daquilo que estamos convencendo chamar por *mercolazer*, ocorre justamente no contexto em que a *acumulação flexível* emerge como um processo de reestruturação das relações econômicas, políticas e culturais, impulsionando a decisiva universalização do capitalismo. Nesta direção, reafirmamos que tais mutações se evidenciam em nosso país principalmente a partir da década de 1990, momento em que o governo se subordina mais intensamente à globalização, não só dissolvendo as fronteiras que antes limitavam a expansão e livre circulação do *capital divertido*, mais do que isso, financiando grande parte dos empreendimentos da *grande indústria do lazer* (MASCARENHAS, 2005, p.150-1) [sem grifo no original].

Além do lazer em sentido estrito como mercadoria, o mercolazer é explicado por mais duas funções do lazer em suas relações com o mercado. Primeiro, com a produção de valores de troca para as mercadorias, independentes de seus valores de uso, associando o lazer, modos e estilos de vida e sensações de prazer às mercadorias, que ele chama de valor de uso “prometido” ou valor de uso “corruptor”. Segundo, pela criação de ambientes prazerosos para as compras, que passam a ser vivenciadas como práticas de lazer, configurando o que ele chama de “compra divertida”.

Para demonstrar essas relações do lazer com a mercadoria, antes da discussão específica, Mascarenhas demonstrou que às mudanças na economia devem corresponder mudanças na cultura. Essa guinada do lazer como direito social para o lazer como mercadoria é pressuposta por duas questões fundamentais que ele analisa. A relativização do luxo, seu enaltecimento, contraposto ao período fordista, no qual era negado, onde vigia a moral da poupança.

Em articulação com o econômico e com o político, atuando junto com o aumento da exploração do trabalho, com a redução da utilidade das mercadorias e com a desintegração dos direitos sociais, formando uma só totalidade relacional, no plano da cultura, corrobora ainda como determinante fundamental na mercantilização do lazer, a relativização do luxo e da necessidade, dinâmica que se delineia pelo apelo ao consumo indiscriminado e permanente redefinição dos chamados estilos de vida. Trata-se de uma mudança qualitativa no comportamento de amplos setores da população, particularmente, naquilo que se refere aos hábitos de consumo, expressão de uma avaliação positiva do supérfluo. O que se evidencia, portanto, é um processo de legitimação do *luxo*, aqui considerado como o consumo de bens e serviços de segunda ordem, outrora moralmente condenado (MASCARENHAS, 2005, p.113-4).

Esta tendência de afirmação do luxo reflete a necessidade de expansão do consumo, segundo ele. Com isso, traços culturais são dizimados, como aquele que ele analisa como “cultura da casa”, relacionado ao núcleo familiar de concepção burguesa, criado no combate aos excessos e vícios da classe trabalhadora, que é substituído pela “cultura das saídas”, que se relaciona à cultura do consumo (p.129). Apropria-se da tese de Ortiz⁸³ (2000) para esclarecer que a cultura das saídas é uma “expressão categorial” referida “à convergência de hábitos, comportamentos, valores e formas tendenciais de organização da vida em que ‘a oposição cultura erudita x cultura popular é substituída por outra: os que saem muito x os que permanecem em casa’” (MASCARENHAS, 2005, p. 134). As seguintes considerações esclarecem um pouco mais essa proposição:

Afora a funcionalidade moral que já não se encaixa muito no perfil contemporâneo do lazer – pois muitas vezes é justamente seu conteúdo “amoral” que chama atenção –, o que prioritariamente conta também não é mais seu caráter compensatório no sentido de recuperar para o trabalho. Depois de sucumbir à forma mercadoria, seja como objeto direto de compra e venda no mercado, seja como valor de uso prometido, seja como invólucro estético de outras mercadorias ou seja ainda como uma espécie de *compra divertida*, – processo que se

⁸³ Não consta na bibliografia a referência desta obra. Obs: A versão utilizada para a pesquisa foi baixada da biblioteca virtual do site: www.boletimef.org

manifesta justamente pela *cultura das saídas* –, além de agregar valor a uma série de outros produtos e serviços – em setores como habitação, alimentação, vestuário, dentre outros exemplos –, ele contribui sobremaneira para o incremento do consumo, despertando frequentemente novas necessidades e servindo de estímulo a instantaneidade, ao desperdício e à superfluidade característicos da *sociedade involucral* e do padrão da *acumulação flexível* (MASCARENHAS, 2005, p.139-40) [sem grifos no original].

Deve-se considerar, primeiro, que se o lazer é determinado diretamente pelo modo de organizar a produção- seja sob fordismo ou toyotismo -, não se pode afirmar a mudança fundamental do lazer com a acumulação flexível, dado que o fordismo persiste com muita força após a década de 1970, conforme Harvey (2001). Segundo, pela própria reorganização dos processos produtivos, novas formas de recomposição da força de trabalho devem ser requeridas. Por isso, mesmo que o Estado se desresponsabilize progressivamente da oferta de lazer, sendo assumida tal oferta por empresas privadas, ainda que sejam compradas e caracterizem o consumo/consumismo o papel definidor das práticas de lazer, nas relações sociais, continua o mesmo, ainda que adotando novas formas.

As observações do autor sobre a necessidade de mudanças culturais e da relação do lazer com o consumismo e a afirmação do luxo são muito pertinentes e devem ser estudadas mais profundamente. Todavia, a sua avaliação de que o eixo definidor do lazer muda com uma reorganização do capital, impossibilita a compreensão do lazer como fenômeno moderno, que nasce junto com o capitalismo, pois desde sua fase madura o capitalismo passou por várias crises e ajustou-se de diferentes maneiras para sobreviver a elas. Ainda que o caráter da crise que o capital vivencia nesse momento seja distinta das crises anteriores, conforme afirma Mészáros (2006-c), o fundamento das relações sociais capitalistas, que confere ao lazer sua essência, se mantém intacta desde o século XIX.

Tomando os pressupostos do consumo para a análise do lazer como mercadoria, o autor afirma que a troca é o ponto de partida para a análise do lazer como mercadoria. Afirmando isso, em seguida trata da relação entre produção e consumo, trabalhando com a idéia de Marx de que o consumo gera a produção, assim como a produção cria um consumo determinado, chega à discussão da disjunção entre necessidade e produção da riqueza, tomando Mészáros (2002) como fonte. Ele trabalha com a idéia da autonomização crescente do valor de troca em relação ao valor de uso, processo em que a publicidade e a moda têm papel importante. Via fetiche da mercadoria, o capital

efetiva essa disjunção, um desequilíbrio na relação entre produção e consumo, com este caminhando na frente daquela, os valores de uso são superados pelas necessidades de venda, fazendo aparecer novas contradições (MASCARENHAS, 2005, p.179-82).

Uma destas contradições consiste em agregar, à forma original do valor de uso da mercadoria, a manifestação sensível desse, de outro ou de tantos mais valores de uso adicionais à sua respectiva aparência. [...] como adverte Haug (1997), a aparência estética, os *valores de uso prometidos* pelas mercadorias, surgem como uma *função de venda* tornada autônoma no interior do sistema de compra e venda. [...] Por conseguinte, levando-se em conta que tal processo não se constrói de outro modo senão pelo trabalho objetivado pelo *design* e pela propaganda, a mercadoria a qual foram colados estes valores de uso corruptores tem expandido seu respectivo valor de troca, agregando ainda mais trabalho ao seu valor final (Idem, Ibidem, p.182).

Chamar um valor de uso de “corruptor” não é justamente atribuir uma característica humana à uma coisa? A apreciação do autor é correta sobre a origem do valor que a mercadoria, ‘produzida sobre orientação da venda’, carrega. Vejamos em que ponto ele se desvia na análise.

Na nota número 196, sua apropriação de Haug (1997) o leva a constatar que o *design* faz cair as barreiras entre as mercadorias, criando “complexos de mercadorias” e a formulação das “mercadorias híbridas”, produto “do processo de inovação estética que deposita, artificialmente, um determinado complexo de valores de uso num único corpo de mercadoria, como o carro que serve não só ao transporte convencional, mas, também, ao transporte em situação de *viagens à natureza*”. Dada a importância do *design* e do *marketing*, ele pode afirmar que “a produção da *estética do mercolazer* deve ser entendida como um processo de *trabalho imaterial*, cujo determinado *quantum* encontra-se coisificado na forma final dada às mercadorias funcionalizadas para o lazer” (Idem, Ibidem, p. 187). Partindo de Haug (1997), afirma que o valor de uso é substituído pelo significante, a importância sai das características físicas das mercadorias para os pensamentos e sensações associados à mercadoria. Considerando sua apropriação do conceito de “valor simbólico”, pode estar aqui o ponto onde o autor se perde na análise do valor das mercadorias e da relação do lazer com as mercadorias e, ele próprio, produzido como uma delas. Esta possibilidade é reforçada com a apropriação feita pelo autor do conceito “trabalho imaterial”, conforme a discussão feita anteriormente sobre o primado materialista na construção marxiana.

Após a discussão sobre o “valor de uso corruptor” da mercadoria, o autor analisa a criação do “palco de vivência” para as compras, segunda característica do mercolazer.

Através da disposição das mercadorias nas lojas, de forma a proporcionar um ambiente e um aspecto visual que agradem o cliente e lhe faça consumir, é criado um “poderoso recurso-simulacro de entretenimento do cliente que exercita seus prazeres a fim de amorosamente lhe proporcionar uma nova espécie de compra, a *compra vivenciada*” (MASCARENHAS, 2005, p. 189).

Tal expediente domina hoje quase todo o comércio, no entanto, indiscutivelmente, foi nos *shoppings* que assumiu sua forma mais desenvolvida. Ali, a *compra vivenciada*, tomada como atividade de lazer, portanto, como *compra divertida*, exerce um enorme poder de atração sobre o cliente. Tudo é meticulosamente preparado de modo a fazer com que o potencial comprador não só se defronte com as mercadorias, mas que se envolva vivencialmente com elas, deixando-se seduzir e envolver por uma estimulante experiência (Idem, Ibidem, p.190).

O autor conclui essa função do mercolazer assim: “Sob a forma de processos materiais e imateriais, foi vendida e consumida, ainda que indiretamente, a própria vivência da compra, cuja significação dada pelo público não é outra senão a de uma vivência de lazer” (p.192). Dessa forma, o autor chega ao momento da sua análise do mercolazer que é o principal, para os fins desta pesquisa. Mascarenhas toma como exemplo de produção do mercolazer, enquanto a própria atividade de produção de capital, uma empresa de esportes de aventura diversos. Explica qual o interesse do capitalista em investir nos equipamentos necessários a tais práticas, que é a obtenção de mais dinheiro, como capital monetário, do que investiu no início do processo. Em seguida, afirma que o “valor de troca” dos meios de produção desses esportes é conferido pelo “valor que corresponde à sua potencial utilidade para o desempenho de tal prática” (p. 193-4). Aqui ele comete um equívoco, pois, o valor de qualquer mercadoria, inclusive dos meios de produção, não é dado por seu valor de uso, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. O valor de troca é, conforme viu-se anteriormente, a forma de expressão do valor. Na seqüência da explicação diz que “na proporção que tais valores de uso são consumidos e transformados em novos valores de uso, uma fração correspondente de seu valor de troca original é automaticamente repassada para o produto *esportes de aventura*” (p.194-5). Mas o que é o esporte de aventura como uma atividade de lazer e qual é o seu valor de uso? Isso tem que ficar claro para que se compreenda o lazer como mercadoria.

O autor defende, em sua tese central, que o mercolazer supera o antigo valor de uso, ou, a função social do lazer da produção fordista. Ele explicou que esse valor de

uso estava expresso nos três 'D' de Dumazedier - o descanso, o divertimento e o desenvolvimento - tendo sido subsumido pelo lazer alçado à produção direta do capital, que ele chama de mercolazer. Porém, o mercolazer é explicado em termos do que ele proporciona para o capital – promoção do consumo via promessa de felicidade, valor de uso corruptor, construção do palco de vivências para o consumo - funções de venda das mercadorias -, e, agora, o próprio lazer enquanto produto da valorização. O que ele discute, que pode ser compreendido como valor de uso, o “êxtase”, a “adrenalina” e um “estilo de vida” denominado “divertido”, seriam os aspectos que deveriam configurar na explicação do valor de uso do mercolazer. Mas, se assim o fizesse, ele infirmaria sua própria tese, considerando que o êxtase e a adrenalina estão ligados à diversão e, portanto, à recomposição da força de trabalho. Ora, mas é exatamente isso que ele faz em seguida.

Ele diz: “No entanto, para que os valores de uso destes equipamentos sejam consumidos e transformados em novos **valores de uso, a diversão e o entretenimento proporcionados pelo lazer**, faz-se necessária a intervenção da força de trabalho dos instrutores que organizam as atividades” (MASCARENHAS, 2005, p.195) [sem grifos no original]. O autor considera que o lazer, na forma mercolazer, perde seu valor de uso e função social, porque passa a integrar o rol de mercadorias, deixando de ser direito social e tornando-se possível apenas sob a troca de valores. Todavia, para ser submetido à forma mercadoria, seu valor de uso não pode ser extinto, e é isso que sua própria análise acabou demonstrando no parágrafo acima e que ele descola da análise geral. Para os fins da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre o lazer em sua concretude histórica, da qual a discussão do lazer como mercadoria é uma parte importante, essa compreensão é fundamental. Considerar que o lazer tinha um valor de uso, “descanso, diversão e desenvolvimento”, que se perdem quando ele assume a forma capitalista de mercadoria, decorre da incompreensão, no ponto de partida, daquilo que é o lazer. Mais uma vez se evidencia que, o lazer ser tomado como o lúdico, como direito social, política pública, espaço-tempo de vivência e construção de novos valores, antes de ser compreendido em sua essência, leva a apreensões e análises enviesadas no decorrer das investigações. Daí a necessidade de compreender o que é o lazer concretamente, permitindo que as análises cheguem àquilo que ele realmente é, à sua essência, superando o terreno ideal onde o lazer é tomado como o que se quer que ele seja: partir do concreto, da abstração inicial da forma aparente do lazer, para chegar ao lazer como “síntese de muitas determinações”.

Em seguida o autor desenvolve uma passagem que apresenta certa confusão entre valor e preço. “Na esteira desta discussão, mais do que saber o que está por detrás do valor do *mercolazer*, por detrás de seu preço, o que equivale ao valor do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, há de ficar entendido também que este valor, que volta à forma dinheiro após a realização da troca, é injustamente partilhado” (MASCARENHAS, 2005, p.196). Conforme Marx explicou, o preço pode se alterar: mantendo-se constante o valor das mercadorias, pela alteração do valor do equivalente geral que funciona como dinheiro; caindo ou subindo o valor das mercadorias por diferenças na capacidade das forças produtivas. Se “o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro”, ou seja, o preço “seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor” (MARX, 1985, p.92).

Discutindo a diferença entre consumo produtivo e consumo individual Mascarenhas informa da peculiaridade deste tipo de serviço, em que a produção se realiza ao mesmo tempo que o consumo, tendo o consumidor papel ativo na “constituição da atividade”. Ele esclarece que o trabalho não se confunde com o lazer, uma vez que os “instrutores promovem, organizam e dão suporte à atividade mediante a contrapartida do salário. O consumidor, por mais que ajude e participe da produção, continua um consumidor propriamente dito”. Então, para desenvolver a discussão da diferença entre os dois consumos, ele questiona: “Mas e se excluíssemos desta relação os instrutores? E se o consumidor se tornasse ele próprio o sujeito de sua aventura, organizando-a e dirigindo-se diretamente às paisagens naturais sem passar por qualquer tipo de empresa?” (Idem, Ibidem, p.197). Neste ponto é importante colocar as seguintes questões: O que é que o consumidor consome? Paga para obter o que? Qual o valor de uso dessa prática? Estas questões vão auxiliar na análise que se segue.

Mascarenhas continua seu raciocínio sobre a situação da produção dos esportes de aventura sem a mediação do instrutor e da empresa de lazer com a seguinte explicação:

Para isso, teria, ele mesmo, além de responsabilizar-se por toda a logística de organização e suporte à viagem – transporte, hospedagem, licença para a realização da atividade etc. –, de ser o possuidor ou locatário dos equipamentos necessários à atividade escolhida.

Neste caso, muda o produto do consumo. Está-se consumindo agora o complexo de utensílios auxiliares. Antes, ao servirem como meios de produção em processos de trabalho perdiam, tais utensílios, o caráter de produto. Não constituíam o objeto direto do consumo.

Participavam daquilo que Marx (1971a, 2003) chama de *consumo produtivo*. Como produtos de trabalho anterior, os equipamentos de lazer, apresentavam-se, além de resultado, como condição de existência do processo de trabalho que dava origem ao produto *esportes de aventura*. Esta forma de consumo, *consumo produtivo*, difere daquilo que o mencionado autor define como *consumo individual*, concebido como antítese destrutora dos objetos da produção, aquele que consome os produtos como meios de vida ou de gozo do indivíduo. O que estamos, de fato, querendo distinguir é o consumo dos utensílios auxiliares de lazer – ou seja, o *consumo produtivo* – do consumo do lazer como uma mercadoria propriamente dita – isto é, o *consumo individual* (Idem, Ibidem, p.198).

O autor realiza estas análises a partir de uma analogia com o processo simples de trabalho, em seus “elementos simples e abstratos”. Nesse sentido, conforme Marx expôs, ele é “condição universal de metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana” e, ainda, “comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1985, p.153). Todavia, o processo de trabalho analisado diz respeito à valorização do valor, é produtivo de mais-valia, mas não à produção dos meios de subsistência. Então se coloca a questão: é correto lançar mão de analogias com o processo simples de trabalho para analisar este processo de valorização do valor? Será que a questão aqui não tem que passar por análise do lazer produzido como mercadoria, aplicado à produção do esporte de aventura sob supervisão do instrutor, no primeiro caso, distinguindo-o do lazer mediado pela mercadoria, à produção ou à fruição do esporte de aventura na natureza pelo praticante, no segundo caso? Como o esporte de aventura é uma atividade de fruição da cultura e não um processo de trabalho nos seus aspectos simples, envolvendo transformação da natureza para satisfação das necessidades humanas; o esporte é transformação de matéria social – poderia se dizer, é um complexo fundado e não o complexo fundante -, é relação homem-homem, e como tal, pode ser subsumida a lógica do mercado, mas não tem os mesmos elementos da mediação homem-natureza. Por isso, as leis sociais de produção e reprodução do capital devem ser utilizadas para a análise do primeiro caso, na própria atividade esportiva, porém, no segundo caso, a análise deve ser mediada pela relação mercantil anterior à expressão esportiva. No primeiro caso, os meios de produção consumidos pelo instrutor do esporte de aventura, têm o fim de produzir a mercadoria lazer, o valor de uso – descanso, divertimento e desenvolvimento, catarse, prazer, êxtase, etc. – que porta o valor. No segundo caso, consumidos os meios de produção do esporte de aventura pelo próprio esportista/praticante, o objetivo é produzir o esporte de aventura como valor de uso que está no plano da fruição cultural, que é distinto do plano da transformação da

matéria natural para a produção de meios de subsistência e meios de produção⁸⁴. Os elementos para a continuidade e aprofundamento dessas questões ainda não estão presentes. Estes elementos demandam estudos e investigação que extrapolam as possibilidades do presente momento, mas que deverão ser desenvolvidas posteriormente.

Outra imprecisão na formulação do autor, tratando do consumo produtivo dos meios de produção, encontra-se na passagem: “Como produtos de trabalho anterior, os equipamentos de lazer, apresentavam-se, além de resultado, como condição de existência do processo de trabalho que dava origem ao produto *esportes de aventura*”. Dizer que os equipamentos, os meios de produção do lazer como mercadoria, são “resultado” do processo de produção do lazer como mercadoria, é o mesmo que dizer que o linho é produto do processo de trabalho de alfaiataria. Os equipamentos – os

⁸⁴ Este pensamento tem base na formulação de Lukács (1979) sobre a constituição do ser social, mais precisamente sobre sua avaliação da “prioridade ontológica” na teoria de Marx. Lukács explica que tomar o momento econômico – do qual o trabalho é a categoria chave - como o momento predominante do processo de constituição do ser social, não estabelece grau de hierarquia valorativa entre o complexo fundante os complexos fundados. Ele explica que no ser social há uma insuperável base natural da qual emergem as categorias sociais, que se tornam dominantes com o desenvolvimento histórico. “No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. – a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*” (LÚKÁCS, 1979, p. 15-6). E, especificamente em relação a este possível caminho de trabalhar com as relações de transformação de matéria social, tomo como base a formulação marxiana sobre o “afastamento das barreiras naturais”, desenvolvida por Lukács (1979, p.17) da seguinte forma: “Em primeiro lugar: o ser social – em seu conjunto e em **cada um dos seus processos singulares** – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, com antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’. [...] As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explica a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza” [sem grifos no original]. Dessa forma, é a natureza orgânica e inorgânica e suas leis que constituem “a base *ineliminável* das categorias sociais”. “Mesmo quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural, a sua função de valor-de-uso é já algo qualitativamente novo em relação à natureza; e, com o pôr socialmente objetivo do valor-de-uso, surge no curso do desenvolvimento social o valor-de-troca, no qual, se considerado isoladamente, desaparece toda objetividade natural: como diz Marx, o que ele possui é uma ‘objetividade espectral’.[...] Por outro lado, porém, cada uma dessas objetividades puramente sociais pressupõe – e não importa se com mediações mais ou menos aproximadas – objetividades naturais socialmente transformadas (não há valor-de-troca sem valor-de-uso, etc.). Assim, existem, certamente, categoriais sociais puras, ou, melhor, apenas o conjunto delas constitui a especificidade do ser social; todavia, esse ser não apenas se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo – precisamente ontológico – dessa base. É preciso sublinhar, em particular, a expressão “jamais de modo completo”, já que a orientação de fundo no aperfeiçoamento do ser social consiste precisamente em substituir determinações naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente - a partir dessa base – as determinações puramente sociais.. A tendência principal do processo que assim tem lugar é o constante crescimento, quantitativo e qualitativo, das componentes pura ou predominantemente sociais, aquilo que Marx costumava chamar de ‘recuo dos limites naturais’” (LUKÁCS, 1979, p.19-20).

meios de produção – são sim condição para a existência do citado processo de trabalho. A observação procederia, desde que se completasse com a observação: os equipamentos são resultado do processo de produção do esporte de aventura, ‘considerando-se a produção determinada pelo consumo’, mas não da forma imediata como foi expressa. Como ele mesmo diz no final dessa consideração, a intenção é diferenciar o consumo produtivo do consumo improdutivo, e não situar a relação de reciprocidade entre produção e consumo, que foi discutida anteriormente no texto do autor. Além disso, ele está trabalhando com os conceitos de “meios de produção” e “equipamentos” para a prática dos esportes e, quando começa a discutir o consumo produtivo e individual, passa a utilizar o conceito “utensílios auxiliares”. Considerando a discussão que Marx (1985, p.152 e p.167) realiza sobre o processo simples de trabalho, onde ele diferencia “matéria-prima” de “matéria auxiliar”, que não tem a ver com o tipo de consumo, se produtivo ou individual, tal mudança na forma de tratar os meios de produção pode gerar mais equívocos do que colaborar para a compreensão.

Para adicionar mais um elemento a este problema, considerando a historicidade da máquina, meio de produção mais desenvolvido, conforme Vieira Pinto (2005), poderia ser considerado pouco adequado lançar mão do conceito “utensílio”, uma vez que a máquina tem origem na ferramenta que, por sua vez, se origina no utensílio. O utensílio “pode ser definido como qualquer corpo natural encontrado ao alcance da mão, servindo ao animal em via de humanização para alcançar um fim já capaz de vislumbrar”. Também, nota-se que o utensílio “distingue-se por ser usado ocasionalmente, enquanto a ferramenta é fabricada expressamente, a princípio para vantagem individual. Mas a investigação dela só pode prosseguir se a ferramenta for entregue à sociedade com caráter geral e coletivo para a criação de bens” (VIEIRA PINTO, 2005, p.108). Feitas as considerações pelas quais se considera inadequado passar de “meios de produção” para “utensílios auxiliares”, retoma-se o raciocínio de Mascarenhas. Ele diz que:

O instrutor, com as vestes de um trabalhador, assume-se, assim, um *consumidor produtivo*. Por sua vez, o cliente que compra o produto *mercolazer*, como *consumidor individual*, ao mesmo tempo em que o consome, em companhia do instrutor, participa ativamente de sua produção. Ele também está envolvido no *consumo produtivo* dos equipamentos de lazer (MASCARENHAS, 2005, p.198-9).

Será que aqui não está havendo uma confusão, por transposição direta da situação do processo de produção onde se modifica material natural para produzir um

objeto que satisfaz necessidades humanas, com a situação de um processo de produção de uma atividade cultural, de produto social, para a satisfação da necessidade humana? Misturando o complexo fundante com o complexo fundado? Consumidor não pode ser, na mesma operação, produtor e consumidor. Na circulação ele participa das duas operações antitéticas e indissolúveis, compra e venda. Só há venda, de um lado, se há compra, do outro. Só se compra e vende o que foi produzido. Com as mercadorias em que produção e consumo não se separam, acontecem ao mesmo tempo, como no caso dos serviços, como isso fica?

O esporte de aventura, como uma aula, é consumido no momento em que está sendo produzido. Todavia, quem vende sua força de trabalho, o instrutor, ou o professor, utiliza o meio de produção – cachoeira, bote, corda; sala, quadro, retroprojetor – para produzir a atividade esportiva, ou o ensino. Eles usam o meio de produção produtivamente. No caso dos praticantes dos esportes, dos alunos, eles estão consumindo a atividade esportiva organizada, o ensino ministrado. Não estão organizando o esporte, estão praticando-o; não estão produzindo a generalização do conhecimento, estão adquirindo-o. O lugar de cada um na relação social não permite afirmar que ambos produzem o que se vende, de um lado, e se compra, do outro. Sem o atleta ou o aluno não há o esporte ou a aula. Ambos consomem, é verdade, os meios de produção em questão, mas apenas um lado produz o que está sendo consumido.

Seguindo a discussão, o caminho que Mascarenhas propõe, da prática do esporte de aventura sem o instrutor e sem a empresa de esportes de aventura, com os meios de produção sendo posse do próprio esportista, a situação muda. Nesse caso, o esporte de aventura não é produzido como uma mercadoria, mas como um valor de uso. O praticante organiza a prática previamente, adquire o que é necessário ao esporte, projeta dia, horário, local e condições para, no momento estabelecido, consumir a atividade, o esporte de aventura. Nesse caso, não houve prestação de serviço, ou seja, não houve o trabalho produtivo de mais-valia, de forma que a atividade esportiva mantém-se no seu campo de análise essencial, de fruição da cultura socialmente produzida. A análise dessa prática não se dará metafisicamente por isso, pois a prática de lazer é mediada pela mercadoria, pelos meios necessários à prática do esporte que o esportista teve que adquirir no mercado antes de poder desenvolver a atividade.

Ainda, um outro caso diferenciado, será na situação do instrutor ou quem organiza o esporte de aventura ser o dono dos meios de produção. Nesse caso, é vendida a mercadoria lazer, porém, não é explorada a mais-valia do professor/instrutor, ou seja,

do produtor, pois ninguém comprou sua força de trabalho. O praticante do esporte de aventura não compra a força de trabalho do instrutor, compra a prática do esporte de aventura com seus valores de uso. Nesse caso, o lazer como mercadoria é unidade de “processo de produção” com “processo de formação de valor”, conforme Marx (1985). Ou seja, é produção de mercadoria, de lazer como mercadoria, fora da relação capitalista de produção de mercadorias.

Continuando a explicação do consumo produtivo e improdutivo pelo instrutor e pelo consumidor, Mascarenhas dá o seguinte exemplo:

A título de ilustração, o consumo de um bote que produz a experiência do *raffiting* – ou seja, *consumo produtivo* – é concomitante ao consumo do próprio *raffiting* – isto é, *consumo individual*. Contudo, a motivação da compra não foi o bote, aliás, o cliente pouco se importa com as especificações do bote, muito menos com seu valor, pois o que conta mesmo, é o produto alvo da troca, a prática do *raffiting*. O chamariz para a venda não foi o valor de uso do bote, mas as qualidades deste tipo particular de *mercolazer*. Na posição de *consumidor individual*, como cliente, o que essencialmente se consome, portanto, é o *mercolazer propriamente dito* (MASCARENHAS, 2005, p. 199).

A questão aqui é: Como o cliente pode adquirir as “qualidades desse tipo particular de mercolazer” sem o valor de uso do bote? O valor de uso do bote é produzir a navegação ou o deslize que - considerando condições específicas - é o próprio *raffiting*. Em seguida, ele afirma que o “consumidor individual” consome “essencialmente” o “mercolazer”. Se o mercolazer é a mercadoria, que é o caso deste momento da análise específica do autor, ele tem que ser unidade de valor de uso e valor, ou seja, tem que ter um conteúdo material. O objeto do consumo não é o valor, mas o valor de uso. Segundo pode-se compreender em Marx, a essência da mercadoria é o valor. Então: é o valor que o consumidor consome, ou o valor de uso? O que é consumir “essencialmente” mercolazer? O valor é realizado na esfera da circulação, mas ele só pode realizar-se, ou seja, efetivar a troca da mercadoria, porque tem um valor de uso, é útil para alguém. Quem está preocupado com o valor é o capitalista, que vive em sua função. Esse equívoco pode ser tanto por considerar o valor de uso do lazer, sob o toyotismo, produzir diretamente capital, quanto por considerar que a ênfase na análise da mercadoria tem que ser sobre o desejo, a necessidade de consumo produzida artificialmente pela propaganda, pelo *design*, pela moda e, sob a vigência do valor simbólico. Apesar do autor anunciar que essas produções têm valor dado pelo trabalho humano, ele acaba por autonomizar estas vias de promoção do consumo, atribuindo a

elas a origem do valor. Por isso esse desvio da análise do lazer como mercadoria, dizendo que o consumidor consome essencialmente mercolazer, que tem que ser analisado a ‘partir da troca’. Lembrando outra passagem de Marx (1985, p.167), pode-se confirmar que o valor, “abstraindo sua representação puramente simbólica no signo do valor, existe apenas num valor de uso, numa coisa. [...] Portanto, se o valor de uso se perde, perde-se também o valor”.

Mascarenhas dá um novo exemplo de consumo individual dos “utensílios auxiliares de lazer”, demarcando que a sua expressão categorial, o mercolazer, não diferencia o lazer produzido como mercadoria do lazer mediado pela mercadoria – o autor diferencia ambos os processos, mas eles compõem da mesma forma o mercolazer, categoria que sustenta sua tese central. Nas suas palavras:

De qualquer forma, chamamos esta prática igualmente de *mercolazer*. Embora se apresentando aqui como experiência de consumo, como *consumo vivenciado*, não como produto de consumo, a prática do vôo-livre, mesmo realizada “autonomamente” por um indivíduo, por mais que não tenha ocupado a centralidade da troca, está totalmente envolta pela forma *mercolazer*, assim como a TV, povoada pelo *espírito da mercadoria*. Novamente na posição de *consumidor individual*, o que se consome agora não é o produto *mercolazer*, mas os utensílios de lazer (MASCARENHAS, 2005, p.199-200)

Assim, o autor retoma sua tese central, afirmando, sobre o lazer, que “sua funcionalidade para o sistema é hoje cada vez mais econômica do que social”, isso se constata nos diferentes processos: “como *coisa significante*, *valor de uso prometido*, *valor de uso corruptor*, *palco de vivências*, *compra vivenciada*, *compra divertida*, enfim, seja como *função de venda*, como forma de consumo – ou seja, o *consumo divertido* – ou como mercadoria *stricto sensu*” (Idem, Ibidem, p. 200). Ao retomar as funções do lazer na valorização do capital, reafirma seu lugar nas relações sociais, que lhe conferem o status de mercolazer, esclarecendo a compreensão de que ele é um fenômeno mais amplo do que o lazer como mercadoria, que diz respeito a todas as formas de envolvimento do lazer com a produção e venda de mercadorias, tanto suas funções relacionadas com a vendabilidade de mercadorias, quanto ele próprio, o lazer como produto mercadoria. Como consequência deste “processo de universalização do valor de troca no âmbito da produção-consumo do lazer” o autor vê “um vazio de sentido humano em seu conteúdo. Isso, pois a *subsunção real do lazer* ao capital implicou na mudança do que antes nele era *qualitativo-concreto* pelo que hoje é apenas *quantitativo-abstrato*, o que, em outros termos, corresponde à sua reificação” (Idem,

Ibidem, p.201). Entende-se que esta conclusão decorre de uma visão idealizada do lazer, já que o valor de uso continua o mesmo, o que é acentuado agora é seu caráter de mercadoria e, o lazer, não colabora menos do que antes, por isso, para a reprodução do capital. Feita essa retomada da tese e das conclusões, o autor vai analisar a reificação do lazer através do “*êxtase-lazer*, expressão maior da interferência do valor de troca sobre o universo das práticas de lazer” (Idem, Ibidem, p.201). Esta categoria, o *êxtase-lazer*, indica a mudança do foco do valor de uso do lazer do aspecto ideológico para a valorização do imediato e da performance individual, haja vista que os valores de uso do lazer passam a atender não mais as necessidades humanas, e sim as necessidades do mercado, “necessidades capitalísticas”.

Ele apresenta sua crença na substituição dos “3D – *diversão, descanso e desenvolvimento* – assinalados por Dumazedier (1999)”⁸⁵ pela “*promessa de utilidade* expressa pelos 4S – *sport, sun, sex and sea* –, estes últimos, apontados por Sant’Anna (2001)⁸⁶ como os novos balizadores para a busca do ideal de lazer” (Idem, Ibidem, p. 201-2). Em seguida comete uma confusão com o valor, atribuindo origem de valor ao valor de troca:

Em decorrência do crescente comércio destas atividades de lazer, cuja produção dá-se em escala cada vez mais ampliada e diversificada, à mencionada *utilidade prometida* dos 4S, é sobreposta a insígnia do valor. Isso pois, ao lado destes valores de uso deturpados, o próprio valor de troca, como explica Goldmann (1991)⁸⁷, vem se tornando também uma qualidade atribuída às mercadorias, destarte, apresentando-se à consciência dos consumidores como uma qualidade objetiva das mercadorias, neste caso, do *mercolazer*. Isso acontece porque antes mesmo que uma determinada prática de lazer *adrenalizante* seja avistada pelo consumidor, que aspira, justamente, por seus 4S *corruptores*, ela bate primeiro à porta do mercado. Lá, inevitavelmente, já adentra sendo comparada a outras práticas sob a lógica do custo-benefício, tendo seu valor de troca quantitativamente avaliado em relação às ofertas concorrentes. Assim, o preço se torna também um atributo de qualidade para as práticas de lazer (MASCARENHAS, 2005, p.202-3).

A análise econômica apresenta traços de crítica moral, decorrente do valor de uso “corruptor” que o autor utiliza. Principalmente porque, entre os “3D” e os “4S”, se ambos são valores de uso, para a análise das relações econômicas não importa quais

⁸⁵ DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1999.

⁸⁶ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

⁸⁷ GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

necessidades o valor de uso satisfaz, se do estômago ou da fantasia. Portanto, não se deve considerar se os valores de uso do ‘esporte, sol, sexo e mar’ são rebaixamentos morais e culturais em relação ao valor de uso do “descanso, divertimento e desenvolvimento” – segundo Mascarenhas o ‘esporte, sol, sexo e mar’ não estão incluídos nos “3 D”, entendimento do qual discordo profundamente. Em seguida, pergunta-se: de onde vem base para afirmar que o preço se transforma em qualidade? Isso deve ser uma consequência da apropriação de uma categoria como “valor simbólico”. Seguindo seu raciocínio, ele diz que “o consumidor, quando decide trocar seu dinheiro por um *pacote de aventuras*, a não ser que seja um gastador desmedido e excêntrico, não pode deixar de pensar no preço que vai pagar pelo serviço” (p. 203). O preço é um fator determinante da escolha de uma ou outra mercadoria, porém, não é sua qualidade enquanto valor de uso. O preço é a “forma monetária do valor” ou expressão em moeda do valor, e este é trabalho social objetivado. Trabalho criador de valor é medido pelo tempo, ele só pode ser descoberto pela análise do trabalho abstrato, abstraídos de suas qualidades úteis, transformado em “simples gelatinas homogêneas de trabalho”, depois de já ter sido “reduzido a trabalho humano, sem outra qualidade” (MARX, 1985, p.52). Mascarenhas afirma também que:

É deste modo que o par valor–prazer se apresenta à consciência como única qualidade objetiva e possível do lazer. Quanto ao homem, seu *ser*, seus desejos, seus impulsos, seus sentidos, fazem-se passivos diante da entronização do sensacional, do radical, da *aventura* e da *fórmula adrenalina*. Se antes as experiências de lazer estavam ligadas ao aspecto sensível e educativo de uma atividade ou programa de lazer, na atualidade do *capitalismo avançado*, seu valor de troca faz abstração de qualquer referência à qualidade, levando em conta apenas as diferenças de quantidade. **A perda do sensível e o esvaziamento educativo do lazer, transformando as pessoas em elementos passivos ante uma prática social cujo objetivo maior, senão único, é o de liberar adrenalina, recarregando a excitação,** faz da intensificação do prazer – isto é, do *êxtase* – o atributo abstrato e quantitativo que hoje, ao lado do preço, é o que mais conta na hora da opção e consumo de um determinado serviço (Idem, Ibidem, p.205) [sem grifos no original].

Realmente o valor de troca, como forma de expressão do valor, tem que fazer “abstração de qualquer referência à qualidade”. Apesar disso, o valor expresso no valor de troca tem que ser carregado por um valor de uso – mesmo que com “obsolescência” profundamente avançada ou com taxas de utilização mínimas, conforme as investigações de Mészáros (2002) -, porém, o autor separa ambos na sua análise, autonomizando o primeiro.

Segundo é incorreto considerar que este tipo de função do lazer, “liberar adrenalina” e “recarregar a excitação”, não é educativo. Retomando o pensamento de Gramsci (2001) que o Mascarenhas supra utilizou, o homem de um tempo tem que ser formado em todos os sentidos. Essa personalidade consumista e alienada, imediatista e individualista que o lazer reafirma e promove é uma forma de educação conformativa essencial ao capital. Será mesmo a “intensificação do prazer” um “atributo abstrato”? Além disso, se o lazer, ou o êxtase-lazer atua sobre os sentidos explorando a fórmula da aventura em busca da adrenalina, não há “perda do sensível”, senão uma exploração da sensibilidade dentro dos interesses do consumo de certa mercadoria produzida. Esse processo, ainda que se desenvolva sob novos contornos, não difere essencialmente da utilização dos sentidos pelo lazer, na sua expressão característica do fordismo, em relação ao objetivo de reprodução do capital. Apesar dessas novas configurações se apresentarem com grandes barreiras que impedem o acesso às mesmas pelos trabalhadores, por converterem-se em mercadoria, as formas anteriores de lazer persistem com a mesma importância que persiste o modo fordista de organização da produção, e com a mesma funcionalidade reprodutiva hegemônica. O ponto central que não pode ser ignorado é que a manifestação hegemônica do lazer satisfaz as necessidades do capitalismo, “meramente histórica” e “em última instância, desnecessária” (MÉSZÁROS, 1993, p.196-7).

Feita essa discussão introdutória sobre o lazer como mercadoria e o lazer mediado pelas mercadorias, que partiu das categorias anteriormente reconhecidas em Marx (1985), será iniciada uma discussão com dois autores do lazer, um clássico e outro contemporâneo. Essa discussão significa o início de um processo investigativo de revisão crítica das formulações dos principais autores clássicos e contemporâneos do lazer, que possam fornecer elementos para a sua crítica até atingir a sua concretude histórica, mediante sua confrontação com a prática social particular do capitalismo brasileiro. Esse é um passo necessário para a apreensão desse fenômeno como síntese de muitas determinações, para que se possa articulá-lo, observando suas mediações dialéticas com a educação, ao projeto de superação revolucionária do capital.

4. RELAÇÕES ENTRE LAZER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO

Investigar o lazer sem reconhecer suas relações com a educação é impossível quando se busca conhecer esse fenômeno em sua concretude. Por isso, nesse capítulo serão analisados dois autores de referência no lazer no Brasil. O primeiro, Johan Huizinga, um autor dos Países Baixos que escreveu na primeira metade do século XX, no período entre guerras. O segundo, Nelson Carvalho Marcellino, brasileiro que escreve no período em que já se presenciava a atual reestruturação produtiva no mundo e no Brasil. Huizinga, além de ser autor de referência em grande parte da produção no campo dos estudos do lazer, tem grande influência também na educação quando as pesquisas dizem respeito ao jogo e sua função educativa e de desenvolvimento. Marcellino, é um intelectual que produziu amplamente no campo do lazer sobre a relação lazer-educação, tendo profunda influência na produção brasileira sobre o mesmo tema.

4.1 O lúdico e a seriedade como as formas de expressão do espírito: o jogo como protoforma da cultura

Huizinga nasceu na província de Groningen nos Países Baixos, no ano de 1872. Formou-se em Línguas Indo-Germânicas e doutorou-se após estudos em lingüística comparada - feitos na universidade de Leipzig – após retornar para seu país, versando sobre “A figura do palhaço no drama Sânscrito”⁸⁸. Depois de formado começou a lecionar História no “ginásio” e palestrar sobre História Antiga na Universidade de Amsterdã, tornando-se professor de História Antiga na Universidade de Groningen, em 1905. Uma de suas obras mais conhecidas é *O Declínio da Idade Média*, onde tratou da vida, das idéias, da arte e do comportamento das classes altas da Borgonha nos séculos XIV e XV, de acordo com Liukkonen (2008). Além disso, atuou como presidente do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual com a Liga das Nações. Em 1941 foi

⁸⁸ Tradução livre: “Huizinga's dissertation dealt with the clown figure in Sanskrit drama” (LIUKKONEN, 2008). Disponível em: <http://www.kirjasto.sci.fi/huizin.htm>

preso na sua terra que estava ocupada pelos nazistas, após críticas às influências da Alemanha sobre a cultura Holandesa. Morreu no cárcere em 1945, pouco antes do final da Segunda-Guerra Mundial.

Dada essa formação, Huizinga, no seu livro “*Homo ludens: o jogo como elemento de cultura*”, analisa o jogo e a cultura de forma bem característica, lançando mão da filologia e dos discursos dos homens das diferentes épocas. Sua análise não é restrita, pois utiliza pesquisas etnológicas feitas em praticamente todos os continentes, porém, sua concepção de história é muito distinta daquela apresentada no início dessa pesquisa. Ele entende o jogo como um elemento definidor da humanidade, somando a ele os elementos razão e trabalho. O grau de determinação do jogo para o gênero humano parece ser equiparado aos outros dois elementos: “Não vejo, todavia, razão alguma para abandonar a noção de jogo como um fato distinto e fundamental, presente em tudo o que acontece no mundo” (s/p.)⁸⁹. Ele declara que durante palestras ministradas sob o título *O jogo como elemento da cultura*, nas universidades de Zurique, Viena e Londres (*The play element of culture*), não tinha a intenção de “definir o lugar do jogo entre todas as outras manifestações culturais, e sim determinar até que ponto a própria cultura possui um caráter lúdico”, acrescentando, em seguida, que o objetivo deste livro é “integrar o conceito de jogo no de cultura” (s/p.).

O jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica. É-nos possível afirmar com segurança que a civilização humana não acrescentou característica essencial alguma à idéia geral de jogo. Os animais brincam tal como os homens. Bastará que observemos os cachorrinhos para constatar que, em suas alegres evoluções, encontram-se presentes todos os elementos essenciais do jogo humano (HUIZINGA, 2001, p.3).

Segundo esta concepção de Huizinga fica interdita a discussão do jogo no plano do ser social, pois este não é considerado como uma atividade fundada na sociabilidade humana. Partindo da análise histórica das manifestações culturais essas proposições não podem ser aceitas como corretas, o que compromete, portanto, todas as análises posteriores, ainda que elas tragam riqueza empírica, dos jogos e de outras manifestações lúdicas da cultura humana, pois elas não atingirão o real sintético do jogo e do lúdico. Essa afirmação é feita baseada em um autor que - conforme se verá adiante

⁸⁹ Constante do prefácio.

- residia em um país que é tomado como exemplo da degradação social contemporânea por Huizinga. Vigotsky (1984), em seu estudo sobre o brinquedo, ou jogo, no desenvolvimento humano pode compreender que:

No início da idade pré-escolar⁹⁰, quando surgem os desejos que não podem ser imediatamente satisfeitos ou esquecidos, e permanece ainda a característica do estágio precedente de uma tendência para a satisfação imediata desses desejos, o comportamento da criança muda. Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos de brinquedo. A imaginação é um processo psicológico novo para a criança; **representa uma forma especificamente humana de atividade consciente**, não está presente na consciência de crianças muito pequenas **e está totalmente ausente em animais**. Como todas as funções da consciência ela surge originalmente da ação (VIGOTSKY, 1984, p.106) [sem grifos no original].

A concepção de jogo de Huizinga, em outra via, segue seu entendimento como uma atividade imaterial: “jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica” - afirmação que até aí é correta. Porém, continua: “É uma função *significante*, isto é, encerra um determinado sentido. [...] Seja qual for a maneira como o considerem, o simples fato de o jogo encerrar um sentido implica a presença de um elemento não material em sua própria essência” (p.3-4). Por que é incorreto considerar a atividade de significação como imaterial? Porque conforme a citação anterior do psicólogo marxista russo, a “imaginação é um processo psicológico”, e a imaginação como “função da consciência”, “surge originalmente da ação”. Portanto, a atividade de significar, de construir abstrações que possibilitem a reprodução e ordenamento do mundo exterior na consciência, não é um elemento imaterial. Pelo contrário, só pode ser compreendido concretamente se é tomado como processo material da mente humana. No jogo a criança “cria uma situação imaginária”. Apesar disso ser reconhecido, ao tratar a imaginação como sub-categoria do jogo comete-se o erro de não conhecer seu papel como “característica definidora do brinquedo em geral” (VIGOTSKY, 1984, p.107). A explicação que Vigotsky apresenta em seguida fundamenta porque o jogo não é meramente atividade simbólica e demonstra a materialidade dessa atividade humana:

⁹⁰ O estudo de Vigotsky sobre o brinquedo ou jogo para a criança é válido para o jogo nas fases posteriores porque sua investigação se preocupa justamente com a importância desta atividade humana no desenvolvimento posterior do ser humano.

Primeiro, se o brinquedo é entendido como simbólico, existe o perigo de que ele possa vir a ser considerado como uma atividade semelhante à álgebra; isto é, o brinquedo, como a álgebra, poderia ser considerado como um sistema de signos que generalizam a realidade, sem nenhuma característica que eu considero específica do brinquedo. A criança poderia ser vista como um desafortunado especialista em álgebra que não conseguindo escrever os símbolos, representa-os na ação. Acredito que o brinquedo não é uma ação simbólica no sentido próprio do termo, de forma que se torna essencial mostrar o papel da motivação no brinquedo. Segundo, esse argumento, enfatizando a importância dos processos cognitivos, negligencia não somente a motivação como também as circunstâncias da atividade da criança (VIGOTSKY, 1984, p.107).

Fora a lógica da biologia, diz Huizinga, “é nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo” (p.5). Para ele, é no “*divertimento* do jogo, [que] resiste a toda análise e interpretação lógicas”, que está a “essência do jogo”. Vigotsky (1984, p105), contrariamente, inicia sua discussão sobre o jogo com a afirmação: “Definir o brinquedo como uma atividade que dá prazer à criança é incorreto”. Justifica isso em função de verificar que existem jogos “nos quais a própria atividade não é agradável”, que só “dão prazer à criança se ela considera o resultado interessante”.

Para Huizinga o jogo é a-histórico e a-social, pois não depende de nenhuma fase da civilização. “A existência do jogo não está ligada a qualquer grau de civilização, ou a qualquer concepção do universo. Todo ser pensante é capaz de entender à primeira vista que o jogo possui uma realidade autônoma, mesmo que sua língua não possua um termo geral capaz de defini-lo” (p.6). “A própria existência do jogo é uma confirmação permanente da natureza supralógica da situação humana. [...] Se brincamos e jogamos, e temos consciência disso, é porque somos mais do que simples seres racionais, pois o jogo é irracional” (p.6). Para o autor, o jogo é uma atividade irracional, e, além disso, transcendente, conforme ele mostrará ao longo desse livro.

Além de transcendente, há uma entificação do jogo, o jogo aparece como o impulso da civilização: “Ora, é no mito e no culto que têm origem as grandes forças instintivas da vida civilizada: o direito e a ordem, o comércio e o lucro, a indústria e a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. Todas elas têm suas raízes no solo primevo do jogo” (p.7). O jogo é “diametralmente oposto” à seriedade. Porém, esse contraste não é “imutável” (p.8). Os “dois modos fundamentais de vida, [são] o jogo e a seriedade” (p.9).

Ele distingue entre “jogos sociais” e “jogos primitivos”. O jogo tem uma liberdade imanente, coisa que o afasta da evolução natural. Essa liberdade está presente em crianças e animais, dado que “brincam porque gostam de brincar” (p.10). Esta concepção de Huizinga, tomada e generalizada para o lazer pode trazer como consequência as interpretações subjetivistas e individualistas da relação entre lazer e transformação social. Huizinga entende que “antes de mais nada o jogo é uma atividade voluntária”. Quando é submetido a “ordens, deixa de ser jogo, podendo no máximo ser uma imitação forçada. Basta esta característica de liberdade para afastá-lo definitivamente do curso da evolução natural. [...] As crianças e os animais brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal fato que reside sua liberdade” (p.10). O jogo é “praticado nas ‘horas de ócio’. Liga-se a noções de obrigação e dever apenas quando constitui uma função cultural reconhecida, como no culto e no ritual” (p.11).

As **características fundamentais do jogo** podem ser assim elencadas: é **livre, irreal, desinteressado, isolado e limitado** (tem um espaço e um tempo delimitado), **ordenado e criador de ordem**, jogado de **forma consciente**, e, o que parece ser um dos principais, o jogo é **transcendente**. Ele “trata-se de uma evasão da vida ‘real’ para uma esfera temporária de atividade com orientação própria” (Idem, Ibidem, p.11).

A concepção de seriedade de Huizinga tem fundamento religioso/mítico, sendo este um dos conceitos chaves utilizados para definir o lazer: “Nunca há um contraste bem nítido entre ele e a seriedade, sendo a inferioridade do jogo sempre reduzida pela superioridade de sua seriedade. Ele se torna seriedade e a seriedade, jogo. É possível ao jogo alcançar extremos de beleza e de perfeição que ultrapassam em muito a seriedade” (p.11).

O caráter “desinteressado” do jogo, na concepção de Huizinga, separa o jogo do próprio homem:

No que diz respeito às características formais do jogo, todos os observadores dão grande ênfase ao fato de ser ele *desinteressado*. Visto que não pertence à vida “comum”, ele se situa fora do mecanismo de satisfação imediata das necessidades e dos desejos e, pelo contrário, interrompe este mecanismo. Ele insinua como atividade temporária, que tem uma finalidade autônoma e se realiza tendo em vista uma satisfação que consiste nessa própria realização (HUIZINGA, 2001, p.11-2).

O que é vida incomum para o autor, uma vez que se define o jogo por contraposição a “vida comum”? Segundo, mesmo que o jogo tivesse um fim nele mesmo, o que justificaria esse fim não satisfazer uma necessidade humana? Por não

compreender o jogo historicamente, também não é possível à Huizinga compreender que as necessidades humanas não se limitam ao plano biológico. Sempre é afirmado que o jogo se realiza, é realizado, sem muito lembrar do sujeito que joga. O jogo é entificado mesmo, sendo um dos criadores das “forças instintivas da vida civilizada” (p.7).

De acordo com Huizinga, o jogo “pertence sempre, em suas formas mais elevadas” ao “domínio do sagrado”, por isso ele dedica boa parte da discussão do primeiro capítulo às relações entre o jogo e o culto e o ritual, trabalhando com a categoria da “seriedade” existente em ambos para demonstrar a justeza de tal aproximação.

Mas o fato de ser necessário, de ser culturalmente útil e, até, de se tornar cultural diminuirá em alguma coisa o caráter desinteressado do jogo? Não, porque a finalidade a que obedece é exterior aos interesses materiais imediatos e à satisfação individual das necessidades biológicas. Em sua qualidade de atividade sagrada, o jogo naturalmente contribui para a prosperidade do grupo social, mas de outro modo e através de meios totalmente diferentes da aquisição de elementos de subsistência (HUIZINGA, 2001, p.12).

Huizinga acerta em sua análise sobre o jogo satisfazer necessidades do “grupo social” de forma diferente que o trabalho satisfaz. Todavia, ele divide a história natural da história social, conforme essa concepção que afirma que as necessidades do espírito que o jogo atende não têm ligação alguma com as necessidades biológicas, de “subsistência” dos homens. E, demonstra uma forma metafísica teológica de conceber o jogo, localizado no território do “sagrado”.

Reina dentro do jogo uma ordem específica e absoluta. E aqui chegamos a sua outra característica, mais positiva ainda: ele cria ordem e é ordem. Introduce na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige ordem suprema e absoluta [...] É talvez devido a esta afinidade entre a ordem e o jogo que este, como assinalamos de passagem, parece estar em tão larga medida ligado ao domínio da estética. Há nele uma tendência para ser belo. Talvez este fator estético seja idêntico aquele impulso de criar formas ordenadas que penetra o jogo em todos os seus aspectos. [...] O jogo lança sobre nós um feitiço: é ‘fascinante’, ‘cativante’. Está cheio das duas qualidades mais nobres que somos capazes de ver nas coisas: o ritmo e a harmonia (HUIZINGA, 2001, p.13).

Identifica-se uma aproximação do pensamento de Huizinga de premissas positivistas, não só por esse acento na importância do jogo “ser ordem” e “criar ordem”, mas também por sua concepção religiosa muito profunda do jogo. Tanto quanto na religião positivista, não há Deus nessa religiosidade, mas, a “natureza” que permitiu que

o homem satisfizesse suas necessidades com “a tensão, a alegria e o divertimento do jogo” (p.5). Além disso, ele se preocupa em fazer uma ampla descrição do jogo e sua relação com o ritual sem se preocupar com o “por que” e “para que” do espaço delimitado para ambos (p.24). Apesar dessa aproximação, não se pode dizer que o fundamento de Huizinga é, coerente e unicamente, essa linha filosófica, apesar de que, no principal, sua postura de “neutralidade” ao analisar o jogo e sua relação com a cultura, não se dirigindo à luta de classes, é também coincidente.

As **regras** são outro elemento constituinte do jogo: “Por sua vez, estas regras são um fator muito importante para o conceito de jogo. Todo jogo tem suas regras. São estas que determinam aquilo que ‘vale’ dentro do mundo temporário por ele circunscrito. As regras de todos os jogos são absolutas e não permitem discussão” (p.14). Com tal afirmação o autor desconsidera a própria historicidade de seu objeto de estudo. Exemplo da ignorância dessa historicidade que se contrapõe a tal afirmação é o caso do jogo de futebol, que apesar de denominar-se atualmente de “pé na bola” teve sua gênese em um jogo em que a bola era conduzida e lançada com as mãos, dentro de um espaço, número de jogadores e outros fatores diferentes. Mesmo durante o próprio jogo as regras podem e constantemente são alteradas pelos próprios jogadores. Isso não significa negar a existência das regras e sua importância para o desenvolvimento do jogo, todavia, não sendo o jogo uma instituição como são os esportes (que passam inclusive por processos burocratizados para a alteração de suas regras/leis), as normas de ação podem ser mais facilmente convencionadas de acordo com as contingências dos participantes no momento do jogo.

Falando sobre o aspecto de mistério que o jogo carrega, Huizinga afirma que “Dentro do círculo do jogo, as leis e costumes da vida cotidiana perdem validade. Somos diferentes e fazemos coisas diferentes. Esta supressão temporária do mundo habitual é inteiramente manifesta no mundo infantil, mas não é menos evidente nos jogos rituais dos povos primitivos” (p.15-6). Nesta afirmação, de reiteração do descolamento do jogo da sociedade e da história na qual ele se encontra na concepção de Huizinga, ele acaba por excluir o jogo da própria cultura, pois os rituais não fazem parte da cultura? E a cultura, por sua vez, não está no cotidiano também? Apesar do jogo ser uma atividade de representação de elementos da vida prática, de se desenvolver realmente em um tempo diferente em relação ao tempo de trabalho e de estudo, aquilo que é representado faz parte da cultura de quem joga/representa. Por exemplo, os próprios mitos são arquitetados de acordo com a organização social e relações de poder

estabelecidas. Essa cultura, por sua vez, é um complexo fundado no trabalho, e, portanto, impossível de desvincular-se totalmente da satisfação das necessidades biológica e da vida cotidiana.

“A função do jogo, nas formas mais elevadas que aqui nos interessam, pode de maneira geral ser definida pelos dois aspectos fundamentais que nele encontramos: um a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa” (HUIZINGA, 2001, p.16). Para Vigotsky (Ibidem), essa pode ser considerada uma perspectiva acertada, se com representação se referir ao processo de significação. Porém, na continuação da reflexão, Huizinga diz que: “Representar significa mostrar, e isto pode consistir simplesmente na exibição, perante um público, de uma característica natural”, conforme o comportamento de animais como o pavão e do peru. Dessa forma, ele demonstra que não é relativo ao aspecto de significação que se refere à representação e, que não distingue as formas sociais de ação das formas animais, que não se libertaram da imediaticidade natural porque nunca trabalharam. O autor entende o “espetáculo” como “uma passagem da realidade vulgar para um plano mais elevado”. Sobre a representação da criança diz: “Mais do que uma realidade falsa, sua representação é a realização de uma aparência: é ‘imaginação’ no sentido original do termo” (p.17). Nesse sentido se refere ao processo de significação, porém, colocando a representação enquanto espetáculo, num plano transcendente, ideal.

“O ritual é um *dromenon*, isto é, uma coisa que é feita, uma ação. A matéria desta ação é um *drama*, isto é, uma vez mais, um ato, uma ação representada num palco. Esta ação pode revestir a forma de um espetáculo ou de uma competição. O rito, ou ‘ato ritual’, representa um acontecimento cósmico, um evento dentro do processo natural” (p.18). Na mesma página o autor afirma: “O que é importante para a ciência da cultura é procurar compreender o significado dessas figurações no espírito dos povos que as praticam e nelas crêem” (p.18). Huizinga quer saber o significado das representações ritualísticas no “espírito dos povos”, não em suas práticas sociais de produção e reprodução da existência, o que inclui os problemas do espírito e vai além deles. Esta pode ser a base que leva o autor a compartilhar com cada época as suas ilusões. Ele quer saber o que os homens pensam sobre si mesmos, não o que realmente acontece - realidade da qual não se pode excluir tais pensamentos, pois também a constituem. Porém, os pensamentos são uma parte da totalidade social e não a totalidade em si.

Sem pretender dar conta da realidade, “impenetrável” segundo sua concepção, Huizinga se concentra em apenas “um fato”, assim pode explicar que:

na sociedade primitiva, verifica-se a presença do jogo, tal como nas crianças e nos animais, e que, desde a origem, nele se verificam todas as características lúdicas; ordem, tensão, movimento, mudança, solenidade, ritmo, entusiasmo. Só em fase mais tardia da sociedade o jogo se encontra associado à expressão de alguma coisa, nomeadamente aquilo a que podemos chamar ‘vida’ ou ‘natureza’. O que era jogo desprovido de expressão verbal adquire agora uma forma poética. **Na forma e na função do jogo**, que em si mesmo é uma **entidade independente desprovida de sentido e de racionalidade**, a consciência que o homem tem de estar integrado numa ordem cósmica encontra sua expressão primeira, mais alta e mais sagrada. Pouco a pouco o jogo vai adquirindo a significação de ato sagrado. **O culto vem juntar-se ao jogo; foi este, contudo, o fato inicial** (HUIZINGA, 2001, p.21) [sem grifos no original].

O jogo, além de entificado, é posto na condição de protoforma da sociedade. Antes de ter consciência do mundo o homem já jogava, assim como os animais continuam a jogar. O jogo, com seu caráter organizador e sagrado, significa um impulso para o homem representar suas relações consigo mesmo e com a natureza e, portanto, para se organizar socialmente. Sobre o caráter de irracionalidade e desprovemento de sentido do jogo, segundo a perspectiva vigotskiana, a “medida que o brinquedo se desenvolve, observamos um movimento em direção à realização consciente de seu propósito. É incorreto conceber o brinquedo como uma atividade sem propósito” (VIGOTSKY, 1984, p.117).

Huizinga formula a questão ao aproximar o jogo do sagrado: “O culto é a forma mais alta e mais sagrada da seriedade. Como pode ele, apesar disso, ser jogo?” Sua resposta é a seguinte: “A criança joga e brinca dentro da mais perfeita seriedade, que a justo título podemos considerar sagrada. Mas sabe que o que está fazendo é um jogo” (Ibidem, p.21). Esta consideração de Huizinga a respeito da seriedade do jogo é de caráter psicológico idealista. O ponto de referência para dizer que o jogo é sério é a atitude psicológica da criança para com a atividade, não a práxis do jogador em relação à sociedade. O culto tem uma função na sociedade, diferente da função do jogo, tanto para a sociedade quanto para o indivíduo. Se a análise psicológica fosse de caráter materialista-dialético, a exposição dessa relação seria diferente, pois entender-se-ia que a “atividade principal” da criança depende de sua relação com a realidade (LEONTIEV, 1988, p. 64). Na “infância pré-escolar” a atividade principal é o jogo, e é a partir da mudança da atividade principal que surgem as modificações mais importantes “nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança” (LEONTIEV, 1998, p.64-5). A atividade principal da criança em idade escolar é o “estudo

sistemático”, do adolescente o “treinamento especial” e do adolescente e suas fases posteriores o próprio trabalho⁹¹ (Considerando as condições da Rússia quando da escrita do texto) (Idem, *Ibidem*). Portanto, mesmo como função psicológica, o jogo é diferente do culto – atividade que estava/está relacionado, de forma idealista, com o controle das condições naturais necessárias à sobrevivência ou de desenvolvimento da alma. As duas atividades, em relação ao seu papel nas relações sociais, cumprem diferentes funções.

Huizinga toma uma idéia de Platão que tem um peso muito grande para sua concepção do jogo e do lúdico:

Só Deus é digno da suprema seriedade, e o homem não passa de um brinquedo de Deus, e é esse o melhor aspecto de sua natureza. [...] Qual é, então, a maneira mais certa de viver? A vida deve ser vivida como jogo, jogando certos jogos, fazendo sacrifícios, cantando e dançando, e assim, o homem poderá conquistar o favor dos deuses e defender-se de seus inimigos, triunfando no combate (PLATÃO, apud HUIZINGA, 2001, p.22).

O autor se contradiz ao afirmar que o jogo, para a criança, não é sério, enquanto acabou de afirmar, pouco antes, que a criança joga na maior “seriedade”. “Dissemos no início que o jogo é anterior à cultura; e, em certo sentido, é também superior, ou pelo menos autônomo em relação a ela. Podemos situar-nos, no jogo, abaixo do nível da seriedade, como faz a criança; mas podemos também situar-nos acima desse nível, quando atingimos as regiões do belo e do sagrado” (p.23).

Analisando a questão da delimitação de espaços para rituais sagrados, Huizinga condena uma análise racional de formas culturais, que para ele estão no plano do supra-racional:

É costume reduzir essa analogia geral das formas de cultura a qualquer causa ‘racional’ ou ‘lógica’, explicando a necessidade de isolamento e separação pela ânsia de proteger os indivíduos consagrados de influências maléficas [...]. É uma explicação que coloca na origem do processo cultural em causa uma reflexão de ordem racional e uma intenção utilitária, precisamente aquilo que

⁹¹ “O caso é que cada nova geração e cada novo indivíduo pertencente a uma certa geração possuem certas condições já dadas de vida, que produzem também o conteúdo de sua atividade possível, qualquer que seja ela. Por isso, embora notemos um certo caráter periódico no desenvolvimento da psique da criança, o conteúdo dos estágios, entretanto, não é, de forma alguma, independente das condições concretas nas quais ocorre o desenvolvimento. É dessas condições que esse conteúdo depende primariamente.

As condições históricas concretas exercem influência tanto sobre o conteúdo concreto de um estágio individual do desenvolvimento, como sobre o curso total do processo de desenvolvimento psíquico como um todo [...] o período de criação e o de treinamento estão historicamente longe de ser sempre os mesmos. Sua duração varia de época para época, alongando-se à medida que as exigências da sociedade fazem este período crescer” (LEONTIEV, 1988, p.65). São estes pressupostos teóricos que fundamentam o tipo de análise psicológica que chamei de materialista-dialética.

Froebius recomendava evitar. [...] Se por outro lado, aceitarmos a identidade essencial e original do jogo e do ritual, limitamo-nos a reconhecer o lugar santificado como um campo de jogo, sem chegar a **colocar a ilusória questão do ‘por que e para que’** (HUIZINGA, 2001, p.24) [sem grifos no original].

Huizinga apresenta uma concepção de desprezo pela prática e sua relação com o racional, e pelo que é útil. Demonstra, nesse sentido, aproximação com a visão elitista que a escola de Frankfurt desenvolveu no pós-guerra. Como tem esse acento no ritual e no sagrado para caracterizar a cultura humana, não pode, efetivamente, preocupar-se, na sua concepção a-histórica do jogo, com o processo de produção material da existência humana e condicionante da própria cultura.

Expondo a relação do jogo com a festa o autor demonstra seu entendimento de que “Ambos são limitados no tempo e no espaço. Em ambos encontramos uma combinação de regras estritas com a mais autêntica liberdade. Em resumo, a festa e o jogo têm em comuns suas características principais. O modo mais íntimo de união de ambos parece poder encontrar-se na dança” (p.25). “Sobre a função que opera no processo de construção de imagens, ou imaginação, o máximo que podemos afirmar é que se trata de uma função de jogo ou função poética; e a melhor maneira de defini-la será chamar-lhe função de jogo ou função lúdica” (p.29). Com essa compreensão Huizinga comete o erro que Vigostky critica e que foi apontado anteriormente, ou seja, considerar a imaginação uma função do jogo e não sua definidora. De forma sintética Vigotsky (1984, p.118) explica essa afirmação: “A essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual – ou seja, entre situações no pensamento e situações reais”.

“Decidindo considerar toda a esfera da chamada cultura primitiva como um domínio lúdico, abrimos caminho para uma compreensão mais direta e mais geral de sua natureza de maneira mais eficaz do que se recorrêssemos a uma meticolosa análise psicológica ou sociológica” (HUIZINGA, 2001, p.30). Qual seria a concepção de natureza que o autor adota para fazer esta afirmação? A concepção sobre o que é natural pode determinar uma série de erros no percurso de investigação de um dado fenômeno, principalmente se tratando de um fenômeno social. O natural pode ser tomado como o que é comum, o que está estabelecido, ou o que é isento de influência humana e, nesses casos, levará a equívocos ao se tratar de um complexo do ser social. Por outro lado, se a concepção de natureza, ao se analisar um fenômeno social decorre da própria história do

homem, que não se separa da história natural, aí pode-se obter resultados concretos acerca do que se pesquisa.

O próximo tema abordado por Huizinga é “*a noção de Jogo e sua expressão na linguagem*”. Para ele “devemos admitir que os gregos podiam ter muita razão em estabelecer uma distinção lingüística entre a competição e o jogo”, porque em “regra geral **o elemento de ‘não-seriedade’, o fator lúdico propriamente dito**” estava ausente da palavra grega que denominava as “competições e concursos” (p.35) [sem grifos no original]. Porém, pouco depois, Huizinga cita as críticas do filólogo Bolkestein, sobre sua concepção que identifica jogo e competição na cultura grega. Bolkestein contradita que tal identificação seja possível, a menos que se admita que “tudo na vida era jogo”, para os gregos. A resposta de Huizinga confirma a crítica do filólogo: “Em certo sentido é mesmo essa a tendência deste livro”. Huizinga entende que há uma identidade entre competição e jogo, pois “na vida dos gregos, ou a competição em qualquer outra parte do mundo, possui todas as características formais do jogo e, quanto à sua função pertence quase inteiramente ao domínio da festa, isso é, ao domínio do lúdico” (p.36).

Para Huizinga “O jogo é uma entidade autônoma. O conceito de jogo enquanto tal é de ordem mais elevada do que o de seriedade. Porque a seriedade procura excluir o jogo, ao passo que o jogo pode muito bem incluir a seriedade” (p.51).

Huizinga diz que não afirma que a sociedade se desenvolve a partir do jogo: “O fato de apontarmos a presença de um elemento lúdico na cultura não quer dizer que atribuamos aos jogos um lugar de primeiro plano, entre as diversas atividades da vida civilizada, nem que pretendamos afirmar que a civilização teve origem no jogo”. O que o autor defende é que “a cultura surge sob a forma de jogo” (p.53). Ele situa o jogo como anterior à cultura: “Não queremos com isto dizer que o jogo se transforma em cultura, e sim que em suas fases mais primitivas a cultura possui um caráter lúdico, que ela se processa segundo as formas e no ambiente do jogo. **Na dupla unidade do jogo e da cultura, é ao jogo que cabe a primazia**” (p.53) [sem grifos no original].

Apesar de afirmar que a sociedade não vem do jogo, Huizinga afirma que sua forma primordial, o lúdico, é absorvida por toda a superestrutura conhecida, chamada por ele de “outras formas do lúdico”. A primeira e mais geral forma em que o lúdico se dissolve com o desenvolvimento social é a forma do “sagrado”:

Regra geral, o elemento lúdico vai gradualmente passando para segundo plano, sendo sua maior parte absorvida pela esfera do

sagrado. O restante cristaliza-se sob a forma de saber: folclore, poesia, filosofia, e as diversas formas da vida jurídica e política. Fica assim completamente oculto por detrás dos fenômenos culturais o elemento lúdico original. Mas é sempre possível que, a qualquer momento, mesmo nas civilizações mais desenvolvidas, o ‘instinto’ lúdico se reafirme em sua plenitude, mergulhando o indivíduo e a massa na intoxicação de um jogo gigantesco (HUIZINGA, 2001, p.54).

Qual a origem do próprio lúdico o autor não explica, nem qual a origem de toda a cultura que “absorve” o lúdico. Além disso, a segunda parte da formulação, em que afirma que o lúdico “cristaliza-se” em complexos que compõem a própria cultura, o sentido é exatamente o de criação destes complexos – “folclore, poesia, filosofia”, direito e “política” – a partir do lúdico. Para mostrar que o seu raciocínio anterior apontava na mesma direção, vamos à letra do próprio texto: “a noção de jogo como um fator distinto e fundamental, presente em tudo o que acontece no mundo. Já há muitos anos que vem crescendo em mim a convicção de que **é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve**” (s/p., Prefácio). E, bem próximo a essa passagem: “Ora, é no mito e no culto que têm origem as grandes forças instintivas da vida civilizada: o direito e a ordem, o comércio e o lucro, a indústria e a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. Todas elas têm suas raízes no solo primevo do jogo” (p.7).

Segundo as formulações de Huizinga pode-se dizer: o jogo é. O jogo independe de civilização, de cultura, portanto, do próprio homem. Conforme Huizinga afirmou no início do livro, pode ser negada a “seriedade”, categoria que ele só definiu por sua oposição ao jogo, a “justiça”, a “verdade”, a “beleza”, o “bem” e até “Deus”, mas não o jogo (p.6). É possível lembrar do “espírito absoluto” hegeliano que existia antes de tudo. Huizinga só não chegou a afirmar que o jogo existe fora do mundo, apesar de sua visão de que é através do jogo que o homem percebe que faz parte do cosmo. Ele afirmou que o jogo ultrapassa a “realidade física” do homem, é a confirmação da “natureza supralógica da situação humana” que só pode ser pensada quando “o espírito destrói o determinismo absoluto do cosmos”. O fato de jogar e ter consciência disso demonstra que “somos mais do que simples seres racionais”. Apesar da total negação da materialidade do mundo e do rebaixamento da racionalidade humana, ele afirma que a análise do jogo será feita como “elemento da cultura” e “fator cultural da vida” (p.6-7). Huizinga não busca explicar o jogo racionalmente, ou cientificamente. À ciência ele propõe sua prometida explicação “histórica” que, todavia, não será feita “justificando” todas as “palavras usadas”. A forma de construção do pensamento de Huizinga é

totalmente paratática, coordenando os parágrafos, sem, contudo, seguir um pensamento de subordinação de uma formulação à outra, não há uma construção hipotática de suas explicações, mais poéticas que científicas:

Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza (HUIZINGA, 2001, p. 7).

“Conforme acima assinalamos, todos os fatores básicos do jogo, tanto individuais quanto comunitários, encontram-se já presentes na vida animal – a saber, nas competições, exibições, representações, desafios, nos ornamentos e pavoneios, nos fingimentos e nas regras limitativas” (p.54). Afirmar que os elementos anteriormente indicados como características fundamentais do jogo se encontram na vida animal, é confirmar a centralidade da irracionalidade para tratar o jogo. Todavia, o afastamento diametral de Huizinga do conhecimento do gênero humano se confirma quando tem-se que uma das características básicas do jogo é que ele deve ser praticado de forma consciente. Portanto, segundo a definição irracionalista do autor, os animais devem ter consciência, devem ter teleologia nas suas ações. Huizinga diria veementemente que não faz tal afirmação e, na sua construção que não se pretende racional nem científica encontraria os elementos para negar tal conclusão aqui expressa, pois o jogo é um ente que está em tudo e não é nada, origem da compreensão humana, mas irracional e supralógico. Como o próprio autor não busca a subordinação de uma idéia à outra, a coerência lógica, mas somente a coordenação de vários pensamentos sobre a relação jogo-cultura, ele teria todos os argumentos para negar a crítica aqui empreendida. Como resposta a negação do autor, bastaria entender que os elementos que constituem o jogo existem em cada situação de acordo com a conveniência para a análise, ou então, que eles não precisam se submeter a um raciocínio lógico – formal ou dialético, idealista ou materialista.

Todos os jogos, incluídas as competições, não têm objetivo, pois são praticados com fim em si mesmos. Ter um objetivo significa que o “resultado” deve ter uma “contribuição para o processo vital do grupo” (p.56-7). Huizinga estabelece, a partir dessa compreensão, que ter importância vital é participar da reprodução física, biológica e fisiológica do indivíduo. Isso está de acordo com a apropriação transcendente e

metafísica que Huizinga tem do jogo e do lúdico. Porém, ele se trai na sua consideração do lúdico que despreza o biológico, pois desconsidera que o processo vital do homem enquanto ser histórico não é composto apenas do que diz respeito ao biológico. Ele não considera as necessidades do espírito como vitais ao indivíduo que se constitui historicamente. Ou seja, o jogo deve estar a serviço somente da alma do ser, ficando seu corpo no terreno da imperfeição que impede a perfeição e infinitude do espírito, ao gosto do dualismo vigente desde a Antiguidade. Considerando que esta obra foi lançada em 1938, e dado o avanço no início do século XX das tendências de tomar as leis naturais para explicar os fatos sociais, é compreensível a negação do biológico como definidor do jogo. Porém, ao tentar tal negação por via do irracionalismo idealista, Huizinga se submete - ao invés de mostrar a predominância das categorias sociais a partir de certo ponto - ao biológico no movimento de sua negação.

Sobre o método utilizado nesta obra pode-se dizer que o procedimento geral de Huizinga consiste em verificar investigações etnológicas e antropológicas, extrair conceitos lingüísticos que categorizam rituais, festas, jogos ou competições específicas e daí demonstrar o espírito lúdico contido – todavia, querendo e demonstrando que o lúdico é que contém – nas diversas manifestações culturais de diversos povos, com especial atenção aos de organização primitiva. Essa preferência se dá pela necessidade de exemplificação via atividades ritualísticas que caracterizam cultos e que, dessa forma, lhe dá guarita para sua luta contra a racionalidade na análise do jogo e do lúdico, tencionando o caráter transcendental dos mesmos. Por exemplo, sua análise do espírito agonístico na cultura primitiva, pela festa indígena de fundo competitivo, observada na região da Colômbia Britânica, chamada “*potlatch*”⁹².

Esse procedimento é composto juntamente com a análise filológica das palavras, recorrendo aos Mitos da Antiguidade e algumas obras filosóficas. No caso da análise da relação entre o direito e o jogo o exemplo é de um concurso de tambor entre esquimós da Groenlândia, observados no quarto capítulo⁹³. Duas passagens nesse capítulo ilustram esses procedimentos observados:

É evidente que o concurso de tambor dos esquimós pertence à mesma esfera que o *potlatch*, os torneios pré-islâmicos de fanfarronice e de insultos, o *mannjafnaar* nórdico e o *nidsang* (hino de ódio) islandês, assim como as antigas competições chinesas. É igualmente claro que,

⁹² Cf. páginas 66 e 70

⁹³ Cf. especialmente às páginas 96 a 99

originalmente todos estes costumes pouco tinham em comum com o ordálio, tomado este no sentido de um juízo divino revelado através de um milagre (HUIZINGA, 2001, p.98).

Na seguinte passagem verifica-se o recurso constante à filologia presente nas suas análises:

A palavra latina *iurgum* mostra também a ligação original entre a invectiva e o julgamento em tribunal. É uma forma elíptica de *ius-igium*, derivado de *ius* e *agere*, que significa literalmente ‘ato jurídico’. Ainda hoje, a palavra *objurgação* conserva um pálido eco dessa ligação. Compara-se também com *litígio* (*litigium*: ato conflituoso). Vistas à luz dos concursos de esquimós de tambor, produções puramente literários como os *iambos* de Arquíloco contra Licambo aparecem agora sob uma perspectiva inteiramente nova, e até as censuras de Hesíodo a seu irmão Perses podem ser encaradas deste ponto de vista (HUIZINGA, 2001, p.99).

O relativismo do conhecimento e a afirmação do traço teológico da sua análise são demonstrados na seguinte passagem:

O pensamento arcaico, arrebatado pelos mistérios do Ser, encontra-se aqui situado no limite entre a poesia sagrada, a mais profunda sabedoria, o misticismo e a mistificação verbal pura e simples. Não compete a nós dar conta de cada um dos elementos particulares destas efusões. O poeta-sacerdote está constantemente batendo à porta do Incognoscível, ao qual nem ele nem nós podemos ter acesso. Sobre esses veneráveis textos, tudo o que podemos dizer é que neles assistimos ao nascimento da filosofia, não em um jogo inútil, mas no meio de um jogo sagrado. A mais alta sabedoria é praticada sob a forma de uma prova esotérica (HUIZINGA, 2001, p.121-2).

Encontra-se mais uma vez a origem teológica da civilização em Huizinga: “Podemos concluir que originalmente o enigma era um jogo sagrado, e por isso se encontrava para além de toda distinção possível entre o jogo e a seriedade. Era ambas as coisas ao mesmo tempo: um elemento ritualístico da mais alta importância, sem deixar de ser essencialmente um jogo”. Essa ontologia teológica é ratificada quando ele observa: “o que se passa é que a civilização vai gradualmente fazendo surgir uma certa divisão entre dois modos da vida espiritual, aos quais chamamos ‘jogo’ e ‘seriedade’, e que originalmente constituía um meio espiritual contínuo, do qual surgiu a própria civilização” (p.125). Segundo Huizinga, a civilização surgiu desse meio espiritual contínuo, unidade de jogo e seriedade, o “jogo sagrado”. Portanto, mais uma vez ele afirma que o jogo, o lúdico é a protoforma da vida civilizada.

No penúltimo capítulo Huizinga continua com sua análise do jogo como elemento primordial da cultura humana em todas as épocas. “nas suas faces primitivas a cultura é um jogo. Não quer isto dizer que ela nasce *do* jogo, como um recém-nascido se separa do corpo da mãe. Ela surge *no* jogo, e *enquanto* jogo, para nunca mais perder esse caráter” (p.193). Para ele, quando uma cultura está em decadência, como o exemplo dado por ele de Roma, o lúdico não desempenha sua função orgânica (p.197).

Ele afirma que “A sociedade romana não podia viver sem os jogos. Estes eram tão necessários para sua existência como o pão, pois eram jogos sagrados e o direito que o povo a eles tinha era um direito sagrado” (p.198). Sua afirmação é correta, considerando a totalidade do ser social⁹⁴, porém, a motivação de tal afirmação no autor é equivocada, pois atende ao “sagrado”. O motivo da correção é encontrado na própria história, na perspectiva materialista dialética, onde se aprende que o ser social não é apenas biológico, não tem que atender apenas as necessidades do estômago. Sobre o jogo nesse contexto Huizinga afirma que sua função “não era a simples celebração da prosperidade que o grupo social havia já conseguido, e sim a consolidação desta e a garantia de mais prosperidade no futuro através do ritual” (p.198). Tomando o jogo sob esta perspectiva ele continua não distinguindo o que os homens dessa época pensam sobre si mesmos daquilo que concretamente está dado pelas condições de produção e, no contexto destas condições, a importância do jogo e dos comportamentos que ele incutia/reproduzia, ou seja, como elemento de superestrutura tomado pela classe dominante.

“Seria difícil dar exemplos de espíritos mais sérios do que os de Leonardo da Vinci e Miguel Ângelo, e no entanto é uma atitude lúdica que caracteriza toda a atmosfera espiritual do Renascimento. Essa busca da beleza e da nobreza da forma, ao mesmo tempo sofisticada e espontânea, é um exemplo de jogo cultural” (p.201).

Huizinga sugere a importância de se estudar como “um capítulo a parte” a “peruca” na “história da civilização” (p.204), pois nela está o caráter mais claro do lúdico na cultura nos séculos XVII e XVIII. E vai ainda mais longe nas suas sugestões: “A Revolução Francesa pôs fim à moda da peruca, sem todavia a ter eliminado bruscamente. A história dos penteados e das barbas na época subsequente é uma mina

⁹⁴ Ao adotar um pressuposto correto ele desfaz o argumento anteriormente exposto sobre o jogo não ter objetivo e, por isso, não ser vital. Isso comprova também a compreensão de que suas idéias são coordenadas e não subordinadas, literárias e não científicas. Não é uma relação mecânica (forma literária não é científica), mas apenas está se evidenciando que a forma da escrita corrobora com o conteúdo das idéias apresentadas pelo autor.

de interessantes ensinamentos, que até aqui quase não foi explorada” (p.206). Nessa passagem vê-se um impulso do autor para a pesquisa histórica denominada “história cultural”. Ele é mesmo indicado como fundador da “moderna história cultural”⁹⁵.

Tratando de afirmar o “conteúdo lúdico da música” e a ludicidade de seu “conteúdo estético”, Huizinga diz que “Tal como o jogo, a música assenta na aceitação voluntário e na rigorosa aplicação de um sistema de regras convencionais: ritmo, tonalidade, melodia, harmonia etc.” (p.209). Sobre esta forma de colocar os fundamentos da música, entendo que ela não pode ser tratada como simples relação homem-homem, puramente social, mas que deve ser considerado para a sua compreensão sob bases ontológicas a transformação de matéria natural (os tons sonoros e tempo natural) em produto social (as notas musicais e o ritmo). Esta compreensão é indicada aqui como uma possibilidade de investigação a ser realizada da música em perspectiva materialista histórica dialética.

O Romantismo surgiu por volta de 1750 e “pode ser definido como uma tendência para remeter toda a vida emocional e estética para um passado idealizado, onde tudo aparece como que através de uma névoa, carregado de mistério e terror” (p.210). Entre o humanismo do Renascimento e o romantismo do Século XVIII Huizinga se posiciona em favor do romantismo como maior expressão do *Zeitgeist*⁹⁶ (p.211). O “sentimentalismo era uma *imitatio* mais autêntica do que a pose ciceroniana ou platônica dos humanistas e de seus sucessores do barroco” (p.212). Essa predileção é compreensível pensando nos ideais do Renascimento e sua busca do racional, do científico e da colocação do homem no centro da ordem dos problemas sociais – ainda que via racionalidade sintética ou o empirismo a-histórico representando as transformações sociais em curso, com o desenvolvimento das condições econômicas que possibilitariam a consolidação do capitalismo. Como o romantismo remete ao irracional, ao sentimento transcendental, só poderia ser por esta via de expressão artística a preferência de Huizinga, defendendo ser ele o “mais profundo” (p.211).

Todo fenômeno cultural pode ser jogo, porque a cultura é composta pelo “sério” e pelo “fingimento”. O lúdico está no “núcleo central de todo ritual e de toda religião”, por isso, quando movimentos culturais como o romantismo, por exemplo, se afastam do ritual, a análise desse movimento é acompanhada por uma sensação de “ambigüidade”,

⁹⁵ Conforme site de biografias hospedado no portal da Universidade Federal de Campina Grande: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JohaHuiz.html> Acessado em janeiro de 2008.

⁹⁶ Espírito da época.

motivada por essa “ambigüidade fundamental” entre o “sério” e o “fingimento” (p.212). Mais uma vez o autor confirma sua convicção de que tudo no plano da cultura é jogo. É possível compreender que tudo o que não é trabalho é jogo.

Desde a Revolução Industrial no século XIX, com seu espírito prático, “utilitarista” e com o desenvolvimento tecnológico o:

trabalho e a produção” foram estabelecidos como “ideal da época, e logo depois como seu ídolo. Toda a Europa vestiu a roupa do trabalho. Assim, as dominantes da civilização passaram a ser a consciência social, as aspirações educacionais e o critério científico. Com o imenso desenvolvimento técnico e industrial, da máquina a vapor à elétrica, vai ganhando terreno a ilusão de que o progresso consiste na exploração da energia solar. Em consequência, pôde aparecer e mesmo ser acreditada a lamentável concepção marxista segundo a qual o mundo é governado por forças econômicas e interesses materiais. Este grotesco exagero da importância dos fatores econômicos foi condicionado por nossa adoração do progresso tecnológico, o qual por sua vez foi fruto do racionalismo e do utilitarismo, que destruíram os mistérios e absorveram o homem da culpa do pecado. Mas esqueceram de libertá-lo da insensatez e da miopia, e a única coisa de que ele passou a ser capaz foi de adaptar o mundo à sua própria mediocridade (HUIZINGA, p. 212-3).

Nessa passagem Huizinga confirma seu irracionalismo profundo e cristaliza um ideal de mundo governado por forças místicas, ou, dito de outra forma, pelo fundamento lúdico. Na sua análise da sociedade “mediocre” o progresso tecnológico é um espírito que corrompe a natureza arcaica do homem, substitui o “sagrado” pelo “utilitário”. Se aproximando, nesse sentido, da Escola de Frankfurt, ele não analisa o capitalismo e nem as classes sociais antagônicas em luta. Desviando o foco que deve ser combatido para a natureza humana corrompida, anulando a teoria que permita compreender e avançar na luta de classes. Considerando a grande penetração dessa tendência nas teorias sobre o lazer, com o lúdico sendo tomado como categoria básica de análise nesse campo, pode-se perceber as consequências profundamente conservadoras de tais influências. Se a apropriação de Huizinga para fundamentar o lúdico se der de forma acrítica, confirma-se esta consequência. A “teoria crítica” antirevolucionária dos frankfurtianos, tomada para a análise da cultura contemporânea, pode produzir essa conservação na forma de críticas estéreis e imobilistas de forma ainda mais nefasta.

Huizinga afirma que as correntes de pensamento no século XIX “eram adversas ao lúdico na vida social. Nem o liberalismo nem o socialismo contribuíram para ele em alguma coisa. A ciência analítica e experimental, a filosofia, o reformismo, a igreja e o

estado, a economia, tudo no século XIX se revestia da mais extrema seriedade” (p.213). Mas porque ele não incluiu tudo na categoria jogo, opondo a ele uma característica que nele está contida, que o compõe, a “seriedade”? Será porque o aspecto ritualístico diminuiu nesses complexos por ele citado? Parece que ele vai resolver isso, circular e coordenativamente no capítulo seguinte. O lúdico é determinado pelo idealismo metafísico, de forma que saindo a religião o lúdico igualmente se esvai. “O realismo, o naturalismo, o impressionismo e todas as outras monótonas escolas literárias e artísticas eram mais destituídas de espírito lúdico do que qualquer dos estilos anteriores” (p. 213).

No último capítulo, “*O Elemento lúdico da cultura contemporânea*”, Huizinga vai retomar suas notações anteriores, porém de forma mais confusa ainda, com escrita circular em que o jogo é fundamento da cultura e, portanto, tudo que é cultura é jogo. Ele analisa a degenerescência do espírito lúdico devido à racionalidade, intencionalidade e dessacralização do mundo. Demonstra de forma contraditória que nos vários campos - no jogo e esportes, nos negócios, na arte, na ciência, na política e de forma especialmente problemática na guerra – da cultura o lúdico perde espaço, não obstante, continuando presente e sendo a raiz de todas as formas culturais.

“À primeira vista poderia parecer que certos fenômenos da vida social moderna mais do que compensam a perda das formas lúdicas. O esporte e o atletismo, enquanto funções sociais, têm vindo constantemente a aumentar sua influência, conquistando territórios novos à escala nacional e internacional” (p.217-8). Sobre as “formas básicas da competição esportiva” Huizinga afirma que seu “princípio agonístico” fundante exige que elas sejam consideradas “jogos”, ou seja, “atividades que podem ser extremamente sérias”. Com essa indicação inicial parece que Huizinga começa a desatar o nó apresentado no capítulo anterior sobre a seriedade que marca o século XIX. Sobre a organização do jogo na forma esportiva, com a fundação de clubes e competições organizadas Huizinga diz que na Inglaterra estavam presentes as condições necessárias para que essa expressão se desse primeiro lá, apesar do “espírito anglo-saxão” não poder ser considerado a “causa eficiente” (p.219). Novamente surge a questão do “espírito da época” que ele defende como o mais profundo representante do lúdico.

Com a profissionalização do esporte o espírito lúdico vai se perdendo, processo que se desencadeia desde o último quartel do século XIX (p.220). Profissionais e amadores levam o esporte “para longe da esfera lúdica”, transformando-o em uma coisa que “nem é jogo nem é seriedade”. A relação entre as competições e as festas necessárias à saúde e a felicidade da comunidade, que existia nas “civilizações arcaicas”,

foi perdida em um processo de dessacralização. Desfeita a ligação entre competição e ritual, com a perda da função “orgânica” que aquelas ocupavam na “estrutura da sociedade”, a conclusão de Huizinga sobre os esportes é que “ele é sempre estéril, pois nele o velho fator lúdico sofreu uma atrofia quase completa”. Essa consideração é feita justificada por um “excesso de seriedade” nos esportes (p.220). Todavia, o que acontece é que o esporte não carrega o ideal de lúdico de Huizinga, haja vista que o jogo institucionalizado como esporte é submetido à racionalização que busca o resultado máximo. Mas, considerando-se os aspectos estéticos presentes nos esportes, seu significado profundo e sua organicidade visceral a esta sociedade, deve-se concluir que as críticas de Huizinga ao esporte – críticas que não deixam margem para a exclusão do lúdico dado seu caráter de protoforma da cultura atribuído pelo autor – são motivadas em maior grau pela superação da religiosidade a que se ligava, do afastamento do irracional e do aspecto mágico que revestia as competições arcaicas.

Procurar ver se há um conteúdo lúdico na confusão da vida moderna pode levar-nos a conclusões contraditórias. No caso do esporte temos uma atividade nominalmente classificada como jogo, mas levada a um grau tal de organização técnica e de complexidade científica que o verdadeiro espírito lúdico se encontra ameaçado de desaparecimento (HUIZINGA, 2001, p.221).

Tomando novamente o *agon*, o impulso para a competição, como categoria central do jogo e da civilização, Huizinga consegue entender que certas atividades voltadas ao interesse material, nas quais o lúdico só pode ser coisa séria, transformam-se em jogo. Ele dá o exemplo dos negócios e da competição que é gerada, com o apoio da mídia, da publicidade e da propaganda:

As estatísticas de vendas e de produção não podiam deixar de introduzir na vida econômica um certo elemento esportivo. A consequência disso é haver hoje um aspecto esportivo em quase todo o triunfo comercial ou tecnológico [...]. Os negócios se transformam em jogo. Este processo vai ao ponto de algumas das grandes companhias procurarem deliberadamente incutir em seus operários o espírito lúdico, a fim de acelerar a produção. Aqui a tendência se inverte: o jogo se transforma em negócio (HUIZINGA, 2001, p.222).

Essa análise de Huizinga mostra a capacidade do autor de relatar uma tendência da organização da produção capitalista e suas concepções gerenciais. Todavia, os elementos que são observáveis em mais de um complexo do ser social, como as regras, a oposição, a capacidade de imaginação e outras, são atribuídas a um complexo fundado,

ao jogo, e não compreendidas dentro da totalidade que é conferida pelo complexo fundante, o trabalho. O idealismo de Huizinga o impede de alcançar essa compreensão, bem como, sua consciência de classe o impede de explicitar as conseqüências para os trabalhadores da utilização da ideologia da competição para incentivar a produtividade. Ainda mais distante para Huizinga está a análise do jogo, dos esportes, das artes e de outros complexos culturais e sua ligação ao processo de formação do "homem de novo tipo" necessário ao industrialismo. Ainda, considerando a competição entre empresários como um jogo, ele retira a imaginação como fundamento do jogo.

A análise que Huizinga realiza em seguida é em relação ao caráter lúdico da arte na contemporaneidade. Ele explica que a apreciação da arte até o século XIX era considerada passatempo da elite, situação que se modificou nesse período com impulso especial dado pela "reprodução fotográfica" que tornou a apreciação das obras de arte:

acessível à imensa maioria das pessoas de educação média. A arte tornou-se propriedade pública, e o amor da arte passou a ser de bom-tom; a idéia do artista como ser superior foi ganhando aceitação, e o público em geral foi agitado por uma tremenda onda de esnobismo, ao mesmo tempo que o impulso criador era deformado por uma busca desesperada de originalidade. Essa constante procura de formas novas e nunca vistas levou a arte pela ladeira do impressionismo até às excrescências do século XX. A arte está muito mais sujeita do que a ciência à **influência deletéria da técnica moderna**. A mecanização, a publicidade e o desejo de fazer sensação atingem muito mais fortemente a arte, porque regra geral esta produz diretamente para o mercado e pode escolher livremente entre todas as técnicas que no momento se encontram disponíveis (HUIZINGA, 2001, p.224-5) [sem grifos no original].

Em seguida ele afirma que a "arte atual, do mesmo modo que a de outrora, precisa de um certo esoterismo, e todo esoterismo pressupõe uma convenção", ou seja, as regras que caracterizam o jogo (p.225). Na passagem acima fica evidente a culpabilização da técnica e a crítica ascética à deformação da arte causada, ao que parece, pela racionalidade e pelo avanço das forças produtivas.

Em relação à ciência e sua proximidade com o jogo Huizinga, considerando características semelhantes a ambos, como limites de espaço, tempo, significado e regras, poderia creditar aos vários campos da ciência o status de jogo (p.225-6). Todavia, a ciência se aproxima da realidade e tem uma aplicação, uma utilidade fora dela mesma, de forma que não pode ser definida, toda ela, como jogo. Porém, ao questionar se existem elementos lúdicos na ciência a resposta do autor é que na "tendência" de

“sistematizar” dos cientistas existe um caráter lúdico que, com o seu desenvolvimento, é barrado pela “observação” e pelo “cálculo”. Esta tendência de freio do lúdico não “implica que na atividade científica não se encontrem alguns elementos de capricho. Mesmo a mais minuciosa análise experimental pode ser ludicamente manejada no interesse da teoria subsequente, embora certamente não possa ser alterada quando em curso” (p.226). O elemento de “capricho” faz referência a um aspecto emocional que, na perspectiva do autor, não deve corresponder ao racional, de forma que caracteriza um fator lúdico. Porém, quando ele diz que “toda” pesquisa pode ser manipulada segundo as necessidades do lúdico, poderia ser dito, de uma perspectiva de classe, que as pesquisas científicas podem ser manipuladas em função de interesses políticos e econômicos. Todavia, uma análise desse tipo foge ao escopo do autor que adota a análise da competição científica como fato motivado por comportamento subjetivo, do indivíduo que busca a vitória: “Mas, constitui mau sinal quando a ânsia de se antecipar aos outros na descoberta ou de arrastá-los com argumentos transparece demasiado no resultado final do trabalho científico. Aquele que realmente procura a verdade dá pouca importância ao trunfo sobre seus adversários” (p.227). Ao apontar a análise do autor pelo caráter individual da adulteração científica não se está negando que determinações individuais, como “ vaidade acadêmica”, possam ser motivos reais de tal processo. Todavia, as maiores adulterações não ocorrem por conta de vaidades ou disputas individuais, mas devido a interesses de classe e pela necessidade de produzir e reproduzir a ideologia que representa um dos sustentáculos do sistema.

O próximo objeto utilizado para a análise da existência do elemento lúdico na cultura contemporânea é a política, que é analisada, acertadamente, em íntima relação com a guerra.

Em primeiro lugar, pode acontecer que certas formas lúdicas sejam consciente ou inconscientemente utilizadas para ocultar determinados desígnios políticos ou sociais, caso em que não estaríamos mais perante o **eterno lúdico** que constituiu o tema deste livro, e sim como o falso jogo. Em segundo lugar, é sempre possível depararmos com fenômenos que uma visão superficial tomará como jogo, como tendências lúdicas permanentes, e que na realidade nada têm a ver com isso (HUIZINGA, 2001, p.227).

Huizinga denuncia a característica da vida moderna confundida com o lúdico que ele denomina “*puerilismo*”, definido também por ele como uma “mistura de adolescência com barbárie”. Esse puerilismo se manifesta por dois fenômenos

principais, o “gregarismo” e a “sede insaciável de divertimentos vulgares e de sensacionalismo, o gosto pelas reuniões e manifestações de massa, pelas paradas etc.” Esse prenúncio de análise elitista é confirmado com a explicação das causas desse processo:

Temos visto grandes nações perderem toda noção de honra, todo sentido de humor, a própria idéia da decadência e do jogo limpo. Não caberia aqui investigar as causas e a importância deste abastardamento universal da cultura, mas não há dúvida que a participação de grandes massas semi-educadas no movimento espiritual internacional, o relaxamento dos costumes e a **hipertrofia da técnica** são em grande parte responsáveis (HUIZINGA, 2001, p.228).

Além do elitismo característico da contra-revolução o autor apresenta, ainda - não pela primeira vez -, sua visão irracionalista anti-tecnológica, atribuindo ao produto (a técnica) o predicado do produtor (os homens nas relações sociais capitalistas). Comprovando como a posição antirevolucionária é marca inextrincável desse tipo de leitura elitista da cultura, o exemplo histórico real que Huizinga encontra para o puerilismo é a Rússia revolucionária (p.228).

Nossa definição do jogo impõe uma nítida distinção entre o puerilismo e a ludicidade. Os brinquedos das crianças não são pueris no sentido pejorativo em que este termo é aqui tomado. Além disso, se o puerilismo atual fosse autenticamente [*sic.*] lúdico o resultado seria o regresso da civilização às grandes formas arcaicas de diversão, nas quais se verificava uma união perfeita entre o ritual, o estilo e a dignidade (HUIZINGA, 2001, p.229).

Essa afirmação é muito complementar a sua descrição seguinte da cultura, pois na ligação entre ambas está presente um veio romântico e idealizado do autor sobre seu objeto de estudo: “O autêntico jogo desapareceu da civilização atual, e mesmo onde ele parece ainda estar presente trata-se de um falso jogo, de modo que torna-se cada vez mais difícil dizer onde acaba o jogo e começa o não-jogo (p.229). Entende-se que o verdadeiro jogo só é possível na sociedade idealizada da religiosidade dominando a vida social através do culto, uma vez que a vida civilizada retirou ao homem estes elementos, substituindo-lhes pela técnica, pela ciência e pela racionalidade. Como não adota uma perspectiva de classe, do agente revolucionário, ele não pode criticar a perspectiva burguesa do racionalismo iluminista, que busca resolver as contradições históricas pela

via da razão, mas tem que criticar o racionalismo de forma abstrata, adotando o irracionalismo como instrumento.

Discorrendo sobre os elementos lúdicos que se verificavam nas disputas políticas, o autor oferece como exemplo a política norte-americana, segundo ele, substancialmente “emocional” porque as pessoas dessa região “sempre se conservaram fieis ao primitivismo da vida dos pioneiros”. O “elementos afetuosos” encontrados na política desses povos já estão ausentes da vida política européia, conforme o autor (p.230). Huizinga acredita que essa ludicidade presente na política interna está esmaecida nas relações internacionais, todavia, o fato dessas relações terem chegado “ao auge da violência e da periculosidade não basta por si só para excluir a possibilidade do jogo. Conforme vimos através de numerosos exemplos, o jogo pode perfeitamente ser cruel e sangrento” (p. 231). Essa posição encima do muro a respeito do problema da guerra, iniciada nesse ponto, vai-se tornando mais circular e previstamente confusa no desenvolvimento posterior do raciocínio. Huizinga explica sua compreensão sobre direito internacional e a base deste no mútuo reconhecimento pelos países das “regras do jogo”, sendo causa de “colapso” quando um dos participantes desrespeita estas regras. Ele faz uma crítica muito superficial aos interesses imperialistas que se mostram na Alemanha sem, contudo, expor nenhum destes termos, ficando na sua análise formal e conceitual. A respeito de um problema tal como a guerra ele observa:

Não conheço exemplo mais triste e mais completo de insulto à razão humana que a patética ilusão de Schmitt a respeito do princípio do ‘amigo ou inimigo’, pois o que é sério não é a guerra, e sim a paz. A guerra e tudo quanto com ela se relaciona está presa à rede mágica e demoníaca do jogo. Só superando essa primária relação amigo-inimigo, a humanidade atingirá uma dignidade superior. A concepção da ‘seriedade’ de Schmitt leva-nos muito simplesmente de volta ao nível selvagem (HUIZINGA, 2001, p.233).

Segundo a concepção de Schmitt sobre inimigo, este é qualquer estrangeiro que estiver barrando os interesses do seu grupo que, por sua vez, constitui o grupo dos amigos. Para esta concepção belicosa, que justifica os interesses do capital, a crítica que Huizinga optou por tecer foi a citada acima, complementada pela seguinte:

Temo-nos gradualmente aproximado da conclusão de que a civilização tem suas raízes no jogo, e que para atingir toda a plenitude de sua dignidade e estilo não pode deixar de levar em conta o

elemento lúdico. Em nenhuma outra instância o respeito às regras do jogo é mais absolutamente necessário do que nas relações internacionais; se essas regras são desrespeitadas a sociedade cai na barbárie e no caos. Por outro lado, é precisamente na guerra moderna que o homem volta à atitude agonística que inspirava o jogo primitivo da guerra tendo em vista o prestígio e a glória (HUIZINGA, 2001, p.233).

Para além dessa análise que no máximo da crítica chega ao caráter a-moral do desrespeito das “regras”, o autor segue rotulando a guerra como falso jogo. E, ao final das desqualificações moralistas contra a quebra das regras, Huizinga afirma que “apesar das aparências em sentido contrário, a guerra não se libertou completamente do círculo mágico do jogo”.

As críticas de Huizinga ao “desmancha-prazeres” (p.231) alemão, nesses termos, têm os seguintes problemas. A sua explicação da relação da guerra com o jogo, afirmando que esta mantém o espírito lúdico por seu caráter de *agon* que não é perdido, expressa a avaliação do autor de que a guerra parece ser a expressão do “espírito da época”, o espírito carregado pela “razão”, elemento que é combatido por todo o livro. Sua interpretação das relações internacionais pela via da cultura e a condenação da razão, afirmando que esta tem a natureza da guerra, é compreendida pelo movimento intelectual que se começa a desenvolver no período entre guerras, tendo esse livro sido lançado no prelúdio da Segunda Guerra. Ao atribuir o caráter bélico à razão, mais especificamente à razão iluminista, Huizinga não assume que este impulso para a guerra é constituinte da natureza expansionista da fase imperialista do capital. Por isso sua análise tem que se manter nos estreitos limites da crítica à violação das regras, do direito internacional. Ao não assumir a posição radical de defesa da paz entre os países – conforme a Rússia (o país que ele toma como exemplo de puerilismo) o fez no seu período revolucionário -, camuflando sua posição de classe com as elucubrações sobre o jogo verdadeiro e jogo falso da guerra e da política, ele reafirma a ideologia que sustenta a sociedade que precisa do conflito bélico para destruir forças produtivas e continuar sua existência.

Uma outra ordem de problemas vem da seguinte análise. O jogo é a origem de toda a cultura humana, a cultura tem dependência ontológica (dentro de sua ontologia idealista) do jogo. A guerra jamais perde totalmente seu vínculo com o lúdico, de forma que a guerra carrega sempre o que se poderia chamar de gênero humano, carrega sempre o lúdico. “Seu ponto de vista [de Schmitt] é o do agressor que não se sente

limitado por quaisquer considerações de ordem moral. Mas não deixa de ser verdade que a política e a guerra têm profundas raízes no solo primitivo da cultura lúdica e competitiva” (p.234). Anteriormente ele já havia afirmado que apesar do falso jogo da política e da guerra contemporânea a política que conduz à guerra e os treinamentos para a guerra são lúdicos. Desta forma, Huizinga ao mesmo tempo em que critica a guerra apenas pela via moral, dá motivos metafísicos para justificar a guerra, pois ela é expressão ‘do’ e expressa ela mesma ‘o’ lúdico.

A forma escolhida por Huizinga para sugerir o caminho oposto ao da guerra o faz entrar em contradição com toda a formulação anterior – formulação completamente circular -, apelando para a razão e por seu amuleto do lúdico religioso. A “verdadeira civilização” depende do elemento lúdico, tem que viver sobre regras e auto-limitada. “Para ser uma vigorosa força criadora de cultura, é necessário que esse elemento lúdico seja puro, que ele não consista no esquecimento das normas prescritas pela razão, pela humanidade ou pela fé” (p.234). Para sustentar sua crítica moral da guerra ele chama à voz a razão. Todavia, o mais importante dessa frágil justificativa é a “fé”, pois ele trabalhou durante todo o livro sobre o par categorial seriedade-jogo ou seriedade-lúdico em dois sentidos. No primeiro, opondo seriedade/realidade ao lúdico/irrealidade. No segundo sentido, justapondo seriedade/sagrado ao jogo/cultura. Este segundo, o princípio do primeiro, sendo sintetizado na fala de Platão que iniciou e concluiu suas formulações: “Só Deus é digno da suprema seriedade, e o homem não passa de um brinquedo de Deus, e esse é o melhor aspecto de sua natureza. [...] consideram a guerra uma coisa séria, embora não haja na guerra jogo ou cultura dignos desse nome, justamente as coisas que nós consideramos as mais sérias” (p.235). Conclui sua concepção irracionalista com o apelo religioso: “O espírito humano só é capaz de liberar-se do círculo mágico do jogo erguendo os olhos para o Supremo. A concepção lógica das coisas é incapaz de levá-lo muito longe” (p.235).

As críticas regradas de Huizinga para não chegar à relação fundamental da luta de classes impediram a explicação clara de porque se processava a luta intercapitalistas, embolando explicações pela via da cultura, dificultando aos estudiosos do jogo, do lúdico e do lazer compreender a luta de classes no momento em que este livro foi lançado, no ano de 1938. Apesar de conservar seu compromisso com a burguesia, suas críticas ascéticas não impediram que os nazistas o mandassem para o cárcere no ano de 1941, pois apesar de não atacar o capital ele acabou se posicionando contra o capital alemão que invadiu os Países Baixos, sua terra natal.

Buscando uma breve síntese crítica da obra, pode-se estabelecer como aspecto mais geral os ataques de Huizinga à racionalidade, afirmando que ela é um equívoco quando se analisa o jogo, aspecto que é bem funcional às tendências relativistas e irracionistas presentes nas concepções ecléticas pós-modernistas em educação. Condenar a razão como elemento indutor do erro para a compreensão do jogo e do lúdico, a negação da base material dessa prática social, bem como o apelo ao sentimento, do sagrado, um anti-iluminismo naquilo que ele trouxe de revolucionário, é a concepção geral exposta por Huizinga e que, apropriada sem a devida crítica radical, significa apropriar-se dos instrumentos do inimigo para intervir na realidade. Tem a consequência de operar com uma concepção metafísica do jogo - aqui compreendido como uma atividade de significação criada pelo homem para suprir suas necessidades de desenvolvimento - interditando a compreensão histórica desse fenômeno e colocando-o, ideológica e praticamente, disponível para a criação dos quadros mentais formadores do trabalhador necessário à sociabilidade capitalista.

Ele diz que não importa submeter o pensamento e os hábitos dos povos primitivos à racionalidade vigente hoje, possibilitada pelas análises científicas. Pelo contrário, o que importa é captar o sentimento do homem nesse estágio, nas culturas de organizações sociais primitivas. Estes homens são sempre tomados a conhecer por meio das suas explicações mitológicas e religiosas do mundo, com sua concepção “mágica” e “esotérica” do conhecimento.

A surpreendente semelhança que caracteriza os costumes agonísticos em todas as culturas talvez tenha seu exemplo mais impressionante no domínio do próprio espírito humano, quer dizer, do conhecimento e da sabedoria. Para o homem primitivo as proezas físicas são uma fonte de poder, mas o conhecimento é uma fonte de poder mágico. Para ele todo saber é um saber sagrado, uma sabedoria esotérica capaz de obrar milagres, pois todo conhecimento está diretamente ligado à própria ordem cósmica (HUIZINGA, 2001, p.119).

Considerando que Huizinga não se propõe a discutir o jogo a partir da ontologia do ser social em bases materialistas, ignora o desenvolvimento das forças produtivas como se estas fossem epifenômeno desqualificante da natureza supra-racional do homem, a proposição de fundo em Huizinga é que o mais importante ao tratar do jogo e do lúdico, que correspondem às bases de toda a civilização humana, é o caráter sagrado, transcendental destas protoformas da sociabilidade. Para além dos procedimentos – mais literários que científicos - utilizados por Huizinga, expostos anteriormente, é

fundamental identificar que ele realiza o processo de conhecimento de modo inverso ao proposto pelo materialismo histórico: estudar o mais avançado para compreender o mais primitivo. Ou seja, ao invés de tentar compreender o jogo na modernidade para poder explicar o jogo do primitivo, ele realiza o processo inverso, tenta conhecer o jogo nos primitivos para alcançar sua essência na modernidade.

Huizinga condensa nas suas explicações aspectos étnicos da cultura européia, africana, asiática, americana e ártica. Dessa forma, seu livro carrega uma universalidade, precisamente quanto ao idealismo, a mitologia e a teologia de povos primitivos e antigos de todo o mundo. Identificar estes aspectos no raciocínio de Huizinga sobre o jogo e o lúdico é um passo importante para a discussão do lazer na sua concreticidade, haja vista a ampla apropriação desse pensador no campo dos estudos do lazer, de forma mais ou menos crítica, dada à centralidade que a categoria lúdico assume na investigação do lazer. Compreender o papel que a teoria deste autor cumpre na disputa ideológica que perpassa a luta de classes fornece uma base para a análise crítica dos trabalhos que se utilizam de suas formulações.

Por fim, a mesma perspectiva de classe que limita suas análises da guerra negando a luta de classes, o faz tomar o homem como categoria abstrata, a-histórica, tornando suas análises do lúdico e/ou do jogo abstratas, limitadas pelo complexo ideológico a-histórica, sustentador da estrutura capitalista, que ele defende.

Essa postura irracionalista, elitista e teológica de Huizinga, além de sua pesquisa de vanguarda na linha da história cultural - conhecida também como nova história -, contribui fortemente para a ideologia burguesa que visa à manutenção das relações sociais fundadas na propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. Portanto, a ampla apreensão deste autor, no campo do lazer e mesmo da educação – quando se trata de estudar os jogos – sem a necessária crítica da concepção de classe que essas formulações carregam, é profundamente problemático para os trabalhadores que precisam fundamentar teoricamente suas atividades do tempo livre e de educação, o que pode causar um desencaminhamento das escassas iniciativas desse tipo.

4.2 Lazer e mudanças sociais: projeto de hegemonia sem classes

Neste tópico será feita a análise do livro *Lazer e educação*, de Nelson Carvalho Marcellino. Este autor é uma das maiores referências no campo dos estudos do lazer no Brasil, um autor “paradigmático”, como disse Werneck (2000-a). Marcellino nasceu em 1950, na cidade de Campinas – SP, é formado em Ciências Sociais (1972), concluiu o mestrado em filosofia (1984), orientado por Antônio Joaquim Severino, e doutorou-se em educação no ano de 1988, com orientação de Rubem Alves. Em 1996 apresentou Tese de livre-docência sob o tema “Interesses físicos no lazer e associativismo”. Entre 1988 e 2001 foi professor na Universidade de Campinas, ministrando disciplinas e orientando pesquisas sobre o lazer. Desde 2001 é professor da Universidade Metodista de Piracicaba, orientador de projetos de pesquisa de graduação e pós-graduação sobre o mesmo tema e líder do Grupo de Pesquisas do Lazer⁹⁷. A sua obra é referência no campo dos estudos do lazer, sendo reafirmada ou criticada quanto a seus pressupostos e conclusões, portanto, não se pode ignorar a produção deste intelectual ao pesquisar o lazer no Brasil.

O estudo que será analisado foi a dissertação de mestrado de Marcellino, na filosofia, e teve o objetivo de verificar as relações entre o lazer, a escola e o processo educativo tendo em vista a formulação de uma “pedagogia da animação”. Ele investigou “a importância do papel da Escola, quando se considera o lazer, quer como instrumento, quer como objeto de educação”. Marcellino informa que o lazer vem se firmando como área de atuação profissional e se preocupa com a “relação pedagógica” com a clientela (p.14). Quais os “valores” que cercam a produção teórica que alimenta a ação de grupos e instituições que trabalham com o lazer? Esta preocupação com os “valores” vai se desenvolvendo partindo de categorias como “povo”. Ele informa que os procedimentos metodológicos contemplaram “Observações empíricas do sociólogo” e aprofundamento teórico a partir de documentação bibliográfica (p.15). Especificamente, ele utilizou a “análise comparativa de textos teóricos das duas áreas consideradas”, pautada na “abordagem crítica temática”. Parte da “consideração do lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude” (p.16).

Em relação à sua estrutura, o livro é composto de 4 capítulos. O primeiro sobre o entendimento de lazer e educação. No segundo é feita uma análise de possibilidades e

⁹⁷ Conforme informações do currículo Lattes de Marcellino: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=S93051> Acessado em 04-03-2008, 23:00 h .

riscos da educação pelo e para o lazer (veículo e objeto). A relação entre lazer e escola, quanto a conteúdo e forma é a discussão do terceiro capítulo. No último capítulo Marcellino busca superar as críticas pela sugestão de alternativas com uma “pedagogia da animação”, considerando as relações entre lazer, escola e processo educativo (p.17). O autor informa que houve uma “tentativa de doação de sentido à relação entre os elementos estudados; procuro assumir, também, o papel do educador, comprometido com a mudança, com a transformação social; procuro muito mais que conclusões, o questionamento” (p.18). Uma questão a ser feita é: o que adianta doar sentido, um processo individual, a uma prática social que precisa de uma nova base? O capitalismo se transforma se auto-revoluciona para sobreviver. Falar em termos concretos em superação da miséria humana é falar em superação do capital e do capitalismo. Para articular o lazer a tal processo histórico é necessário entendê-lo concretamente. Mas, aparentemente, isso ainda não foi feito. O entendimento da materialidade da produção e reprodução da vida no atual estágio histórico é condição para isso. Sem ele não é possível ir ao centro de uma prática social que é fruto desse estágio caracterizado por um modo de produção específico. Portanto, as mediações entre os modos de existir do ser social e sua base ontológica, o trabalho, não serão explicitadas concretamente tomando o indivíduo como centro da análise do lazer. Por último, discordando do propósito de Marcellino neste trabalho, “o questionamento”, entende-se que um trabalho de pesquisa tem que dar respostas sim, abrir o caminho para o avanço do conhecimento. É claro que dar respostas às questões postas possibilita novas questões serem formuladas, contudo, são necessárias sínteses, conclusões, ainda que provisórias, para alcançar estágios mais profundos de domínio dos nexos causais da sociabilidade humana.

O Capítulo 1 é intitulado “*Dois temas polêmicos: duas fontes de mal-entendidos*”. Nele Marcellino tem o objetivo de analisar os entendimentos de lazer e educação pelos teóricos brasileiros (p.19). A produção teórica sobre o lazer o aborda de forma indireta ou de forma direta, quanto ao seu significado. Na abordagem indireta, “o foco de análise é um dos seus conteúdos culturais” ou está relacionado com componentes de obrigação, família, escola, trabalho. As teorias indiretas geralmente não conceituam o lazer, mas o tratam valorativamente, junto com a pouca produção teórica direta e que não costuma tratar dos enfoques indiretos, contribui para mal-entendidos na discussão do lazer isoladamente ou associado a outro tema. Os enfoques indiretos

costumam opor lazer e trabalho, mitificando o trabalho e gerando desconhecimento das outras dimensões do humano (MARCELLINO, 1995, p.21-2).

“Essa mitificação do trabalho, na sua identificação com a essência humana, longe de poder ser questionada apenas com idéias, parece estar, progressivamente, sendo contestada pela realidade empiricamente observada. Aos progressos e riscos dos avanços tecnológicos são somados os da automação” (p.22). Toma o pensamento de Vicente Ferreira da Silva⁹⁸ que afirma que o trabalho ocorre na cultura, mas a cultura não ocorre no trabalho, o trabalho é, pois, um “ ‘item intracultural’ ” (p.22-3). Marcellino compreende que Paul Lafargue (1841-1911) é um dos primeiros a defender o lazer dos operários e a criticar o trabalho como cerceamento e exploração do trabalhador. Marcellino concorda com a afirmação de Paul Ricoeur⁹⁹ sobre a apoteose ao trabalho feita por filósofos contemporâneos. Ricoeur critica a “noção de ‘civilização do trabalho’”, segundo ele “o lazer será, cada vez mais, o grande problema da civilização, a mesmo título que o trabalho” (RICOEUR, apud MARCELLINO, 1995, p.23). Essa é uma afirmação importante, uma vez que considerar o lazer unilateralmente pode levar a “sua utilização como fuga, fonte de alienação e simplesmente consumo” (p.24).

Segundo Marcellino, “muitos autores, fascinados pelas possibilidades abertas pelo progresso tecnológico, liberando tempo das obrigações profissionais, passaram, numa atitude radicalmente oposta à ‘mitificação’ do trabalho, a propor o elogio do lazer, como finalidade da existência e ideal de felicidade” (p.25). Ecléa Bosi¹⁰⁰ afirma que “se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere evasão e processos compensatórios em outro” (REFp.26). A partir dessa constatação pode-se inquirir: sem capital e o capitalismo o que existirá será o lazer no tempo de não trabalho? No mesmo sentido da afirmação de Bosi, outra indicação é tomada por Marcellino de David Riesman: “o lazer em si não é capaz de salvar o trabalho, mas fracassa juntamente com ele, e só poderá ser significativo para a maioria dos homens se o trabalho o for” (p.26).

Marcuse, apropriado por Marcellino, opõe o jogo - anulador da repressão e exploração do - ao trabalho e ao lazer. Para ele as horas de lazer na sociedade industrial desenvolvida “não são livres desde que são administradas pelos negócios e pela

⁹⁸ SILVA, Vicente Ferreira da. Ócio versus trabalho. In: **Obras completas**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1964.

⁹⁹ RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Forense, 1968.

¹⁰⁰ BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**, 1978.

política”. Marcellino entende a oposição entre jogo e seu caráter lúdico e lazer e seu controle e permissão social (p.27). A propósito do lazer como conquista histórica da classe trabalhadora¹⁰¹, tal discussão pode ser encontrada em *Lazer e Humanização*.

Sobre os conceitos existentes a respeito do lazer, Marcellino mostra duas grandes linhas: “a que enfatiza o aspecto atitude, considerando o lazer um estilo de vida, portanto, independente de um tempo determinado [Riesman], e a que privilegia o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho [Fourastié], ou tempo livre, não só do trabalho, mas de outras obrigações – familiares, sociais, religiosas – destacando a qualidade das ocupações desenvolvidas [Dumazedier]” (p.29). A tendência dos estudiosos atuais, para o autor, é considerar o lazer sob “os dois aspectos – tempo e atitude. Portanto, como uma atividade de escolha individual, praticada no tempo disponível e que proporcione determinados efeitos, como o descanso físico e mental, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade, da sociabilidade” (p.31).

Dessa forma prefiro entender o lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante como caráter definidor é o traço desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além dessa satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. Quero enfatizar essa última afirmação, uma vez que significa uma revisão de conceitos que emiti em outros trabalhos (MARCELLINO, 1995, p.31-2).

A forma como Marcellino define o lazer, a partir da opção, estabelece o indivíduo como determinante do que é uma prática de lazer, e não o indivíduo em suas relações sociais.

Comprometia, assim, a característica básica do lazer – a *opção* -, e privilegiava a *ocupação ativa* do tempo disponível, ainda que destacando que a atividade era uma *atitude* e não estaria ligada, necessariamente, à prática. Essa minha posição anterior, no entanto, colocava em campos opostos *lazer* e *ócio*, ou seja, tirava a possibilidade de opção pelo *não-uso* do tempo em atividades – possibilidade da contemplação. Autocriticando minha posição anterior, não coloco lazer e ócio em campos opostos. Na realidade eles se confundem, e constituem oportunidades para *opção pessoal ‘desinteressada’*, essa sim, a característica básica, comprometida de certo modo, na minha concepção anterior, pelo conceito de

¹⁰¹ Marcassa (2002) tem uma avaliação diferente. Em sua análise histórica afirma que foi o tempo livre que os trabalhadores conquistaram não o lazer, que foi instituído pela burguesia para o controle da classe trabalhadora, dentro de um projeto educacional mais amplo e associado à instituição do lazer.

“produtividade”, que ironicamente, era por mim criticado, como bem supremo da sociedade moderna (MARCELLINO, 1995, p.32).

A forma como o ócio é identificado à contemplação não explica a totalidade dessa forma de ocupação do tempo livre anterior ao capitalismo. O ócio continha a contemplação, com certeza, mas não estava limitado a ela, conforme explicado anteriormente. Outro problema trazido por uma análise do lazer a partir do aspecto “atitude” é a a-historicidade deste objeto. Se o que o define é a atitude, o lazer poderia ter existido em qualquer tempo histórico, determinado pelo posicionamento dos indivíduos frente às atividades que lhes eram acessíveis ou impostas. Como o próprio autor afirmou, mesmo o trabalho pode ser considerado lazer nessa perspectiva, o que constitui uma confusão teórica que não corresponde à concreticidade das relações sociais. Por fim, a categoria “desinteresse” é um tanto problemática. Se fosse adjetivada enquanto desinteresse pecuniário ainda seria mais consistente dentro da construção do autor - de caráter individualista. Todavia, partindo das categorias econômicas para a compreensão da sociabilidade é quase impossível desvincular as possibilidades de lazer das mediações das mercadorias, haja vista o duplo aspecto discutido anteriormente, do lazer mediado pelas mercadorias e do lazer produzido ele próprio como mercadoria.

Marcellino diferencia ócio de ociosidade, sendo a segunda identificada com a ausência do trabalho (p.32). “Dessa forma, o tempo do desempregado não pode ser entendido como tempo disponível, mas sim desocupado. Não há possibilidade de opção por atividade ou contemplação. Não há lazer ou ócio e sim ociosidade” (p.33).

Ele toma a afirmação de Costa¹⁰² para dizer que “‘o lazer sempre existiu, variando apenas o conceito sobre o que era e quais seus significados’. Em outros tipos de organização social o que se verifica é o não isolamento das atividades obrigatórias das atividades lúdicas, o que de modo algum significa a não-existência do lúdico” (p.34). Ao analisar o lazer sobre a determinação da subjetividade individual, ou da atitude do sujeito, qualquer atividade com caráter lúdico pode ser considerada lazer, bem como se a análise parte dos dados tempo e espaço. Porém, divergindo desta posição, a escolha feita nesta pesquisa é pela análise da prática social compreendida como lazer a partir das relações sociais e da historicidade das expressões da cultura que compõem o lazer. O lazer não é analisado sob a predominância da atividade e suas características peculiares, por exemplo, pelos elementos que compõe um esporte, a forma como se joga e a

¹⁰² COSTA, Maria Heloísa Fénelon. Há lazer entre os carajás? *Arte & Educação*, v.4, n. 17, p.4-5, 1975.

sensação do jogador. Ao contrário, a análise se dá sob a importância desta prática no conjunto das relações sociais, como ela é organizada, por quem e para quê. Por isso não se corrobora o entendimento de que o lazer existiu sob qualquer forma de organização social da produção e relações sociais correspondentes as diferentes organizações econômicas.

Em seguida, Marcellino se ocupa das *Aborgadens “funcionalistas” do lazer*. Ele distingue quatro abordagens que classifica nesta linha, a partir dos “valores” atribuídos ao lazer pelos autores: a romântica, a moralista, a compensatória e a utilitarista. Sobre a primeira abordagem – a romântica -, identificada no escrito de Schmidt¹⁰³, o lazer está ligado aos “valores da sociedade tradicional” e à “nostalgia do passado”. A abordagem moralista do lazer compreende sua função na “tranquilidade, ordem e segurança social” (GAELZER, apud MARCELLINO, 1995, p.36). A abordagem compensatória, representada por Requixa¹⁰⁴, Medeiros¹⁰⁵ e Pacheco¹⁰⁶, compreende que a função do lazer reside na compensação da insatisfação e da alienação no trabalho. Por último, a abordagem utilitarista reduz o lazer “à função de recuperação da força de trabalho, ou a sua utilização como instrumento de desenvolvimento” (p.36-7). As abordagens funcionalistas do lazer buscam a manutenção da ordem social, mas, apesar disso, os autores também demonstram “valores” de desenvolvimento pessoal e social nas atividades de lazer (p.38-9).

Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da **sociedade como um todo**, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para **a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social.**

Considero fundamental a busca do prazer no lazer, o que não impede sua caracterização como **um dos canais de atuação, no plano cultural**, tendo objetivos não meramente reformistas, mas que signifiquem mudanças radicais no plano social (MARCELLINO, 1995, p.41) [sem grifos no original].

¹⁰³ SCHMIDT, Maria Junqueira. **A família por dentro**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

¹⁰⁴ REQUIXA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

¹⁰⁵ MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: F. G. V., 1971.

¹⁰⁶ PACHECO, Horácio. Inchação urbana, violência, lazer. **Boletim de Intercâmbio**. Rio de Janeiro: SESC. 1981.

Sobre a perspectiva neutra de Marcellino ao propor um questionamento à “sociedade como um todo”, é importante notar como uma crítica social desenraizada da perspectiva de classe é primordial ao sistema capitalista no seu processo de reprodução. Nesse sentido, questionar como a mudança pode ocorrer a partir de novos valores se esses são criados a partir da estrutura econômica dada, é tão válido quanto inquirir em que consiste a “radicalidade” dessas “mudanças”.

Alguns autores, segundo Marcellino, observam a ocorrência da negação do lazer na sociedade atual, do “anti-lazer – ou seja, sua própria negação - simples atividades a serem consumidas aumentando a alienação”, sendo o lazer “uma ‘...construção ideológica, sob a qual o anti-lazer se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas, com o objetivo de mantê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana’” (BRANDÃO apud MARCELLINO, p.42). Considerar o consumo alienado um anti-lazer só pode ser fruto da incompreensão da objetividade do lazer, da sua consideração abstrata e ideal do ponto de partida da análise, pois, se o lazer se destina a recompor e potencializar a força de trabalho, se seus conteúdos serão acessados por meio de uma instituição pública ou de uma instituição privada não muda seu caráter. Só é possível considerar o lazer consumido como um anti-lazer se o conhecimento sobre essa prática social é fundado em um ideal positivo, sobre suas qualidades emancipatórias a partir de “valores e atitudes”, ou seja, a partir do indivíduo livre de determinações históricas, em um plano metafísico.

A próxima questão discutida nesta obra é a relação entre *educação e escola*. Marcellino distingue a educação sistemática, realizada “sobretudo através da Escola, e a assistemática, que compreende os vários processos de transmissão cultural, englobando, dessa forma, toda relação pedagógica” (p.42). O autor toma o pensamento de Gramsci para se opor à relação pedagógica como relação “escolástica”, compreendendo que ela está presente “em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos” (GRAMSCI, apud MARCELLINO, 1995, p.43). Sobre a relação entre educação e sociedade Marcellino aponta duas tendências: uma que vê a educação como instrumento de reprodução; a outra que a entende como adestramento no próprio sistema de produção capitalista. A posição tomada por ele é de defender o valor da educação como instrumento de mudança social, criticando a escola a serviço do capital e a orientação liberal (p.44-6).

Marcellino chama a atenção para a importância das relações pedagógicas extra-escolares para a educação, ao mesmo tempo em que afirma a indispensabilidade desta.

Buscando novamente as idéias de Gramsci, recorre ao conceito de “serviços públicos intelectuais”¹⁰⁷ toma, como exemplo, o teatro, as bibliotecas, os museus, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais e etc. – que são “elementos de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno” (GRAMSCI, apud MARCELLINO, 1995, p. 48). O seu primeiro capítulo é concluído com a análise que confronta os valores atribuídos ao lazer por autores do lazer e da educação. Marcellino entende que a maioria dos autores do lazer recusa a escola no processo educativo. Eles relativizam sua eficácia **democrática** e criticam os conteúdos por ela transmitidos. A crítica aos autores da educação é que estes não discutem o lazer de forma sistemática, apresentando juízos negativos dele, que não fica estabelecido como objeto de análise. Ele afirma que se o lazer se constitui em privilégio na sociedade atual, com a educação não é diferente. Se o lazer e a escola são elementos de hegemonia, não se pode abrir mão deles para superar o *status quo*. “Creio na mútua influência dessas duas áreas de atuação como parte do processo educativo no seu todo” (p.49-55).

O autor lembra que deixar de considerar aspectos importantes na relação de apropriação do lazer pela população como quantidade e qualidade do acesso à produção cultural, o consumo e o caráter da prática, também é deixar de se preocupar com uma “ação educativa” que colabore para a “correção dessas tendências indesejáveis do ponto de vista de quem considera o plano cultural como um canal possível para mudanças de repercussão, inclusive no plano social”. Ele afirma que se trata “de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação” (p.58-9).

Iniciando a discussão dos “valores atribuídos ao lazer e este como “instrumento e objeto de educação” (p.59), Marcellino discute *o lazer como veículo de educação*. O lazer como veículo de educação apresenta potencialidades de desenvolvimento pessoal e social, cumprindo objetivos consumatórios, relacionados ao prazer, e instrumentais, relacionados à compreensão da realidade (p.60).

¹⁰⁷GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**.

A indústria cultural cria necessidades padronizadas para facilitar o consumo, o que “Torna ainda mais necessário um processo criativo de incentivo à imaginação criadora, ao espírito crítico, ou seja, uma *educação para o lazer* que procure não criar necessidades, mas satisfazer necessidades individuais e sociais”. Essas necessidades dizem respeito ao acesso ao próprio lazer, conforme o autor. Ele também deixa expressa a posição segundo a qual utilizar o lazer como veículo de educação é tratá-lo sob a perspectiva funcionalista, se esta educação visar reparar perdas do indivíduo em relação à educação formal, pois “*só tem sentido falar em aspectos educativos do lazer, se esse for considerado, conforme já dissemos anteriormente, como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social*”. Uma explicação sobre a realidade a ser mudada é “uma estrutura sócio-econômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria” (p.62-4). Qual o caráter da superação proposta? Mudanças graduais por meio da mudança cultural, pela construção de novos valores? Sim, é nesse sentido que a “mudança” é proposta, pois as classes sociais fundamentais não são mostradas e discutidas claramente, nem ao menos a sociedade capitalista e o capitalismo aparecem. Nesse sentido: como lutar contra o que não se conhece?

Avançando em sua análise Marcellino critica a relativização ou negação da escola no processo educativo. Para ele, alguns autores, ao ressaltarem o lazer como campo privilegiado para a educação permanente, deixam claro o caráter utilitarista/compensatório “das atividades praticadas no ‘tempo livre’ e seu caráter ‘funcionalista’ como dissimulador das desigualdades”. A educação permanente é realizada como forma de “suplência de escolaridade” para quem não teve acesso a ela. Assim, o lazer entendido como educação a partir do conceito de *Educação Permanente* é uma relativização e negação da escola. A Educação pelo lazer, através dos meios de comunicação de massa, com a cultura de massas, também é criticada. “O valor cultural de uma atividade está ligado, sobretudo ao nível alcançado, seja na prática, seja no consumo, ponto de vista que comungo com Dumazedier” (p.64-8).

Apoiando-se em Dumazedier explica que a atividade ou a passividade da prática de lazer depende da atitude do indivíduo. Para este autor, um expectador ativo define-se por sua seletividade, sensibilidade, compreensão, apreciação e explicação. É o que “reúne todas as possibilidades de sua sensibilidade e inteligência para refazer, do melhor modo possível e a seu modo, o caminho percorrido pelo criador”

(DUMAZEDIER, apud MARCELLINO, 1995, p.69). Marcellino acredita que vai além de Dumazedier no conceito de lazer porque, conforme ele diz, “coloco entre as possibilidades de opção para a ocupação do ‘tempo disponível’, a contemplação propiciada pelo ócio” (p.69). A utilização, por Marcellino, da categoria ócio para dar conta da compreensão do lazer, se as afirmações feitas no início dessa pesquisa estiverem corretas, é anacrônica, pois o lazer e o ócio são categorias distintas que, dessa forma, não devem ser interpenetradas para a explicação de uma ou de outra. Marcellino não diferencia as duas categorias - ócio e lazer – a partir da forma de organização social da produção, portanto, acaba realizando uma análise descolada da historicidade de cada uma dessas práticas sociais.

Sobre o conteúdo da produção cultural e a educação pelo lazer Marcellino lembra que “a grande maioria do tempo disponível é usufruído nos próprios locais de moradia, dentro das casas, o que propicia a formação de um ‘público cativo’ da televisão”. Sobre a qualidade do conteúdo veiculado pela grande mídia, ele entende que:

A necessidade do estímulo para o consumo rápido fez com que o nível da maioria das obras veiculadas seja elementar e fragmentário. A pobreza de conteúdo é uma constante oferecida ao grande público, nos vários gêneros culturais, notadamente naqueles mais consumidos, caso dos filmes feitos para televisão, das fotonovelas, da música ‘pop’ e dos ‘best-sellers’. É uma enfadonha repetição de estilos, de ritmos, de temas, de estrutura (MARCELLINO, 1995, p.70).

A causa do rebaixamento do nível da produção cultural é encontrada no trabalho, por Marcellino, tomando o pensamento de Friedmann¹⁰⁸ como base. “A alienação do trabalho, motivado pela despersonalização, pela ausência de participação e pelo caráter inacabado do produto, como salienta Georges Friedmann, está para muitos autores no centro da padronização das atividades fora do trabalho, e do lazer de uma maneira geral” (p.71). Apesar dessa importante afirmação, de acordo com as bases de investigação da presente pesquisa, Marcellino não desenvolve esse raciocínio, que aparece de forma marginal e não se constitui como fundamento para uma análise histórica do lazer.

Marcellino diz não ver ingenuamente a educação como “antídoto” para a alienação que se verifica no campo do lazer, mas defende sua importância como forma de acesso à contra-informação, conceito que “propõe o ‘...fornecimento de instrumentos

¹⁰⁸ FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas** – especialização e lazeres. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ao consumidor para que ele possa fazer uma decodificação crítica das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação...” (SILVA¹⁰⁹, apud MARCELLINO, 1995, p.75). Essa contra-informação visa “...garantir a circulação de informações sobre a situação de classe, à margem dos canais controlados pelo poder constituído e também utilizando os espaços que as contradições da burguesia oferecem no seio desses canais” (SILVA, apud MARCELLINO, 1995, p.75). Esse apontamento do potencial da contra-informação é feito devido às críticas dos teóricos do lazer e da educação aos meios de comunicação de massa, como reprodutores da hegemonia burguesa. Considerando a abrangência desses meios, o autor indica a necessidade da intervenção nos mesmos (p.76).

Como próximo elemento da discussão Marcellino traz *o lazer como objeto de educação*, iniciando por crítica à Requixa: “O aprendizado para o uso do ‘tempo livre’ não considera que esse tempo não é livre, ou que pelo menos, não deve ser considerado de maneira abstrata, indistintamente para todas as **camadas da população**” (p.78) [sem grifos no original]. É importante notar que nas análises de Marcellino não se encontra a categoria **classes sociais**, coisa que difere em autores apropriados por ele, conforme a passagem anterior em que ele usa a definição de Silva (1982) de “contra-informação”.

“Os valores marcadamente utilitaristas atribuídos ao lazer são também lembrados, quando se procura justificar a necessidade da educação para o lazer, disfarçando a inculcação de uma ideologia consumista e desenvolvimentista” (p.79). Ele critica as concepções moralistas e utilitaristas da educação para o lazer que pregam a necessidade de discernimento entre o bem e o mau, utilizando o tempo de lazer para afastar, sobretudo os jovens, do perigo. Essas tendências cumprem a função de “adestramento para o aproveitamento do ‘tempo livre’, tendo em vista a inculcação do caráter social exigido para a manutenção da estrutura vigente” (p.81).

Contrapondo-se a estes valores conservadores “atribuídos” ao lazer, Marcellino vai desenvolver o raciocínio da relação entre a escola e a superação do senso comum. Antes dos conceitos de arte erudita e esporte de elite, na sociedade tradicional, diz ele, a produção e o consumo da arte não se desvinculavam da vida cotidiana. Na sociedade tradicional o aprendizado artístico se dá no cotidiano, com uma “educação espontânea”, enquanto, com a cultura erudita, quem vai produzir a arte recebe uma formação sistemática e especializada, uma “educação planejada” (p.82-3). Estas observações

¹⁰⁹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez; INTERCOM, 1982.

sobre a arte podem ser estendidas aos demais “conteúdos culturais do lazer”. Marcellino lembra que a cultura moderna não começa com o fim da tradicional, mas que ambas coexistem:

assim, observa-se ao mesmo tempo, com relação às atividades de lazer, uma educação espontânea, nas escolas de samba, nos clubes de várzea, nas decorações dos andares das procissões, etc., e uma educação planejada, nos conservatórios, nas escolas dos vários esportes, nos ateliês de arte, etc., e na Escola.

Essa última agência de educação para o lazer, na grande maioria das vezes menosprezada pelos teóricos da área, na perspectiva do lazer que defendo, ou seja, no seu entendimento como um dos canais possíveis de superação do senso comum, tem um papel preponderante e fundamental, como mediadora entre a cultura popular e a dominante (MARCELLINO, 1995, p.83-4).

Bauzer considera que toda comunidade, incluindo família, Igreja, órgãos públicos e privados devem participar da educação para o lazer, porém, cabe à escola [...] “dar-lhe cunho sistemático, visando à atividade cuja prática poderá prosseguir vida afora” (apud MARCELLINO, 1995, p.86). Os poucos estudos existentes demonstram a “relação entre o nível de escolaridade e a prática do lazer. O estudo de Guidi¹¹⁰, em Brasília, conclui que a diversificação da prática do lazer é função do nível de escolaridade” (apud MARCELLINO, 1995, p.87). Estas considerações sobre o papel da escola na superação do senso comum, a sua mediação do conhecimento científico e artístico à classe trabalhadora e suas relações com o lazer, são o ponto de maior contribuição nessa obra de Marcellino, segundo se entende nessa análise. Todavia, a historicidade da escola, a compreensão da escola moderna e o papel que cumpre efetivamente como instituição burguesa na reprodução de valores e comportamentos que caracterizam o amoldamento da subjetividade do trabalhador no capitalismo, é a sua realidade como sistema burguês de ensino. A este fato deve-se contrapor as possibilidades de trabalhos de grupos em determinados locais, e mesmo dos indivíduos em suas ações singulares, que conseguem quebrar a barreira estabelecida para a apropriação do conhecimento acima referido. Junto com essas considerações, sem as quais não se conhece historicamente a escola moderna, com sua “dualidade estrutural”, é necessário ainda a compreensão dos nexos concretos entre essa formação, e o acesso ao lazer na sua expressão mais rica, e o projeto revolucionário de superação do capitalismo, pois, afirmar que socialização ampla do conhecimento científico e artístico

¹¹⁰ GUIDI, J. **Juventude e lazer:** o lazer no contexto sócio-cultural de Brasília na faixa-etária de 18 a 20 anos. Porto Alegre: PUC, 1975. (Tese de livre-docência)

de qualidade é diretamente construção da revolução é um equívoco, pois há nesse problema a questão da consciência de classe que deve ser compreendida.

Marcellino critica o papel do especialista em lazer, apoiado em Chauí e Parker, e indica que a orientação deste deve ser guiada por determinado posicionamento político, de modo que “a educação para o lazer pode vir orientada pela ideologia dominante, “folclorizando” a cultura popular e valorizando uma cultura pretensamente “erudita” (p. 92). Também, baseado em Parker, demonstra a preocupação de que a educação para o lazer afirme

a prática de atividades consagradas, o que pode contribuir para a não exploração de concepções alternativas. Corroboram essa crítica duas constatações: a primeira, que algumas atividades só são apreciadas ou desenvolvidas em estágios diferenciados da maturidade física, emocional e mental; e a segunda, que as modificações ocorridas nos campos técnico e social, se processam de maneira rápida, alterando o quadro de atividades possíveis de serem desenvolvidas. Do meu ponto de vista esses riscos são procedentes e derivam da forma como se processa a educação para o lazer. Orientada por valores conservadores, ‘compensatórios’, ‘moralistas’, ou ‘utilitaristas’, centra-se em conteúdos, não levando em conta a idéia do processo de fruição, mas privilegiando o ‘produto’. Dessa forma, reflete e reforça a ideologia dominante (MARCELLINO, 1995, p.92-3).

Marcellino faz ainda uma importante reflexão no sentido de que “não se pode separar a educação para o lazer da educação em geral” (p.93).

Nesse capítulo viu-se que o trabalho é citado, estando, porém, longe de aparecer como elemento fundante da vida social: a base estrutural da sociedade não é tratada, apesar do autor utilizar seguidamente o conceito de hegemonia de Gramsci. Sua busca de uma mudança social e do fim da exploração da maioria pela minoria, sem tocar nas categorias revolução e classes sociais, é auxiliada pelo recurso ao conceito de “camadas sociais”. Isso se liga à sua discussão sobre o conceito de “contra-informação” sem a discussão da consciência de classe.

Quanto a sua crítica da escola na sua função de reprodução, percebeu-se sua falta de contextualização histórica no processo de constituição do capitalismo. Isso expõe uma outra característica das críticas empreendidas pelo autor: a tensão no campo cultural, de forma autonomizada em relação aos processos de produção e reprodução material da existência na forma social do capital. Quanto a isso, o acento na importância da escola como uma “agência” de formação para o lazer, desgarrada da discussão do

controle e organização desta agência, de sua configuração histórica, carrega o mesmo aspecto de idealismo que uma mudança pelos valores expõe.

Com a preocupação a respeito da posição da escola em relação ao lazer e de como ela se intera com a cultura vivenciada no tempo do lazer, é que Marcellino inicia o terceiro capítulo: “*Lazer e escola: um amontoado de equívocos*”. Ele lembra que teóricos do lazer criticam o caráter imposto do trabalho escolar, iniciando por exemplificar com a posição de Dumazedier. Este afirma haver uma “reivindicação de autoformação voluntária, que concerne antes de tudo a um novo estilo de lazer dos jovens”. Autores do lazer chegam a vincular o abandono escolar e a não observação dos “valores veiculados no lazer” na escola. Em discordância com essa posição Marcellino utiliza Freitag¹¹¹ para sustentar que esse problema advém da questão econômica, de “classe social.” A classe a que Marcellino se refere é, por exemplo, “classes privilegiadas economicamente” (p.96-7). Nesse sentido, um funcionário de alto cargo, bem remunerado, mas que não possui nenhum meio de produção, se enquadra em “privilegiado economicamente”.

“Nas tentativas de adaptação dos valores vivenciados no lazer como prática educativa, tem-se confundido a orientação e a motivação, com um simples ‘deixar fazer’. A situação é particularmente grave, nas matérias mais diretamente ligadas à iniciação aos conteúdos culturais do lazer. Muitas vezes os professores confundem omissão com liberdade de expressão, não participando do processo do desenvolvimento de atividades, encarando-as, assim, como fins em si mesmas e não como parte de um plano de objetivos educacionais a serem atingidos. O professor passa a funcionar como mero espectador, em atitudes que disfarçam certo **comodismo**” (p.97-8) [sem grifos no original]. O questionamento de autores como Rubem Alves¹¹², sobre prazer e educação, não é inválido, porém, Marcellino concorda com Marinho¹¹³ sobre a necessidade de competências nas diversas atividades humanas, e com Moraes¹¹⁴, sobre a necessidade de equilíbrio entre disciplina e prazer (p.100).

Marcellino cita os estudos sobre a relação entre prontidão para a aprendizagem e a participação em jogos, de Rosamilha; e a pesquisa sobre lazer e educação de bem-dotados, de Maria Helena Moraes Mira. Segundo ele, estas pesquisas demonstram “a

¹¹¹ FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

¹¹² ALVES, Rubem. A utilidade e o prazer: um conflito educacional. In: DUARTE JR., João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. São Paulo: Cortez; Autores Associados; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

¹¹³ MARINHO, Inezil Penna. **Educação Física, recreação e jogos**. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1981.

¹¹⁴ MORAIS, Regis de. **Entre a educação e a barbáries**. Campinas: Papirus, 1982.

validade do aproveitamento do lazer como prática educativa”. O lazer com suas atividades é utilizado como preparação: “Perde-se de vista o prazer e instrumentaliza-se o lazer. Como reflexo da ideologia dominante, fundamentada na produtividade, ele só passa a ter valor, a partir do momento que é útil” (p.103).

Quem é o educando, “como se dá, e com que objetivos sociais, o uso do tempo da criança”? São estas questões que conduzem a discussão sobre o tempo na infância (p.107). “Tanto quanto o trabalho, o jogo, controlado pelo adulto é utilitário. Na sociedade pragmatista e utilitarista em que vivemos, a criança não é considerada em si mesma, mas como um adulto em potencial. Os estímulos para o lazer são orientados dentro dessa perspectiva de preparação para a produtividade” (p.109). Sobre esta afirmação do autor deve-se questionar: primeiro, qual sociedade não busca fins úteis? Segundo, Essa crítica de um “jogo controlado pelo adulto” não infirma sua crítica anterior ao processo de perda da direção do ensino, na escola, pelo deixar fazer? O professor quando organiza uma atividade, um jogo, uma brincadeira, ele tem - e não pode deixar de ter - um objetivo, um fim, uma utilidade para a brincadeira que ele organizou. Seguindo a teoria de Vigotsky sobre o jogo não se pode discordar que qualquer brincadeira tenha uma finalidade útil no desenvolvimento infantil. O que deve ser diferenciado é uma utilidade voltada ao ser humano, que Marcellino coloca mecanicamente na relação útil = produtivista/mercado, de uma utilidade voltada a produzir mediações para a valorização do valor. Se é a utilidade, a racionalidade voltada à produção que é o problema, não se pode chegar a discutir a questão radical do controle e objetivos da produção.

“A escola absorve, rejeita ou promove as aquisições dos alunos nas atividades de lazer? Existem, e quais são as diferenças de valorização, pela Escola, das ‘aquisições’ feitas pelos alunos na prática dos cinco interesses do lazer – físicos, artísticos, intelectuais, manuais e sociais?” (p.121).

Quais são os conteúdos culturais do lazer? Dumazedier distingue os conteúdos baseado em áreas de interesse. “essa classificação, que incluiu interesses físicos, práticos ou manuais, artísticos, intelectuais e sociais, é a meu ver, a mais adequada, pois situa, no campo específico do lazer, as atividades que buscam o **atendimento das necessidades do corpo**” (p.121) [sem grifos no original]. Sobre esse encaminhamento dos interesses físicos do lazer por meio de uma teorização sobre as “necessidades do corpo”, já se discutiu o caminho metafísico desse conceito, quando se trata da natureza

humana – a própria história, conforme Gramsci – e a impossibilidade de apreensão do real por via da sua utilização, no capítulo anterior.

No entanto, é importante a consideração de que cada atividade não cumpre apenas um desses interesses, sendo dessa forma, impossível distinguir com precisão os critérios levados em conta para a classificação. Até que ponto as atividades físicas seriam individuais ou sociais? Até onde a arte é expressão marcadamente da sensibilidade ou da habilidade manual? Em outro trabalho, procedo uma análise das relações existentes entre esses vários interesses, concluindo que a distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância, representando escolhas subjetivas, o que evidencia uma das características das atividades de lazer – a opção. E nem poderia ser de outra forma, pois os interesses compõem um todo interligado e não formado por partes estanques (MARCELLINO, 1995, p.121-2).

O aspecto positivo dessa análise de Marcellino é a colocação de alguns nexos entre os interesses que apontam para a categoria totalidade. Essa avaliação, porém, do caráter subjetivo da escolha, só pode contribuir para a compreensão do lazer de forma concreta, se for considerada a base objetiva da subjetividade, bem como, a materialidade da subjetividade. E, para além do significado de cada atividade de lazer, com seu respectivo conteúdo, para o indivíduo, é essencial saber o papel cumprido por elas no plano das relações sociais.

É importante ressaltar que as atividades de lazer procurem atender as pessoas no seu todo. Mas, para tanto, é necessário que essas mesmas pessoas conheçam atividades que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção. Em outras palavras, a escolha, a opção, em termos de conteúdo, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece (MARCELLINO, 1995, p.122).

Foi até esse ponto que a primeira versão do projeto dessa pesquisa chegava. Tal perspectiva foi superada a partir da identificação da necessidade de formação de indivíduos com consciência e práxis revolucionária. Além do conhecimento das possibilidades dadas de lazer, é necessário o acesso material a tais atividades (que Marcellino não nega), pois o lazer não depende só da imaginação do indivíduo, ainda que a imaginação seja profundamente necessária. Como Marx e Engels mostraram na Ideologia Alemã e, os cientistas russos comprovaram e avançaram a partir de uma psicologia com base materialista-histórica-dialética, a consciência é resultado da produção e reprodução material da existência e das relações que os homens constroem e

contraem nesse processo, dos seus intercâmbios. É sobre essa história da formação do ser social que se compreende que a subjetividade é objetivamente construída, bem como, ela própria passa a exercer determinação objetiva nas relações sociais. Por exemplo, uma pessoa que se priva de praticar esportes, assistir filmes, ouvir música popular e etc. porque tem uma formação religiosa que lhe faz tomar tais práticas como pecado. A subjetividade religiosa objetivou-se como uma barreira para a apropriação da cultura socialmente produzida.

Voltando à análise escola-lazer de Marcellino, encontra-se que a educação física/esportes atende interesses físicos, enquanto a literatura, a música e o desenho atendem interesses artísticos e intelectuais, sendo os outros interesses relegados na escola. As práticas manuais já estiveram nos currículos, em disciplinas como “artes industriais” ou “trabalhos industriais”, permanecendo em conhecimentos sobre “horticultura, jardinagem, artesanato, etc., na atual disciplina educação para o trabalho” (p.122-3). “Mesmo não existindo disciplinas voltadas para a iniciação dos conteúdos culturais do lazer, o papel da educação formal seria, como é, de importância fundamental para a vivência do lazer, entendida como instrumento de contra-hegemonia” (p.136).

No quarto capítulo, *Elementos para uma pedagogia da animação*, o autor informa que vai discutir “alguns elementos que possam orientar as relações lazer-escola-processo educativo, encarando o lazer não dentro de uma visão ‘funcionalista’, mas como um dos canais possíveis de atuação no plano cultural, buscando mudanças na ordem social” (p.137). Partindo desse pressuposto colocado por Marcellino, diferentemente do que ele afirma do caráter do lazer, este não pode ser algo desinteressado: seja a formação humana em todos os sentidos, estando articulada à reprodução ou à superação da ordem vigente, o lazer, a partir do momento que pressupõe uma prática sistematizada, organizada, pressupõe um interesse, um sentido e um significado. Nesse capítulo o autor privilegiou em grande medida a discussão, análise e crítica do ensino de artes na escola. Antes disso, no início do capítulo, Marcellino utiliza o conceito de “corpo”, uma abstração idealista que emperra, obstaculiza o entendimento concreto do homem e, portanto, de suas relações históricas.

A opção é apontada como “uma das características das atividades de lazer”. Apesar da escola não proporcionar a educação para o lazer da forma apropriada, Marcellino defende sua importância para o lazer se realizar como “um instrumento de contra-hegemonia”. Ele entende que é necessário ultrapassar a fase das críticas à escola

e passar às proposições que “constituam reflexões no sentido de estimular a busca de caminhos alternativos concretos de atuação no campo cultural”, afirmando sua crença em que “essa busca envolva fundamentalmente, a competência técnica e a opção política” (p.130-40). Retomam-se as críticas de Tumolo (2005) à produção no campo de Trabalho e Educação (mesmo que Marcellino não seja desse campo de produção do conhecimento, vê-se que ele lança mão de alguns argumentos semelhantes aos que existem neste campo), na década de 1990, devido à perda de radicalidade da mesma que deixou de explicitar o projeto socialista como horizonte, estabelecendo o mesmo direcionamento que Marcellino apresentava nos finais de 1980. Ou seja, que era chegado o momento das proposições, tendo já sido superado o momento da crítica. A esta proposição é necessário aproximar algumas questões importantes: primeiro, o que mudou concretamente para estabelecer essa ruptura do momento de crítica ao momento das proposições? Segundo, a escola estava/está já sob o controle dos trabalhadores de forma que as suas propostas de uma escola crítica, contra-hegemônica sejam alcançadas? Terceiro, transpor o momento da crítica significa que a realidade já foi suficientemente compreendida? Quarto, a quem será mais importante parar de criticar e começar a propor, ao proletariado e demais segmentos de trabalhadores ou à burguesia e seus administradores?

E aqui a animação engloba os sentidos de vida, de movimento e de alegria. Portanto, uma ‘pedagogia da animação’, assim encarada, estaria ligada à criação de ânimo, à provocação de estímulos, e à cobrança da esperança. À preparação não para uma sociedade dominada pela exploração do trabalho, ou para o ideal questionável de uma ‘civilização do lazer’. Mas à educação para o movimento do presente, o que implica em não considerá-lo imutável, e que entra em choque profundo com a visão ‘funcionalista’ do lazer, nas suas várias nuances aqui abordadas (MARCELLINO, 1995, p.142).

Novamente faltam os sujeitos históricos, as classes sociais, na análise de Marcellino. A sociedade capitalista é fundada sobre a exploração do trabalho, não dominada por ela. A posição hegemônica nessa sociedade é ocupada pela classe detentora dos meios de produção e de subsistência, pela burguesia. Dessa forma, se a hegemonia é uma das categorias centrais na defesa do papel da escola e do lazer como canais de ação cultural, quem exerce a hegemonia, sobre que bases e sob quais ideologias e instituições? Ao retirar as classes fundamentais, a categoria gramsciana de hegemonia perde a materialidade histórica e se esvazia em abstração que não retorna ao

empírico, mas dele se distancia em sentido contrário da compreensão concreta das relações sociais. Essa afirmação é feita tomando como base a categoria “bloco histórico” que Gramsci toma do historiador George Sorel¹¹⁵. Comentando a formulação de Marx na *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*: “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (MARX, 2005, p.151) (de forma imprecisa, porque não tinha o material em mãos no seu confinamento carcerário), ele diz:

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 2004-a, p.238)¹¹⁶.

Em outra passagem Gramsci diz diretamente que “a hegemonia nasce da fábrica” (GRAMSCI, 2001, p.247)¹¹⁷, ou seja, a classe que tem o domínio da economia tem também o domínio político, jurídico, militar e cultural.

Por último, a educação para o “movimento presente”, segundo entendo, é a educação para o capitalismo, pois de 1980 até 2008 não se apresentou uma situação revolucionária no Brasil. A “mudança” em foco nada resolve, dado que o capitalismo só sobrevive mediante seu constante auto-revolucionamento, de forma que mudanças é o que não faltam nesse sistema “sócio metabólico”. A educação deve ser pensada em termos históricos, dos quais são inextrincáveis o passado e o futuro, sem os quais não se pode pensar a revolução socialista.

O homem livre grego, segundo Huizinga, tinha tempo livre quando não estava prestando serviços ao Estado, à guerra ou ao ritual. Marcellino faz a leitura de Huizinga afirmando que segundo este autor, nesse tempo os gregos tinham “bastante lazer” (p.143). Marcellino questiona esse conceito de ócio/lazer de Huizinga, dizendo que mais correto seria denominá-lo “‘ociosidade’ alicerçada no trabalho de escravos” (p.143).

¹¹⁵ Na discussão em que demonstra porque Croce está errado ao defender que existe a divisão entre estrutura e superestrutura no materialismo histórico, Gramsci (2004, p. 370) conta que toma esse conceito de Sorel. Na *nota ao texto* Nº 62 (p.482), lê-se que Sorel foi um “pensador socialista mas não marxista”.

¹¹⁶ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.1: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce.** 2004.

¹¹⁷ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v. 4: Temas de cultural; ação católica; americanismo e fordismo.** 2001.

Em seguida Marcellino inicia a articulação da pedagogia proposta com a *destruição* e a *reconstrução*. Ele diz que para a ‘destruição da forma de sociedade atual’¹¹⁸, a colaboração da pedagogia da animação não se dá por meio de mais uma disciplina no currículo, nem das atividades extra-curriculares. Dá-se pela apreensão da cultura popular, “mediada pelo conhecimento científico”. O conceito de cultura popular é tomado de Gramsci, que não é um conceito “conformista, pois supõe a crítica da base popular – o folclore” (p.145-6).

Nesse sentido, a ‘pedagogia da animação’ é uma pedagogia do movimento; do movimento desencadeado junto aos ‘simples’, com eles, a partir de sua vivência; e os intelectuais, organicamente ligados ao processo, para desempenharem seu papel pedagógico, precisam mergulhar – na feliz expressão de Gramsci – no húmus da cultura popular, expressão essa que caracteriza a grande contradição: é o próprio produto decomposto das bases populares – o folclore -, amalgamado com detritos da cultura erudita, que constitui a fonte geradora, de onde deverá germinar a ‘Revolução Cultural’ (MARCELLINO, 1995, p.146-7).

A escola, funcionando como “centro de cultura popular”, contribuiria em termos de: **conteúdo**, para a superação do senso comum; **forma**, “respeitando o ‘ritmo’ dos alunos”; **abrangência**, atingindo para além dos alunos matriculados, toda a comunidade local, não na perspectiva do voluntariado, mas na perspectiva de influenciar na vida cultural desta, configurando uma “possibilidade de fazer-se instrumento de pressão para obtenção de verbas e de participação nas decisões quanto à sua destinação; **espaço**, saindo do interior da escola e atuando em “outros equipamentos da comunidade próxima; **elementos humanos**, por um grupo de educadores (professores, funcionários, administradores, lideranças culturais informais, práticos), os “animadores culturais, que aliam competência técnica – acadêmica ou prática – a um compromisso político de transformação”; **recursos materiais**, utilizando os recursos que recebe e buscando “soluções alternativas da própria comunidade local”, sem esquecer a pressão ao poder público para obter recursos (p.147-8). Em relação ao ponto “abrangência”, parece estar definida já nessa obra de 1987 o caminho de transformação baseado na reivindicação por políticas públicas estabelecido e demonstrado por Marcellino (1996) em textos posteriores. Na sua teorização não é identificável a busca da tomada do Estado pelos proletariados, mas sim, no máximo a perspectiva das reformas graduais.

¹¹⁸ Idéia tomada de Gramsci, citado por MACCIOCCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

A atuação da escola para além dela e o compromisso político evidenciado por Marcellino, voltam-se ao campo educacional. Não aparece no seu escrito o compromisso político como momento da luta que tem que ir muito além da política, ou seja, da luta pela socialização dos meios de produção e seu controle livre e auto-determinado. O máximo que sua teoria aponta é um Estado de Bem-estar Social. Não são utilizadas as classes sociais na investigação do lazer e, portanto, não pode ser teorizada a possibilidade de sua articulação à classe historicamente revolucionária. Marcellino propõe a passagem da crítica à proposição de alternativas. Mas como passar do momento da crítica ao momento propositivo – que, na verdade, não são momentos distintos – se a crítica fundamental do lazer ainda está por ser realizada? Como trabalhar uma teoria para transformar aquilo que a teoria ainda não desvendou em suas muitas determinações? Dessa forma, a transformação pode significar um tornar a ser do mesmo sob um novo aspecto. Formar homens com alta apropriação da cultura e da ciência, sem alterar a base social da produção, é capacitar força de trabalho para a produção e acúmulo de capital. Claro que, dialeticamente, essa alta formação pode potencializar o futuro revolucionário. Mas isso não acontece se essa formação se dá desarticulada da quebra da ideologia dominante, da formação da consciência de classe e da organização prática para a revolução social – o que necessita de uma teoria revolucionária para ir além da insurreição.

Marcellino expõe que a pedagogia da animação deve atuar no plano cultural, com a valorização da cultura popular e no plano social, atendendo com critérios qualitativos o maior número de pessoas. Nesse plano é vista a necessidade de começar o “trabalho educativo a partir de suas condições reais”, o que é muito coerente. Todavia, é muito problemático o que ele propõe na seqüência de seu pensamento: “procurando, sem preconceitos ideológicos, articulações com os órgãos e instituições locais, na medida em que essas possam ser estabelecidas, sem que se abra mão do compromisso de mudança da situação, portanto, do compromisso político” (p.149). Como não ter preconceito ideológico em uma sociedade de classes? O que é mudança de situação? Esse conceito ganha corpo em algum escrito posterior? É possível articular-se à qualquer indústria capitalista e manter o compromisso político com a classe trabalhadora?

A concepção funcionalista do lazer, segundo o autor, com suas “nuanças” - moralista, romântica, utilitarista ou compensatória – não desconhece a relação entre lazer, escola e processo educativo, mas privilegia o lazer e diminui o papel da escola,

usando para isto a justificativa do “fracasso escolar” (p.151). Os teóricos da educação conhecem a relação, mas privilegiam a escola e consideram o lazer só do ponto de vista da “classe dominante”, o que indica, para Marcellino, uma visão a-histórica do lazer (p.151-2).

Para Marcellino, reconhecer a interdependência entre lazer, escola e processo educativo exige uma nova pedagogia e uma nova prática educativa, “considerando as possibilidades do lazer, como canal possível de atuação no plano cultural, de modo integrado com a escola, no sentido de contribuir para a elevação do senso comum, numa perspectiva de transformação da realidade social, sempre em conexão com outras esferas de atuação política” (p.152).

Marcellino diz que não vai retomar as conclusões dos capítulos anteriores, mas “manifestar a crença na possibilidade de mudança, sem a espera da situação ideal para a ação, sem a atuação marcada pelo ‘tarefismo’, mas na aliança de ‘competências’ para gerar ‘novas competências’ engajadas no compromisso de superação do quadro atual que se verifica no plano social, e na re-descoberta do ‘gosto e o sabor da festa’” (p.153).

A discussão de Marcellino tem como teórico mais contundente, ao que se entende na presente pesquisa, o intelectual sardo Antônio Gramsci. Porém, sua apropriação da obra de Gramsci dá-se pelo viés culturalista, pois os textos de embate político e de análise econômica para justificar a categoria hegemonia não se fazem presentes na teorização de Marcellino. Ainda mais, discutir hegemonia sem colocar claramente a relação contraditória entre as classes sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado, é esvaziar o poder analítico desta categoria. Somando-se a estas questões fundamentais, a concepção a-histórica do lazer como “cultura vivenciada” no “tempo disponível” é determinada por não tomar a organização social da produção, ou o “bloco histórico” na expressão tomada por Gramsci, como definidor das relações sociais entre os homens e, portanto, da forma como se ocupa o tempo livre no capitalismo. Assim, ainda que Marcellino apresente elementos preciosos das mediações entre lazer e educação, sua formulação não apresenta os elementos necessários para a compreensão das possíveis mediações dialéticas entre lazer e educação na construção de um projeto socialista.

4.3 Apontamentos para a crítica da educação no capitalismo

No taylorismo-fordismo, a divisão entre concepção e execução do trabalho, leva “tanto as relações sociais e produtivas e a escola a educarem o trabalhador para essa divisão [...]. Assim, conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo ainda mais para aumentar a alienação dos trabalhadores” (KUENZER, 2005, p.79). A mesma autora continua sua apreciação sobre as pedagogias que erigem no modo de produção taylorista-fordista: “nas versões sempre conservadoras das escolas tradicional, nova e tecnicista, sempre se fundamentaram no rompimento entre pensamento e ação” (KUENZER, 2005, p.83).

Em relação à educação no contexto da reorganização produtiva, Frigotto (1985), afirma que *A Teoria do Capital Humano* de Theodor Schultz, que tem grande influência na educação, é uma especificidade da ideologia burguesa no ocultamento da natureza da sociedade capitalista e tem o caráter circular, que preserva os elementos mitificadores do senso comum. Segundo ele, o positivismo - que intenta impor a naturalidade das relações capitalistas e o homem como ser natural cuja característica é seu comportamento racional - constitui a base do liberalismo individual -que decorre da concepção de homem genérico, abstrato e livre -, que fornece o arcabouço da teoria econômica neoclássica.

Para o autor supra citado, esta formulação teórica vai constituir a seguinte visão de sociedade: todos os indivíduos são livres, todos no mercado podem vender e comprar o que quiserem, logo, o problema da desigualdade é do indivíduo. Aqueles que têm capital, sempre segundo a formulação teórica criticada por Frigotto (1985), é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer, pouparam para investir¹¹⁹. Existindo um mecanismo de concorrência perfeita os indivíduos ganham seu lugar na hierarquia segundo seu mérito, que se define em termos de talentos individuais, motivações para suportar longos anos de estudo e outras provações iniciais. O somatório das decisões tomadas, fruto das aspirações pessoais resultará num equitativo equilíbrio de poder (concorrência perfeita). Para ele, esta análise reducionista, que considera

¹¹⁹ Marx (2003, p. 827), para explicar a origem do capital ironiza a explicação da economia política clássica sobre a origem das classes sociais: "Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios trapalhões que gastavam mais do que tinham". Discurso esse que ainda predomina no ideário dominante e ciência oficial que, da mesma forma, afirma que os países mais desenvolvidos chegaram a tal ponto porque investiram mais em educação.

fatores isolados e faz análises mecânicas, faz com que a relação entre classes se transforme numa relação entre indivíduos, postulando a superação do conflito de classes sem a superação do modo de produção capitalista. Sentido semelhante ao traçado pelos teóricos dos lazer, que visam a transformação da sociedade atual pela mudança de atitude dos indivíduos.

A educação, de acordo com a concepção analisada, é pensada como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do trabalho e potenciadora da renda, como capital social, fator de desenvolvimento econômico e social. A prática educativa escolar reduz-se a uma questão técnica, uma tecnologia educacional com função de ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho. Na Teoria do Capital Humano a educação é tida como fator básico de mobilidade social. Ou seja, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano, via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino, é garantia de ascensão a um trabalho qualificado e níveis de renda cada vez mais elevados. Esse ideário se inicia no Brasil a partir da segunda metade da década de 60, segundo Frigotto (1985).

Mas, segundo o mesmo autor, a prática educativa escolar relaciona-se com a prática social de produção da existência não de forma imediata, e sim de forma mediata. Em seguida são elencadas as mediações entre prática educativa escolar e processo de produção:

- Fornecimento do saber geral que se articula ao saber específico do processo produtivo;
- Dotação de traços ideológicos necessários na grande massa de trabalhadores;
- O conceito de alfabetização funcional desenvolvido pela UNESCO e utilizado em contratos do Banco Mundial expressa, nas condições histórica atuais, a educação em doses homeopáticas para as classes populares (A. Smith);
- Prepara com domínio aprofundado em diferentes ramos do conhecimento, mediante seletividade social e criação de centros de excelência, quadros de trabalhadores improdutivos (nos âmbitos do planejamento, organização, gerência);
- Sua ineficiência, sua desqualificação. Ao se desqualificar a escola da classe trabalhadora, justifica-se a situação de explorados e impede-se o acesso ao saber

elaborado, limitando a classe trabalhadora na sua luta contra o capital. Sua improdutividade toma-se produtiva às relações capitalistas;

- Represamento de um exército de reserva funcional e válvula de escape à tensões sociais, através do prolongamento da escolaridade desqualificada - que Gramsci chamou de função parasitária;
- Criação de uma indústria do ensino, particularmente a privada, que representa a utilização produtiva da riqueza social produzida em outras esferas produtivas.

Em outro texto, Frigotto (2004), mostra que nas décadas de 80 e 90 a *Teoria do Capital Humano* se renova e “o ideário neoliberal, sob as categorias de qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilidade, participação, autonomia e descentralização está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar”.

Na conformação educacional para atender as características da produção flexível um conceito que ganham destaque é o de competências, segundo Kuenzer (2005). De acordo com ela, as demandas de disciplinamento que o capitalismo impõe à escola mudam radicalmente a partir de 1990, dada a “mudança da base eletromecânica para a microeletrônica”, de forma que as novas exigências impostas ao trabalhador¹²⁰, que vão se refletir na educação no estabelecimento das competências, são:

análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente e assim por diante (KUENZER, 2005, p.86).

Concluindo esse raciocínio de forma concordante com a indicação de Frigotto (2004), a autora supra citada afirma que os novos princípios toyotistas invadem a escola, encontrando sua forma de efetivação com a pedagogia das competências, que vão se preocupar em formar “trabalhadores e pessoas com comportamentos flexíveis, de modo que se adaptem com rapidez e eficiência a situações novas” (KUENZER, 2005,

¹²⁰ É indispensável pensar sobre essas exigências em relação a quantos e quais trabalhadores elas atingem, pois há diferenças na organização produtiva entre diferentes regiões de um mesmo país, e entre diferentes países e continentes. Também, deve ser questionado o papel que cumpre a escola que forma a maioria dos filhos da classe trabalhadora e os próprios trabalhadores.

p.87). Assim, ao mercado que exclui trabalhadores dos postos formais de trabalho para inclui-los [não todos, é bom frisar] no mercado informal precarizado, corresponde a escola que inclui os alunos nos diversos níveis e modalidades de ensino, excluindo-os, todavia, da qualidade da educação, da efetiva apreensão do conhecimento específico que a escola deve socializar (KUENZER, 2005, p. 92).

Este tipo de educação, que reproduz o pensamento dominante e atua para garantir a estrutura produtiva especificamente capitalista, está no processo de engendramento da pobreza espiritual condicionante das práticas pobres do lazer no/do capitalismo, conforme se discutiu acima em relação à produção do lazer como mercadoria.

Assim, dado o quadro das discussões do lazer e da educação que caminham na ordem do capital, faz-se necessário avançar no conhecimento da luta de classes, tentando algumas aproximações com a teoria social que seja capaz de mostrar caminhos em que o lazer e a educação possam estar articulados no processo de construção do socialismo, tarefa que começa a ser esboçada, nos limites desta pesquisa, nas considerações finais, próximo e último ponto a ser desenvolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais da pesquisa será feita uma reflexão sobre algumas questões referentes ao trabalho autodeterminado e às mediações do lazer e da educação. Duas idéias de Mészáros (2002) são um bom ponto de partida para essa reflexão. A primeira traz a afirmação da necessidade da superação positiva do objeto negado, para não ficar condicionado ao objeto da negação. A segunda, diz que o capitalismo esgotou sua capacidade civilizatória e deve ser superado positivamente pelo socialismo, caso contrário, a continuidade desse sistema sociometabólico insaciável e incontrolável levará a humanidade à barbárie. Assim, pensar o lazer voltado à emancipação humana é pensar - e só é possível com -a superação positiva do capitalismo e do capital, pois trabalhar somente com as práticas do lazer voltadas à negação das relações sociais atuais significa manter-se condicionado ao objeto negado. A educação tem papel fundamental nesse processo uma vez que na “concepção marxista ‘a transcendência positiva da auto-alienação do trabalho’ [é] caracterizada como uma tarefa inequivocamente educacional” (MÉSZÁROS, 2004, p. 19). Portanto, discutir lazer de forma radical e indispensavelmente crítica é discutir a superação das relações sociais de produção estruturadas a partir e em função do capital, que se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção e dos meios de subsistência.

É necessário entender que a divisão entre concepção e execução do trabalho, se estende à divisão do político e do econômico, gerando a alienação e a exploração do homem pelo homem, uma vez que o trabalho é a categoria fundante do ser social, segundo Lukács (1981) apud Lessa (2002). Superar essa alienação é superar a alienação do trabalho e sua causa, a propriedade privada dos meios de produção. Nas palavras de Marx (2004, p. 79):

constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.

E afirma, coerentemente, em texto escrito após 31 anos¹²¹:

precisamente pelo fato do trabalho estar na dependência da natureza se conclui que o homem possuir apenas a força de trabalho será forçosamente, em qualquer estado [situação] social e de civilização, escravo de outros homens que se tornarem proprietários das condições objetivas do trabalho. Ele não pode trabalhar nem, por conseguinte, viver, a não ser com a autorização destes últimos (MARX, 2005, p. 126).

Fica evidente que a propriedade privada é o fundamento da alienação humana no capitalismo, uma vez que o trabalho é a categoria central definidora da sociabilidade. Será visto agora como a lógica do capital afeta esta atividade humana, o trabalho, que já é o indicativo de como o movimento inerente à sobrevivência do capital tem resultado proporcionalmente inverso para a humanização plena de realização do ser humano. O que acontece na produção especificamente capitalista, que opõe o trabalho ao capital?

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: objeto (Gegenstand) que o trabalhador produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung).

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente a vida, mas também dos objetos do trabalho (MARX, 2004, p. 80-81).

A determinação fundamental do lazer e da educação está na forma de produção social da existência, na relação em que o trabalhador tem que vender sua força de

¹²¹ A primeira citação (MARX, 2004) refere-se aos Manuscritos econômico-filosóficos, escritos em 1844. A segunda (MARX, 2005), à Crítica ao Programa de Gotha, datado de 1875.

trabalho para se reproduzir como homem, e tem que existir como homem para vender sua força de trabalho. Pensando, pois, na forma como o tempo livre é ocupado na sociedade capitalista confirma-se que o trabalho é a condição determinante do lazer, uma vez que é a condição da vida humana. Este pressuposto deve estar presente nas investigações e nos projetos da classe trabalhadora em tudo que se refere ao seu tempo livre e a sua educação.

Realizando um esforço de sair da negatividade do lazer condicionado pela sociedade capitalista, e intentando informar a alternativa positiva do lazer, para o desenvolvimento das múltiplas possibilidades humanas, reiterar-se-á a condição dessa positividade: a sociedade do direito, da “justiça social”, democrática e igualitária deve ser superada pela alternativa socialista, momento de transição para a sociedade da legitimidade, da satisfação, da livre associação dos produtores autônomos e do tratamento diferente para homens com necessidades também diferentes. Mesmo considerando que a exigência do profundo entendimento da realidade e dos esforços práticos guiados por esse profundo entendimento é uma tarefa histórica gigante, da classe dos trabalhadores que se devem organizar mundialmente, um ponto de positividade é rever a afirmação do investigador que desvendou a dinâmica do capitalismo para possibilitar sua superação: “na atual sociedade capitalista, estão finalmente criadas as condições materiais e outras que permitem e obrigam o trabalhador a discutir essa maldição social” (MARX, 2005, p. 128).

Da mesma forma que o lazer, e como condição necessária a este com o sentido emancipador aqui buscado, a educação, de acordo com a proposição de Mészáros (2004), para vir a ser no seu sentido mais profundo e positivo, deve estar inserida ‘no’ e depende ‘do’ processo de superação revolucionária do capital e do capitalismo, do fim das sociedades de classes. Ela deve buscar a possibilidade da contradição nos espaços e tempos onde acontece, para sair do campo da inculcação da ideologia burguesa e ir para o campo do desvelamento das contradições entre as classes. Trabalhar para a formação de homens capazes de entender a realidade atual a partir do maior número de determinantes possíveis, visando aumentar as possibilidades de uma ação revolucionária coesa, coerente, consciente e acertada em vista do movimento das relações sociais e das contradições imanentes das mesmas.

Em relação ao lazer articulado a um projeto de emancipação, a educação pode colaborar, além da formação em sentido geral, no sentido específico mostrando as possibilidades existentes para as práticas de lazer, que devem ser pensadas juntamente

com a necessidade de superação da propriedade privada e da acumulação privada do resultado da produção social.

O lazer será potencializado em sentido emancipador quando atingir a totalidade das relações sociais em que se insere, participando da formação cultural rica do trabalhador que o goza, abrindo possibilidades de uma imaginação forte que, deve articular-se a partir da formação teórica balizadora da necessidade de superar os determinantes impostos pela lógica do trabalho alienado, produtor de mercadorias, pela alternativa socialista. Assim, quebra-se o ciclo de consumir as mercadorias de lazer de custos diferenciados, direcionadas aos diferentes trabalhadores dos diversos setores produtivos. Gerentes do capital e conceptores do trabalho consomem mercadorias do lazer mais elaboradas - óperas, teatros e exposições artísticas. Os executores do trabalho consomem mercadorias de lazer com menor tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las – futebol amador, churrasco, bar, programas televisivos pobres. O proletariado, na perspectiva buscada aqui, passa a ter acesso a atividades que lhe proporcione o enriquecimento nos diversos campos da produção cultural humana, não se circunscrevendo às atividades pensadas pelos capitalistas, e limitadas pelos preços das mercadorias, ao seu posto na produção. A “qualidade humana eleva-se e se refina na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades e, portanto, torna-se independente delas [...]. A política da qualidade determina quase sempre seu oposto: uma quantidade desqualificada” (GRAMSCI, 2001, p.261).

É imprescindível reafirmar que não basta o trabalhador gozar de várias possibilidades de lazer para que este seja caracterizado como revolucionário. As práticas de lazer devem contribuir para uma educação historicamente balizada para a superação da sociedade de classes, para a formação da consciência de classe para si. Mas, o que determina isso? O conteúdo da prática? Este é um ponto fundamental para este tema, que deve ser aprofundado em relação as suas especificidades e mediações na estrutura econômica atual.

Esta riqueza se articula com o conceito amplo de educação para além do capital trabalhado por Mészáros (2004, p. 23), que deve superar o caráter vocacional, ou seja, “pessoas envolvidas a funções utilitaristas estreitamente pré-determinadas, privadas de qualquer poder decisório” e geral, que se preocupa em “ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as ‘artes do pensamento’ ”, por uma educação contínua e inseparável da prática da auto-gestão, que necessita de homens “educacionalmente enriquecidos”,

que possam articular suas necessidades à determinação dos princípios e objetivos da sociedade.

Mészáros (2004, p. 24), lembra também que “o êxito estratégico é impensável sem a realização das tarefas imediatas”, afirmação importante para pensar-se o campo da política. Para operar neste plano é importante a ajuda de Gramsci (2001, p. 20-1), que expõe a sociedade política ou Estado como um dos grandes planos da superestrutura, que tem “a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”. Por isso, travar as lutas no campo político é importante para construir as condições necessárias a transição socialista, na medida em que a mesma for orientada pelo movimento de via extra-política, pelos interesses históricos da classe situada no campo da produção fundamental da existência. Para essa classe, a tarefa imediata é resolver os problemas de suas organizações que, de um lado não se internacionalizaram, conforme é necessário para a ação mundial do proletariado, uma vez que o socialismo ou acontece no mundo todo ou não pode ser vitorioso. De outro lado, organizações de trabalhadores, os sindicatos, que no seu sentido inicial representam as necessidades dos trabalhadores contra o capital, expressam a luta de classes, atualmente são subsumidos aos interesses patronais e se vincularam à resolução dos problemas da produção capitalista. Gounet (2002, p.106) cita o periódico francês L’Expansion, que mostra a fala de um secretário de sindicato de metalúrgicos, criador de “estruturas locais de diálogo entre patrões, militantes, especialistas e altos funcionários”. Este secretário chamado François Introvigne afirma que “O sindicato [...] deve ser um valor agregado para a empresa” (Idem, Ibidem).

Mészáros (2002) faz a análise da organização dos trabalhadores, desde suas comissões de fábrica e sindicatos até os partidos políticos. Lembra que quatro Associações Internacionais foram criadas nos último 150 anos, não conseguindo, porém, “a necessária unidade internacional do movimento operário” (Idem, p.27). Tal unidade, explica Mészáros, não foi atingida ainda devido a “pluralidade setorial do movimento operário” como decorrência da “pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, seja de cada país, seja em escala mundial” e não por simples falta de “clareza ideológica” (Idem, Ibidem).

Segundo Mészáros, os sindicatos surgem de associações parciais, assumindo posturas defensivas com sérias conseqüências para o movimento socialista. Tal postura defensiva transforma “o movimento operário, por meio de seus primeiros sindicatos, [...] em interlocutor do capital, sem deixar de ser obviamente seu adversário estrutural”

(MÉSZÁROS, 2002, p.22-23). Historicamente problemático, ainda segundo Mészáros, é o fato dessa postura defensiva significar a legitimação do sistema capitalista e suas leis. Entretanto, as crises do capital o impediram e o impedem de continuar a oferecer as vantagens a seu “interlocutor racional”, de forma que “foi obrigado a retomar as concessões passadas, atacando sem piedade as próprias bases do Estado de Bem-estar, bem como as salvaguardas legais de proteção e defesa do operariado por meio de um conjunto de leis autoritárias contrárias ao movimento sindical” (Idem, Ibidem, p.24). Um dos aspectos fundamentais das análises que este autor realiza sobre a relação do movimento dos trabalhadores e suas representações políticas, especialmente nas últimas 3 décadas do século XX, é a dissociação das lutas políticas com as organizações de trabalhadores nas indústrias, determinante de uma centralidade das decisões fundamentais para o enfrentamento do capital. Esse aspecto histórico da organização dos trabalhadores, dado pelo complexo econômico sob a luta de classes, se reflete nas análises e proposições do lazer e da educação, conforme apontado anteriormente, devendo ser melhor conhecido esse conjunto de relações sociais, econômicas e políticas, para a análise das mediações entre lazer e educação e seus posicionamentos em diferentes projetos históricos.

O caráter problemático das organizações dos trabalhadores é também discutida por Antunes (2003), no terceiro capítulo de seu livro *Adeus ao trabalho?*, em que ele analisa os problemas e desafios do sindicalismo frente às modificações do modo de organização do trabalho no capitalismo. Os dados mostrados indicam uma diminuição no número de sindicalizados pelo mundo. Também confirmam a relação dos sindicatos com as empresas, apontando ainda outros problemas, como a verticalização dos sindicatos, dada por um corporativismo das diferentes categorias de trabalhadores estáveis, impedindo a organização conjunta dos trabalhadores precarizados e desempregados. Decorre daí conseqüências negativas para as ações de luta dos trabalhadores como o enfraquecimento das greves.

Antunes (Ibidem, p.73-74) mostra como os embates entre capital e trabalho são levados para o campo individual do “sindicalismo de empresa”, do “sindicato-casa”, que se originou na Toyota”, sendo que a “via participacionista”, caracterizada pela ação sindical subsumida as necessidades da classe dominante, pactuando com o capital, traz conseqüências nefastas ao conjunto da classe trabalhadora. De outra forma, também se configuram “movimentos sindicais” que negam essa postura de submissão, de alinhamento as leis e necessidades do capital e atuação “dentro da ordem”, dos quais

são exemplos os “Cobas (Comitati di Base), que começaram a despontar a partir de meados da década de 1980 na Itália, em setores vinculados ao ensino público, aos controladores de voo, aos ferroviários e mesmo em alguns núcleos do operariado industrial” (ANTUNES, 2003, p.75). As iniciativas contrapostas ao capital em suas bases têm que ser conhecidas, desde a consideração da contradição como impulso primordial das relações sociais, de forma a não desconhecer o processo histórico, como condição do entendimento contextualizado do lazer e da educação, e como pressuposto da organização desses dois complexos do ser social dentro de um projeto socialista.

A ação, nesse sentido, é balizadora de um projeto de lazer revolucionário:

Com isso entramos em outro ponto que entendo crucial: uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 2005, p.175).

Nas ações mais imediatas que margeiam a discussão política voltada a esse campo está a discussão do aumento do tempo livre e da diminuição do tempo de trabalho. Desde Marx e Lafargue, até os dias atuais, esse tema vem sendo discutido, com especial importância para o campo dos estudos do lazer. Essa discussão sobre a diminuição da jornada de trabalho se relaciona, dentro da mesma lógica de exploração de mais-valia absoluta dos trabalhadores, com a situação muito problemática na instituição da educação da classe trabalhadora, no século XIX, que encontrou ampla resistência da classe capitalista, uma vez que o tempo que as crianças perdiam na escola não era passível de ser explorado no trabalho, conforme bem explicita Marx no capítulo VIII do *O Capital* (2003).

Antunes (2005) e Padilha (2000) são autores que tratam atualmente a questão da diminuição da jornada de trabalho no horizonte da luta da classe trabalhadora contra o capital. Para discutir com maior clareza esse ponto, é importante pensar nas relações sociais que se estabelecem a partir da, e, determinam a forma de produção capitalista. A contradição insuperável desse sistema, captada por Marx em *O Capital*, revela como as relações sociais de compra e venda da força de trabalho, a partir de certo ponto, começam a impedir o desenvolvimento das forças produtivas, compostas pelos meios de produção, força de trabalho e conhecimento ou técnica de produção. O desenvolvimento das forças produtivas permite produzir mais valores de uso em um tempo menor. Os

valores de uso - tudo o que é necessário para a satisfação das necessidades humanas - no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, já poderiam ser produzidos no quantum necessário para suprir as necessidades humanas de todos os indivíduos do mundo. Porém, sob a lógica do capital, que visa produzir valores de troca, mais valor e lucro, isso é impossibilitado. Ou seja, são as relações sociais que entravam as forças produtivas.

Em termos práticos, esse entrave significa que a satisfação das necessidades humanas, a reprodução da vida, não é garantida. O que tem que ser garantido no capitalismo é a valorização do valor, mediante as leis do mercado. Estas leis impedem que seja produzida a quantidade necessária de bens materiais, de riqueza, uma vez que são tratados como mercadorias e a oferta e a procura têm determinação direta na esfera da circulação das mercadorias e no lucro do capitalista.

Estas leis, subordinadas á lógica maior do capital, impedem então que as forças produtivas se realizem plenamente. O desenvolvimento científico tecnológico e organizacional não permite que os homens sejam liberados de suas atividades laborativas, pelo contrário, é utilizado para ampliar o grau de exploração sobre o trabalhador. O processo de flexibilização da produção evidencia como o capital combina exploração absoluta e relativa para garantir seu movimento, para garantir o lucro. Essa situação, extremamente simplificada aqui, é o que complica a discussão da redução da jornada de trabalho e aumento do tempo livre. As contradições internas do capitalismo e seu movimento impõem severas restrições ao se pensar nesse objetivo. Na lógica atual, reduzir tempo de trabalho é reduzir salário, ou seja, limitar ainda mais as possibilidades de lazer e a própria reprodução da vida. A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários exige a organização e fortalecimento do movimento operário, que, tem como uma das condições determinantes a educação dos trabalhadores, processo que está intimamente ligado ao modo como se ocupa o tempo livre.

Pensar o lazer a partir dessa base não é tarefa simples. Porém, fora dela, desconsiderando estas contradições, é idealista e liberal pensar seriamente o aumento do tempo livre, como faz Leite (1995) no seu livro *O Século do lazer*, que entende da mesma forma os aposentados e os desempregados, como público que fruirá o lazer no século caracterizado pelo tempo livre, chega a encontrar a resolução do problema de desemprego no lazer. Todavia, o maior representante de tal tendência deve ser De Masi (2000), que dentro das discussões que negam a centralidade do trabalho como categoria ontológica para o entendimento da sociedade capitalista, que este autor denomina de

pós-industrial, exerce grande fascínio sobre as visões fetichizadas das novas aparências que o trabalho - essencialmente similar em sua lógica - apresenta desde a reestruturação produtiva. Mészáros (2003) afirma que o avanço da produtividade apresenta o caráter profundamente positivo do tempo livre, que, todavia, nessa sociedade, onde política e economia estão alienados e submetidos a reprodução e acúmulo do capital, dentro da lógica do seu sistema, a “riqueza potencialmente imensa” desse tempo é desperdiçada. Sob essa lógica é que deve caminhar a pesquisa sobre o lazer, para chegar ao concreto na volta da incursão analítica que deverá ser empreendida.

Marx (1980, p.59) é incisivo ao discutir o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo dizendo que, para ele, o real critério de riqueza de uma sociedade é o tempo livre do qual ela dispõe, emitindo seu entendimento de que “economizar não significa renunciar a fruição, mas, desenvolver a potência e as capacidades produtivas”. Todavia, a contradição entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas determina a relação inversa, quanto mais o homem tem condições de ser liberado do seu trabalho, mais tempo a ele o homem tem que dedicar. Se “o tempo de trabalho é a medida da riqueza, é porque a riqueza se fundamenta na pobreza, é porque o tempo-livre resulta da base contraditória do sobretrabalho” (MARX, 1980, p.55), ou seja, o desenvolvimento produtivo na forma social do capital libera tempo de trabalho necessário, mas se apropria do tempo liberado para explorar o sobretrabalho. Pode-se entender isso como uma contradição imanente do capital: seu potencial de liberdade causa a ocupação. “É por isso que a mais desenvolvida maquinaria obriga hoje o operário a trabalhar mais tempo do que trabalhava o selvagem, ou até ele próprio, quando dispunha de ferramentas mais rudimentares e primitivas” (MARX, 1980, p. 55). Jinkings (2005, p. 95) analisando Mandel¹²² afirma que “os progressos da ciência e da técnica, em nome do capital, realizam-se para incrementar sua dominação, ao invés de criar um **tempo livre de trabalho** disponível para o florescimento das capacidades dos indivíduos fora do espaço produtivo” [sem grifos no original].

No contexto dessa contradição imanente da sociedade que tem por base a propriedade privada, pode-se retomar a articulação entre as práticas de lazer, trabalho e educação, aqui entendidas como práticas particulares constituintes da totalidade destas relações sociais:

¹²² MANDEL, E. Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain. *Quatrième Internationale*, nº20, maio. Paris, 1986.

O tempo livre – para o descanso como para as atividades superiores – transformará naturalmente aquele que dele desfruta num indivíduo diferente, e é este homem transformado que, em seguida, se apresentará no processo de produção imediato. O homem em formação encontra no processo de produção imediato tanto a disciplina quanto a matéria para exercícios de aplicação, tanto um saber experimental como uma ciência criativa. O homem realizado, esse vai aí encontrar apenas uma ciência objetivada na sociedade, e da qual seu cérebro já está imbuído. Mas nestes dois estádios da história humana, trata-se sempre de um exercício, na medida em que o trabalho reclama uma prática manual bem como uma liberdade de movimento” (MARX, 1980, p. 60).

Esse entendimento é importante para o autor e, na perspectiva aqui buscada, considerando os nexos entre os complexos do ser social numa perspectiva de apreender a totalidade. As mediações entre o lazer, o trabalho e a educação devem ser encontradas partindo da contradição que movimenta o trabalho, primeiro determinante, o lazer e a educação no processo da reposição do mesmo ou na busca da construção do novo. Essa contradição como motor do desenvolvimento histórico, está implícita no próprio metabolismo do capital, que possibilita, ao desenvolver-se, a sua própria superação:

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixe de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa portanto também de ser a medida do valor de uso. O sobretrabalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano¹²³.

Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobretrabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos (MARX, 1980, p.51).

É necessário insistir nesse caráter contraditório da relação entre o avanço das forças produtivas e seu potencial de liberar o homem e o emprego de suas energias para satisfazer suas necessidades, dado que o conhecimento da lógica que mantém essa contradição, das relações sociais que a sustenta, é uma condição de sua superação.

¹²³ Conforme se discutiu no primeiro ponto desse estudo, particularmente na Antiguidade de base escravista, pelas barreiras naturais, mas, também, na sociedade capitalista, onde as relações sociais tornam a obstaculizar o que já foi superado pelo afastamento das barreiras naturais.

Intenta-se também, ir além do entendimento que busca mudar a realidade contrapondo a ela novas idéias, pela efetivação de uma práxis social revolucionária. Uma ação revolucionária requer uma teoria revolucionária, ou, dito de outra forma, a revolução pressupõe a reunião das condições objetivas e subjetivas. O esforço empreendido nessa reflexão para pensar criticamente a educação e suas contraditórias mediações, em sua relação dialética com o lazer como uma prática do tempo livre, possível de participar da educação humana homnilateral, vem nesse sentido de colaborar para a construção dessa teoria. Todavia, ainda caminhou-se no plano abstrato, levantando questões, pontuando diferentes entendimentos sobre o lazer e seu lugar na sociedade atual e, ensaiando a determinação recíproca entre lazer e educação, situados nas relações de produção material da vida.

O avanço dessa discussão necessita que se compreenda como se estrutura e quais os movimentos nos campos econômico, político e cultural, entendendo como articular a luta política com a luta social para a modificação da estrutura econômica, para que aquela dê condições para se realizar esta, que, por sua vez, deve possibilitar a consolidação dos avanços na política. A complexidade dessa tarefa decorre da própria complexidade da luta entre capital e trabalho no tempo atual. Diferente das estratégias de controle prioritariamente físico do taylorismo, ou da sedução afetiva da “escola de relações humanas”, atualmente “é a mobilização total do indivíduo que se deseja obter; é não somente sua energia física e afetiva, mas também sua energia psíquica que se procura captar” (AUBERT; GAULEJAC¹²⁴, 1991, apud JINKINGS, 2005, p.101).

Como se vê nesse quadro, a utilização da educação e do lazer na formação do homem necessário ao capital do início do século XXI tende a ser cada vez maior. Por isso, investigar o lazer e a educação nessa totalidade, apanhando-os em seus movimentos para poder trabalhar por suas inserções no projeto histórico do proletariado é mais que urgente. Nesse sentido, é importante analisar uma das tendências apontadas por Antunes sobre a crise do sindicalismo que pode ser observada claramente no centro do capital a partir de 1980 e, nos países periféricos do capital, a partir de 1990:

Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes reservados somente para momentos estritamente necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que

¹²⁴ AUBERT, N.; GAULEJAC, V. . **Le coût de l'excellence**. Paris: Seuil, 1991, p.84.

ensaíam práticas dotadas de dimensão anti-capitalista. É lugar-comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista (ANTUNES, 2003, p. 75).

Pensando nas mediações entre lazer e educação, combater essa tendência pode ser um dos caminhos de articulação destas práticas sociais com o projeto histórico socialista? Se for, como é possível efetivá-la?

Uma “nova” prática – que atende velhas preocupações dos capitalistas – presente nas relações de trabalho das novas formas como se organiza a produção, nos diferentes setores produtivos, que incidem na intensificação da exploração dos trabalhadores, é o oferecimento de breves períodos de tempo durante a jornada de trabalho para exercícios que visam a prevenção de lesões e distúrbios ósseos, musculares, nervosos e etc, bem como a elevação dos níveis de atenção e atividade dos trabalhadores. Essas práticas são conhecidas como ginástica laboral. Esse mecanismo do capitalista para assegurar a integridade das suas forças de trabalho, bem como para aumentar sua produtividade, acaba por se apresentar como a primeira oportunidade de acesso a conhecimentos e práticas da cultura corporal, o que é muito emblemático do porque das discussões aqui elencadas sobre as mediações entre lazer e educação.

A ginástica é um conteúdo básico da educação física escolar, escola por onde passaram ou estão passando os operários em questão. Esta disciplina trata pedagogicamente os conteúdos da cultura corporal, os jogos, as ginásticas, as danças, as lutas e os esportes, como formas de linguagem (COLETIVO DE AUTORES, 1992)¹²⁵, visando a uma educação hominilateral dos alunos, que poderão fruir o seu tempo livre de forma culturalmente rica. Todavia, os trabalhadores e seus filhos passam pela escola sem a apropriação desse conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado pela humanidade, que é de fundamental importância para o agir do homem no tempo livre, demonstrando que a educação da classe trabalhadora realmente visa garantir apenas certa forma de comportamento conformado e algumas habilidades básicas necessárias para a produção, confirmando a tese da produtividade da escola do trabalhador ser sua própria improdutividade, em termos do alcance do seu objetivo

¹²⁵ Esta é uma perspectiva específica da Educação Física, que se alinha com o projeto de construção do socialismo, denominada *crítico-superadora*. Todavia, mesmo as tendências tecnicistas, higienistas, desenvolvimentistas e outras têm, necessariamente, mesmo que sob enfoques contrários, que possibilitar conhecimentos básicos dessa prática social historicamente significadas aqui discutidas, a ginástica.

declarado e reconhecido (FRIGOTTO, 1985). Confirma, também, a tese de Kuenzer (2005, p. 92-3), de que nas relações entre capital e trabalho, particularmente no regime flexível, os alunos são incluídos nos “diversos níveis e modalidades de educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade”, em um conjunto de estratégias que fornecem o que ela chama de certificação vazia, que “fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência”.

O conhecimento sistematizado que no capitalismo está submetido, na maioria dos espaços e instituições, aos interesses burguesia, é continuamente negado à classe trabalhadora. São criadas estratégias de exclusão desse conhecimento, em dados momentos, e outras para possibilitá-lo, quando é interessante ao capital, conforme o exemplo da ginástica laboral que passa a ser a primeira chance de acesso ao mínimo de conhecimento (o mais empobrecido possível) sobre suas possibilidades de movimento, ou seja, sobre um aspecto específico da cultura corporal. Taffarel (2003) compreende profundamente essa degradação da formação humana no que diz respeito à cultura corporal mostrando que:

O acesso a esse bem possibilita a ela constatar, compreender, inferir, construir a cultura corporal do seu tempo. A cultura corporal não está restrita a um espaço. O capital forja a corporalidade do trabalhador dentro da fábrica para que ele seja disciplinado, não gaste energia, concentre suas forças no trabalho e não reivindique tempo livre para se movimentar e brincar com seus colegas. Portanto, é um crime que se comete contra a humanidade quando se elimina do interior da escola a possibilidade do jovem acessar um bem como é o afeto a cultura corporal (TAFFAREL, 2003, p.12).

Além de ser retirado o acesso a cultura corporal de dentro da escola, também não se constata a possibilidade do acesso a esse produção humana em outros espaços como associações de trabalhadores, clubes de cultura e etc. Frente a isso, se reconhece o quanto continua atual a formulação de Saviani (2005, p.71) do início da década de 1980, que luta pela democratização do conhecimento científico para os trabalhadores e seus filhos com uma ferramenta necessária para eles se libertarem “das condições de exploração em que vivem”, e da importância desse conhecimento para o homem que não é naturalmente homem, mas se humaniza no processo de produzir sua vida, onde a educação é um elemento fundamental (SAVIANI, 2000, p. 11 e 17). Também, perceptível é o fato de como a educação para o lazer se articula a educação geral,

enquanto não é possibilitada aos trabalhadores frente às determinações dadas pela organização social da produção na sociedade de classes. Um conhecimento específico que é característico das práticas do tempo livre, a ginástica, lhe é negado na sua formação escolar¹²⁶. Como decorrência dessa exclusão do conhecimento sistematizado, o trabalhador vai perceber naquela prática empobrecida que lhe é oferecida por seu explorador, como um bem que o capital lhe oferece, pois a ginástica laboral, ferramenta do capitalista para extrair o máximo da potência do trabalho em processo, é sua porta de acesso ao conhecimento de si próprio e de suas possibilidades de movimento especificamente humanas. Logo, o fetiche das relações sociais, próprias do capitalismo, se prolonga, também, como produto dessa situação. O nexos da ginástica como prática do tempo livre, o não-trabalho e a desobrigação que permite a sua fruição, é substituído pela mediação do tempo obrigado com o trabalho. O que deveria ser fruição, expressão humana do ser social que superou as barreiras naturais imediatas e pode exercitar-se de forma específica¹²⁷, é tornado um mecanismo de potencialização de extração da mais-valia relativa - considerando que o trabalhador pode produzir mais lançando mão desse artifício - e absoluta - a partir da prevenção de distúrbios psicofísicos que diminuem a vida útil, o número de anos que se podem explorar uma força de trabalho.

O entendimento concreto dessas relações no intuito de colaborar para a construção da teoria revolucionária, exige, para além do que se pode fazer nesse momento, que se capte dados atuais sobre os fenômenos lazer e educação, se conheça a teoria já produzida sobre ambos e se desvende seus nexos causais históricos.

A importância do conhecimento do lazer como mercadoria é real, por três motivos. Primeiro, compreender, a partir da especificidade do lazer, o processo de readaptação do capital, seu constante revolucionamento, para continuar seu movimento que lhe garante a vida. Segundo, para discutir a questão da importância do lazer nas

¹²⁶ Entrevista da professora Celi Taffarel ao jornal do Sindicato dos professores do Estado do Paraná é ilustrativa dessa situação: “**30 de Agosto**- A Educação Física foi um alvo recente das políticas neoliberais, que tentam suprimi-la. Como você avalia essa situação? **Celi Taffarel** – Quando se excluem disciplinas do currículo, entende-se que elas não são mais úteis para formar aquele trabalhador necessário para responder às exigências do mercado de trabalho capitalista. Quanto menor o grau de consciência do trabalhador a respeito da necessidade das atividades corporais para a sua integridade humana, mais lucro o capitalismo tem, pois esse trabalhador não exige tempo e espaço para suas atividades corporais de lazer” (30 DE AGOSTO, 200, P.12).

¹²⁷ Existem muitos tipos de ginástica atualmente, como por exemplo matroginástica, hidrogenástica, aeróbicas, calistênicas, rítmica desportiva, olímpica, geral, natural, acrobática e outras, que são praticadas com diversos objetivos como saúde, estética, relaxamento, socialização, preparação física, competição e etc.

relações sociais no capitalismo. Terceiro, para intervir revolucionariamente na forma social do capital.

Mascarenhas (2005), na sua tese defende que a subsunção real do lazer ao capital se dá a partir da sua conversão à forma mercadoria como expressão hegemônica. Com essa passagem, que se deu a partir dos processos produtivos e relações de trabalho flexíveis, a função social do lazer, ou seu valor de uso social, o descanso, o divertimento e o desenvolvimento, foi substituído por sua função de geração de lucro, de acúmulo de capital, pela mercantilização do lazer, o “mercolazer”. Compreendendo o que é o valor de uso do lazer como mercadoria, conforme foi exposto anteriormente, é possível concluir que o lazer só pode produzir mais-valia porque carrega a mesma função social, com o mesmo valor de uso que possui desde sua gênese, ou seja, a recomposição/potenciação da força de trabalho. O fato desse valor de uso começar a ser acessado, nas atuais formas, nas grandes empresas de produção de lazer, não altera a essência da coisa. Mais uma vez, tal avaliação decorre do ponto de partida incorreto. Tal descaminho deve-se à tomada do lazer como um ideal, como aquilo que se deseja que ele seja, e não como uma prática social apreendida em sua concretude historicamente dada.

Para chegar a esta compreensão, a apropriação da teoria do valor de Marx, bem como de sua demonstração sobre o que é a mercadoria e como o dinheiro - enquanto equivalente geral de troca, em sua forma acabada - intensifica os processos de alienação próprios da forma mercadoria, é uma condição indispensável.

Tal análise e posterior propaganda dos resultados obtidos são da maior importância, considerando que a forma hegemônica de educação que, em regra, reproduz o pensamento dominante e atua para garantir a estrutura produtiva especificamente capitalista, está no processo de engendramento da pobreza espiritual condicionante das práticas pobres do lazer.

O lazer articulado ao projeto socialista não deve significar a recomposição/potenciação alienada da força de trabalho, mas deve possibilitar acesso a cultura com mediações que lhe permita, além de fruir a cultura produzida, e produzida numa perspectiva contra-hegemônica, principalmente, conhecer que na realidade do capitalismo, conforme dados da OMS apresentados por Mascarenhas:

15% de nossos jovens nunca tiveram a oportunidade de ir ao cinema, 46% ao teatro, 29% a um *show* de música brasileira, 86% a um concerto de música clássica, 52% ao museu, 72% a uma exposição

fotográfica, 77% a um espetáculo de dança moderna, 88% a um espetáculo de *ballet*, 22% ao circo, 49% a um jogo de futebol no estádio e 40% à biblioteca (MASCARENHAS, 2005, p. 47-8).

Porém, tal acesso não pode ser propiciado pelo Estado mediante políticas públicas, dada a própria natureza do Estado. A intervenção via políticas públicas é possível e necessária, todavia, não é esse o caminho da luta dos trabalhadores e, sendo conseguidos resultados no sentido de tais políticas, a concepção e organização dessas atividades deve ficar a cargo dos trabalhadores, limitando-se o Estado – sendo forçado pelos trabalhadores a essa limitação - ao financiamento delas. Tal projeto só pode ser conseguido mediante a reorganização dos trabalhadores, nacional e internacionalmente, de forma a conseguirem criar órgãos de comando, estruturados a partir dos próprios trabalhadores, com a estrutura circundante necessária que permita a criação de grupos de trabalho para as diversas necessidades¹²⁸, entre as quais, certamente, aquelas afeitas à cultura, como a educação e o lazer.

De forma sintética, pode-se dizer que no primeiro capítulo as discussões sobre a constituição histórica do capitalismo e sobre a configuração da reestruturação produtiva, mostram que a sociedade contemporânea constitui-se a partir da contradição básica entre produção social e apropriação privada dos resultados da produção, que se funda na separação dos produtores dos seus meios de produção, que são transformados em propriedade privada da classe capitalista. Essa posse material dos meios de produção e dos meios de subsistência, que configura as duas classes fundamentais antagônicas determina que os trabalhadores tenham apenas sua força de trabalho para vender, o que tem conseqüências para a qualidade e quantidade do lazer a que terá acesso.

No segundo capítulo realizou-se o estudo e exposição das categorias que Marx utiliza para compreender a mercadoria, a “célula do capital”, que deve ser compreendida por ser o elemento que representa a mediação entre os homens nessa sociedade. Marx diferencia a produção de mercadorias pré-capitalista (unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor, que pode ser compreendido na fórmula da circulação $M - D - M$), da forma capitalista de produção de mercadorias (unidade de processo de trabalho e processo de valorização, que apresenta a forma de circulação $D - M - D'$). Desde o estabelecimento do sistema social que tem como objetivo o D' , o acúmulo de mais-valia ou a valorização do valor, os seres humanos só tem acesso aos bens necessários à sua sobrevivência na medida que podem ir ao mercado trocar mercadorias.

¹²⁸ Conforme as indicações fornecidas por Lênin (2008) em *Carta a um camarada*.

Sobre esta base econômica é que se estruturam a educação e o tempo livre dos trabalhadores.

Conhecendo essas determinações sociais desvendadas por Marx, pode-se aproximar com mais clareza da indicação de Mészáros (2006, p.72) sobre a necessidade de superar as “mediações de segunda ordem” do capital, principalmente “o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural ao capital”. Essas mediações devem ser superadas porque:

impõem à humanidade uma *forma alienada de mediação*. A *alternativa concreta* a essa forma de controlar a reprodução só pode ser a *automediação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *auto-realização através da liberdade substantiva e da igualdade*, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados (MÉSZÁROS, 2006, p. 72-3).

A tarefa ativa da educação no processo de superação radical do capital é um problema da maior importância quando se pensa na educação, nos aspectos educativos do lazer, e nas mediações entre lazer e educação e sua articulação com o projeto socialista de derrubada do capital.

No terceiro capítulo buscou-se retratar o movimento de constituição do lazer na sociedade brasileira. Foi possível verificar que a ocupação do tempo livre do trabalhador na sociedade capitalista, a organização do lazer que substituiu o ócio da organização social anterior, tem como motivo principal a recomposição da força de trabalho e a formação de valores e da moral necessários ao trabalhador do modo capitalista de produção. O lazer constitui-se em compósito com o projeto de educação do trabalhador. Além dessa ligação, compreende-se que a fruição da cultura em diferentes níveis qualitativos e quantitativos vai influenciar, de forma mediata, na formação de força de trabalho de “peso social superior” ou inferior, donde chegou-se a definição do lazer como prática social de recomposição/potenciação da força de trabalho. Em seguida, com a discussão do lazer como mercadoria, tendência aprofundada com a reestruturação produtiva, pode-se aplicar as categorias de Marx às análises do lazer e sua inserção de forma mais imediata no processo de valorização do valor. Nessa discussão chegou-se a importante conclusão de que o valor de uso do lazer não se altera por ser ele produzido como mercadoria ou como direito social. Além disso, reafirmou-se a compreensão de que o caminho para a articulação do lazer com o projeto

de superação radical do capital não pode se dar por via das políticas públicas, o que seria a legitimação do Estado e, conseqüentemente, do capitalismo.

No quarto capítulo inciou-se um projeto mais amplo que deverá ser continuado no curso de doutorado, que é a crítica aos autores clássicos e contemporâneos do lazer, selecionados entre aqueles de maior influência nas investigações para o conhecimento da realidade com a particularidade do lazer. Estes autores foram Huizinga, com o seu livro *“Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura”* e Marcellino, com o livro *“Lazer e educação”*. Huizinga e Marcellino foram criticados por suas teorias que defendem posições de classe contrárias à classe trabalhadora, ambos com indicações críticas sobre a sociedade capitalista, porém com críticas que não atingem as questões centrais para a crítica ao capitalismo: as classes sociais fundamentais, a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência, as relações de produção, o capital, e fundamentalmente a categoria revolução.

Neste último momento, das considerações finais, foram feitos alguns apontamentos sobre o trabalho como categoria abstrata formadora de valor, sobre a situação da classe trabalhadora e suas dificuldades de organização devido à cooptação empreendida pelo capital aos seus representantes, apontando a necessidade de reorganização dos trabalhadores e da tomada dos rumos da educação e das atividades de lazer em suas próprias mãos. Para que esse processo seja viabilizado, a importância da construção de uma teoria revolucionária que apreenda a realidade concretamente é fundamental. E essa teoria só é possível na sociedade capitalista passando pela apropriação de Marx, que apreendeu os nexos fundamentais e as leis de desenvolvimento do movimento contraditório da relação social que é o capital. O trabalho de Engels, tanto em suas contribuições originais, quanto na gigante tarefa de organização dos livros II e III do capital, também deve ser profundamente investigada. Para esse trabalho pode ser buscada ajuda nos continuadores clássicos do legado marxiano, como Lenin, Lukács, Gramsci, Rosa e Mészáros. A apreensão ainda muito inicial da obra de Marx e Engels, bem como dos demais intelectuais dessa tradição, expressam grandes limites dessa pesquisa. Para além dessa, a restrição ao pequeno volume de material específico do campo dos estudos do lazer é outra limitação fundamental apresentada.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália e outros. **Para compreender a Ciência**, uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Aparecida Moraes (orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. (pp. 207-241).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte Para Todos**: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma crítica do fenômeno educativo. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. 6ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

COMTE, Auguste. **Vida e Obra**. Tradução: José Arthur Giannotti; Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores)

DE GRAZZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Traducción: Consuelo Vasquez de Parga. Madrid: Editorial Tecnos, S.A, 1966.

DE MASI, Domenico. **O Ócio criativo**. 2ª ed. Tradução: Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos “Annales” à “Nova História”. 3ª ed. Tradução: Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, s/d.

FERNANDES, Florestan. **K. Marx e F. Engels**: História. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais: 36).

FERNANDES, Florestan. **K. Marx; F. Engels: história.** São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, n.º 36).

FERNANDES, Florestan. **O Ensino da sociologia na escola secundária brasileira** (capítulo 6). In: **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. (Coleção sociologia brasileira, v.7).

FERREIRA, Acácio. **Lazer Operário: um estudo de organização das cidades.** Salvador: Aguiar e Souza LTDA; Livraria Progresso Editora, 1959.

FILHO, João Lyra. **Introdução à sociologia dos desportos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Editora; Edições Bloch, 1973.

FRANCO, Hilário. **O Feudalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Tudo é História).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um re-exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um re-exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985. (Coleção Educação Contemporânea)

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** (11ª ed.) Rio de Janeiro: Vozes, 2004. (Coleção Estudos Culturais em Educação)

GERMER, C. M. . A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, Gentil. (Org.). **Métodos da ciência econômica.** 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. 1, p. 61-92.

GOMES, Cristhianne Luce. Reflexões sobre o significado de recreação e lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964) In: **Conexões.** v.1, n.2, 2003-a. Disponível em: www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes/v1n2/2_reflexoes.pdf

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel.** Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.1:** introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. 3ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Marcos Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.2:** os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. 3ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Marcos Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004-b.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos, v.1:** 1910 - 1920. Organização. e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004-c.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.4:** temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Marcos Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Lazer e pobreza: aspectos de uma falsa questão. In: Conexões - educação, esporte, lazer, v.1, n.1, p.30-37, jul/dez. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10ª ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens:** o jogo como elemento de cultura. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IASI, Mauro Luis. O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o pt entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IWANOWICZ, J. Bárbara. In: BRUHNS, Heloíza. **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

JINKINGS, Nise Maria Tavarez. Novas e velhas determinações da dominação capitalista no trabalho. In: AUED, Bernadete Wrublevski (org.). **Traços do trabalho coletivo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (pp. 75-107).

JINKINGS, Nise Maria Tavarez. As formas contemporâneas de exploração do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Aparecida Moraes (orgs). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004. (pp. 207-241).

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1963.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.(org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3ª ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** Tradução: Otto Lamy de Correa. São Paulo: Editora Claridade, 2003. (1ª edição de 1880. Essa tradução é de uma tradução de 1883).

LAZARINI, Ademir Quintilio. **Breves considerações sobre a “formação para a cidadania” à luz do processo de produção do capital: Lições do Livro Primeiro de “O Capital”.** Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

(Mimeo - Trabalho final apresentado ao *Seminário Especial Capital, Trabalho e Educação*).

LEITE, Celso Barroso. **O Século do Lazer**. São Paulo: LTr, 1995.

LESSA, Sérgio. Lukács: direito e política. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs). **Lukács e atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. pp.103 - 122.

LESSA, Sérgio. Sem Título, capítulo I, parte III – **O adeus ao proletariado no Brasil** – Antunes, Yamamoto e Saviani, pp. 45-77. No prelo, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Carta a um camarada. In: **The marxists internet archive**.
Endereço eletrônico: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/cartaaumcamarada.htm>. Acessado em 25-01-2008.

LEONT'EV, A. N. A.N. Leont'ev: 1904-1979. In: **The marxists internet archive**.
Endereço eletrônico: <http://www.marxists.org/archive/leontev/index.htm> acesso em dezembro de 2007.

LEONT'EV, A. N. Marxism and Psychological Science. In: **The Marxists Internet Archive**.
Endereço eletrônico: <http://www.marxists.org/archive/leontev/works/1978/ch1.htm> Acesso em 25-01-2008.

LEONTIEV, Aléxis N. Uma contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. In: VIGOTSKY, Lev Semnovich (org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone; Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (p.59-83)

LUKÁCS, György. Il Lavoro (Primeiro Capítulo do segundo tomo de:) In: **Per una Ontologia dell' Essere Sociale**. Trad.: Ivo Tonet. Universidade Federal de Alagoas, s/d.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LIUKKONEN, Petri. **Johan Huizinga (1872-1945)**.
In: <http://www.kirjasto.sci.fi/huizin.htm> , 2008.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos tempos. 10ª ed. Tradução: Caetano Lo Mónaco. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935). Goiânia: Mimeo, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Entendimento do Lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das periferias**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1990. (Coleção corpo e motricidade).

MARINHO, Inezil Penna. Escólios axiológicos à problemática jurídica do lazer: o lazer como importante fator na “qualidade de vida” do trabalhador. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** – Introdução. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. L.1, v.1-v.2. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais sobre o artigo o Rei da Prússia. Tradução: Ivo Tonet. In: **Revista Praxis**, n.5, Belo Horizonte, 1995.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. L.1, v.1. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MARX, Karl. O Método da economia política. In: FERNANDES, Florestan. **K. Marx; F. Engels**: história. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, n.º 36).

MARX, Karl. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980. (Coleção Ciências Sociais. Série Materialismo Histórico. Volume 1)

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. Texto de 1845. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (org.). **A Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. pp.75-103.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Campinas: PGEF/FEF/Universidade Estadual de Campinas, 2005. (Tese de doutorado. Pós-graduação em Educação Física.)

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora UFG, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006-a.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006-b.

MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização. In: www.resistir.info, 2006-c. Endereço eletrônico: www.resistir.info/serpa/comunicações/meszáros_globalização.html Acessado em: 04-05-2006.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: T. Brito. Porto Alegre, 2004. (Intervenção na Abertura do Fórum Mundial de Educação). Disponível em: <http://www.resistir.info> Acessado dia 23 de fevereiro de 2005.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. In: **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. Nº 1. São Paulo, Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. Tradução: Laboratório de tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. In: **Revista Ensaio**, São Paulo, n. 14, pp. 29-45, 1985.

MORET, Leuren. Urânio Empobrecido, arma de extermínio da humanidade. Entrevista conduzida por SMITH, W. Leon. Fonte: http://www.resistir.info/eua/leuren_moret_entrev.html

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004-a.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortes Editora, 2004-b.

NETTO, José Paulo. **Relendo a Teoria Marxista da História**. In: SAVIANI, Demerval et al (orgs.) *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 1998.

NETTO, José Paulo. Os desafios epistemológicos e metodológicos da pesquisa histórica. In: **III Seminário do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação de Sergipe. A Pesquisa histórico-educacional: impasses e desafios (Anais)**. Universidade Federal de Sergipe – Rede HISTEDBR, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção **Questões da Nossa Época**)

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

PADILHA, Valquíria. Consumo e lazer reificado no universo onírico do *shopping center*. In: PADILHA, Valquíria (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Valquíria (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

PEIXOTO, Elza. ARELB – Arquivo referente aos *estudos do lazer* no Brasil. In: **XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007**, Recife/Olinda. Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física. Recife : EDUPE, 2007. v. Único. p. 251-251.

PEIXOTO, Elza. Estudos do lazer na década de 80. Apropriação da obra de Marx e Engels: primeiras notas. In: **Anais do II EBEM – Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Curitiba: UFPR, 2006.

PEIXOTO, Elza. O Serviço de Recreação Operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. **Revista Pro-Posições**, v.19, p. 115-40, UNICAMP, 2008.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RUSSEL, Bertrand. **Elogio do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

SÁ, Kátia Oliver de. **Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2003. (Dissertação de mestrado).

SADER, Emir. Entrevista. *Revista E*. outubro, pp.7-9. São Paulo: SESC, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção **polêmicas do nosso tempo**).

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. (et. al.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. (Memória brasileira 1).

SUSSEKIND, Arnaldo. **Duração do Trabalho e repousos remunerados**. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A., 1950.

SUSSEKIND, Arnaldo. A Recreação Operária no Brasil. Tese apresentada à conferência da Comissão de Lazer Operários, realizada em Genebra, em outubro de 1949.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Recreação operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1947. (Relatório do serviço de recreação operária).

TAFFAREL, C. N. Z. Lazer e projeto histórico. **Impulso**, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 91-106, 2005.

TAFFAREL, C. N. Z.. Para professora, fim da Educação Física interessa ao capital (entrevista). **30 de Agosto**, jornal da APP-Sindicato. Setembro, p.12. Paraná: APP-Sindicato, 2003.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. In: **Revista Brasileira de Educação**. n.24, p.140-164, set-dez, 2003.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: **Educação: revista de estudos da educação**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL, v. 11, n. 19, p. 33-53, , 2003.

TUBINO, Manoel José Gomes. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para início do século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.) **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. 7ª ed. Campinas: Papyrus, 2001. (pp.125-140).

TUMOLO, Paulo Sérgio. A produção em Trabalho e Educação. Esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. In: **Trabalho e Educação, Revista do NETE**. v.14, n.1, (jan-jun). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG/ Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação, 2005.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Da constestação à Conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Educação e hegemonia no Brasil**: notas para uma reflexão crítica. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-São Paulo, 1991.

VEGA, José Luiz Garcia. **Ócio e Turismo**. Rio de Janeiro: Salvat Editora Brasil, 1979.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIGOTSKY, Lev Semnovich. O Papel do brinquedo no desenvolvimento. In: **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. (p.105-118).

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação**: um desafio pedagógico. 3ª ed. Tradução: Jorge Perez Gallardo. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Fazer/Lazer)

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 11ª ed. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. A constituição do lazer como campo científico no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: **Coletânea do 12º ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Balneário Camboriú: Roca, 2000-a.

WERNECK, Cristhianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG; CELAR, 2000-b.